**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

MIGUEL SOARES PALMEIRA

**Moses Finley e a “economia antiga”:
A produção social de uma inovação historiográfica**

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Moses Finley e a “economia antiga”:
A produção social de uma inovação historiográfica**

Miguel Soares Palmeira

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
História Social

Orientador: Prof. Dr. Francisco Murari Pires

**São Paulo
2007**

Resumo:

Nas décadas de 1960 e 1970, os estudos sobre a “economia antiga” foram transformados pela crítica sistemática do emprego de noções econômicas formais a sociedades que não formularam elas mesmas um conceito de “economia”. Os debates acadêmicos que então se travaram, nos termos dos próprios debatedores, tiveram em Moses Finley (1912-1986) um protagonista. A partir de uma análise das concepções de história econômica esposadas por Finley, dos mecanismos de validação de tais concepções e da trajetória desse historiador, esta tese procura iluminar algumas das condições sociais e epistemológicas que tornaram possível a reconfiguração das percepções acadêmicas modernas sobre a vida econômica antiga e estabelecer o papel por ele desempenhado nesse processo.

Palavras-chave: Finley, Historiografia, Economia Antiga, Estudos Clássicos, Intelectuais.

Abstract:

This thesis examines the role played by Moses I. Finley (1912-1986) in the academic controversies about ancient Greek and Roman economic history in the second half of the twentieth century. During the 1960s and 1970s, the studies on the “ancient economy” were transformed by systematic criticism of the use of formal economic notions in the analysis of societies which had not themselves forged a concept of “economy”. Among those who got involved in these debates, it is believed that Finley was its protagonist. Based on an analysis of the views on economic history held by Finley, of the mechanisms of validation of these views and of his trajectory, I try to elucidate some aspects of the social and epistemological conditions that made the reconfiguration of modern academic perception of ancient economic life possible.

Key-words: Finley, Historiography, Ancient Economy, Classical Studies, Intellectuals.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	7
1. UMA ANATOMIA DE <i>A ECONOMIA ANTIGA</i>	22
<i>Uma proposta de leitura</i>	22
<i>Um livro “essencialmente finleyniano”</i>	24
<i>“Economia antiga”: as implicações de um binômio</i>	31
2. UM MODELO EM CONSTRUÇÃO	52
<i>Vicissitudes dos debates</i>	53
<i>Condições da inovação</i>	59
<i>A construção de um consenso</i>	65
<i>O apelo da crítica ao mercado</i>	80
3. DEMISSÃO E VISIBILIDADE	89
<i>Crônica de uma demissão anunciada</i>	93
<i>A visibilidade de um “debate americano”</i>	99
4. A TRAJETÓRIA DE UM PRODÍGIO ERRANTE	111
5. VÍCIOS E VIRTUDES DOS ESTIGMAS	131
<i>A história do Mundo de Ulisses</i>	132
<i>As conseqüências da migração</i>	145
<i>Disposições heréticas</i>	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
ANEXOS	165
FONTES E BIBLIOGRAFIA	192

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado teve início formal com meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo em julho de 2002. Entre abril de 2003 e fevereiro de 2006, depois entre fevereiro de 2007 e março de 2008, fui bolsista da FAPESP, o que me possibilitou dedicação integral durante esses períodos às atividades de pesquisa. A CAPES concedeu-me uma bolsa de estágio doutoral na Universidade de Cambridge, com vigência entre março e dezembro de 2006. Os meses vividos em Cambridge (um dos quais em novembro-dezembro de 2004, com o auxílio da verba técnica de pesquisa da FAPESP) permitiram-me acesso a todas as fontes inéditas e a boa parte da bibliografia sobre as quais se baseia este trabalho. Registre-se, portanto, meu agradecimento a ambas as agências.

Devo ao Professor Francisco Murari Pires, meu orientador, o encorajamento recebido desde que lhe apresentei um projeto de pesquisa, em fevereiro de 2002. De lá para cá, beneficiei-me de uma generosidade continuamente expressa em sua leitura cuidadosa dos textos, sua infinita disponibilidade em atender a solicitações de toda sorte, sua compreensão no cumprimento apertado dos prazos. Foi um privilégio tê-lo a meu lado nesta caminhada.

O Dr. Paul Millett possibilitou o bom andamento da pesquisa no exterior. Além de discutir comigo as idéias centrais da tese, ele abriu-me portas em Cambridge e municiou-me com informações valiosas para os argumentos aqui desenvolvidos.

Uma versão embrionária deste trabalho foi apresentada no Exame de Qualificação a uma banca composta pelos Professores Sergio Miceli e Norberto Guarinello. A ambos devo comentários que me fizeram ajustar o foco da investigação e, na medida do possível, corrigir seus rumos.

Fernanda Paiva Guimarães revisou toda a tese; suas observações foram fundamentais para se evitassem inúmeros equívocos de forma e conteúdo. Rafael Benthien foi um interlocutor em tempo integral, cuja influência no texto é de tal ordem que não se pode circunscrever a questões ou partes específicas. Fábio Joly também discutiu comigo grande parte da tese, e prestou ajuda inestimável à viabilização de

minhas duas temporadas britânicas. Luiz Vailati e Rafaela Deiab leram, juntamente com Rafael e Fábio, o texto da Qualificação, e me submeteram a uma sabatina produtiva.

Outras pessoas contribuíram para a tese por meio de leituras, fornecimento de material de pesquisa ou suspensão de entraves burocráticos: Affonso Celso Thomaz Pereira, Alexandre Galvão Carvalho, Antonio Penalves Rocha, Ashley Lebner, Daniel Tompkins, Dick Whittaker, Elizabeth Leedham-Greene, Geoffrey Lloyd, Joana Climaco, Lygia Sigaud, Maria Beatriz Florenzano, Maria Fernanda Bicalho, Maria Lúcia Pallares-Burke, Marina de Mello e Souza, Moacir Palmeira, Patrícia Valim, Paul Cartledge, Peter Garnsey, Rafael Bivar Marquese, Rodrigo Turim, Tânia Tribe, além dos funcionários do PPGHIS e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo e da equipe do Manuscripts Room da University Library de Cambridge. Sou particularmente grato ao Master e aos fellows do Darwin College (Cambridge), que autorizaram a consulta à Finley Collection e aos Finley Papers.

Nos muitos deslocamentos que implicou a realização deste trabalho, tive a sorte de contar com alguns amigos que me acolheram e prestaram ajuda em momentos cruciais. Gostaria de agradecer especialmente a Andréa Blum, Antonio Stotz, Ariane Kossak, Daltony e Bia Nóbrega, Daniel e Rafael Oliva, Felipe Brandi, Fernanda Pacheco Ferreira, Flávio Moura, Francisco e João da Costa Marques, Helena Dabul e Maria Rita Palmeira. Seria injusto se eu aqui não destacasse minha amiga Brenda McWilliams, com quem vivi e convivi durante boa parte do ano de 2006, e que desde então passou a ser parte da minha família.

Recebi de minha mulher, Fernanda, apoio em todas as frentes. O mesmo pode ser dito a respeito de meus pais, Moacir e Lygia, minhas irmãs, Mariana, Rita e Tereza, e meu irmão, João. A elas e a eles, em especial, muito obrigado.

Introdução

Em setembro de 1994, estimulado pela ocorrência recente de um debate a respeito das práticas de crédito em Atenas antiga, Anthony Courakis, economista grego, autoridade internacional em matéria de finanças modernas, organizou em Delfos uma conferência sobre “Pensamento Econômico e Realidade Econômica na Grécia Antiga”. Um dos participantes fez um relato do evento:

Por quatro dias, com o patrocínio de fundações britânicas e gregas, e com a cooperação do governo grego, estudiosos da história e da filosofia da Grécia antiga e da economia e das finanças modernas, vindos da Europa, da América do Norte e da África (e uma platéia de economistas e historiadores da Antiguidade de várias partes da Grécia), apresentaram e ouviram comunicações; apreciaram comida de boa qualidade, hospedagem agradável e discussões estimulantes. Mas era, afinal, uma conferência sobre aspectos da economia antiga. E os confrontos exaltados e os duelos verbais foram apenas uma prévia da exigência de veto, feita por um grupo de participantes, à publicação de trabalhos que eles ou seus representantes entendiam não ter a qualidade apropriada. Ao fim e ao cabo, as atas da conferência jamais foram publicadas, e o organizador abandonou os esforços de convocar semelhantes reuniões no futuro.¹

A conferência de Delfos era a manifestação prática de algo que costumam repetir os envolvidos nas polêmicas sobre a “economia antiga”: trata-se de “uma batalha”, de um “flagelo acadêmico”, com uma “longa história”.²

Ao se referirem à “longa história” dessa “batalha”, seus combatentes identificam habitualmente um momento “fundador”. As controvérsias, dizem, tiveram início na última década do século XIX, quando se opuseram duas concepções de “economia antiga”: uma delas, defendida por Karl Bücher, um economista, situava os antigos em um estágio “primitivo” da evolução econômica da Humanidade; outra, sustentada por

¹ E. E. Cohen, “Introduction”, in P. Cartledge, E. E. Cohen e L. Foxhall (orgs.). *Money, labour and land: approaches to the economies of ancient Greece*. Londres, Routledge, 2002, pp. 1-7 (citação pp. 1-2).

² “A economia antiga é uma batalha acadêmica” foi uma frase cunhada, e desde então repetida como um mantra, por K. Hopkins em sua introdução a P. Garnsey, K. Hopkins, C. R. Whittaker (orgs.). *Trade in the Ancient Economy*. Londres, Chatto & Windus / The Hogart Press, 1983, p. ix. “Flagelo acadêmico” é a expressão usada por E. E. Cohen, op. cit., p. 1.

Eduard Meyer, um classicista, estabelecia analogias entre os ciclos econômicos mais prósperos da Antigüidade e os regimes econômicos “modernos”.

Os estudiosos da “economia antiga” reconhecem ainda outros momentos como cruciais, marcados por uma inflexão nos debates, pela emergência de novos personagens ou pela consagração de novas questões. Cada um desses momentos, no entanto, é normalmente vivido como um desdobrar da controvérsia fundadora: a despeito de propósitos manifestos de afastamento dos pólos da discussão, as tentativas de caracterização da vida econômica antiga com mais probabilidade de êxito no universo social dos classicistas são aquelas que se fazem perceber como corolário da controvérsia “original”, como produto de Bücher *versus* Meyer, “primitivistas” contra “modernistas”.

A crença em um debate duradouro, infundável, estava em jogo quando classicistas da segunda metade do século XX explicitaram sua sensação de que havia algo de novo no ar em matéria de história econômica antiga: “em alguma parte dos anos sessenta”, escreveu um classicista estadunidense em 1974, “o estudo da vida econômica antiga tomou uma nova direção, cujos efeitos somente agora começam a ser sentidos”.³ “Têm-se multiplicado, no decurso destes últimos anos”, observou um grupo de classicistas franceses em 1975, “novas interrogações sobre o funcionamento econômico da Antigüidade”, propensas a indicar a “especificidade das sociedades da Antigüidade”.⁴ Antes deles, um classicista italiano já propusera um “balanço geracional”, medindo contra o passado dos estudos econômicos sobre a Antigüidade os feitos das “novas pesquisas”, caracterizadas por, entre outros aspectos, “recusa do anacronismo” e “utilização de um vocabulário e de conceitos adaptados ao mundo antigo”.⁵

No período a que se referiam esses estudiosos, Moses I. Finley (1912-1986), historiador de origem estadunidense, emigrado para a Inglaterra em meados da década de 1950, tomou parte ativa nas discussões sobre história econômica greco-romana

³ W. R. Connor, “Homo Lucrans?”, *Arion*, New Series ¼, 1973-74, pp. 731-739 (citação p. 731).

⁴ J. Annequin, M. Claval-Lévêque e F. Favory, “Apresentação”, in Annequin et alli. *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antigüidade Clássica*. Lisboa, Ed. Estampa, 1978, trad. Maria Luz Veloso, pp. 9-51 (citação p. 9). Esse volume foi originalmente publicado como edição n. 84 da revista *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme* em 1975.

⁵ E. Lepore, “Economia antica e storiografia moderna (appunti per un bilancio di generazione)”, in L. Rosa (org.). *Ricerche storiche ed economiche in memoria di Conrado Barbagallo* (Vol. 1). Nápoles, 1970, pp. 3-33 (citação p. 31).

antiga: publicou e lecionou sobre assuntos como escravidão, comércio, tecnologia e pensamento econômico na Antigüidade Clássica; e cumpriu, na percepção dos pares estudiosos da “economia antiga”, um papel de protagonista nos debates.

É possível notar a designação do protagonismo finleyniano em textos introdutórios de publicações coletivas que se dedicaram a assuntos relacionados à história econômica antiga depois do aparecimento, em 1973, de *The Ancient Economy* (AE), o principal livro de Finley sobre o tema. Em 1977, Mario Vegetti, ao apresentar uma compilação italiana de textos sobre “marxismo e sociedade antiga”, não apenas atribuiu aos trabalhos de Finley um “grande desafio à reflexão marxista” e “a mais sistemática contestação” do pressuposto da existência da economia como uma esfera autônoma da vida social na Antigüidade, como também recenseou livros e artigos que enfrentassem o dito desafio. Em 1983, no texto que abria um livro coletivo – dedicado a Finley – sobre comércio no mundo antigo, Keith Hopkins referiu-se ao autor de AE como fundador, em um campo de estudos minado por disputas entre correntes teóricas diversas, de uma “nova ortodoxia”. Em 1995, ao redigir o texto de apresentação ao “dossiê economia antiga” publicado naquele ano pela revista francesa *Annales (Histoire, Sciences Sociales)*, Jean Andreau assim sintetizou a reorganização desse campo de estudos pelo impacto dos trabalhos de Finley: “aqueles a quem ele não convenceu (...) se esforçam para refutá-lo. Aqueles que desejam inovar, falam em ultrapassá-lo”. E em 2002, ao coligar em livro homônimo ao de Finley textos a respeito da “economia antiga” (previamente publicados em periódicos especializados), Walter Scheidel e Sitta von Reden alocaram os capítulos em blocos “pré-Finley” e “pós-Finley”.⁶ A idéia de que Finley exerceu uma influência decisiva nos estudos sobre a economia greco-romana não se traduz automaticamente em loas tecidas a esse historiador – nem nos textos aqui mencionados, nem alhures. Mesmo na diatribe de um autor para quem os trabalhos de Finley eram uma “fraude”, lê-se que os debates sobre a “economia antiga” grassaram, desde o século XIX, “como a *controvérsia do oikos*, o

⁶ M. Vegetti, “Introduzione”, in M. Vegetti (org.). *Marxismo e società antica*. Milão, Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1977, pp. 36, 42, 43-51; K. Hopkins, op. cit., p. ix; J. Andreau, “Vingt ans après L'Économie Antique de Moses I. Finley”, *Annales HSS*, n. 5, 1995, p. 948; W. Scheidel e S. von Reden (orgs.), *The Ancient Economy*, Edinburgo: Edinburgh University Press, 2002.

debate Bücher-Meyer, primitivistas versus modernistas ou, simplesmente, como o *debate Moses Finley*".⁷

Finley atuou profissionalmente como historiador da Antigüidade entre as décadas de 1930 e 1980. Teve ocupações diversas em seu país natal, os Estados Unidos, até obter um posto de professor na Universidade de Rutgers, em Nova Jérsei, em 1948. Nessa função permaneceu até 1952, quando, tal como ocorreria a outros acadêmicos na década de 1950, perdeu o emprego por se recusar a colaborar com uma das investigações então em curso no Senado norte-americano sobre "atividades anti-americanas" naquele país. Foi convidado a lecionar na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, em 1955, e permaneceu nessa instituição até a aposentadoria, em 1977. Viveu na Inglaterra até sua morte em 1986, aos 74 anos de idade, ainda ativo na preparação de palestras, textos e reedições de seus livros, embora em ritmo reduzido devido à saúde frágil do fim da vida.

Seus principais trabalhos de história econômica foram publicados entre as décadas de 1950 e 1970. Em quase todos eles, de forma mais ou menos explícita, figura a premissa de que a vida econômica da Antigüidade greco-romana jamais foi percebida pelos antigos como um campo autônomo de experiências da vida social.⁸ Isso, segundo Finley, tinha implicações práticas no modo pelo qual as atividades econômicas eram organizadas e institucionalizadas. A agricultura, as atividades comerciais, a escravidão, as clivagens sociais, as cidades – todas as instituições do mundo antigo deveriam ser pensadas a partir de conceitos "apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa" (*AE*, 27). A construção desses conceitos "apropriados à economia antiga" passava pela conjugação de ao menos quatro artifícios de método. Primeiro, havia um esforço constante de se levarem em conta os significados que gregos e romanos investiam em suas atividades econômicas. Esses significados incitavam certas condutas, por exemplo, nas relações de produção, nas políticas estatais, na maneira de acumular riquezas etc. Em segundo lugar, diante da natureza fragmentária das fontes e da inexistência de estatísticas confiáveis, a análise deveria se concentrar

⁷ H. Derks, "'The Ancient Economy': The Problem and the Fraud", *The European Legacy*, vol. 7, n. 5, 2002, pp. 597-620 (citação p. 597; ênfases no original).

⁸ Essa premissa mereceu por parte do autor um tratamento detido em "Classical Greece", *Second International Conference of Economic History*, I, Paris, Mouton/La Haye, 1965, pp. 11-35; "Technical Innovation and Economic Progress in Ancient World", *Economic History Review*, 2nd ser., XVIII, 1965, pp. 29-45; "Aristotle and Economic Analysis", *Past and Present* XLVII, 1970, pp. 3-25; e *AE*.

naquilo que Finley chamava de “padrões dominantes de comportamento”, não em casos particulares ou exceções, e com base nisso contruir “modelos” explicativos. Terceiro, muitas das teses finleynianas estavam assentadas no comparatismo: assim, por exemplo, sua caracterização das sociedades ateniense e romana como as primeiras genuinamente escravistas da história fazia do recurso a dados de outras sociedades (sociedades próximo-orientais antigas e sociedades escravistas modernas) um expediente metodológico crucial em seus trabalhos sobre escravidão. Finalmente, as premissas e as teses eram fortemente informadas por problemáticas que, em sua expressão típica, eram freqüentadas fora dos Estudos Clássicos. No livro de síntese de suas reflexões sobre “economia antiga” (*The Ancient Economy*, 1973), Finley propunha assim um recorte predominantemente temático, e não cronológico, dos dados da história econômico-social antiga: cada capítulo é ali desenvolvido por meio de pares de opostos (“ordem e status”, “mestres e escravos”, “senhores e camponeses”, “cidade e campo”, “estado e economia”), cada par de opostos freqüentado a partir de um diálogo entre leitura de fontes e questões da antropologia econômica, da sociologia rural, da historiografia da escravidão nas Américas.

De um modo ou de outro, com pendor crítico maior ou menor, a tomada de posição em relação às concepções de economia greco-romana antiga esposadas por esse historiador tornou-se recorrente entre acadêmicos que, desde a década de 1970, pretenderam se fazer ouvir a respeito da história econômica da Antigüidade Clássica. Esta tese examina algumas das condições sociais e epistemológicas que tornaram isso possível. Numa perspectiva ampliada, trata-se de um estudo sobre a gênese e a propagação de um “modelo” tornado referência para os estudiosos da vida econômica dos antigos. A análise, no entanto, é centrada no processo de produção e reprodução do trabalho de Moses Finley a respeito da “economia antiga”. Circunscreve-se desta maneira um objeto tangível, minimamente controlável em uma pesquisa monográfica. Tal recorte não contraria a aposta feita ao longo da tese de que as mudanças e permanências das concepções acadêmicas da “economia antiga” resultam de um processo coletivo. Minha expectativa é justamente de que uma análise da construção do protagonismo finleyniano nos debates lance luz sobre os mecanismos sociais e intelectuais de construção e validação de um certo modelo de “economia antiga”.

Antes de me estender sobre o percurso e as propostas desta tese, convém dizer algo a respeito de trabalhos que me precederam tendo por objeto os mesmos tópicos aqui investigados.

O êxito de Finley na carreira de historiador de História Antiga tornou seu trabalho, especialmente a porção dele referida à “economia antiga”, alvo do escrutínio de acadêmicos de diferentes procedências. Nos últimos anos, elaboraram-se alguns comentários copiosos: Mohammad Nafissi, na Inglaterra, e Alexandre Galvão Carvalho, no Brasil, estudaram de perto os textos de Finley de modo a elucidar suas raízes intelectuais, bem como alguns dos vícios e virtudes de seus argumentos.⁹ Daniel Tompkins trouxe recentemente à tona diversos dados da vida do historiador nos Estados Unidos, e começa agora a publicar os primeiros resultados de seu trabalho interpretativo da produção finleyana e investigativo em arquivos ingleses.¹⁰ Finley assistiu ao aparecimento dos primeiros estudos sobre seu trabalho: Pierre Vidal-Naquet puxou a fila com um artigo publicado na França, em 1965, seguido por uma dissertação escrita por Mirella de Sanctis na Itália, em 1976, e pela introdução a uma coletânea de textos de Finley, de 1981, assinada por Brent Shaw e Richard Saller.¹¹ A tais trabalhos se somam inúmeros prefácios, resenhas, artigos e capítulos de livros que, antes e depois de 1986, dedicaram-se a discutir “vida e obra” de Finley.¹² Na esmagadora maioria dos casos, os trabalhos de Finley são uma via mais ou menos direta para se discutir o “mundo antigo”

⁹ M. Nafissi, “Class, embeddedness and the modernity of ancient Athens”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 46, n. 2, 2004, pp. 278-310; id., *Ancient Athens and Modern Ideology: Value, Theory and Evidence in Historical Sciences. Max Weber, Karl Polanyi and Moses Finley* (Londres, Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2005); A. G. Carvalho, “Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga”, tese de doutorado em história. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

¹⁰ D. P. Tompkins, “The World of Moses Finkelstein. The Year 1939 in M. I. Finley’s Development as a Historian”, in Michael Meckler (org.). *Classical Antiquity and the Politics of America*. Waco, Baylor University Press, 2006, pp. 95-126; ver ainda a crítica de Nafissi (*Ancient Athens and Modern Ideology* [op. cit.]) por Tompkins em *History and Theory* 47, fevereiro de 2008, pp. 123-136.

¹¹ P. Vidal-Naquet, “Économie et société en Grèce ancienne: l’oeuvre de Moses I. Finley”, *Archives Européennes de Sociologie* VI, 1965, pp. 111-148 (= P. Vidal-Naquet, *La Démocratie Grecque Vue D’Ailleurs*. Paris, Flammarion, 1990, pp. 55-94); M. de Sanctis, “Moses I. Finley. Note per una biografia intellettuale”, *Quaderni di Storia*, n. 10, 1979, pp. 3-37; B. Shaw e R. Saller, “Editors’ Introduction”, in M. I. Finley. *Economy and Society in Ancient Greece*. Londres, Chatto & Windus, 1981, pp. ix-xxvi.

¹² Vale mencionar aqui algumas das avaliações gerais dos trabalhos de Finley, como A. Momigliano, “The Greeks and Us”, *The New York Review of Books*, vol. 22, 16 de Outubro de 1975, pp. 36-38; Cl. Mossé, “Moses Finley ou l’histoire ancienne au présent”, *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, ns. 5-6, setembro-outubro 1982, pp. 997-1003; K. Christ, *Neue Profile der Alten Geschichte*, Darmstadt, Wiss. Buchges, 1990, pp. 295-337; C. R. Whittaker, “Moses Finley, 1912-1986”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 94, 1997, pp. 459-472; I. Morris, “Foreword”, em M. I. Finley, *The Ancient Economy*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1999, ix-xxxvi; e A. Bresson, “Moses Finley”, in V. Sales (org.). *Les Historiens*. Paris, Armand Colin, 2003, pp. 178-192.

neles investigado.¹³ Isso é ainda mais pronunciado nos diversos autores que confrontaram suas análises empíricas de um ou outro aspecto da história greco-romana ao que Finley propusera como explicação do assunto.¹⁴

Em suma, trata-se de trabalhos referidos àquilo que Arnaldo Momigliano certa vez enunciou como desígnio principal do estudo da historiografia moderna da Antigüidade Clássica:

A única justificativa para a história da erudição clássica é a promoção da própria erudição. Isto significa que precisamos ir ao passado da disciplina que professamos para aprender algo novo ou, o que dá praticamente no mesmo, lembrar de algo que havíamos esquecido. De modo geral, a história da erudição clássica deveria apontar novas direções desejáveis da erudição clássica. (...) Em última instância, é a descoberta de que alguns eruditos do passado ainda têm algo a ensinar o que torna aceitável o estudo da erudição passada.¹⁵

O argumento me parece razoável, exceto por se arvorar em “única justificativa” para o estudo da erudição clássica – um princípio de exclusividade que os trabalhos sobre Finley que venho de citar não necessariamente professam, mas, vale dizer, tampouco contrariam.¹⁶ Com efeito, há perguntas a fazer a propósito da “erudição clássica” (*classical scholarship*) e de seus “eruditos” (*scholars*), não necessariamente referidas à “promoção da erudição” (ao menos não do tipo de “erudição” aqui tida como *objeto* de pesquisa), que podem revelar algo de seu modo de operação, das condições nas quais se geram e difundem discursos acadêmicos sobre a Antigüidade Clássica. Ao investigar nesta tese a produção intelectual e a trajetória de um *classical scholar* convertido, em certo momento da segunda metade do século passado, em um dos

¹³ Não à toa, todos os autores citados são eles próprios historiadores da Antigüidade, exceção feita a Mohammad Nafissi, o que não o impede de tentar “corrigir” Finley e os demais autores que analisa (Karl Polanyi e Max Weber) sem necessariamente discutir o material empírico por eles analisados.

¹⁴ A lista neste caso é interminável, e seria impossível – e ocioso – arrolar mais do que alguns exemplos significativos para as discussões de história econômica que tenham a palavra “Finley” no título: J. Andreau, “M. I. Finley, la banque antique et l’économie moderne”, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, Serie 3, vol. 7, 3-4, 1977, pp. 1129-1152; “M. I. Rostovtzeff and M. I. Finley: the status of traders in the Roman world”, in John H. D’Arms e John W. Edie (orgs.), *Ancient and Modern: Essays in Honor of Gerald F. Else*, Ann Arbor: Center of Coordination of Ancient and Modern Studies, 1977, pp. 159-179; K. Greene, “Technological innovation and economic progress in the ancient world: M. I. Finley reconsidered”, *Economic History Review*, vol. 53., n. 1, 2000, pp. 29-59; F. Joly, “Moses Finley e a escravidão antiga”, in A. G. Galvão (org.), *Economia Antiga: história e historiografia*, Ed. Unesb, a ser publicado.

¹⁵ A. D. Momigliano, “New Paths of Classicism in the Nineteenth Century”, *History and Theory*, vol. 21, n. 4, Beiheft 21, 1982, p. 1.

¹⁶ A diferença de propósitos não me impede de reconhecer a excelência de alguns dos representantes dessa literatura e de me valer eventualmente de seus dados e interpretações, conforme procuro assinalar no texto e nas notas.

notáveis da disciplina História Antiga, investido de uma posição institucional e simbólica de onde era possível incitar condutas práticas de vida na profissão, eu espero poder contribuir para a compreensão da produção de conhecimento sobre a “economia antiga” – sem, no entanto, preocupar-me em avançar proposições a respeito da vida econômica dos antigos propriamente dita.

Construir o objeto como um episódio de história intelectual teve implicações no modo de seleção e tratamento das fontes deste trabalho. Os textos de Finley sobre a “economia antiga”, assim como os de outros sobre o tema, integram o *corpus* documental da tese. Sempre que possível, esse material foi lido observando-se as circunstâncias de sua elaboração e publicação, as condições de sua circulação e os significados que lhes atribuíram autores e comentadores. O resultado foi uma apreensão dos textos não necessariamente coincidente com a interpretação que deles têm ou tiveram seus autores. Ali, por exemplo, onde comentadores dos debates da “economia antiga” se esmeram em consagrar certas concepções como “novas” ou “velhas”, “atuais” ou “ultrapassadas”, o foco de análise incidiu menos sobre suas conclusões do que sobre seus artifícios de construção textual nos quais se pudesse identificar a lógica e a sócio-lógica dos debates; e ali onde os *classical scholars* estabeleceram os limites da arena de sua “batalha acadêmica” e se dispuseram uns contra os outros, não se procurou avaliar a justeza de suas categorias (“primitivistas”, “modernistas”, “weberianos” etc.), mas sim tomar seu emprego numa sucessão de textos como atos capazes de organizar e dotar de sentido, por meio de lutas classificatórias, o universo social no qual os “modernos” produziam conhecimento acadêmico sobre os “antigos”. Assim, se o título deste trabalho vincula Finley a uma “inovação historiográfica”, ele não encerra uma prescrição de quais caminhos os estudiosos da “economia antiga” fizeram ou fariam por bem tomar, mas tão-somente dá uma expressão aproximativa das percepções que tiveram esses mesmos estudiosos quanto ao impacto de Finley em seu campo de estudos.

Os textos sobre a economia antiga e sobre Finley foram, portanto, essenciais para este trabalho. O problema levantado – como se produz e se reproduz um caso de protagonismo intelectual como o de Finley nos debates sobre a “economia antiga” – exigiu, porém, que se recorresse ainda a outros tipos de fonte. Comecei a levantar esse material em minha primeira ida a Cambridge, entre novembro e dezembro de 2004. Eu

havia viajado para consultar o arquivo pessoal de Finley, mas problemas burocráticos me impediram acessá-lo naquela ocasião. Terminei então por trabalhar em três outras frentes. Em primeiro lugar, tentei complementar o levantamento bibliográfico que iniciara no Brasil. A busca pelo máximo possível de referências a Finley me levou a consultar na biblioteca da Universidade de Cambridge algumas obras de catalogação da história dos Estudos Clássicos, além de enciclopédias, dicionários e livros de obituários.¹⁷ O volume de necrológios de classicistas que se podia vislumbrar nesse levantamento indicava que se estava diante de um gênero, e que esses textos em particular podiam ser uma boa porta de entrada para a compreensão do universo da *classical scholarship* no qual eu deveria situar os dados que colhia sobre Finley. Sua leitura deixaria claro, por exemplo, que o diálogo com a Antropologia proposto por classicistas como Finley, na Inglaterra, e Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, na França (para citar dois dos nomes com quem o historiador de Cambridge mantinha certas afinidades eletivas), não traduzia somente uma luta contra ou a favor um certo modelo de História Antiga, mas também uma disputa para determinar os porta-vozes legítimos da disciplina (na qual se opunham os lingüistas “tradicionais” e aqueles que, no dizer de Finley, estavam dispostos a “olhar para fora da estrutura tradicional da disciplina”).

As primeiras impressões do vínculo entre modelos de *prática* e de *praticantes* de História Antiga (e de suas repercussões na explicação da “economia antiga” a partir de instrumentos de análise formulados em disciplinas estrangeiras) eram reforçadas pelos dados que eu colhia das duas outras linhas de trabalho adotadas naquela estada em Cambridge. Uma delas foi o trabalho na *Finley Collection*, a antiga biblioteca do historiador preservada nas dependências do Darwin College.¹⁸ Eu iniciara a rotina das

¹⁷ Mostraram-se especialmente úteis os dicionários de William Calder III e D. J. Krammer (*An Introductory Bibliography to the History of Classical Scholarship in the XIXth and XXth Centuries*. Hildesheim, Zürich, Nova York: Georg Olms Verlag, 1992) e William Calder III e R. Scott Smith (*A Supplementary Bibliography to the History of Classical Scholarship. Chiefly in the XIXth and XXth Centuries*. Bari: Edizioni Dedalo, 2000), nos quais um sistema de referências cruzadas permitia identificar, além dos textos em que Finley era mencionado, os nomes de classicistas que regularmente apareciam associados a ele. Foram ainda importantes títulos como *The Annual Obituary 1986*, *Oxford Dictionary of National Biography*, *American National Biography*, *Encyclopedia of Historians & Historical Writing*, *The Blackwell Dictionary of Historians*.

¹⁸ Os *colleges* que constituem as Universidades de Oxford e Cambridge são espécies de sociedades autônomas, com estatuto, ritos, hierarquia e recursos próprios. Seus membros são estudantes e professores, que ali trabalham, habitam, compartilham refeições etc. É nos *colleges* que se teciam (e ainda se tecem hoje, embora em menor medida) os laços sociais básicos da experiência acadêmica. Finley

seis horas semanais de que dispunha para trabalhar naquele espaço buscando certas marcas de leitura nos livros da biblioteca, na esperança de que anotações de Finley pudessem dizer algo do uso de autores que ele próprio reconhecia como cruciais em sua formação, como Karl Marx e Max Weber. Nada havia, entretanto, de animador nesse sentido naqueles livros – quase todos sem vestígio aparente de manuseio. Ao mesmo tempo, a recorrência de outros tipos de marcas, não gravadas por Finley, chamava atenção: as dedicatórias manuscritas dos livros a ele enviados por *scholars* de dentro e fora da Inglaterra. A abundância de notas e a efusividade de algumas delas em livros recebidos de classicistas italianos e franceses, assim como de colegas dos departamentos de Antropologia e de Ciências Políticas e Sociais de Cambridge, contrastavam com o silêncio dos livros de autoria dos colegas de Finley da Faculdade de Clássicos.¹⁹ Isoladamente, aquilo não dizia nada, mas o perfil dos helenistas e romanistas que emergia das minhas primeiras leituras dos obituários sugeria que Finley se distanciava das propriedades típicas dos classicistas britânicos, e as dedicatórias por sua vez davam pistas de que sua inscrição social em Cambridge caracterizara-se, ao menos a princípio, pelos vínculos estabelecidos com gente *de fora* da Faculdade de Clássicos. Na *Finley Collection*, tive também acesso a enorme número de resenhas e ensaios escritos por Finley e publicados nos suplementos culturais dos grandes jornais ingleses. Ali era possível vê-lo comunicar a um público composto também por não-classicistas sua percepção da existência de uma “crise nos Clássicos” e a conseqüente importância de se os “descongelar”.²⁰

Minha leitura tanto dos obituários quanto das dedicatórias e dos artigos de jornal eram influenciadas por uma terceira frente de atuação: entrevistas, realizadas num registro mais ou menos formal, com ex-colegas de Finley. Evidentemente, diante de alguém que lhes anunciava o propósito de estudar a importância de Finley para os debates sobre a “economia antiga”, os entrevistados tendiam a enfatizar tudo o que a

dirigiu entre 1976 e 1982 o Darwin College, um dos mais novos de Cambridge e o único que acolhe estudantes exclusivamente da pós-graduação.

¹⁹ A Faculdade de Clássicos de Cambridge reúne historiadores, arqueólogos, filólogos e filósofos estudiosos das sociedades grega e romana. Eu sabia quem eram seus membros, mesmo os mais obscuros, porque paralelamente compilava na biblioteca da Universidade as listas dos membros da Faculdade de Clássicos entre 1954 e 1986, publicadas anualmente em boletins administrativos. O *Cambridge University Reporter* (CUR) foi outra das ferramentas indispensáveis para a realização da pesquisa.

²⁰ Tais expressões dão título a dois dos ensaios publicados por Finley em jornais: “Crisis in the Classics”, *The Sunday Times* (24 de março de 1963) e “Unfreezing the Classics”, *Times Literary Supplement*, 7 de abril de 1966.

seus olhos singularizava aquele historiador, eventualmente ecoando as alusões, recorrentes nos apanhados biográficos e bibliográficos de Finley, a sua vida “pouco comum”.²¹ Mesmo considerando esse viés dado de princípio na situação da entrevista, as referências que eu colhi a Finley como alguém de trajetória e comportamento atípicos no universo da *classical scholarship* revelar-se-iam mais do que meramente circunstanciais. E a singularização de Finley passava, em todas as entrevistas, pela referência implícita a um jogo de oposições que deixava entrever alguns dos traços definidores do pertencimento à *classical scholarship* nas décadas de 1950 e 1960: ser cristão (anglicano) e ter formação nas escolas de elite britânicas (*versus* ser judeu e formado nos Estados Unidos, como Finley); ter o Latim e o Grego como base da profissão (*vs.* domínio precário desses idiomas); ter postura pública circumspecta frente a colegas e alunos (*vs.* “conhecer todo mundo”, ser capaz de “comunicar-se com os jovens”, ser um “homem interessante”); ser politicamente pouco atuante ou conservador, quando não “reacionário” (*vs.* simpatizar com militante de esquerda exilados, discutir política e ter ligações com o Partido Comunista). Ademais, eu procurava ouvir dos entrevistados mais do que suas reminiscências de Finley: tratava-se também de sondar o que eles tinham a dizer de seus próprios caminhos na profissão de classicista. Ouvir relatos de quem não se considerava um “bom lingüista” e por isso não alimentara inicialmente a expectativa de seguir carreira acadêmica; de quem, sem conhecimento prévio do idioma grego, conseguira converter-se aos Estudos Clássicos graças à possibilidade aberta pela mudança nas regras para ingresso na Faculdade; de quem demarcava a sucessão de etapas na carreira pela referência a professores que lhe houvessem aberto portas (ou a “cabeça”) – tudo isso me permitiu começar a dimensionar o lugar do aprendizado do Latim e do Grego na formação de classicista, a atentar para as mudanças do sistema educacional em relação ao ensino das línguas e a observar os sentimentos de gratidão e de dívida constitutivos das relações entre “mestres” e “pupilos” naquele universo.

As questões que haviam ganhado forma a partir daquele mês de trabalho em Cambridge serviram de norte às atividades desenvolvidas quando retornei à cidade, em

²¹ Veja-se, por exemplo, R. Di Donato, “The Moses Finley’s Papers: una introduzione”, *Opus* VI-VIII, 1987-1989, pp. 261-64 (“Moses I. Finley morreu em Cambridge no dia 23 de junho de 1986, poucas horas depois do desaparecimento de sua esposa, Mary. Juntos, eram plenos de humanidade, ainda que em razão de um *experiência de vida pouco comum*, compartilhada por mais de cinquenta anos” [p. 261; ênfase minha]).

março de 2006 – dessa vez para um estágio de 10 meses. Embora eu tenha então expandido meu leque de leituras sobre classicistas e voltado a conversar com alguns dos ex-colegas de Finley, a rotina da pesquisa daquele período foi dominada pelo trabalho arquivístico. Os *Finley Papers (FP)* compõem-se de vinte caixas de arquivo, que contêm um número variável de pastas onde se guardam parte da correspondência passiva e ativa do historiador, recortes de jornal, folhas avulsas com notas sobre textos antigos e modernos, rascunhos de textos, separatas de publicações, entre outros itens.²² Esse material foi em grande parte organizado pelo próprio historiador, tendo sido reclassificado depois de sua morte pelo helenista italiano Ricardo di Donato.²³

Nos meses anteriores à consulta dos *FP*, ao apresentar os resultados parciais da pesquisa no Exame de Qualificação e em algumas comunicações em congressos, eu havia arriscado uma primeira caracterização de Finley como um *outsider* na *classical scholarship* britânica – alguém cuja marginalidade permitira o cultivo de disposições heréticas em matéria de história econômica antiga e favorecera o estabelecimento de conexões externas aos Estudos Clássicos britânicos pelas quais aquelas disposições ganhavam legitimidade. O trabalho de arquivo permitiu compreender as circunstâncias da ida de Finley para a Inglaterra, e assim atacar um dos pontos frágeis da hipótese inicial sobre o *outsider*: como era possível que um historiador estadunidense a quem faltassem as credenciais de classicista de excelência (segundo os parâmetros britânicos) conseguisse ser convidado a lecionar nas mais reputadas universidades do Reino Unido? Nos *FP* encontraram-se elementos para sustentar que Finley fora *a princípio* chamado a ir para Cambridge – e também a Oxford – graças a uma *solidariedade de corporação* avivada após sua demissão da Rutgers; e que, uma vez em Cambridge, em meio a deslocamentos dos Estudos Clássicos na hierarquia dos saberes universitários, ele encontrara condições favoráveis para, a partir de uma posição inicialmente marginalizada, propor “novas” concepções de “economia antiga” a um auditório de

²² Há ainda três caixas menores, que guardam pequenos cadernos não classificados (muitos deles com breves anotações de rotina de sala de aula por Mary Finley, esposa de Moses). O arquivo pertence legalmente ao Darwin College, mas encontra-se sob guarda do setor de manuscritos da biblioteca central da Universidade de Cambridge.

²³ Di Donato foi convidado para essa tarefa por C. R. Whittaker, executor testamentário de Finley. Di Donato apresentou o arquivo em “The Moses Finley’s Papers”, op. cit., e reproduziu seu catálogo também na edição de 1987-1989 da *Opus* (Rivista Internazionale per la storia economia e sociale dell’antichità), pp. 316-320. Além de Di Donato, há apenas duas outras publicações que fazem referência aos *FP*: M. Nafissi, *Ancient Athens & Modern Ideology* (op. cit.) e D. Tompkins, em seu comentário do livro de Nafissi na *History and Theory* (op. cit.).

acadêmicos (não necessariamente classicistas) social e intelectualmente adequados para, mesmo sem necessariamente tomar essas concepções por válidas, ao menos debater sua validade nos termos em que Finley as propunha.

A estrutura desta tese segue a cronologia desses investimentos de pesquisa, e caminha, num movimento de afunilamento das questões, numa direção retrospectiva, do início dos anos 1970 a meados da década de 1950 (o percurso admite, no entanto, mais de um salto para trás ou para frente desse período). O primeiro capítulo, “Uma anatomia de *A Economia Antiga*”, examina as concepções de história econômico-social do mundo antigo defendidas por Finley. A partir de uma análise de seu *Ancient Economy* e de algumas das primeiras reações suscitadas pela publicação do livro, procura-se identificar as teses e os procedimentos que contribuíram para dar a tais concepções um caráter conseqüente nos debates sobre a “economia antiga”. Chama-se a atenção para o estabelecimento, num jogo de cumplicidade entre Finley e seus comentadores, de certos marcos discursivos: a insistência em um *corte* conceitual entre “antigos” e “modernos”; o emprego freqüente de uma retórica da comparação e da polêmica, a engajar um leque amplo de interlocutores nas discussões empreendidas no livro; e os sucessivos movimentos de aproximação e afastamento dos dados antigos, traduzidos nos procedimentos metodológicos da modelização e da compreensão.

O capítulo seguinte, “Um modelo em construção”, trata de um trabalho social e epistemológico de inculcação de certos modos de perceber a “economia antiga” que precedeu a consagração das concepções destrinchadas no capítulo 1. A princípio, enfatizam-se as vicissitudes que marcaram a história intelectual dos debates acadêmicos modernos sobre a vida econômica na Antigüidade, na contramão de sua representação corrente como controvérsia de núcleo invariável. Em seguida, revisitam-se alguns textos de autores que se pronunciaram sobre a “economia antiga” na década de 1960. Em livros, artigos, resenhas, comunicações em congressos e em correspondência privada, acadêmicos como Finley, G. E. M. de Ste Croix, Peter Brunt, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Claude Mossé, entre outros, entabularam uma espécie de fórmula para retratar o estado das pesquisas de história econômica antiga e prescrever soluções à situação que acreditavam caracterizada por um impasse entre concepções “modernizantes” e “primitivistas”. Argumenta-se então que a evocação contínua desse “impasse” produzia um efeito catalisador dos debates, ensejando a mobilização de um

repertório de conceitos e autores ditos “apropriados” para o estudo da “economia antiga”. Por fim, procura-se avançar algumas hipóteses sobre a razão de um modo específico de conceber história econômica, avesso a “anacronismos” e cioso das diferenças irredutíveis entre mundos “antigo” e “moderno”, ter atraído a simpatia daqueles autores nos anos 1960.

Segue-se a parte biográfica da tese (capítulos 3-5), que se ocupa de elucidar as condições que tornaram possível a construção do protagonismo finleyniano em matéria de história econômica antiga. De maneira geral, testam-se, a propósito de um historiador de destaque, os princípios que Norbert Elias adotou no estudo da biografia de Mozart: a vocação é construída e o “talento” é apenas uma das condições do êxito, mesmo em um caso extremo de criação artística, como o que examinava Elias, e mesmo em outras esferas de “criação”, como a historiográfica, que aqui se analisa.²⁴

Assim, o terceiro capítulo, “Demissão e visibilidade”, descreve as circunstâncias da saída de Finley da Universidade de Rutgers e de seu estabelecimento na Universidade de Cambridge em 1955. A atenção a certas minúcias desse processo permite contradizer idéia, presente por vezes em estado implícito nas notícias biográficas de Finley, desse historiador como alguém que fez a si mesmo; e dá elementos para situá-lo em relação ao universo da *classical scholarship* britânica à qual ele se vincularia em meados da década de 1950.

O quarto capítulo, “A trajetória errante de um prodígio”, examina os primeiros anos da atuação profissional de Finley como historiador. Ainda carregando seu nome de nascença, “Finkelstein”, ele viveu grande parte das décadas de 1930 e 1940 confrontado simultaneamente com confirmações de sua excelência acadêmica (que nele se reconheceu quando ainda adolescente) e com dificuldades para se estabelecer na carreira. Não é fortuito, portanto, que se recorra aqui à noção de *trajetória*, com a qual se tenta escapar à armadilha de representar a série de posições sucessivamente ocupadas por Finley como uma “história de vida” coerente e orientada para o êxito. Entende-se assim que suas oscilações nesse período, inscritas que estavam em suas disposições para agir no mundo acadêmico e nas apreciações de que era comumente objeto, tiveram

²⁴ N. Elias, *Mozart. Sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro, Zahar, 1995. O argumento de Elias, que aqui se traduz em uma proposição simples, tem sua força na *demonstração* da interdependência entre demandas de um mercado musical constituído nas cortes européias do século XVIII e o desenvolvimento artístico de Mozart.

implicações na posição que ele viria a ocupar nos primeiros anos que viveu na Inglaterra.²⁵

A inserção no universo acadêmico britânico é objeto do capítulo 5, “Vícios e virtudes dos estigmas”. A mudança para a Inglaterra foi um episódio crucial na carreira do historiador, mas não se deu sem dificuldades. Sendo professor estrangeiro em um ambiente afeito à reprodução social endógena como os Estudos Clássicos em Cambridge e um autodidata nas línguas clássicas em meio a lingüistas profissionais, Finley não *desenvolveu sua posição* – e aqui se recupera uma formulação sua – facilmente. Em meio às transformações por que passavam os Estudos Clássicos na Inglaterra, porém, ele pôde converter seus estigmas – espécie de atributos de descrédito social incompreensível fora das relações em que está imerso aquele que o sofre²⁶ – em trunfos de “inovação”.

Nas “Considerações finais”, são retomados os principais argumentos da tese e sinalizados alguns caminhos de investigação de história da historiografia que ela pode sugerir.

Incluí nos anexos da tese o catálogo do arquivo de Finley e boa parte dos documentos inéditos aqui citados. Evitei, no entanto, reproduzir documentos ou trechos que pudessem implicar qualquer espécie de constrangimento para as pessoas citadas.

²⁵ O conceito de “trajetória” é explorado em diversos trabalhos de P. Bourdieu, mas tem uma formulação explícita e sintética em seu “L’illusion biographique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 62, n. 1, 1986, pp. 69-72; mas cf. também P. Bourdieu, “La representation de la position sociale”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 52, n. 1, 1984, pp. 14-15, para a idéia de que “a posição social, efetiva ou potencial, é objeto de percepções e apreciações que dependem da trajetória passada (...)”. Não é outra coisa senão a concepção difundida de “história de vida” o que está em jogo na representação dupla de Finley como o “aprendiz sério” na juventude e “artesão mestre” na maturidade, proposta por M. Nafissi, *Ancient Athens and Modern Ideology*, op. cit., pp. 191-234.

²⁶ A definição é de E. Goffman, *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. Nova York, Penguin, 1968 (1963).

Capítulo 1

Uma anatomia de *A Economia Antiga*

I. Uma proposta de leitura

Assim como freqüentemente ocorre entre leitores de autores destacados nas Humanidades, os comentadores de Finley fizeram do legado desse historiador um objeto de disputas. A cada nova glosa desse ou daquele texto, travam uma luta para determinar a mais fiel das interpretações e, por conseguinte, para se apropriar da “verdade” da “obra” finleyniana – uma “verdade” passível de conversão em um legado próprio do comentador. Em comparação a comentários sobre escritores tornados cânones em certas áreas da Filosofia, das Ciências Sociais e da Literatura, as discussões sobre o trabalho de Finley têm menor grau de autonomia relativamente ao referente externo da obra em questão: debater Finley é no mais das vezes debater o “mundo antigo” de que ele se ocupou; equivale assim a corrigir ou defender o autor no ato mesmo da produção de conhecimento sobre a Antigüidade Clássica. A bem da verdade, porém, as controvérsias a propósito dos antigos travadas *via* Finley não deixam de se prestar à proliferação de entendimentos distintos, não raro opostos, quanto ao que “de fato” disse o autor e ao “valor” do que foi dito. Na sucessão de apreciações conflitantes sobre Finley, é possível ver operar um mecanismo caro ao gênero do comentário, que faz dos desacordos (quanto à natureza e ao mérito da “obra”) a face visível do acordo (quanto ao valor do estudo da “obra”) que os sustenta.

Para os propósitos de um estudo da construção do protagonismo finleyniano nos debates sobre a economia da Antigüidade greco-romana, faz-se necessário escapar aos vícios que caracterizam os comentadores e adotar uma estratégia que não passe simplesmente por estimar as qualidades perenes ou inatuais daquilo que se convencionou chamar o “modelo” de Finley. É ocioso proceder aqui a um expediente exegético que se imagine capaz de restituir uma verdade textual e de, ao fazê-lo, dizer algo de substantivo sobre o “mundo antigo” ou dotar os trabalhos de Finley de uma coerência estética que o justifique como objeto de estudo. A interpretação proposta a

seguir de alguns textos de Finley, em especial de um livro seu, serve a outro fim: trata-se de examinar algumas concepções de história econômico-social da Antigüidade Clássica a partir de elementos que se mostraram conseqüentes na consagração dessas concepções como teoria de referência dos historiadores da “economia antiga”. Para tanto, não entram em consideração unicamente os aspectos do “modelo” finleyniano apontados como importantes pelos intérpretes: interessa tudo aquilo inscrito em uma zona de cumplicidade entre autor e críticos, reconhecido entre eles, e mesmo além deles, como crucial na composição de um quadro geral de proposições sobre a “economia antiga”.

Um livro de Finley em particular assume um lugar crucial na análise que se avança neste capítulo: *The Ancient Economy*, publicado simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra em 1973. *AE* foi a rigor precedido por duas décadas de investimentos sistemáticos por Finley no campo da “economia antiga”, e a reputação do autor como *scholar* foi sedimentada por meio de pesquisas realizadas nesse âmbito. O interesse de Finley por economia se entretivera de modo intermitente até meados dos anos 1940, mas dali em diante ganhou uma expressão regular em pesquisas sobre relações de crédito, Homero, escravidão, comércio, inovação tecnológica, Aristóteles e cidades. De maneira geral, *AE* sintetiza os resultados dessas pesquisas, que Finley concluía ou ainda desenvolvia à época, e que até então dera a conhecer em artigos, *papers* lidos em congressos e cursos ministrados em Cambridge. No entanto, ainda que muitos desses textos tenham repercutido junto a classicistas, historiadores e cientistas sociais, aos olhos do observador distante no tempo é somente com *AE* que as reações às concepções de história econômico-social desenvolvidas por Finley ganham corpo. Em outras palavras, a enxurrada de resenhas e comentários de que *AE* foi objeto, assim como as reações que isso gerou, como que ilumina momentaneamente aquela zona de cumplicidade formada entre os veiculadores do livro na apreensão do “modelo” finleyniano.

Nisso reside uma razão estratégica para fazer incidir sobre *AE* o foco principal (embora não exclusivo) da exposição subsequente. Outra razão, de ordem pragmática, decorre de ser *AE* um ensaio único, concebido e percebido como uma síntese, a qual compreende de um modo ou de outro todos os tópicos inscritos nessa temática que

Finley freqüentou antes e depois de 1973. *AE* é, portanto, um ponto de referência confiável na tarefa de destrinçar as visões finleynianas sobre a vida econômica antiga.

II. Um livro “essencialmente finleyniano”

Ao ser publicado no segundo semestre de 1973, *The Ancient Economy* já carregava o selo de um livro de autoridade. O peso que lhe foi conferido dentro e fora do círculo de especialistas²⁷ de certo modo precedia o fato mesmo da publicação. No ano anterior, Moses Finley havia sido o ocupante de uma cadeira célebre entre classicistas europeus e estadunidenses, a *Sather Professorship of Classical Literature*. Tratava-se de um posto periodicamente oferecido pela Faculdade de Clássicos da Universidade da Califórnia a acadêmicos renomados para que ministrassem algumas palestras e um curso sobre um tópico relacionado à Antigüidade greco-romana. O contrato estabelecido entre a Universidade e o *Sather Professor* previa em regra a possibilidade – quase sempre concretizada – de publicação das palestras pela editora universitária. O texto que Finley leu perante a platéia de Berkeley nos meses iniciais de 1972 era uma versão preliminar de *AE*, e desde então se sabia que um livro sobre “economia antiga” provavelmente se originaria daquela ocasião.²⁸

Àquela altura, a atuação de Finley como historiador de História Antiga, sobretudo como especialista da temática freqüentada em *AE*, era conhecida e reconhecida dentro e fora da profissão. A proposta para uma temporada como *Sather Professor* lhe fora feita com uma antecedência de cinco anos, em 1967. O prestígio envolvido no convite e na investidura do posto era um dos indicadores de que “Finley”, o *nome*, ganhara o status de um bem de valor elevado entre classicistas na década de

²⁷ *AE* obteve um significativo reconhecimento mundano, tendo rendido a seu autor o Wolfson Literary Award de 1974. Até 1979, teve traduções em alemão, espanhol, francês, italiano, português.

²⁸ Uma das resenhas de *AE* inicia-se com um parágrafo didático a propósito da importância das *Sather Lectures* entre romanistas e helenistas: “As *Sather Classical Lectures* têm sido uma das mais bem-sucedidas séries acadêmicas deste século. Os volumes publicados com base nas palestras lograram repetidas vezes contribuições importantes para nosso conhecimento e nossa compreensão da Antigüidade. Sobretudo, a série deu a grandes eruditos do nosso passado clássico a oportunidade de saírem um pouco dos detalhes e das minúcias cuidadosas de seus trabalhos e apresentarem um panorama e uma síntese de sua obra de modo conceitualmente mais amplo (...).” (J. Oates, em *Europa*, vol. 5, n. 1, 1982, p. 75). Vale notar que o fato de as origens do livro passarem pelas conferências da Califórnia não escapou a quase nenhum dos classicistas que comentaram a publicação do livro (inversamente, historiadores e cientistas sociais de maneira geral passaram ao largo da *Sather Professorship* de Finley).

1960.²⁹ Nos anos imediatamente anteriores às palestras da Califórnia, a reputação de Moses se cristalizara em distinções que o haviam elevado ao mais alto grau da hierarquia acadêmica britânica: em 1970, elegera-se *Professor of Ancient History* da Universidade de Cambridge;³⁰ em 1971, também por meio de uma eleição, tornara-se membro da British Academy (Academia Britânica de Humanidades e Ciências Sociais).³¹

A que espécie de livro se associava, naquele momento, a rubrica de “M. I. Finley”, *Sather Professor* de 1972, “*Professor of Ancient History, University of Cambridge*”, conforme se registrava na folha de rosto da primeira edição? *AE* foi escrito em 1971, revisto em 1972 e entregue para publicação em 1973. Em relação às conferências que o haviam originado, explicava Finley, o livro trazia “mudanças e amplificações consideráveis” geradas em um ano de trabalho (*AE*, 9). Mesmo assim, conservava algo da forma de sua primeira elaboração: de seu estilo foi dito ora tratar-se afortunadamente de um “inglês legível”, ora inscrever-se de maneira imprópria em um registro de oralidade.³² A ausência de longas discussões técnicas ou de citações em latim ou grego, a reprodução transliterada de termos específicos desses idiomas, a enumeração prévia de “datas para orientação” e do nome de “alguns imperadores romanos” tinham como efeito possível o alargamento e a diversificação do habitualmente restrito público leitor de trabalhos acadêmicos de História Antiga. *AE*, porém, estava longe de ser uma obra de divulgação. À diferença de quase todos os

²⁹ Foi P. Bourdieu (*Homo Academicus*. Paris, Minuit, 1992 [1984], pp. 11, 18-19) quem chamou atenção para as propriedades do *nome* como bem precioso do universo acadêmico.

³⁰ O termo inglês *Professor* designa normalmente o detentor da mais elevada patente acadêmica britânica; em Cambridge, corresponde ao cume da carreira universitária. *Lecturer* e *Reader* são os graus inferiores ao de *Professor*. A atribuição de cada um desses títulos pressupõe, idealmente, um reconhecimento de mérito, segundo deliberação dos pares de uma faculdade ou departamento. O tempo de serviço na instituição não é um critério determinante na eleição de um *Professor*: quando, por falecimento ou aposentadoria do titular, o posto fica vago, é possível nomear alguém que sequer integre os quadros da universidade. O caso de Finley, no entanto, é o da progressão profissional dentro da Universidade: foi *Lecturer in Classics* entre 1955 e 1964 e *Reader in Ancient Social and Economic History* entre 1964 e 1970.

³¹ A principal distinção extra-acadêmica alcançada por Finley viria anos depois da publicação de *AE*, em 1979, quando a Rainha Elizabeth II o nomeou Cavaleiro (*Sir*) do Império Britânico.

³² O inglês legível é a credencial atribuída ao livro pela contracapa de uma edição da Penguin Books de 1992. Para a condenação das marcas de oralidade, veja-se a resenha de K. Bradley em *American Journal of Philology*, vol. 96, n. 1, Spring 1975, pp. 96-99. Também o resenhista anônimo do *Times Literary Supplement* (25 de janeiro de 1974, pp. 79-80) observou de saída que “a necessidade de condensar, omitir e ao mesmo tempo interessar a platéia moldou o livro” e evocou adiante o efeito perverso da forma de *AE* a propósito de uma das hipóteses ali avançada: “Como técnica retórica de um palestrante, essa questão foi provavelmente eficaz. Mas ela exemplifica a afirmação, feita com frequência, de que boas palestras não resultam necessariamente em bons livros.”

livros até então publicados pelo autor³³, comunicava uma profusão de signos legíveis apenas para os iniciados em uma linguagem academicizada: 397 notas de referência, bibliográficas e/ou explicativas, assinaladas ao longo de 159 páginas de texto corrido e dispostas por 34 páginas de um livro de 222, pautavam não apenas a forma como o conteúdo do livro, constituindo, mais do que protocolo de erudição, uma arma essencial do expediente da polêmica de que se valia o autor em sua argumentação. Era por isso um livro “essencialmente finleyniano”, nas palavras de um comentador tardio, que anotou ainda a ambivalência de uma escrita que entrelaça convenções formais do especialista e apresentação romanceada dos argumentos:

O estilo de prosa é discursivo: a leitura é agradável e prende o leitor. Finley não demonstra a todo tempo sua erudição, seja ela substantiva ou comparativa; escolhe seus exemplos antigos com cuidado e descarta discussões teóricas extensas. Para os leitores acostumados quer com a erudição clássica convencional, com sua massa de referências a literatura secundária e discussão detalhada de passagens específicas de textos antigos, ou para aqueles que vêm das ciências sociais, em que proposições explicitamente afirmadas são a norma, [seu estilo] pode certamente ser (como apontam Shaw e Saller) “não-convencional, enigmático e mesmo desconcertante”. É sabidamente difícil encontrar uma ou duas frases nos artigos ou livros de Finley que sirvam para resumir o conjunto de seu argumento. Há passagens assim em *The Ancient Economy*, mas elas raramente chamam a atenção de leitores de primeira viagem em meio à suavidade geral do texto.³⁴

A escrita sinuosa – “não-convencional”, “enigmática”, “desconcertante” – é marcada por freqüentes excursos polêmicos e por historietas evocativas ou comprobatórias de algum argumento (seja ele amplo ou restrito na economia geral do texto). *AE* é iniciado com uma dessas historietas – sobre um livro de filosofia moral escrito no século XVIII – e tem parte significativa de sua argumentação lavrada em pequenas e grandes polêmicas. Ao contrário, porém, de quase todos os textos de Finley, *AE* parecia conter uma tese – uma tese principal – claramente discernível em partes distintas do livro. Tratava-se ali de aferir o “lugar dos fatores econômicos na vida e na história dos estados antigos e caracterizar a economia do mundo greco-romano”, segundo se lê na resenha favorável do *Journal of Hellenic Studies*; de fazer “uma

³³ À exceção de *LC*, sua tese de doutorado publicada em 1952, e dos livros que publicou como organizador.

³⁴ I. Morris, “Foreword”, in M. I. Finley, *The Ancient Economy*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1999, pp. ix-xxxvi (citação p. ix). O texto de Brent Shaw e Richard Saller a que Morris se refere é a introdução de *ES*.

advertência mais extensa sobre o vão que separa a oikonomia das economias modernas”, no veredicto da resenha negativa do *Journal of Roman Studies*.³⁵ O lastro da argumentação era a contraposição entre economias de “antigos” e “modernos”, segundo sugeria o título da tradução italiana de *AE: L’economia degli antichi dei moderni*. E o próprio autor, embora avesso a prefácios ou introduções que duplicassem o argumento de seus textos, não se furtou a fazer ele mesmo uma caracterização de “caráter comercial” do livro nos seguintes termos:

Em A Economia Antiga, o Professor Finley faz a primeira tentativa de uma formulação sistemática dos conceitos pelos quais a economia dos gregos e romanos antigos pode ser analisada e para a qual as categorias modernas – capital, trabalho, investimento, mercado, crédito – não podem ser automaticamente empregadas.³⁶

A formulação de conceitos de análise da economia de gregos e romanos era apresentada como algo a que “não se chamaria ‘história econômica’” (*AE*, 9). *AE* era um livro também para consumo de historiadores econômicos de História Antiga, destinado a refletir sobre um tema – estrutura, caráter e operação da “economia antiga” – que àquela altura lhes era caro. A pretensão de constituir-se em matriz de proposições gerais, contudo, conferia-lhe um verniz sociológico incomum para os padrões de ordenamento cronológico e/ou monográfico do assunto que haviam tradicionalmente prevalecido entre classicistas. Não obstante serem mudança e variação “preocupações constantes”, e apesar de existirem “muitas indicações cronológicas” no livro (*AE*, 9), não se encontraria ali uma caracterização passo a passo da economia em cada uma das “idades” da Grécia, ou uma narrativa que se estendesse das comunidades primitivas romanas até o colapso do Império – estilo ao qual, segundo Finley (cf. *AH*, 104-108), a natureza lacunar das fontes antigas se prestava muito mal.

A recusa do rótulo de “história econômica” – que mais de uma vez se atribuiu exclusivamente ao epíteto “econômica”³⁷ – traduzia, assim, uma tomada de posição

³⁵ Cl. Mossé, em *Journal of Hellenic Studies*, Vol. 94, 1974, pp. 222-224 (p. 222 para a citação); e M. Frederiksen, em *Journal of Roman Studies*, vol. 65 (1975), pp. 164-171 (p. 164 para a citação).

³⁶ O mesmo trecho se encontra na contracapa da edição original de *AE*. Pude atestar que se tratava de palavras do autor na carta por ele enviada em fevereiro de 1975 à editora Minuit, responsável pela tradução francesa do livro. *FP*, Box 12, E17.

³⁷ Por exemplo, numa das mais conhecidas apreciações de *AE*, entendeu-se a afirmação de Finley de que “este [*AE*] não é um livro daquilo a que se chamaria história econômica” (*AE*, 9) como uma alusão ao fato de o autor “não descrever ‘a economia’ da maneira usual” (M. Frederiksen, op. cit., p. 164). Algo semelhante se observa em S. Hornblower, “Ancient Light”, em *Spectator*, 3 de novembro de 1974, pp. 581-82.

epistemológica. Havia aí uma demarcação de diferenças em relação aos pares: o principal representante do cânone dos estudos econômicos sobre a Antigüidade Clássica no mundo anglo-saxão, Michail Rostovtzeff, compusera uma “história econômico-social do Império Romano” que se estendia das guerras civis na Itália nos séculos II e I a.C. à queda de Roma.³⁸ Estava em jogo também uma mudança de postura por parte do próprio autor de *AE*, que até o início dos anos 1950 alimentara a esperança de produzir estudos em série sobre práticas de negócios nas cidades gregas, como se ainda despreocupado com os problemas de documentação que tal empreitada implicasse.³⁹ A nova orientação de Finley foi esboçada pouco após sua chegada à Inglaterra – em um momento em que sua incorporação ao universo acadêmico daquele país era ainda incompleta, quicá precária – e talvez por isso tenha se desenhado inicialmente como afronta aos que até então haviam se aventurado em uma “história econômica” da Antigüidade Clássica: “(...) definitivamente”, diria ele em 1956 (um ano após seu estabelecimento em Cambridge) em carta a um antigo colega da Universidade de Columbia, “estou escrevendo uma Economia Antiga (escolha estranha de palavras proposital, para evitar História Econômica)”.⁴⁰ “O título deste volume é preciso”, advertiu Finley dezessete anos depois, na primeira frase do prefácio de *AE*, para em seguida dedicar o primeiro capítulo a justificá-lo.⁴¹

³⁸ M. I. Rostovtzeff, *The Social and Economic History of Roman Empire*, 2 vols. Oxford, Clarendon Press, 1957 (1926).

³⁹ Assim, ao apresentar em 1947 um projeto ao *Social Science Research Council* com vistas à obtenção de uma bolsa para a conclusão do Doutorado, Finley descreveu suas ambições como pesquisador para os anos seguintes: “Em matéria de pesquisa, eu proponho estender minhas investigações das práticas econômicas antigas [até então centradas no período clássico da história grega] aos mundos helenístico e romano. Espero que ao fim esses estudos culminem em uma história econômica da Antigüidade.” Citado por B. Shaw, “The Early Development of M. I. Finley’s Thought: the Heichelheim Dossier”, *Athenaeum*, Fasc. 1, 1993, p. 198.

⁴⁰ Carta a Bovie em 25 de março de 1956, em *FP*, Box 1, A10. Escrever sobre a “economia antiga” não era o único dos projetos que moviam Finley, embora se possa inferir de suas principais publicações nos anos seguintes tratar-se de seu principal investimento propriamente *acadêmico*.

⁴¹ “The Ancients and Their Economy”, *AE*, 17-34; notas: pp. 179-183.

RESENHAS DA EDIÇÃO ORIGINAL DE *AE*: A MENSAGEM DO LIVRO NA CRÍTICA DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS MODERNAS

Simon Hornblower, em *Spectator*, 3 de novembro de 1973, pp. 581-582.

“... é parte da tese de Finley que a linguagem da economia moderna não pode, sem mais, ser usada para analisar um período em que a ‘ciência da economia’ ainda não existia.” (p. 582)

Stewart Irving Oost, na *Chicago Review*, vol. 25, n. 4, 1974, pp. 147-148

“É possível dizer que o propósito do último livro de Finley é dissipar e corrigir anacronismos, concepções equivocadas e inocência por parte de historiadores modernos. É um lugar comum óbvio para qualquer estudante da Antigüidade que os antigos não tinham nenhuma teoria econômica, nenhuma apreensão da economia como um fator na história ou na sociedade.. ainda assim, provavelmente a maioria dos historiadores modernos da Antigüidade... procedem, na maioria das vezes inconscientemente, deduzindo motivos dos fatos exatamente como se acreditassem no inverso do que afirmam explicitamente.” (p. 147)

John Bossy, em *Encounter*, vol. XVII, n. 5, maio de 1974, pp. 77-79

“... o tema do livro (...) é a implicabilidade da ciência da “economia” [*economics*] tal como atualmente entendida às realidades do mundo antigo.” (p. 77).

Lionel Casson, na *American Historical Review*, vol. 79, n. 4, outubro de 1974, pp. 1151-1152

“Na verdade, toda a força do livro de Finley é tornar absolutamente claro que nos tempos antigos tanto indivíduos como estados pensavam primordialmente em termos políticos, sociais e psicológicos e apenas secundariamente em termos econômicos”. (p. 1151)

Floyd Seyward Lear, na *Business History Review*, vo. 48, n. 4, Winter 1974, pp. 577-79

“... Finley observa que os procedimentos quantitativos somente se podem aplicar com dificuldades à economia antiga. Conceitos modernos de um sistema econômico e análise econômica são inaplicáveis à sociedade antiga, pois é impossível basear leis de comportamento econômico baseadas em uniformidades estatísticas. (...)”

Conseqüentemente, não podemos interpretar a economia antiga de acordo com conceitos modernos.” (p. 577)

W. R. Connor, em *Arion*, New Series 1/4, 1973-74, pp. 731-739

“Muitas dessas questões [presentes nas discussões atuais sobre a vida econômica dos antigos] são focalizadas pelo trabalho mais recente de Moses Finley, *The Ancient Economy*, as Sather Lectures de 1972. O primeiro capítulo, em particular, levanta a ‘questão de método fundamental’ – ou, mais precisamente, a premissa fundamental de que os modelos e os conceitos econômicos modernos (...) não podem ser aplicados para as sociedades da Grécia e da Roma antigas.” (p. 734)

Keith Bradley, no *American Journal of Philology*, Vol. 96, n. 1 (Spring, 1975), pp. 96-99.

“Os esforços de historiadores para explicar a vida econômica da Antigüidade Clássica no geral procederam, até recentemente, a partir de idéias de comportamento derivadas do desenvolvimento complexo da teoria econômica que dominou cada vez mais a sociedade moderna desde o século XVIII. Na versão publicada das *Sather lectures* de 1972, o *Professor* Finley argumenta, de modo persuasivo e com um enorme fôlego, contra tais abordagens baseado no fato de os conceitos inerentes a doutrinas econômicas modernas – ‘trabalho, produção, capital, investimento, rendimento, circulação, demanda, empreendedor, utilidade’ – serem completamente estranhos ao pensamento antigo.”

Barry Hindess, em *Sociological Review*, vol. 23, n. 3, 1975, pp. 678-697

“Em *The Ancient Economy*, Finley nota que um dos maiores problemas a confrontar a investigação da vida econômica do mundo antigo é que os antigos não têm conceito de economia como estrutura diferenciada de relações sociais. Precisamos portanto construir nossos próprios conceitos para lidar com a economia. Mas, como eu sugeri, as tentativas de Finley redundam em pouco mais do que uma recapitulação do argumento de Polanyi de que as categorias da economia de mercado não são pertinentes para economias não mercadológicas [*non-market economies*]. É-nos oferecida, com efeito, uma série de avaliações descritivas de como traços da vida econômica antiga diferem dos traços correspondentes das economias capitalistas. A economia antiga é portanto definida meramente em termos de uma série de diferenças governada pelas categorias básicas do sistema de mercado.” (p. 694).

III. “Economia antiga”: as implicações de um binômio

AE se inicia assim pela identificação de duas grandes tradições de entendimento da categoria “econômico”. A mais antiga delas remontava a mais de 2000 anos, e fazia sentido tanto em uma obra como *Oikonomicus*, escrita no século IV a.C. pelo ateniense Xenofonte, quanto em *A Short Introduction to Moral Philosophy*, um guia moral do século XVIII assinado por Francis Hutcheson, professor de Filosofia da Universidade de Glasgow, de quem – conforme Finley observa para demarcar uma ruptura – Adam Smith fora aluno. Nessa acepção, “economia” fazia jus à origem grega do termo, que congrega o vocábulo *oikos* (unidade doméstica, compreendendo espaço físico da casa, família e bens) e a raiz semântica *nem-* (regulamentar, organizar, administrar). Eventualmente, *oikonomia* foi utilizada para expressar a administração de rendimentos públicos, como nos parágrafos de abertura do segundo livro do pseudo-aristotélico *Oikonomikos*, mas esse, segundo Finley, é um exemplo isolado dentre todos os escritos antigos que nos são conhecidos. O outro sentido de “econômico” datava da segunda metade do século XVIII. A partir de escritos sobre comércio, dinheiro, renda nacional e política econômica, a “economia política” adquiriu o sentido de “ciência da riqueza das nações” (*AE*, 21). Sua versão mais curta – “economia”, simplesmente – foi, diz-se em *AE*, uma inovação do século XIX, não consagrada antes da publicação do primeiro volume de *Principles of Economics* de Alfred Marshall em 1890.

Gregos e romanos nunca chegaram a articular em uma unidade conceitual as atividades econômicas em que estavam envolvidos. Finley havia tateado essa questão em artigos que publicou nos anos 1960 sobre comércio e sobre a relação entre inovação tecnológica e progresso econômico⁴²; e a havia enfrentado em um texto sobre Aristóteles que fizera circular no final daquela mesma década.⁴³ Aqui, ante uma certa perplexidade de classicistas e economistas quanto à precariedade da reflexão aristotélica sobre temas econômicos, estabeleceu uma distinção entre análise econômica e observação e descrição das atividades econômicas para concluir que “na *Ética a Nicômaco*, ao invés de uma análise econômica pobre ou insuficiente, é mais correto

⁴² M. I. Finley, “Classical Greece”, *Second International Conference of Economic History*, vol. I, Paris, Mouton/La Haye, 1965, pp. 11-35, e “Technical Innovation and Economic Progress in Ancient World”, *Economic History Review*, 2nd ser., XVIII, 1965, pp. 29-45.

⁴³ “Aristotle and economic analysis”, *Past and Present*, 40, 1970, pp. 3-25. Esse texto foi apresentado por Finley em um grupo de discussão em Oxford no final da década de 1960 e publicado originalmente na Alemanha em 1969.

dizer que não há qualquer análise econômica”, assim como dela “não há sinal” na *Política*.⁴⁴ Em *AE*, Finley estenderia a constatação a outros autores antigos e disso extrairia implicações mais amplas: não se tratava de um lapso intelectual, de “um problema da história das idéias no sentido estrito”, mas de uma “consequência da estrutura da sociedade antiga” (*AE*, 21). Assim, “como hipótese de trabalho”, ele sugeria em 1973 que jamais ocorreu o desenvolvimento de uma ciência econômica na Antigüidade porque a sociedade antiga não teve um sistema econômico que constituísse “um enorme conglomerado de mercados interdependentes” (*AE*, 22)⁴⁵; que a ausência de um pensamento genuinamente econômico entre os antigos indicava um comportamento *institucional* específico. Diante disso, era “uma questão de método fundamental” (*AE*, 23) “procurar diferentes conceitos e diferentes modelos, apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa” (*AE*, 27).

Das formas de entendimento de economia, o autor passa a considerações sobre o significado do emprego do termo “antigo” (*AE*, 27-34). Finley propõe ali que, a despeito de certa arbitrariedade de periodização, a civilização da Europa possui uma história única, passível de estudo enquanto matéria distinta; o conhecimento do perfil dessa história fornece um senso de diferenças qualitativas entre seus períodos; a história e a pré-história devem permanecer matérias de investigação distintas. À manutenção do rótulo “antigo” para qualificar exclusivamente o mundo greco-romano não se atribuía outra justificativa que não a “tradição” e a “conveniência” (*AE*, 28).

Por fim, o autor faz convergirem suas concepções de “economia” e de “antigo” para justificar o título do livro. *AE* aborda, em números redondos, o período compreendido entre 1000 a.C. (data simbólica do início da “Idade das Trevas” grega) e 500 d.C. Admitindo que o mundo greco-romano conheceu grande variação no tocante a estrutura social, posse da terra e sistema de trabalho, tendo assim se constituído não por *uma* longa história, mas por uma ampla gama de diferentes histórias, Finley descarta a idéia de um mundo economicamente unificado como base para a nomeação de uma “economia antiga”.⁴⁶ Cunhar tal termo em *AE* justifica-se pelo “fato” de que “em seus

⁴⁴ M. I. Finley, “Aristotle and economic analysis”, pp. 15, 18.

⁴⁵ Finley toma por referência a definição de “economia” dada por Erich Roll em *A History of Economic Thought*. Londres, 1945, p. 373 (= E. Roll, *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971).

⁴⁶ Nisto Finley se opunha a Rostovtzeff, op. cit., p. 69: “A Itália como um todo, com suas numerosas cidades, era um mercado gigantesco e rico para o resto do mundo civilizado [no início do século I d.C.]”.

séculos finais o mundo antigo constituiu uma unidade política singular” e uma comum “estrutura cultural-psicológica”. (AE, 34)

O binômio “economia antiga” teria sobrevida acadêmica nos anos seguintes. Ambos os termos constituíram unidades conceituais amplamente debatidas. Entre classicistas, a tomada das histórias de Grécia e Roma em conjunto suscitou inicialmente mais discussão do que em outros círculos. Assim, um romanista próximo a Finley escreveria a propósito de AE que, dadas as diferenças de escala das economias e de sistemas políticos, “a separação convencional entre Atenas Clássica e Império Romano parece oferecer mais” do que sua reunião sob o rótulo “antiga”.⁴⁷ A mesma linha de ataque seria seguida por uma das muitas orientações que proliferaram nos estudos sobre “economia antiga” na década de 1970: os arqueólogos italianos do Istituto Gramsci fizeram da cisão entre as histórias econômicas de Grécia e Roma um dos elementos de diferenciação sua em relação a Finley e aos pesquisadores a ele ligados em Cambridge.⁴⁸

Tomados ou não em conjunto, “Grécia”, “Roma” e seus correlatos – “Itália”, “Atenas”, “Império”, etc. – tiveram a princípio assegurada sua existência como recortes legítimos de pesquisa, como realidades históricas pertinentes para o historiador econômico. Aqueles que empregavam tais categorias não tinham de lutar contra a tendência, na qual hoje em dia se observa uma força significativa, a diluir as fronteiras entre “Ocidente” e “Oriente” e repensar os princípios que autorizam a adesão incondicional a histórias (econômicas ou outras) caracteristicamente “gregas” e/ou “romanas”.⁴⁹ As divisões previstas e prescritas na nomeação de uma Antigüidade “greco-romana” eram de modo geral respeitadas, ainda que a contragosto. Com efeito, um romanista que em 1977 criticou Finley por “considerar a ‘Antigüidade Clássica’, tal

⁴⁷ “The Mediterranean as a market-place”, *Times Literary Supplement*, 25 de janeiro de 1974, pp. 79-80 (citação p. 79). K. Hopkins é referido por Finley como o autor do texto anônimo em um texto inédito, “The Ancient Economy and Its Critics”, Cambridge, mimeo, 7pp.

⁴⁸ Sobre o grupo do Istituto Gramsci, ver L. Canfora, “Antiquisants et marxisme”, *Dialogues d’histoire ancienne*, vol. 7, n. 1, 1981, pp. 429-436; e N. L. Guarinello, “A Economia Antiga e a Arqueologia Rural”, *Clássica*, v. 7/8, 1995, p. 271-283.

⁴⁹ Vejam-se, por exemplo, os esforços recentes de K. Vlassopoulos (*Unthinking the Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007) de repensar, com apoio em uma vasta bibliografia, a dicotomia entre pólis grega e “despotismo oriental” fundada em “postulados profundamente entranhados da teoria social e da escrita da história” (cf. especialmente pp. 97-141; citação p. 147). Sintomaticamente, o livro tem origem em uma tese produzida na Faculdade de Clássicos de Cambridge, onde por mais de duas décadas lecionou Finley, um dos principais alvos de crítica por parte do autor.

como ela é definida pelos programas universitários, como um todo” não podia senão manter-se ele mesmo dentro dos limites estabelecidos pela nomeação de uma economia “romana”.⁵⁰ E a despeito de críticas dessa ordem, a idéia de uma “economia *antiga*” – amparada de fato nos “programas universitários”, para falar como Jean Andreau, que se ensinavam em faculdades e departamentos de “clássicos” na Grã-Bretanha – produziu efeitos no modo pelo qual se organizaram a partir de 1973 as pesquisas universitárias sobre aspectos econômicos das sociedades greco-romanas. *AE*, cujo argumento é desenvolvido com base em mais exemplos romanos do que gregos, foi o primeiro livro de Finley a merecer uma resenha no *Journal of Roman Studies*, o mais tradicional periódico dos romanistas britânicos.⁵¹ Finley era afinal um especialista em Grécia, que no entanto desde alguns anos antes de *AE* passara a tomar o “mundo antigo” como referência de seus trabalhos sobre economia e que alguns anos depois de 1973 organizara um livro sobre o regime de propriedade em Roma.⁵² O “mundo” que em *AE* se tomava por objeto de estudo – a unidade “política” e “cultural-psicógica” greco-romana – reclamava a incorporação de especialistas em história romana a discussões (sobre o caráter da economia clássica) que nas décadas imediatamente anteriores se haviam travado primordialmente (se bem que não exclusivamente) entre helenistas. Ao lado de “economia grega” e de “economia romana”, mas freqüentemente sobreposta a elas, “economia antiga” passou a valer como critério de classificação da vida econômica de gregos e romanos, a delimitar a esfera de atuação dos profissionais autorizados a produzir conhecimento sobre o assunto.⁵³ Assim, o mesmo autor que defendera, contra *AE*, a “separação convencional” entre Atenas e Império Romano falaria poucos anos depois em uma “batalha [acadêmica] da *economia antiga*” (ênfase minha) – associada ao nome de Finley – que mobilizava e dividia classicistas no início da década de 1980.⁵⁴

⁵⁰ J. Andreau, “M. I. Finley, la banque antique et l’économie moderne”, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, Serie 3, vol. 7, 3-4, 1977, pp. 1129-1152 (citação p. 1135).

⁵¹ O *Journal of Roman Studies* foi pela primeira vez publicado em 1911, em seguida à fundação da Associação pela Promoção dos Estudos Romanos em 1910, com o propósito de divulgar as pesquisas “científicas” sobre Roma que ganhavam corpo na Inglaterra no início do século XX (Ver Ch. Stray, *Classics Transformed. Schools, Universities and Society in England, 1830-1960*. Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 137).

⁵² M. I. Finley(org.), *Studies in Roman Property*, Cambridge, 1976, e “Technical Innovation”, op. cit.

⁵³ Notem-se o título de Garnsey, Hopkins e Whittaker, op. cit. “comércio na *economia antiga*”; o dossiê “*economia antiga*” publicado nos *Annales* (n. 5) 1995; a coletânea de textos publicadas por Schneider e Von Reden em 2002 sob o título “*economia antiga*”; e o livro organizado por Morris e Manning, *Ancient Economy. Evidence and Models*.

⁵⁴ K. Hopkins, “Introduction”, em P. Garnsey, K. Hopkins, C. R. Whittaker (orgs.), *Trade in the Ancient Economy*. Londres, Chatto & Windus / The Hogart Press, 1983, p. ix. Concomitantemente à inclusão de

É verdade que as condições favoráveis à unificação de gregos e romanos nas discussões sobre economia precediam e ultrapassavam o espaço de atuação de Finley e de todos aqueles que aderiram ou combateram a noção de “economia *antiga*”. Precisamente em razão disso um dos termos do binômio figura em *AE* à maneira de um pressuposto: o adjetivo “antiga” é justificado no capítulo inaugural, fracionado ao longo da análise (economia “grega”, “romana”, “ateniense”, “italiana”, “imperial” etc.) e nada mais, como se houvesse certeza por parte do autor quanto à cumplicidade de seus leitores em relação às propriedades conotativas dessas expressões.

Dá-se o oposto em relação a “economia”. Aos significados investidos nessa noção e em suas derivações (“investimento”, “eficiência”, “racionalidade”, “mercado” etc.) reserva-se uma reafirmação constante, com frequência explícita, quer nas teses propostas, quer nos procedimentos adotados para avançá-las. Antes, porém, de mostrar como as concepções de economia e sua crítica operam no texto, convém anotar o tipo de discussão teórica a que *AE* esteve referido nesse particular.

No início da década de 1950, Finley integrou na Universidade de Columbia um grupo interdisciplinar de estudos sobre “aspectos econômicos do crescimento institucional”. Capitaneados por Karl Polanyi (1886-1964), pesquisadores originários da Antropologia, da História, da Sociologia e da Economia procuravam alternativas ao uso da terminologia da Ciência Econômica como ferramenta de análise para sistemas econômicos não-industriais. A partir de trabalhos que Polanyi escrevera na década de 1940, e valendo-se amplamente do material etnográfico colhido por antropólogos junto a sociedades “primitivas”, procuravam demonstrar que a concepção da economia como sede de fenômenos tais que a parcimônia, a obtenção de excedentes pelo mercado, a formação dos preços etc. provinha do Ocidente do século XVIII e era adequada no caso de disposições institucionais de um sistema de mercado. Nesse caso, historicamente situado, tais disposições satisfaziam *grosso modo* às hipóteses fixadas pelos postulados da Economia. Durante a maior parte da história humana, entretanto, não se verificava, segundo o grupo de Polanyi, nenhuma relação necessária entre a ação de economizar meios e as economias no domínio da empiria. Era portanto preciso desfazer-se da

romanistas às discussões dos helenistas, operava-se uma exclusão: o “Oriente” não era parte da “economia antiga”, e com ele descartavam-se as discussões então em curso em círculos marxistas sobre a existência de um “modo de produção asiático” – que haviam estimulado a difusão de debates sobre a operacionalidade do conceito de “modo de produção” (veja-se a compilação de Ph. Gebran [org.], *O Conceito de Modo de Produção*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978)

concepção enraizada da economia como um campo de experiências do qual os seres humanos fossem via de regra conscientes, pois até o advento do sistema de mercado os fatos econômicos haviam estado imersos em situações de natureza não necessariamente econômica. No lugar do entendimento de toda economia como um mecanismo potencial de oferta e demanda de preços, Polanyi propunha uma análise da economia como *processo social*. Da significação do termo “econômico” como “economia dos meios”, passar-se-ia então à de “economia substantiva”, “processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pela provisão contínua dos meios materiais permitindo a satisfação das necessidades”. A localização desse processo e o exame de sua ação apenas se realizariam deslocando-se a acentuação analítica de um tipo de ação racional para a configuração dos movimentos de bens e de pessoas que constituem a realidade da economia.⁵⁵

Essa experiência mostrar-se-ia crucial para a formação de Finley.⁵⁶ A aproximação com Polanyi e os sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas envolvidos no projeto deu-lhe acesso a um vasto material comparativo sobre sistemas econômicos, passível de atestar a particularidade histórica de sociedades que tinham no mercado sua instituição econômica central. A associação com aqueles pesquisadores permitiu-lhe ainda familiarizar-se com uma formulação teorizada de disposições intelectuais que ele próprio já cultivara nos primeiros anos de carreira, quando empreendera mais de uma tentativa de caracterizar a diferença de “natureza” da

⁵⁵ Cf. K. Polanyi, “The Economy as an Instituted Process”, em *Primitive, Archaic, and Modern Economies*. Boston, Beacon Press, 1971 (col. Organizada por G. Dalton), pp. 139-148; e K. Polanyi, C. Arensberg e H. Pearson, “The Place of Economies in Societies”, *ibidem*, pp. 116-120 (ambos os textos foram originalmente publicados em 1957, na coletânea que apresentou os resultados da pesquisa do grupo de Columbia).

⁵⁶ Esse fato já foi observado e explorado por praticamente todos os autores que discutiram as influências intelectuais de Finley. Os tratamentos mais extensos do assunto foram dados por M. de Sanctis (“Moses I. Finley. Note per una biografia intellettuale”, *Quaderni di Storia*, n. 10, 1979, pp. 3-37), Shaw e Saller (“Editors’ Introduction”, in M. I. Finley. *Economy and Society in Ancient Greece*. Londres, Chatto & Windus, 1981), Whittaker (“Moses Finley, 1912-1986”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 94, 1997) e, recentemente, M. Nafissi (*Ancient Athens & Modern Ideology*. Londres, Institute of Classical Studies, 2005) e A. G. Carvalho (*Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga*. Niterói: Tese de Doutorado [Universidade Federal Fluminense], 2007.). Também os comentadores de Polanyi (entre os quais se incluem os dois últimos autores citados) reconheceram em Finley um dos principais divulgadores das teorias polanyianas na História Antiga: cf., por exemplo, S. C. Humphreys, “The work of Karl Polanyi”, retomando um artigo de 1969 em seu *Anthropology and the Greeks*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978, pp. 42-43; e J.-M. Servet, J. Macourant e A. Tiran, “La réception de la pensée de Karl Polanyi”, em J.-M. Servet, J. Macourant e A. Tiran. (orgs.), *La Modernité de Karl Polanyi*, Paris, L’Harmattan, 1998, pp. 384-398.

economia grega antiga em relação à moderna.⁵⁷ A rigor, Polanyi não era o primeiro a situar a autonomização da esfera econômica num passado relativamente recente, como de resto sugere sua referência a predecessores no âmbito da crítica à idéia do Homem como um átomo utilitário.⁵⁸ No grupo de Polanyi, todavia, encontravam-se uma metáfora conceitual específica para tratar o problema (a “imersão” [*embeddedness*] da economia nas estruturas sociais antes do século XVIII e sua posterior “emersão” [*disembeddedness*]), esforços sistemáticos de extrair disso conseqüências metodológicas precisas (observar as economias tal como elas se apresentam empiricamente, e não segundo conceitos formalizados em função de economias modernas) e um modo alternativo de classificar os sistemas econômicos ao longo da história (segundo uma tipologia de “formas de integração” recíprocas, redistributivas e de mercado).

Finley manteve com Polanyi, e com a tradição de reflexão sobre economia que Polanyi encarnava, uma espécie de diálogo permanente.⁵⁹ Em *AE* e em outros textos de história econômica, o acordo quanto ao princípio de “imersão” da economia e a procura por restituir às atividades econômicas greco-romanas suas origens e seus sentidos “reais” ou “substantivos” (por oposição a padrões de comportamento econômico “modernos” aos quais mostrava-se afeita, conscientemente ou não, a maioria dos historiadores da Antigüidade Clássica) desdobram-se em atos de discurso performativos (isto é, intelectual e socialmente eficazes) a propósito da “economia antiga”.⁶⁰ A observação do modo de construção de algumas das análises empíricas de *AE* permite observar essa lógica e distinguir suas implicações.⁶¹

⁵⁷ “Emporos, Naukleros and Kapelos: a prolegomena to the study of Athenian trade” (*Classical Philology*, vol. 30, 1935, pp. 320-336), segundo artigo acadêmico publicado por Finley, inscreve-se nessa perspectiva. Eu volto a esse texto no capítulo 4 deste trabalho.

⁵⁸ Cf. K. Polanyi, C. M. Arensberg e H. W. Pearson, op. cit., p. 116: “As descobertas de Comte, Quetelet, Marx, Maine, Weber, Malinowski, Durkheim e Freud destacam-se por acrescentarem a nossos conhecimentos atuais que o processo social é um tecido de relações entre o homem enquanto entidade biológica e a estrutura específica de símbolos e técnicas que resulta na manutenção de sua existência.”

⁵⁹ Com as idéias de Polanyi, especificamente, tal diálogo transcorreu por vezes de modo tenso, conforme se procura assinalar em outras partes da tese.

⁶⁰ Cf. Q. Skinner, “Motives, intentions and the interpretation of texts”, in James Tully (org.). *Quentin Skinner and his critics*. Cambridge, Polity Press, 1988; e J. G. A. Pocock, “O estado da arte”, em seu *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁶¹ A idéia de examinar algumas análises “em operação” indica que as páginas seguintes não correspondem a um resumo fiel do texto. Há nisso a desvantagem possível de não ser justo em mais de um momento à riqueza do livro, vício que no entanto se associa à possibilidade de nele perceber os encaixes e desencaixes argumentativos importantes nas discussões sobre a “economia antiga”.

Estabelecidas as premissas de *AE*, vêm-se realizar no segundo capítulo⁶² os primeiros movimentos analíticos de afastamento de noções econômicas modernas. Finley elabora “Ordens e Status” baseado, sobretudo, em leituras de *De Officiis*, de Cícero, e em *Satiricon*, de Petrônio, fontes produzidas, respectivamente, nos séculos I a.C. e I d.C. Inicia com a constatação do julgamento positivo da riqueza entre os antigos – em sua “ideologia predominante”, sempre privilegiada pela análise em detrimento das “exceções”. Indaga-se, em seguida, com base em passagem de *De Officiis*, qual a “visão mais ou menos aceita” sobre as qualidades dignas ou ignóbeis das profissões, “o quão livre era um grego ou um romano para escolher entre possíveis ‘empregos’, quer de seus bens quer de suas energias” e “quanta importância estava ligada àquilo a que chamaríamos fatores econômicos na escolha” (*AE*, 43).⁶³ Lança, portanto, questões que lhe permitam caracterizar um modelo dominante de comportamento econômico inscrito na “estrutura cultural psicológica” e “unidade política singular” posta sob investigação em *AE*.

Com alusões a Cícero e a outros textos (literários e legais) da época, Finley observa que se vinculava um sentido depreciativo a atividades como importação de alimentos, metais, escravos e bens de luxo, construção de casas, templos e estradas e fabricação de produtos manufaturados. Tais atividades estavam em larga medida concentradas nas mãos de homens de baixo status porque a elite cidadã não estava apta, em número suficiente, a conduzir estes ramos da economia, sem os quais nem a própria elite nem suas comunidades poderiam viver de acordo com o padrão a que estavam acostumados; e mesmo de posse dos recursos e do poder político, que teoricamente a habilitava ao comando de pessoal, faltava à elite o desejo para tanto ou, em outras palavras, acometia-lhe a inibição, enquanto um grupo discernível em função de seus padrões de gastos e consumo, de contrariar certos valores que lhe eram caros. Um modelo de escolhas econômicas ou um modelo de investimentos para a Antigüidade devia assim muito a fatores de “status”, segundo concluía Finley.⁶⁴

⁶² “Orders and Status”, *AE*, 35-61; e 183-188, para as notas.

⁶³ Finley observa que o foco de sua preocupação no capítulo incide sobre os *plousioi* – denominação grega dos homens suficientemente abastados para viver de sua renda. Não diz neste ponto (p. 45) por que são eles os privilegiados em sua análise, mas sugere (cf. p. 38 e *passim*) que seja em razão de serem eles os produtores de uma ideologia que atravessa as fronteiras das divisões de “classes”.

⁶⁴ No tempo de crise política vivido pela Roma de Cícero, o padrão de escolhas econômicas baseado em status pareceu estar próximo ao colapso. Se sobreviveu a este período extraordinário, o modelo por certo foi estável, na avaliação de Finley, em outras situações da história do mundo clássico.

O tema da condição social de comerciantes e manufatureiros era recorrente na história econômico-social greco-romana: havia sido freqüentado antes de Finley⁶⁵ e conquistaria um espaço próprio nas discussões sobre a “economia antiga” institucionalizadas a partir da década de 1970.⁶⁶ A tese apresentada em *AE* sobre o baixo status daqueles que conduziam as atividades comerciais e produtivas de certa maneira obedecia a um problema classificação social encontrado em inúmeros textos antigos – de modo que soaria familiar não somente a leitores de Cícero, tomado em *AE* como caso exemplar, mas também de Tácito, do jovem Plínio, de Aristóteles etc.⁶⁷

O mesmo movimento de análise observado em “Ordens e Status” – pelo qual identificam-se móveis não-econômicos das ações e dos processos econômicos – repete-se em diferentes partes do livro. Assim, Finley desenvolve no último capítulo um argumento negativo: os estados antigos não tinham uma política econômica no sentido estrito que praticam atualmente os estados modernos, embora implementassem políticas geradoras de consequências econômicas. E no capítulo mais longo de *AE*, ao tratar das condições que favoreceram o desenvolvimento e o declínio da escravidão-mercadoria como forma de trabalho dominante na história clássica, descarta as explicações do fim da escravidão fundadas na suposta ineficiência do trabalho escravo:

Crescimento econômico, progresso técnico, eficiência crescente não são virtudes ‘naturais’; não foram sempre possibilidades e nem sequer aspirações, ao menos não para aqueles que controlavam os meios pelos quais se poderia tentar atingi-las.⁶⁸

⁶⁵ As proposições avançadas em *AE* a respeito de Roma eram análogas às que havia formulado para a Grécia Johannes Hasebrök, a quem Finley destacara como um de seus predecessores: o comércio estrangeiro ser realizado por metecos (estrangeiros) e a recusa por parte de cidadãos a tomar parte nesse tipo de atividade, dizia Hasebrök, eram fatos-chave para compreender a vida econômica grega e a atitude do Estado grego em relação ao comércio (cf. *Trade and Politics in Ancient Greece*, Nova York: Biblio and Tannen. 1965 [1933], pp. 22-43).

⁶⁶ Assim, Jean Andreau (“Vingt ans après *L'Économie Antique* de Moses I. Finley”, *Annales HSS*, n. 5, 1995) enumera trabalhos que debateram a “posição social dos agentes econômicos” nas décadas seguintes ao aparecimento de *AE*. Antes dele, J. H. D’Arms (“M. I. Rostovtzeff and M. I. Finley: the status of traders in the Roman world”, in John H. D’Arms e John W. Edie (orgs.), *Ancient and Modern: Essays in Honor of Gerald F. Else*, Ann Arbor: Center of Coordination of Ancient and Modern Studies, 1977, pp. 159-179) e W. E. Thompson (“The Athenian Entrepreneur”, *L’Antiquité Classique* 51, 1982, pp. 53-85) valeram-se do mesmo tópico para criticar o trabalho de Finley à luz dos casos respectivos de Roma e Atenas.

⁶⁷ É por isso comum a observação de que Finley e outros estudiosos do mundo antigo aceitaram acriticamente as visões de escritores, específicas das classes altas grega e romana, sobre a “economia antiga”. Vejam-se, por exemplo, B. Hindess, op. cit., J. Annequin, M. Claval-Levêque e F. Favory, op. cit., e C. F. Cardoso, “Economias e sociedades antigas. Conceitos e debates”, in *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília, Editora UnB, 1994 (orig. 1988), pp. 173-92.

⁶⁸ *AE*, 84.

A economia é o mote para que se insista em um corte profundo entre “antigos” e “modernos”, entre “eles” e “nós”, a evocar uma oposição estruturante da idéia de Antigüidade Clássica desde ao menos o século e da constituição da disciplina acadêmica História Antiga no século XIX. *AE* crava teses importantes (além das já mencionadas) a cada capítulo: afirmam-se o caráter escravista das sociedades ateniense e romana dos períodos “clássicos” (capítulo 3), a base agrícola da economia greco-romana (capítulo 4) e o a inscrição das grandes cidades antigas em um tipo “cidade-consumidora” (capítulo 5). Em cada uma dessas teses repercute a oposição entre “antigos” e “modernos”: contrapõe-se o escravo ao trabalhador assalariado; a agricultura, à indústria; e a cidade antiga, à cidade medieval e moderna etc. Para cada uma dessas teses, é possível encontrar um predecessor mais ou menos literal, não raro tendo a mesma assimetria entre antigos e modernos como substrato.⁶⁹ De fato, não são as respostas às questões levantadas a respeito das realidades econômicas antigas o que confere ao discurso fineyniano sua força performativa. É antes num modo de propor tais questões ao longo do percurso argumentativo sinuoso de *AE* que se criam algumas das condições de reprodução das concepções finleynianas de história econômico-social nas discussões sobre “economia antiga”.

“Ordens e Status” é novamente uma boa medida. O capítulo é freqüentemente lido como uma abordagem da “estratificação social” no mundo antigo, em que o autor faria uma defesa da noção de “status” (em detrimento das de “classe” e “ordem”), *ou* uma defesa da noção de “status” *e* de “ordem” (sempre contra “classe”). Tal percepção funda-se em uma digressão do autor. Ao longo da análise desenvolvida nesse capítulo, Finley estabelece uma das muitas quebras da narrativa que encerram trechos aparentemente apartados da argumentação geral de *AE* (cf. pp. 48-51). Em meio à tentativa de traçar um modelo de emprego de “bens” e “energias” no mundo antigo, procura estabelecer categorias às quais possa circunscrever padrões *típicos* de

⁶⁹ Cf. F. Joly (*Libertate opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero [54-68 d.C.]* “*Libertate opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)*”, tese de doutorado em história social. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006, cap. 1, para antecedentes marxistas da definição de sociedade escravista; Max Weber, *Economy and Society. An Outline of Interpretative Sociology*. Berkeley, University of California Press, 1978, vol. 2, pp. 1212-1300, para definição de cidade consumidora. Boa parte das proposições de Finley sobre agricultura se basearam em G. Mickwitz, “Economic Rationalism in Graeco-Roman Agriculture”, *The English Historical Review*, vol. 52, n. 208, outubro de 1937, pp. 577-589, que anotou a falta de interesse dos autores romanos nos cálculos econômicos e indicou a distância deles em relação a manuais agrícolas modernos.

comportamento econômico. Com esse propósito, testa as noções de “ordem”, “classe” e “status”. Volta-se para a história de Trimalquião, personagem de *Satiricon*, tido por emblemático do pertencimento de gregos e romanos a “categorias entrecruzadas”: pertencia à *ordem* (isto é, ao grupo juridicamente definido) dos libertos, ocupava nas relações de produção a mesma *classe* dos senadores, mas não podia, como ex-escravo, freqüentar círculos sociais elevados. Para efeito das questões que o ocupam, Finley sugere como instrumento analítico a noção de status, “uma palavra admiravelmente vaga com um considerável elemento psicológico” (AE, 51). Enunciada sua predileção por essa noção, retorna finalmente a suas preocupações centrais: “o que tudo isto tem a ver com a questão das observações morais de Cícero e as realidades econômicas da sociedade antiga” (AE, 51).

O ato de firmar posição quanto aos princípios de divisão das sociedades em diferentes “partes” e aos nomes apropriados a essas “partes” (“classes”, “status”, “ordens”) não foi em vão. Essas eram questões que, à época, integravam a agenda intelectual e política de alguns estudiosos do mundo antigo e de muitos sociólogos, antropólogos e historiadores especializados em história moderna e contemporânea. Por conseguinte, o ponto de partida e a conclusão de “Ordens e Status” são normalmente preteridos nas análises do texto por leituras feitas aos pedaços – no caso dos críticos marxistas, por uma leitura atenta especificamente à digressão de Finley sobre “classe”, a partir da qual os comentadores definem suas atitudes a respeito do livro e de seu autor.

A FORÇA DISCURSIVA DE UM EXCURSO: “CLASSE” E “STATUS” NO CENTRO DAS PERCEPÇÕES DE AE

Há pouco acordo entre historiadores e sociólogos quanto à definição de ‘classe’ ou aos cânones pelos quais devamos atribuir alguém a uma classe. Nem mesmo o aparentemente claro e inequívoco conceito marxista de classe mostra-se despido de dificuldades. Os homens são classificados de acordo com sua relação com os meios de produção, primeiro entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem os meios de produção; depois, entre os primeiros, entre aqueles que trabalham e aqueles que vivem do trabalho dos outros. Qualquer que seja a aplicabilidade dessa classificação na sociedade atual, para o historiador da Antigüidade há uma dificuldade óbvia: o escravo e o trabalhador livre assalariado seriam

então membros da mesma classe, numa interpretação mecânica, assim como o seriam o mais rico dos senadores e o proprietário de uma pequena olaria que não trabalha. Este não parece ser um modo muito sensível de se analisar a sociedade antiga.

M. I. Finley, *AE*, 49.

Deve o historiador desconfiar do conceito de classe e considerar, como M. I. Finley, por exemplo, que ele só é operacional na análise das sociedades capitalistas baseadas numa organização econômica radicalmente diferente? Não se trata de cair na armadilha da evidência do conteúdo histórico ‘actual’ da classe social, portanto de fazer desta uma leitura toda impregnada de um *conteúdo* bem determinado e, por via disso, de lhe limitar o âmbito histórico em nome desse conteúdo, que procurar confusamente ‘encontrar’ classes sociais, recusar muito simplesmente a este conceito toda e qualquer utilização verdadeira enquanto instrumento de análise (e não de simples descrição), negar-lhe de entrafra qualquer valor operacional noutros domínios históricos.

J. Annequin. M. Claval-Lévêque e F. Favory, “Apresentação”, in Annequin et alli, *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antigüidade Clássica*, Lisboa, Ed. Estampapa, 1978, p. 33.

E um historiador de primeira linha na atualidade, M. I. Finley, em seu recente livro *A Economia Antiga* (...) recusou explicitamente uma análise marxista em termos de classe econômica e retomou uma classificação por status que me parece virtualmente idêntica à de Weber, embora eu creia que Finley mesmo não a identifique. Pode ser que agora Finley tenha algum argumento para descartar a análise marxista de classe melhor do que aquele exposto na página 62 e ss. de seu livro, mas cai aí certamente em um sério mal-entendido a respeito do que Marx quer dizer com a palavra “classe”. É por demais característico da historiografia ocidental contemporânea o fato de que um dos poucos historiadores da Antigüidade que se preocupou em pensar sobre os conceitos históricos que emprega não tenha sido capaz de compreender alguns elementos centrais do pensamento de Marx.

G. E. M. de Ste. Croix, “Karl Marx and the history of classical antiquity”, *Arethusa*, vol. 8, 1975 [citado a partir da tradução espanhola: “Karl Marx y la historia de la antigüedad clásica”, em AA.VV. *El marxismo e los estudios clásicos*. Madri: Akal, 1981, p. 20]

A elevação, pelo Professor Finley, de status (*The Ancient Economy*, Capítulo II) em detrimento de classe provocou ataques daqueles marxistas que ainda tentam forçar a retórica da luta de classe e do modo de produção dominante. A ênfase em status foi sem dúvida concebida para ser polêmica. Mas foi também uma rara tentativa de reconhecer um

problema: o homem clássico [i.e. greco-romano] não se comportava como homem econômico.

K. Hopkins, “Introduction”, op.cit, p. xiii.

Vou considerar conflitos sociais na Antigüidade Clássica. Aqui estamos na feliz situação de poder comparar o trabalho de um eminente historiador weberiano – Moses Finley – com o de um igualmente eminente historiador marxista – G. E. M. de Ste Croix. O primeiro nega fortemente e o segundo com igual veemência afirma a centralidade da classe no mundo antigo.

J. Elster, “Three challenges to class”, in J. Roemer (org.). *Analytical Marxism. Studies in Marxism and Social Theory*. Cambridge / Paris, Cambridge University Press / Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1986, p. 149.

Finley dera uma primeira e mais extensa formulação de “status” como instrumento de análise em seus artigos sobre escravidão, publicados nas décadas de 1950 e 1960 e retomados no capítulo 3 de *AE*.⁷⁰ Quando escreveu esses trabalhos, os estudos acadêmicos sobre escravidão antiga haviam ganhado uma força ainda não experimentada nos Estudos Clássicos. Assistia-se então a uma polarização, cujo epicentro era a Alemanha (já dividida entre os lados oriental e ocidental), a propósito do significado e das proporções da escravidão na Grécia e em Roma. De um lado, os historiadores marxistas da Alemanha Oriental e da União Soviética procuravam reforçar o caráter “básico” da escravidão nas formas de exploração antigas; de outro, os historiadores “ocidentais” tendiam a atenuar a importância da escravidão no mundo

⁷⁰ Embora a noção de “status”, ao contrário de outros conceitos usados por Finley, não seja atribuída explicitamente a Weber, a associação entre os dois autores nesse aspecto é consensual entre os comentadores de Finley (veja-se I. Morris, op. cit., que se deteve sobre o assunto com uma exposição pormenorizada do conceito weberiano). A aproximação é pertinente, embora seja necessário observar que: 1) nas décadas de 1940 e 1950, o conceito de “status” havia extrapolado os textos e as interpretações de Weber, disseminado que estava seu emprego pela sociologia estadunidense de inspiração parsoniana; 2) a definição de status como “pretensão à estima social em termos de privilégios positivos e negativos” resultava, como é regra na sociologia weberiana, de uma tentativa de aproximação conceitual da realidade a partir de um conjunto de indagações previamente definido; não implicava, portanto, uma substantificação do conceito, ao contrário do que parecem sugerir as afirmações de que Finley seguia Weber em sua visão do mundo antigo como objetivamente dividido em “grupos de status” – daí que Weber tenha assinalado que status “pode se basear em uma posição de classe” bem como influenciá-la “sem ser completamente idêntica a ela” (M. Weber, *Economy and Society. An Outline of Interpretative Sociology*, vol. 1. Berkeley, University of California Press, 1978, pp. 305-306).

clássico ou, como registrou Arnaldo Momigliano, a “ênfase nos elementos humanitários e religiosos que mitigaram os males da escravidão e em última instância contribuíram para sua dissolução”.⁷¹ Os trabalhos de Finley admitiam que o mundo grego (que ainda lhe servia de referência primordial) sempre se baseara em alguma(s) formas(s) de trabalho dependente (isto é, do “trabalho realizado sob compulsão outra que não aquelas do parentesco e da comunidade”); e que, com raras exceções, sempre houvera grandes quantidades de homens livres engajados no trabalho produtivo. Em suma, conferiam à escravidão o estatuto de *um*, mas não necessariamente *o*, elemento básico das sociedades grega e romana. Para dar conta das gradações das formas de trabalho dependente na Antiguidade – expressas na vasta gama de vocábulos gregos para designar “escravos” –, Finley propunha que se pensasse a sociedade antiga *como* um “espectro de status”, disposto, de acordo com a posse de certos privilégios e deveres, entre os pólos conceituais da liberdade absoluta e da total falta dela, com o cidadão livre próximo a um extremo e o escravo-mercadoria (*chattel-slave*), a outro.⁷² Com efeito, ao valer-se em *AE* da idéia de “status”, Finley retomava um instrumento de análise já mobilizado em seus trabalhos dedicados à função dos escravos na estrutura social e econômica do mundo antigo e ao processo que se seguiu aos períodos “clássicos” de Atenas e Roma de substituição da escravidão por outras formas de trabalho dependente.⁷³

Em 1973, os trabalhos de Finley sobre escravidão já eram conhecidos, não raro bem-recebidos e decerto ainda não contundentemente rejeitados pelos críticos do uso da noção de “status” em *AE*. A “irritação” com a “abordagem weberiana” de Finley em *AE*

⁷¹ A. Momigliano, “Moses Finley on Slavery: A Personal Note”, em M. I. Finley (org.), *Classical Slavery*, Londres, Frank Grass, 1987, p. 4. Finley analisou as questões em jogo na querela entre historiadores “ocidentais” e “marxistas” em *ASMI*, 79-134. Em “Slavery and the Historians” (originalmente publicado em *Histoire sociale/Social History*, vol. 12.24, nov. de 1979; aqui citado a partir de sua reimpressão em *ASMI*, 285-309), Finley já apontara a aliança entre valores morais contemporâneos e idealização da Antiguidade Greco-Romana como geradora da negligência historiográfica da escravidão clássica verificada até a segunda metade do século XX.. Cf. ainda M. Raskolnikoff, *Des Anciens et Des Modernes* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1990), pp. 195-206, para uma apreciação das pesquisas soviéticas sobre escravidão antiga desenvolvidas na década de 1960; e Zvi Yavetz, “Debates and Issues in the Studies of Slaves and Slavery”, em seu *Slaves and Slavery in Ancient Rome* (New Brunswick: Transaction Publishers, 1991), pp. 115-173.

⁷² Cf. especialmente M. I. Finley, “Was Greek Civilization Based On Slave Labour?”, *Historia* 8, 1959, pp. 145-164. Sobre a importância de Finley especificamente para os debates em torno da escravidão antiga, ver B. Shaw, “‘A Wolf by the Ears’: M. I. Finley’s *Ancient Slavery and Modern Ideology* in Historical Context”, em *ASMI*, 3-74.

⁷³ W. Nippel, “Finley and Weber. Some comments and theses”, *Opus*, VI-VIII, 1987-1989, pp. 43-50 (citação p. 43).

devia-se em parte às expectativas nutridas a partir de sua “reputação pessoal como vítima do macarthismo, esquerdista ou mesmo como uma espécie de marxista”.⁷⁴ Como se procura demonstrar no Capítulo 2 desta tese, a década de 1960 fora, nos estudos sobre a “economia antiga”, o tempo de construção de um consenso. Nessa construção, estava empenhado um certo número de “ortodoxias” acadêmicas afins,⁷⁵ investidas de uma recomendação do que deveria ser feito e de como deveria ser feito pelos historiadores econômicos, isto é, da prescrição de um caminho de “salvação” acadêmica em matéria de história econômica da Antigüidade Clássica. Em nome da coesão da crença em que se fundava esse consenso, os interesses dos crentes convergiam para ocultar suas diferenças internas e tornar visível aquilo que os unia (a oposição antigos/modernos e a crítica das categorias econômicas). Compreende-se assim que Finley, em seus textos sobre escravidão, não houvesse elaborado sua metáfora do “espectro de status” por oposição aos marxistas que com ele cerravam fileiras em nome da inovação dos estudos sobre a “economia antiga”; compreende-se igualmente que uma reação inflamada tenha sucedido à crítica à noção de “classe” em *AE*, pois Finley feria o tabu da explicitação, e dividia a comunidade dos crentes.

Em relação ao problema de investigação proposto no capítulo 2 de *AE*, a digressão sobre “classes” e “status” era dispensável. Finley mesmo o admitia. Seis anos após publicação do livro, ao preparar uma versão inicial do primeiro texto de resposta às críticas sofridas desde 1973, ele escreveu:

Eu lamento, aliás, que o tempo não me permita discutir o conceito de “classe”, ou indicar o quanto do criticismo a *AE* teria se reduzido caso eu não houvesse escrito apenas duas páginas rejeitando ‘classe’ como uma ferramenta de análise útil para este assunto [exploração do trabalho na Antigüidade Clássica].⁷⁶

Note-se ainda que o excuro não o impediu de empregar o termo “classe” em um sentido lato, “não-técnico” (*AE*, 78, 87-88, 96, 102-103, 122, para citar somente exemplos não mencionados no índice remissivo).

⁷⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁵ Noção de “ortodoxia”: F. G. Bailey, “Anthropology”.

⁷⁶ O texto era intitulado “The Ancient Economy and its Critics” (*FP*, Box 12, E15). O trecho aqui citado foi sintomaticamente suprimido da versão final lida em Cambridge, sob o mesmo título. Tampouco se encontra algo parecido nas versões publicadas de suas respostas às críticas sofridas por *AE*: M. I. Finley, “The Study of the Ancient Economy: Further Thoughts”, *Opus* III (1984), pp. 5-11; e *AE*², 177-207.

“Ordens e status” é um caso conspícuo de um modo característico de se proceder nos textos de Finley e de se perceber esses textos. Os atos discursivos eficazes são por vezes performados à margem do fio argumentativo a ligar ponto de partida e conclusão, desvinculados, ainda que parcialmente, daquilo que uma leitura e uma escrita convencionais destacariam como central no texto. Isso se expressa no uso e na repercussão da confrontação como recurso retórico empreendido em *AE* a propósito das noções econômicas: ela pode ser exercida, em tom mais ou menos polêmico, em digressões como aquela sobre “classe” em “Ordens e Status”, mas frequentemente extrapola os excursos, disseminada que está pelas notas e determinante que é para as oscilações do argumento.

A RETÓRICA DO CONFRONTO

(...) Serei lembrado a respeito do monumento fúnebre do século III de Maktar, na Tunísia central (Corpus Inscriptionum Latinarum VIII 11824), rememorando um trabalhador de fazenda que terminou a vida como senador local. Presto aqui minha solidariedade ao defunto, mas até que mais desses epitáfios sejam descobertos, continuarei não persuadido pela atenção que essa “Inscrição do coletor” recebe nas avaliações modernas, incluindo o non-sense comum de que ela “dá um testemunho orgulhoso das recompensas materiais e espirituais da vida de trabalho e frugalidade idealizada nas *Geórgicas* de Virgílio”: G. Steiner (...), pp. 148-170, à pp. 169-70.

AE, 191-92*n*.

A força de trabalho na terra no leste helenístico e romano necessita de um completo reexame. A literatura disponível é repleta de irrelevâncias, terminologia e conceitos frouxos e asserções “quantitativas” injustificadas (...)

*AE*², 222*n*.

Aquela que é supostamente a melhor fonte antiga em relação aos cálculos, Columela, foi agora demolida por Duncan-Jones (...). Tentativas como a de René Martin (...) de traduzir em acres os números registrados sobre dinheiro de fazendas com base em uma média

mítica (e de todo modo irrelevante) do preço de venda de 1000 esterces por *jugerum* deve ser rejeitada sem pestanejar.

*AE*², 230 *n*.

Eu não hesito em usar *latifundia* de maneira frouxa para falar de “grandes terras”, como acredito que fizeram os próprios romanos, apesar das tentativas de encontrar um significado técnico para o termo, por exemplo de K. D. White (...); ou de René Martin (...), com base em cálculos infundados sobre tamanho (...). A máxima muito freqüentemente citada de Plínio Velho (...) de que “os *latifundia* destruíram a Itália” nada mais é do que um moralismo arcaizante (...), uma lamentação do desaparecimento dos pequenos proprietários rurais romanos e dos bons e velhos tempos de simplicidade. Não encontro nada nos textos que sugira que se discutiu seriamente a escolha entre explorações de larga escala intensivas e unidades fragmentadas. Ao contrário de Martin (...), não considero que a hesitação de Plínio Jovem sobre o risco de duas terras sob o mesmo regime climático seja uma discussão séria.

*AE*², 234 *n*.

N. J. G. Pounds (...) tentou estabelecer uma distinção funcional entre cidades antigas e aldeias, e corretamente enfatiza a “função agrícola” contínua das primeiras na grande maioria dos casos. Entretanto, ele se satisfaz com um cânone estético arquitetônico, ignorando a dimensão política, e sua tentativa de estimar o tamanho da população (...) é metodologicamente indefensável. (...)

*AE*², 237 *n*.

O confronto sistemático, seja ele pretexto para a verve polêmica e/ou exercício de comparação, passa pela ampliação do leque de interlocutores possíveis, como se observa capítulo a capítulo em *AE*. Assim, Finley escreve sobre escravos na Antigüidade recorrendo em passagens diversas a analogias com a escravidão nas Américas. Vale-se de exemplos da escravidão moderna para contradizer o argumento de que o trabalho escravo não era lucrativo (tal argumento “provocaria espanto aos

fazendeiros do Brasil e do Mississippi, cujo retorno de investimento era facilmente comparável aos lucros das regiões não-escravistas do Novo Mundo” [AE, 83])⁷⁷; para sustentar que a população escrava podia se reproduzir sem abastecimento externo de novos escravos (“Que a população escrava nunca pode se reproduzir é uma ficção, mas que custa a ceder, apesar da prova simples do sul dos EUA etc. (...) [AE, 86]”); para propor a tese de que o caráter escravista de uma sociedade se mede não pelo número de escravos, mas por sua localização na estrutura econômico-social (“Nos estados escravocratas americanos em 1860, a população escrava era um pouco menor do que 1/3 do total (...) Ninguém negará que eram sociedades escravistas” [AE, 71]). Sociólogos e economistas rurais são interlocutores preferenciais no capítulo sobre “senhores e camponeses”. É com estudiosos desse domínio que Finley define o camponês como “tipo social” que tem sua segurança e subsistência baseadas na posse de “certos direitos sobre a terra e o trabalho dos membros da família na terra” e que está “envolvido, através de direitos e obrigações, em um sistema econômico mais amplo que inclui a participação de não-camponeses”;⁷⁸ com eles Finley procura estimar, por comparação, o tamanho das propriedades camponesas (“Na Alemanha dos anos 1950, [...] as fazendas menores de 25 acres estavam quase exclusivamente sob posse dos mais velhos, das viúvas de guerra ou dos camponeses-trabalhadores” [AE, 106]); e por eles evoca a psicologia envolvida no cultivo da terra (“Mesmo hoje [...] existem importantes estratos sociais que sabidamente aceitam uma baixa taxa de retorno de investimento no cultivo porque há ‘outras além do retorno monetário direto [...]’”⁷⁹). A Max Weber, presença ubíqua em AE, Finley recorre para tratar das relações econômicas entre “cidade e campo”, vistas a partir das funções desempenhadas pelos personagens – artesãos, metecos, escravos etc. – nos quadros da *polis* e da *civis*: “A questão é, portanto, se as cidades antigas eram, como pensou Max Weber, *primordialmente* centros de consumo [como tipo oposto a “centro de produção”]” (AE, 125).

⁷⁷ Finley não somente resenhou livros diversos sobre escravidão moderna, como foi responsável pelo verbete sobre escravidão na edição de 1968 da *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol 14 (org. D. L. Stills), Nova Iorque, The Macmillan Company and The Free Press, 1972, pp. 307-313, onde se lê: “Como uma instituição econômica, a escravidão era ‘lucrativa’; isto pode ser afirmado com segurança, a despeito das freqüentes tentativas de negá-lo” (p. 310).

⁷⁸ AE, 105, citando J. S. Saul e R. Woods em T. Shanin (org.), *Peasants*, p. 105.

⁷⁹ AE, 122, com citação de C. Clark e M. Haswell, *The Economics of Subsistence Agriculture*, Londres, 1970, p. 164.

Num processo do qual ele era sujeito mas não completamente “autor”, Finley cultivava um auditório de não-especialistas e contribuía para moldar as condições nas quais se desejava fazer ouvir. A tendência a falar para fora da profissão de classicista era observável em outras publicações suas. Entre 1952, ano de lançamento de seu primeiro livro, e 1972, publicou cerca de 40 títulos – descontando-se as dezenas de resenhas para periódicos especializados ou jornais de grande circulação, as reedições de *The World of Odysseus* e *The Ancient Greeks*, além das primeiras traduções de seus livros. Dos 27 textos que escreveu nesse período sob forma de artigos, capítulos de livros e textos de conferências em atas de congresso, mais da metade (16) apareceu em publicações não-especializadas em História Antiga.⁸⁰

Mesmo num plano discursivo, as circunstâncias favoráveis à constituição desse auditório solidário (por relações de afinidade ou de oposição) estavam dadas além dos textos aqui mencionados; e tais circunstâncias ajudam a discernir o significado das tomadas de posição metodológica por parte de Finley. Quando se publicaram os trabalhos desse historiador sobre matérias “econômicas” nas décadas de 1960 e início da de 1970, a história econômica estava no auge de seu prestígio: ditava as regras da profissão histórica e tinha condições de institucionalizar suas descobertas. Tratava-se, fundamentalmente, de uma história quantificada, quer fosse em sua vertente “serial” dos historiadores-economistas franceses (E. Labrousse, J. Meuvret, etc.) ou em sua modalidade “econométrica” dos economistas-historiadores norte-americanos (R. Fogel, S. Engerman, etc.).⁸¹ A visibilidade da história preocupada em reconstituir curvas de preços, como a história quantitativa francesa, ou fundada em modelos hipotético-dedutivos importados da teoria econômica, como a *New Economic History*, favorecia a propensão de alguns estudiosos do mundo antigo, contemporâneos a Finley, a produzir estatísticas sobre Grécia e Roma ou, com mais frequência, queixarem-se da falta de números confiáveis para fazê-lo (AH, 27-31).

⁸⁰ Os principais títulos publicados por Finley foram listados por B. Shaw e R. Saller ao final de sua edição de *ES* (pp. 312-318) e tabulados por R. Viegas da Silva, *Categorias de análise na construção de um conceito de “polis”: uma leitura de Moses I. Finley*, Assis: Dissertação de Mestrado (UNESP), 1999, pp. 83-85.

⁸¹ Cf. as avaliações sobre a história econômica de C. F. Cardoso e H. Brignoli, *Os Métodos da História*, Rio de Janeiro, Graal, 1983, pp. 29-39; e de J. Fragoso e M. Florentino, “História Econômica”, in C. F. Cardoso e R. Vainfas (orgs.), *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 27-43 (esp. pp. 31-36).

Finley entendia que uma história econômica da Antigüidade que tentasse tomar por base séries estatísticas depararia com dificuldades de duas ordens. A primeira delas era de caráter técnico, pois o historiador do mundo greco-romano tinha necessariamente de lidar com a falta quase absoluta de uma base documental confiável para a elaboração de qualquer sorte de explicação quantificada (mesmo a rara situação em que um autor antigo apresenta dados numéricos em seu texto deve ser considerada *a priori* suspeita, pois é provável que se esteja diante de uma mera suposição ou de um testemunho motivado pela exceção). A segunda dificuldade era de ordem substantiva: se as estatísticas ajudam a descobrir e elucidar determinados padrões de comportamento, existem também aspectos que simplesmente não se prestam à quantificação e reclamam, conseqüentemente, outros métodos de se organizar os dados antigos que não os dos cliométricos ou dos serialistas.

A aposta de Finley para a história econômica antiga era menos na importação de métodos consagrados da história econômica do que na formulação das “questões corretas”. Conviria, portanto, que os pesquisadores controlassem sua ânsia de extrair provas quantitativas quando o testemunho não o permitisse de fato e que melhor avaliassem as implicações que poderiam ser efetivamente imputadas aos números. Uma vez bem-sucedidos na produção de estatísticas, deveriam cuidar para não atribuir este conhecimento aos próprios antigos como um elemento pertinente aos seus processos de escolha: a coleta e o cômputo de números, de estatísticas, registros em geral, deveriam ser entendidos como funções específicas da sociedade particular em que este tipo de atividade é administrada; tais funções mudam conforme muda a sociedade (cf. *AE*, 23-6; *AH*, 31).

Diante das dificuldades técnicas e substantivas de se escrever uma história econômica dos antigos baseada em números, dois procedimentos de análise articulados por Finley em *AE* são estratégicos para sua compreensão da economia antiga. De um lado, o autor reconhecia que uma aproximação da realidade social de gregos e romanos dar-se-ia não através da “evocação contínua de ‘fatos’ individuais”, e sim mediante a construção de *modelos*, entendidos como

estruturação simplificada da realidade que apresenta relações supostamente significativas em uma forma generalizada; (...) aproximações altamente subjetivas nas quais não estão incluídas todas as observações e medidas associadas, mas [que] enquanto tal são valiosas

em obscurecer detalhes incidentais e em permitir que aspectos fundamentais da realidade apareçam (AE², 182).

De outro, estando a construção desse modelo de história econômico-social subordinada a um exame de fontes quase exclusivamente literárias, era necessário observar os significados que os antigos investiam em suas atividades econômicas – significados tidos por relevantes para a consecução dessas atividades – a fim de compreender seu modo de institucionalização.

Assim, a crítica das noções econômicas modernas enseja o estabelecimento de marcos discursivos centrais nas concepções de história econômico-social de Finley: evoca um *corte entre “antigos” e “modernos”*, o qual condiciona a *definição dos instrumentos e procedimentos de análise* e engaja na discussão um *leque de interlocutores* mais amplo do que o de profissionais ocupados exclusivamente dos “antigos”. Tais marcos despontam nos trabalhos de Finley sobre a economia antiga, articulados por uma estratégia de argumentação *compreensiva*, atenta ao significado que os atores emprestam a suas ações sociais, e por uma retórica *polêmica* e, não raro, *ambígua*. A partir desses marcos e de sua forma específica de articulação, a fortuna crítica de AE pôde constituir-se em reprodução de certas concepções de história econômica antiga, caras a Finley, como teoria de referência desse campo de estudos.

Para compreender o efeito que tiveram as teses de Finley nos debates sobre a economia antiga, no entanto, deve-se considerar que a convicção quanto a haver “mérito”, “pioneirismo” ou “inovação” embutidos em certas construções teóricas é necessariamente ancorada em uma situação determinada de um campo de estudos, precedida de uma percepção específica do estado desse campo e sustentada por alguém que ocupa uma posição dentro dele. Dizer algo de “novo” equivale assim a dizer algo que seja reconhecido como tal pelos pares em um universo acadêmico determinado. É necessário, portanto, indagar o que tornou o tempo de enunciação das concepções de Finley sociologicamente adequado à consagração dessas concepções.

Capítulo 2

Um modelo em construção (ca. 1962-1973)

O modo corrente de reconstituição dos debates historiográficos sobre a vida econômica da Antigüidade greco-romana não foge a certas regras difundidas de produção de histórias das Ciências Sociais: os reconstituidores procuram evidenciar os caminhos que teriam conduzido à situação contemporânea de seu campo de estudos e identificar as principais personagens que ali transitaram; em seguida, buscam fazer prevalecer sua própria visão dos rumos desejáveis a se tomar dali por diante. No caso da “economia antiga”, se os comentadores reconhecem “rupturas”, “avanços” e “retrocessos” a propósito dos debates e disputam os momentos nos quais situar tais rupturas e sua adjetivação como avanços ou retrocessos, não há desacordo quanto à existência de um debate secular; em outras palavras, postula-se coletivamente sua continuidade totalizadora, a qual faculta a utilização a respeito de discussões travadas no século XIX de um mesmo repertório de nomes (isto é, no universo da *scholarship*, unidades básicas de classificação) associado a acadêmicos do início deste século (“primitivistas”, “modernistas” e equivalentes). Como é característico das querelas acadêmicas que se perpetuam no tempo, os debates sobre a economia antiga ganham assim de seus próprios debatedores a respeitabilidade da tradição, afastando-se da condição de polêmica circunscrita para alçar-se à de controvérsia duradoura – ao preço, no entanto, do obscurecimento das variações que marcaram sua história, das condições sociais de possibilidades com que depararam os autores neles envolvidos, da naturalização de versões dos debates constituídas por nexos estabelecidos em função de princípios cognitivos antes afetivos do que propriamente críticos.

É, contudo, nas variações da história dos debates e nas transformações das condições sociais de seu desenvolvimento que se podem perceber as razões da emergência e propagação do modelo explicativo da economia antiga esposado por Finley. Este capítulo descreve as metamorfoses dos debates acadêmicos sobre a vida econômica greco-romana (partes I e II). Em seguida, analisa os mecanismos sociais e epistemológicos de construção e validação de um novo modo de caracterizar a

economia antiga (parte III). Elabora-se, por fim, a hipótese de que o estabelecimento de uma nova matriz das concepções de história econômico-social da Antigüidade Clássica corresponde à elevação de um *modelo de prática* e de *praticantes* da História (Greco-Romana) Antiga (parte IV).

I. Vicissitudes dos debates

As primeiras discussões modernas sobre a vida econômica dos antigos nasceram, ainda difusas, com a Economia Política no século XVIII. A Antigüidade Clássica serviu a economistas como Adam Smith e Thomas Malthus como um repositório de exemplos para testar suas hipóteses sobre as sociedades européias que sofriam os primeiros efeitos da Revolução Industrial. As diferenças entre o que observavam a seu redor e o que liam nos textos clássicos eram um sinal inequívoco da heterogeneidade entre realidades históricas “modernas” e “antigas” e da novidade daquilo a que assistiam – algo significativo em uma época, já em seus estertores, de percepção do modelo cultural europeu em continuidade com os feitos intelectuais dos antigos.⁸²

Ao longo do século XIX, eruditos como Bartold Niebuhr, August Böckh e Theodor Mommsen também voltaram seus olhares para aspectos “econômicos” do mundo antigo, como o regime agrário de Roma, a população de Atenas e fatores econômicos na queda do Império Romano.⁸³ Como objeto de debates acadêmicos institucionalizados, isto é, como conjunto definível de questões e atores específicos em disputa, a economia antiga ganharia espaço somente no final do século XIX. A princípio, entre 1890 e 1910, a “Ciência da Antiguidade” e a “Escola Histórica de Economia Política” alemães formavam o centro gravitacional dessa disputa, para o qual seriam atraídos nos anos seguintes mesmo os não-alemães que escreviam sobre a

⁸² Sobre a importância da Antigüidade Clássica para o trabalho dos precursores da Economia, ver Cl. Nicolet, *Rendre à César. Économie et Société dans la Rome Antique*, Paris, Gallimard, 1988, pp. 13-40, e N. Morley, “Political Economy and Classical Antiquity”, *Journal of the History of Ideas*, vol. 59, n. 1, 1998, pp. 95-114.

⁸³ Ibid.; e ainda A. Momigliano, “New Paths of Classicism”, *History and Theory*, vol. 21, n. 4, Beiheft 21, 1982 (esp. pp. 3-15).

economia antiga. As perspectivas das duas tradições disciplinares estavam encarnadas nas personagens principais que então se opunham: o economista Karl Bücher (1847 – 1930) e o historiador Eduard Meyer (1855-1930).⁸⁴

Embora Bücher houvesse sido treinado para ser professor de História e de Clássicos em um *Gymnasium*, foi sua atuação profissional como economista e jornalista o que lhe garantiu reputação na intelectualidade alemã no final do século XIX e no início do século XX.⁸⁵ Seu trabalho mais conhecido foi publicado em 1893: *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, uma coletânea de título homônimo a um dos ensaios ali reunidos, o mesmo que motivou ataques a Bücher por partes de historiadores do mundo antigo.⁸⁶ O ponto de partida da teoria defendida no ensaio sobre “o surgimento da economia nacional” era uma divisão, habitual entre economistas da chamada “Escola Histórica” alemã, da história (da Europa central e ocidental, enfatizava Bücher) em “estágios de desenvolvimento”. Bücher aceitava a idéia dos estágios, mas o fazia demarcando diferenças com seus predecessores da “escola histórica”, os quais, acreditava, reincidiam nos equívocos de Adam Smith e David Ricardo de supor uma identidade de fundo aos fenômenos econômicos em todas as épocas. Os estágios deveriam, segundo Bücher, ser estabelecidos *teoricamente* (isto é, sem uma

⁸⁴ Não há acordo entre comentadores recentes a respeito da origem precisa das visões que estruturaram os debates, mas, quando quer que se situe seu núcleo “original” e qualquer que seja a capacidade de uns e outros de recuarem mais e mais no tempo para encontrá-lo, aceita-se normalmente que foi no meio acadêmico alemão que as discussões primeiro adquiriam visibilidade e que Bücher e Meyer nelas tiveram papéis centrais. Assim, É. Will (“Trois quarts de siècle de recherches sur l’économie antique”, *Annales ESC*, n. 9, 1954, pp. 7-22), em artigo de divulgação na França do conjunto de questões em jogo numa controvérsia que mobilizara fundamentalmente especialistas alemães, iniciou por Karl Bücher sua retrospectiva. Embora seja seguro afirmar uma aceitação ampla do trabalho de Will – nenhum texto voltará ao tema sem mencioná-lo – dele se distinguirão outros trabalhos ao buscar recuperar antecedentes da controvérsia Bücher-Meyer. H.W. Pearson (“Un siècle de débat sur le primitivisme économique”, em K. Polanyi & C. Arensberg (orgs.), *Les systèmes économiques dans l’histoire et dans la théorie*, Paris, Librairie Larousse, 1975 (orig. 1957), pp. 43-49) sustentou que o teorema em torno do qual se desenvolveu a discussão foi enunciado por Karl Rodbertus em 1865, ainda que reconhecesse a “verdadeira controvérsia” como de fato protagonizada por Bücher e Meyer trinta anos mais tarde. Em 1972, P. Vidal-Naquet e M. Austin (*Économies et Sociétés en Grèce ancienne*, Paris, Armand Colin, 1996 [1972]) dataram, como Will, do final do século XIX as primeiras tentativas sistemáticas de dimensionar economicamente a história da Grécia, associando-as aos mesmos protagonistas. Não se furtaram, ainda assim, a reconhecer Auguste Böckh, graças à publicação em 1817 de seu *Die Staatshaushaltung der Athener*, como um precursor da discussão. O trabalho de Böckh foi considerado por Nicolet (*op. cit.*) como “primeiro livro moderno de história econômica antiga”, mas a verdadeira gênese da polêmica encontrar-se-ia, segundo esse autor, nos precursores e fundadores da Economia Política no século XVIII.

⁸⁵ Sobre Bücher, ver J. F. Normano, “Karl Bücher: An Isolated Economist”, *The Journal of Political Economy*, vol. 39, n. 5, 1931, pp. 655-657; e o verbete biográfico publicado em http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_B%C3%BCcher (último acesso em 21 de junho de 2008).

⁸⁶ Cito aqui a partir de sua tradução francesa: K. Bücher, *Études d’Histoire et d’Économie Politique*, Bruxelas/Paris, Henri Lamartin/Félicz Alcan, 1901 (trad. por Alfred Hansay, com prefácio de Henri Pirenne), especialmente pp. 43-114 (“Les origines de l’économie nationale”).

correspondência estrita com uma época ou uma sociedade) e *do ponto de vista da relação entre produção e consumo de bens* (“da distância do caminho que os bens percorrem para passar do produtor ao consumidor”). Com base nesses critérios, a evolução econômica teria conhecido três fases fundamentais: a *economia doméstica fechada* (predomina a produção pessoal; a economia não conhece trocas; e os bens são consumidos ali onde são produzidos), a *economia urbana* (os bens passam imediatamente do produtor ao consumidor) e a *economia nacional* (mercadorias são produzidas; os bens circulam passando por uma série de economias antes de serem consumidos). O fato de propor o estudo de cada um desses estágios “na pureza de seus tipos”, assim ignorando deliberadamente “fenômenos particulares” ou “formas de transição” que os contradissem, não impediu Bücher de inscrever sociedades específicas nos quadros gerais que descrevia. Dizia o autor a respeito da *economia doméstica fechada* que “[t]al era a ‘economia’ dos gregos, dos cartagineses e dos romanos”, centrada no *oikos* (na casa, na acepção do “grupo de homens que formam uma comunidade econômica”) e movida pelo ideal de autarquia.

As idéias de Bücher incluíam ainda um “estado econômico primitivo”, caracterizado pela “procura individual da subsistência”, pela “satisfação puramente instintiva das necessidades, tal como admitimos normalmente no animal”.⁸⁷ Porque anterior, do ponto de vista das construções teóricas “artificiais” a que se lança Bücher, à “economia” propriamente dita (entendida como “comunidade humana formada com vistas à produção de riquezas”), a vida dos primitivos não era contemplada na teoria dos três estágios. Mesmo assim, a preocupação do autor em elucidar “diferenças fundamentais” entre os estágios e o encadeamento desses estágios em uma escala evolutiva (de caráter lógico, não temporal) da qual os antigos eram a base despertaram a reação de historiadores que ali viram uma associação de gregos e romanos a uma forma de vida inferior.

A desconfiança se originava em um temor comum a muitos letrados da Alemanha e de outros países europeus na década de 1890 de que sua posição social e seus valores viessem a ser rejeitados por obsoletos na era da tecnologia.⁸⁸ Não à toa, a

⁸⁷ K. Bücher, “L’état économique primitive”, op. cit., pp. 1-41.

⁸⁸ Ver F. Ringer, *O Declínio dos Mandarins Alemães. A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1930*, São Paulo, Edusp, 2000 (orig. 1968; trad. por Dinah de Abreu Azevedo). Entre os estudiosos alemães do mundo antigo, havia o temor de perda de espaço da Antiguidade e do Latim no currículo escolar a partir do programa de modernização do ensino defendido pelo Imperador Guilherme II (cf. H. Bruhns, “À

reação a Bücher foi de início simbolicamente revestida, por parte dos historiadores, de apelos à relevância cultural de sua profissão. A crítica célebre foi formulada por Eduard Meyer no 3º congresso de historiadores alemães, realizado em Frankfurt em 1895. Meyer proferiu nessa oportunidade uma conferência a respeito da “evolução econômica da Antigüidade”, publicada com alterações no *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, periódico fundado pelos economistas da “Escola Histórica”.⁸⁹ Não foi, portanto, apenas por força ou valor intrínseco de suas teses que se instaurou a polêmica: Meyer reconheceu explicitamente seus interlocutores, iniciando sua exposição pelo confronto com Bücher e com o autor que o havia inspirado, Karl Rodbertus; tomou posição nos respectivos espaços de pertencimento de historiadores (o congresso) e economistas (o periódico), de maneira a constranger ambas as partes a também se posicionarem (como afinal fariam o historiador-“modernizante” Julius Beloch e o economista-“primitivista” Bücher nos anos seguintes).

O texto de Meyer tratava, em suas próprias palavras, de um “assunto de interesse mais universal”, a saber, a importância para a atualidade do conhecimento dos problemas da História Antiga. Um estudo do desenvolvimento econômico da Antigüidade prestava-se bem a este fim, porquanto vigoravam idéias “errôneas” a seu respeito – entre economistas, sobretudo, mas também entre alguns historiadores. Ao apresentar *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, de Bücher, Meyer enfatizava a argumentação sobre a etapa da economia doméstica fechada, chamando atenção para as idéias da auto-suficiência das atividades econômicas, da centralidade do *oikos*, da inexistência de trabalho livre e da indústria. Mesmo que o propósito de Bücher fosse elaborar uma teoria da evolução econômica da Humanidade, Meyer entendia que a posição reivindicada de “teórico” havia sido ao longo do texto abandonada e que seu autor terminava por fazer (mal) as vezes de historiador da Antigüidade.⁹⁰ Os economistas assim contribuíam para difundir idéias de caráter depreciativo a respeito dos antigos, como o desprezo pelo trabalho físico e a dependência do trabalho escravo pelo cidadão dedicado à política ou entregue aos luxos e à imoralidade do Império Romano. Todos esses elementos formavam uma “imagem fantástica”, com frequência

propos de l’histoire ancienne et de l’économie politique chez Max Weber”, introdução a M. Weber, *Économie et Société dans L’Antiquité*, Paris, La Découverte, 1998, p. 25, nota 38).

⁸⁹ E. Meyer, “La evolución económica de la Antigüedad”, em seu *El historiador y la Historia antigua*, Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955, pp. 63-135 (trad. Carlos Silva).

⁹⁰ Ibid., pp. 68-70, nota 8.

tornada protótipo da corrompida vida política atual ou contra-modelo que ressaltasse as virtudes do Cristianismo. Tais concepções nasciam do equívoco de achar que o desenvolvimento histórico dos povos mediterrâneos houvesse ocorrido em uma linha continuamente ascendente, de maneira tal a qualificar a realidade da Antigüidade como “primitiva”. A cultura antiga atravessara, ao contrário, ciclos de prosperidade e, em seus melhores momentos, fizera-se “plenamente desenvolvida e em essência absolutamente moderna”.⁹¹ Constatadas as limitações da teoria de Bücher, Meyer discorria sobre indústria, comércio, população e emprego de metais como meio de troca: primeiro, no Oriente Antigo (Babilônia; Egito; Império Persa dos Aquemênidas) (pp. 72-79); depois na Grécia – micênica, arcaica, clássica, helenística –, passando por uma relativização de atitudes supostamente características da Antigüidade (como o desprezo pelo trabalho físico) e pela contestação do “exagero” quanto ao papel dos escravos na economia (pp. 79-113). A respeito de Roma – cuja apreciação restringe-se quase que exclusivamente ao período imperial – é exposta a magnitude de suas proporções e explicado seu declínio como o processo de uma cultura levada ao apogeu e desintegrada “de dentro”, dando lugar à barbárie (pp. 113-128).

O embate entre Bücher e Meyer se desenvolveu nas sucessivas reedições de seus ensaios e nas brigas encampadas por seus epígonos. Cada qual terminou por combater no terreno de questões melhor estabelecido nas respectivas disciplinas de origem. Bücher se batia contra a idéia de um “princípio econômico” universal, pelo qual todos os homens seriam propensos à maximização dos benefícios de uma ação por meio da minimização dos custos para empreendê-la.⁹² Para Meyer, o ritmo e o sentido do desenvolvimento das sociedades antigas constituíam a preocupação central. Tratava-se de identificar entre os antigos sinais de pujança ali onde os primeiros economistas não haviam enxergado senão precariedade material e indigência intelectual. A idéia de esplendor econômico da Antigüidade era possibilitada pela categoria temporal do “ciclo”, a qual explicaria ainda a cisão entre mundo antigo e mundo medieval.

Desde o início século XX, autores diversos manifestaram intenção de se afastarem dos pólos opostos da discussão. As tentativas de caracterização da vida econômica antiga mostravam-se, todavia, mais eficazes quando se faziam perceber como corolário da controvérsia Bücher-Meyer. Assim foi, por exemplo, que a discussão

⁹¹ Ibid., p. 71.

⁹² K. Bücher, *Études d'Histoire et d'Économie Politique*, op.cit., pp. 1-3.

tornou a se configurar em um debate acirrado no final dos anos 20. A ocasião foi a publicação do estudo do helenista alemão Johannes Hasebrök a respeito do comércio grego dos períodos arcaico e clássico. *Staat und Handel im alten Griechenland* foi publicado em 1928 e traduzido para o inglês cinco anos depois.⁹³ O livro sustentava a tese de que o comércio grego no período clássico fora “relativamente primitivo” e, ao contrário do que afirmava a “visão corrente” de Meyer e seus discípulos, não havia sido um fator preponderante na vida política. Hasebrök identificava em seu trabalho uma vocação polêmica – confessada pelo autor nos prefácios às edições alemã e inglesa e justificada pelo “atual estado caótico do assunto” e pela “ansiedade de contrastar [suas] conclusões de maneira mais clara possível às visões correntes” – contra autores que optavam por “projetar concepções puramente modernas para o passado”. Como alternativa, reclamava atenção às atitudes psicológicas dos antigos face à organização do trabalho para o lucro e a conseqüente distinção entre o tipo “econômico” de homem caro ao mundo moderno e o tipo “político” próprio do mundo antigo.⁹⁴ O livro inspirou reações acaloradas. Meyer já não se dedicava mais à pesquisa, mas era reitor da Universidade de Berlim quando Hasebrök publicou o livro sobre comércio. Em um universo acadêmico ainda marcado por sua influência, Hasebrök era um dos primeiros helenistas a acolher idéias oriundas de teses de economistas pelas quais, dada a suposta associação dos clássicos a uma sorte de primitivismo, os historiadores alemães sentiram vilipendiada sua matéria de estudo.⁹⁵

A polêmica suscitada pelo trabalho de Hasebrök marcou a redução do escopo das novas investigações ao desenvolvimento econômico da Antigüidade greco-romana, ao invés de Antigüidade em sentido amplo.⁹⁶ Em relação à controvérsia Bücher-Meyer,

⁹³ J. Hasebrök, *Trade and Politics in Ancient Greece*, Nova Iorque, Biblo and Tannen, 1965 (orig. 1928; 1ª ed. em inglês em 1933), trad. L. M. Fraser e D. C. MacGreggor.

⁹⁴ Id., pp. v-ix, 17, 41-43 e *passim*. A insistência na distinção entre “homo politicus” e “homo oeconomicus” era assumidamente inspirada em Max Weber.

⁹⁵ Ver a observação de L. Gernet (“Comment caractériser l’économie de la Grèce antique?”), em seu *Les Grecs sans miracle* [textos reunidos por Ricardo di Donato], Paris, La Decouverte / Maspero, pp. 193-200 [esp. p. 194], originalmente publicado em 1933), que analisa conjuntamente o trabalho de Hasebrök e o de E. Ziebarth, autor de um livro-réplica a Hasebrök; também P. Cartledge (“‘Trade and Politics’ revisited”, em P. Garnsey, K. Hopkins e C. R. Whittaker (orgs.), *Trade in the Ancient World*, Londres, Chatto & Windus / Hoggarth Press, 1983, pp. 1-15) elencou reações negativas aos trabalhos de Hasebrök. Note-se que Meyer era reitor da Universidade de Berlim quando Hasebrök publicou seu livro sobre comércio. Assim como Bücher, morreu dois anos depois, em 1930.

⁹⁶ Para Grécia, em cuja história se concentrou a polêmica alemã na primeira metade do século XX, vejamos os inúmeros trabalhos e autores apreciados por É. Will, art. cit., e S. Humphreys, *Anthropology and The Greeks*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978, pp. 136-158; Riezler (1907), Pöhlman (1925),

a polêmica do final da década de 1920 e início da década de 1930 também se distinguia por não mais dizer respeito a economistas: os classicistas monopolizariam dali em diante a história econômica antiga. O palco institucional, contudo, era semelhante. Assim como ocorrera na virada do século, a arena era demarcada por alemães, mesmo se acadêmicos britânicos, italianos e franceses nela fizessem incursões ocasionais. E havia continuidades entre os dois momentos alimentadas pelos usos e abusos dos textos “fundadores” dos debates. Consagraram-se ali os termos “primitivista” a designar opiniões associadas a Bücher e “modernista” a rotular posições próximas a Meyer. A classificação se estendeu a partir de então a todos os debatedores, quase sempre como peça acusatória, e nunca como autodesignação. Sem importar que frequentemente tenham sido declaradas intenções de superar a dicotomia, “primitivistas” e “modernistas” permaneceram como categorias fortes, formas conotativas de classificar e atribuir sentido aos trabalhos sobre a “economia antiga”.

II. Condições da inovação

A evolução dos Estudos Clássicos na Inglaterra ao longo dos últimos sessenta anos testemunha transformações significativas no estatuto da vida econômica da Antigüidade greco-romana como objeto legítimo de conhecimento. Os indícios podem ser encontrados nas três edições do *Oxford Classical Dictionary* [OCD], uma das principais obras coletivas de referência entre classicistas britânicos durante todo esse período. A primeira edição, de 1949, continha inúmeros verbetes sobre tópicos hoje inscritos na unidade de pesquisa “economia antiga”, mas não um texto específico que se pusesse sob tal rubrica. “Economic life” (p. 304) era um dos verbetes apenas alusivos da obra: não encabeçava um texto, mas remetia a entradas pertinentes ao assunto. Das dezessete entradas abarcadas por “vida econômica”, o verbete então escrito por Fritz Heichelheim sobre comércio (“Commerce, Greek and Roman”) era, num período em que classicistas podiam perceber as trocas como a parte virtualmente designativa da

Oertel (1925) e Erb (1938) – todos tentaram, cada qual a seu modo, firmar alternativas às vias de Bücher e de Meyer.

totalidade da vida econômica, o que de mais próximo ali havia de sistematização da economia antiga. O dicionário seria reeditado em 1970, por novos organizadores. Todos os verbetes foram revistos, e alguns, substituídos por novos textos. A contribuição de Heichelheim, com sua descrição cronológica das práticas comerciais do mundo micênico à queda do Império Romano, foi mantida quase sem alterações. As diferenças estavam em uma menção pontual ao Linear B (as tabuinhas de argila encontradas em Pylos e Knossos e decifradas na década de 1950), na atualização bibliográfica e nas entradas arroladas ao fim do texto como relacionadas ao assunto tratado por Heichelheim.

Esta última mudança era de fato notável. Em 1949, os editores listaram cinco outras entradas do dicionário como sendo pertinentes a “comércio”. Em 1970, a elas se somariam outras 84 entradas, mesmo sendo semelhantes os volumes das duas edições. O estudo da vida econômica decerto ganhava importância e abrangência, embora sem ainda dispor de direito de cidadania no dicionário dos classicistas ingleses. Isso enfim ocorreria na terceira edição, em 1996. O texto de Heichelheim foi então excluído, assim como quase todos os verbetes de 1949 e 1970. A *economia*, assim nomeada em verbetes sobre “teoria econômica grega”, “economia grega”, “economia helenística” e “economia romana”, ganhava espaço próprio, como que a simbolizar sua incorporação definitiva ao vocabulário básico dos Estudos Clássicos britânicos.⁹⁷

Além de dizerem algo sobre a história dos estudos sobre Grécia e Roma na Grã-Bretanha, as diferentes edições do *OCD* são sintomas das vicissitudes da economia como alvo do interesse de classicistas. De forma geral, os britânicos se mantiveram fora das controvérsias ou nela atuaram marginalmente na primeira metade do século XX. É significativo que a redação do verbete sobre comércio no *OCD* tenha sido confiada a Heichelheim, um especialista em história econômica que havia emigrado da Alemanha hitlerista para a Inglaterra na década de 1930. Mesmo para os britânicos que antes da 2ª Guerra intervieram na polêmica sobre a economia antiga, a história econômica antiga e (menos ainda) a controvérsia por ela suscitada não constituíam um interesse de primeira ordem. No mais das vezes, as tentativas de caracterizar a “economia antiga” repercutiam

⁹⁷ *The Oxford Classical Dictionary*, 1a ed., organizada por M. Cary et alli, Oxford, Clarendon Press, 1949; 2a ed., organizada por N. G. L. Hammond e H. H. Sullard, Oxford, Clarendon Press, 1970; 3a ed., organizada por Simon Hornblower e Anthony Spawforth, Oxford University Press, 1996 (revista em 2003).

as discussões alemães. Assim, A. W. Gomme, professor da Universidade de Glasgow, fez de um ensaio sobre artesãos e comerciantes na Grécia a ocasião de um ataque contra Hasebrök associado à defesa dos trabalhos de Alan Blakeway, um classicista de Oxford que também escrevera sobre comércio grego: “Deixe que qualquer um ainda afeito às pretensões de Hasebrök leia seus artigos [de Blakeway] e aprenda o que *scholarship* significa”.⁹⁸ Blakeway não era, contudo, um *historiador econômico* em sentido estrito – um conceito de resto dificilmente aplicável ao universo dos Estudos Clássicos britânicos da época.⁹⁹ Note-se ainda que o texto de Gomme, originado de uma conferência, foi publicado em uma coletânea de escritos do autor intitulada *Ensaaios em História e Literatura Grega*, sem alusão a “economia”, e que o autor, a despeito de seus trabalhos sobre a população de Atenas, não voltou a se pronunciar sobre o assunto.

A história econômica não se prestava facilmente ao exercício virtuoso de erudição que envolvem as atividades de edição, comentário e tradução de textos antigos – espécie mais rentável, e à época também a mais comum entre professores universitários, de investimento intelectual entre classicistas britânicos.¹⁰⁰ Evidentemente, classicistas britânicos freqüentaram temas “econômicos” no ensino e na escrita da História Antiga, mas a incidência desses normalmente se dava em um registro não-polêmico, não raro como apêndice de propósitos outros. Com efeito, o ensino e a escrita da história econômica antiga não se traduziram a princípio em controvérsias significativas, não se puseram em relação ou não se opuseram em função do objeto “economia antiga” à maneira dos alemães; em suma, não constituíram aquilo que Pierre Bourdieu chamaria um “campo”, um domínio de relações sociais e epistemológicas,

⁹⁸ A. W. Gomme, “Traders and Manufacturers in Greece”, em *Essays in Greek History & Literature*, Oxford, Basil Blackell, 1937, pp. 42-66 (citação p. 57). Gomme foi um classicista de destaque na Grã-Bretanha, tendo dirigido a associação de helenistas britânicos (Society for the Promotion of Hellenic Studies) na década de 1950. No artigo de 1937 (escrito em 1934), acusava Hasebrök de haver cometido o mais grave erro a que estaria sujeito um historiador: a suposição de que se algo foi feito em outros tempos do mesmo modo que se faz agora simplesmente não existiu. Referia-se, claro, ao comércio grego.

⁹⁹ Blakeway, morto em 1936 aos 38 anos, era reconhecido pelo estudo das figuras na cerâmica grega, tópico que logrou incorporar ao currículo de Clássicos em Oxford (ver dados biográficos no verbete redigido por L. Zarmati para o *Dictionary of British Classicists*, vol. 1, org. por R. Todd, Londres, Thoemmes Continuum, pp. 88-89).

¹⁰⁰ A importância dessas atividades é observada na apresentação sumário da profissão de classicista escrita por dois *scholars* de Cambridge: M. Beard e J. Henderson, *Classics: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 1995, pp. 60-63.

relativamente autônomo, com agentes, hierarquias e lógica de funcionamento próprios.¹⁰¹

Dois exemplos, tanto melhores porque tardios, servem para ilustrar a situação da primeira metade do século. O primeiro classicista britânico a se dedicar sistematicamente à história econômica foi A. H. M. Jones. Após uma experiência profissional no Ministério do Trabalho durante a 2ª Guerra, Jones, que havia publicado na década de 1930 sobre assuntos tão diversos quanto a história da Etiópia, as cidades antigas e monarcas bíblicos, passou a centrar seus interesses na história econômica e administrativa do Império Romano tardio.¹⁰² Em 1946, ao assumir a cadeira de *Professor* de História Antiga do University College de Londres, apresentou como aula inaugural um texto, posteriormente transformado em livro, a respeito de “história econômica antiga”. O texto constatava a precariedade das fontes existentes para o estudo da vida econômica antiga e avançava algumas propostas de trabalho. Jones o fez sem nenhuma menção à polêmica dos alemães, nem tampouco aos colegas britânicos que a ela haviam feito referência. Alguns anos mais tarde, Jones publicaria um obituário do mais eminente historiador econômico da Antigüidade do mundo anglo-saxão, o russo Michail Rostovtzeff (1870-1952), que, radicado nos EUA, escrevera e publicara em inglês suas monumentais histórias econômico-sociais do Império Romano e do Mundo Helenístico.¹⁰³ Mais uma vez, nenhuma palavra sobre Bücher, Meyer, “primitivistas” ou “modernistas”.

Embora sem fazer da polêmica o mote de sua obra, Rostovtzeff havia se referido a ela em mais de uma ocasião,¹⁰⁴ e suas críticas aos primitivistas o tornaram aos olhos de seus comentadores recentes uma espécie de expoente máximo dos historiadores “modernizantes” de sua geração. Jones, contudo, não estava só em sua apreciação da irrelevância da controvérsia Bücher-Meyer para a compreensão da contribuição de Rostovtzeff. Os debates sobre a economia antiga sequer foram citados por Hugh Last,

¹⁰¹ Cf. P. Bourdieu, “Campo intelectual e projeto criador”, em J. Pouillou et. al., *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1968 (orig. francês 1966), pp. 105-146 (trad. Rosa Maria Ribeiro da Silva).

¹⁰² J. Crook, “Arnold Hugh Martin Jones, 1904-1970”, *Proceedings of the British Academy* 57, 1971, pp. 425-438; e A. D. Lee em *Dictionary of British Classicists*, vol. 2, pp. 522-524.

¹⁰³ A. H. M. Jones, *Ancient Economic History*, Londres, 1948. O obituário de Rostovtzeff foi redigido para os *Proceedings of British Academy* 38, 1952, pp. 347-361.

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, M. I. Rostovtzeff, *The Social and Economic History of Roman Empire*, Oxford, Clarendon Press, 1957 (1926), pp. 349-51, 537-38; e ainda A. Marcone, “Una poco nota recensione di M. Rostovzev”, *Athenaeum*, vol. 65, Fasc. III-IV, pp. 541-42, a respeito de uma resenha de Hasebrök por Rostovtzeff.

autor do obituário do historiador russo publicado no principal periódico dos romanistas britânicos, ou por Sterling Dow, ao avaliar em 1960 o legado da obra de Rostovtzeff sobre o Império Romano trinta anos depois de sua publicação original.¹⁰⁵

Na década de 1950, passado novo impulso ganho com a publicação de dois livros de Hasebrök em 1928 e 1931, a controvérsia sobre a economia antiga parecia arrefecida. De 1933 em diante, o meio acadêmico alemão havia sofrido os efeitos das leis raciais de Hitler. Muitos dos classicistas judeus expulsos então das universidades alemães procurariam abrigo profissional em instituições da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Depois do armistício de 1945, uma nova geografia da excelência acadêmica européia se apresentaria. Antiga guarnição da erudição histórica tradicional, a Alemanha tinha seu status depreciado quer em função do exílio de algumas figuras de proa, quer da desconfiança a pesar sobre aqueles dentre os remanescentes que haviam colaborado com o regime nazista. Nos Estudos Clássicos e na Historiografia, as inovações consagradas nos anos seguintes teriam outras origens.¹⁰⁶

Desvalorizado seu cenário institucional, para onde iriam os embates entre “primitivistas” e “modernistas”? No universo da *classical scholarship* britânica, onde mal havia emergido, a polêmica já não parecia fazer sentido algum. O imediato pós-Guerra estava dentro de um hiato dos estudos sobre a economia antiga na Itália.¹⁰⁷ Na França, onde classicistas haviam se manifestado eventualmente sobre a polêmica dos alemães desde o início do século XX, “primitivistas” e “modernistas” seriam em 1954 objeto de um artigo em uma revista não de classicistas, mas de historiadores, os

¹⁰⁵ H. Last, em *Journal of Roman Studies* 43, 1953, pp. 133-34; S. Dow, “The Social and Economic History of the Roman Empire: Rostovtzeff’s Classic After Thirty-Three Years”, *The American Historical Review* 65, 3, 1960, pp. 544-53. A exceção de H. Pearson (“Un siècle de débat sur le primitivisme économique”, op. cit.), que em 1957 atribui a Rostovtzeff a responsabilidade pelo triunfo “modernizante” da historiografia econômica desde a década de 1920, não altera o argumento, pois vinha de um sociólogo, não de um classicista.

¹⁰⁶ Vejam-se a este respeito o testemunho memorialístico de E. J. Hobsbawm *Tempos interessantes: uma vida no século XX*, S. Paulo, Cia. das Letras, 2002, pp. 311-327; e o trabalho de G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century*, Hanover e Londres, Wesleyan University Press, 1997, Cap. 6, que observa o relativo atraso dos historiadores alemães ocidentais em seguir as inovações de sua disciplina empreendidas depois da 2ª Guerra na França pelos *Annales* e na Inglaterra pela *Past and Present*. Note-se que Joseph Vogt, o principal estudioso alemão ocidental da escravidão antiga na segunda metade do século XX, coordenador de um projeto de pesquisa sobre o assunto entre os anos 1950 e 1970 e acadêmico respeitado desde a década de 1930, integrou o Partido Nacional-Socialista e tomou parte em empreendimentos científicos que tinham por bandeira teorias raciais (cf. Z. Yavetz, *Slaves and Slavery in Ancient Rome*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1991, p. 139).

¹⁰⁷ E. Lepore, “Economia antica e storiografia moderna (appunti per un bilancio di generazione)”, em L. Rosa (org.), *Ricerche storiche ed economiche in memoria di Conrado Barbagallo*, Vol. 1, Nápoles, 1970, pp. 3-33.

Annales, que pela segunda vez abriam espaço para o tema. Embora crítico a ambas as vertentes de estudo da vida econômica antiga (em especial aos “modernistas”), seu autor, Édouard Will, esforçava-se em demonstrar o caráter ultrapassado da dicotomia, e projetava um quadro otimista das investigações futuras.¹⁰⁸

Não obstante sua morte anunciada entre classicistas, a controvérsia Bücher-Meyer e seus desdobramentos foram retomados no início da década de 1950 por um grupo de cientistas sociais interessados em repensar os estudos sócio-econômicos das sociedades pré-capitalistas. O projeto de pesquisa coordenado por Polanyi resultaria em um livro coletivo, publicado em 1957, introduzido por um ensaio a respeito da “controvérsia do *oikos*”. O texto assinado por Harry Pearson reconhecia nas “reelaborações” de teses de Max Weber por Hasebrök “uma importante vitória do chamado lado ‘primitivista’”, embora a oposição que lhes havia levantado M. Rostovtzeff mostrasse que nem todas as questões haviam sido resolvidas. Tal como muitos de seus predecessores (entre os quais o próprio Hasebrök), Pearson considerava insatisfatórias as posições “primitivistas” e “modernistas”, e encerrava seu texto clamando pela adoção de um modelo de organização econômica que não o capitalismo para o entendimento da economia antiga. Esse enfoque “havia sido sugerido pela perspectiva primitivista de Bücher e pela abordagem político-militar de Weber”, sem, entretanto, fornecer “instrumentos conceituais (...) que [permitissem] (...) determinar os fundamentos institucionais desse tipo de desenvolvimento econômico”. Tais instrumentos, dizia, encontrar-se-iam nos conceitos desenvolvidos pelas contribuições dos autores que o seguiam no livro coletivo em que publicava.¹⁰⁹

¹⁰⁸ É. Will, op. cit. Para os estudos sobre economia antiga na França, ver ainda J. A. Dabdab-Trabulsi, *La cité grecque positiviste. Anatomie d'un modèle historiographique*, Paris, L'Harmattan, 2001, pp. 37-49.

¹⁰⁹ H. Pearson, op. cit. Note-se que Polanyi foi um dos poucos resenhistas do primeiro livro de Finley (*Studies in Land and Credit*) a lhe atribuir uma contribuição à “controvérsia do *oikos*” (*Journal of Economic History*, vol. 13, n.2, pp. 233-235).

III. A construção de um consenso

Finley manteve com Polanyi e seu grupo uma colaboração intelectual estreita entre fins da década de 1940 e meados da década de 1950. Por haver tomado parte dos seminários em Columbia que dariam origem a *Trade and Market...*, era um dos virtuais colaboradores quando o projeto do livro foi concebido. Finley terminou por desistir da publicação de seu texto sobre as “trocas segundo Aristóteles”, mas a experiência de trabalho com o grupo de Polanyi continuaria a produzir conseqüências pelos anos seguintes. Antes cindido entre o direito e a economia como interesses temáticos principais em seus estudos do mundo antigo, Finley progressivamente passava a privilegiar o segundo.

A inclinação pela história econômica fugia à via régia dos classicistas britânicos, em meios aos quais Finley agora trabalhava, mas significava ao mesmo tempo uma aposta em um domínio de investigação a ser explorado e que dava mostras de expansão.¹¹⁰ A 2ª Conferência Internacional de História Econômica, realizada em Aix-en-Provence em 1962, foi um gesto inaugural pelo qual a geração de Finley começava a repensar a economia antiga. A incorporação de classicistas à conferência de historiadores econômicos era por si só uma novidade, pois em sua primeira edição, dois anos antes, em Estocolmo, o evento não tivera uma seção sobre Antigüidade. A despeito de sua inclusão, os historiadores do mundo antigo permaneciam inscritos em posição singular em meio aos demais historiadores econômicos: quando publicadas as atas do congresso, reservou-se aos primeiros um volume à parte, cuja exigüidade (162 pp.) contrastava com o volume e o expressivo número de contribuições de historiadores de história medieval, moderna e contemporânea. À luz da história dos estudos sobre economia antiga, era também um dado novo que as mesas houvessem sido compostas sem qualquer acadêmico alemão. Os conferencistas trabalhavam na Inglaterra (Moses Finley e Peter Brunt) e na França (Édouard Will); os debatedores, na França (Claude Mossé) e nos EUA (Carl Roebuck); e os presidentes das sessões, nos EUA (Jacob Larsen), na Inglaterra (Arnaldo Momigliano) e na Polônia (I. Biezunska-Malowist). Há

¹¹⁰ Entre historiadores de outros períodos, é justo mesmo dizer que a História Econômica nos anos 50 galgava a escala de prestígio e consagrava-se como área de ponta da disciplina. Cf. as avaliações de conjunto de C. F. Cardoso e H. Brignoli, *Os Métodos da História*, Rio de Janeiro, Graal, 1983 (1976), pp. 29-39; e de J. Fragoso e M. Florentino, “História Econômica”, em C. F. Cardoso e R. Vainfas (orgs.), *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 31-36.

menções ainda a intervenções dos professores Murakawa (Japão) e Anthony Andrewes (Inglaterra).

A ausência dos alemães era tanto mais curiosa pela referência alemã do título da seção: *Comércio e Política no Mundo Antigo*. Ele remetia ao título da tradução inglesa de um dos livros de Hasebrök, *Comércio e Política na Grécia Antiga* (o original alemão corresponderia, literalmente, a *Comércio e Estado...*). Finley iniciou os trabalhos da sessão de História Antiga em Aix-en-Provence com uma longa digressão sobre o fato de o helenista alemão não haver produzido um legado:

Faz trinta e quatro anos – uma geração inteira – que Johannes Hasebrök publicou seu *Staat und Handel im alten Griechenland*, ao qual três anos depois se seguiu seu *Griechische Wirtschafts- und Gesellschaftsgeschichte bis zur Perserzeit*, os mais controvertidos trabalhos de história econômica grega do último século. O título de seu primeiro livro foi escolhido como o tema de nossos encontros. Somos instados a examinar a posição hoje. Depois de uma geração, onde estamos?

Ao se relerem as resenhas de Hasebrök e suas réplicas, é difícil não ficar desalentado por seu fracasso, no todo, em atacar as questões realmente importantes. (...)

Meu sentimento de desalento vem antes das críticas amigáveis, aquelas que louvaram os livros como importantes e salutares, que afirmaram, com efeito, “Os modernistas foram derrotados, e justamente na hora certa. Se ao menos Hasebrök não houvesse exagerado (...)”. Essa palavra “exagerado” é crucial: implica que em disputa estavam meras quantidades ou pontos ao longo de um *continuum*; que Beloch, Eduard Meyer e os outros modernistas estivessem situados em um extremo, Hasebrök no extremo oposto, e que tudo a fazer agora seria encontrar uma sintonia confortável entre eles (exatamente onde dependeria da inclinação do indivíduo que escreve). Foi ninguém menos que um homem como Rostovtzeff quem disse isso com todas as palavras, chegando a ponto de dizer que a questão era “não de palavras e conceitos, mas de fatos”. No período helenístico, ele insistiu, a economia “diferia da economia moderna apenas quantitativamente, não qualitativamente”.

Em um ensaio bibliográfico publicado em 1954, Will indicou exatamente onde reside a fragilidade de todas essas reações. “Depois disso”, escreveu, “já não era uma questão de encontrar soluções intermediárias, ... pois os trabalhos de Hasebrök haviam deslocado o problema e fornecido um novo ponto de partida para a pesquisa”. O “principal mérito” de Hasebrök foi “restabelecer a vida econômica” dentro do quadro da pólis; conseqüentemente, ele disse com razão, que “até onde se pode dizer que a política [*policy*] de uma cidade incluía aspectos econômicos, vemo-nos diante de uma política adotada em nome do

interesse dos cidadãos-consumidores, não do interesse dos produtores”. Por enquanto, vamos deixar de lado a questão de haver sido ou não *mérito* de Hasebrök ter sustentado essa proposição. O que não se pode negar é, primeiro, que ele de fato a sustentou, longamente e com veemência; segundo, que a mesma proposição já havia sido formulada com sutileza por Max Weber, de modo que os historiadores não tinham que esperar Hasebrök para levantar a questão; terceiro, que as implicações transcendem todas as avaliações meramente quantitativas do comércio ou desacordos a seu respeito. Mesmo assim, esta proposição, a mais crítica de toda a obra, foi ou bem ignorada na discussão que se seguiu, ou bem descartada como um jogo de palavras ocioso.

Conseqüentemente, a controvérsia dos anos 30 não foi proveitosa; ela deixou de estabelecer uma nova base para outro estudo dos problemas. Receio que o professor Will tenha sido indevidamente otimista em seu levantamento de 1954, ao menos em relação à Grécia clássica, embora provavelmente não quanto ao período arcaico, que de fato passou por um reexame muito considerável. A relação entre comércio e política na Grécia clássica ainda parece ser tratada na maioria das vezes como se não houvesse problemas conceituais, como se, na linguagem de Rostovtzeff, fosse apenas uma questão de fatos. E isto significa que, necessariamente, os conceitos e generalizações mais freqüentemente trazidos à baila são, expressa ou tacitamente, modernos, mesmo quando se escondem sob a máscara do “bom senso”.¹¹¹

Hasebrök havia padecido, contudo, de um ostracismo imposto antes a ele próprio do que a suas idéias. Nascido em Hamburgo em 1893, obteve seu primeiro cargo fixo de professor universitário em 1927. Saiu-se bem nos primeiros anos de atividade: preparava então seu segundo livro, em constante diálogo com colegas da Universidade de Colônia; ministrava aulas para audiências a cada ano maiores; aproximava-se dos primeiros discípulos e orientava teses de doutorado. Passados cinco anos, porém, teve início sua decadência profissional. Uma doença pulmonar que o impediu de trabalhar e o divórcio de sua primeira mulher levaram-no à depressão e interromperam projetos intelectuais. Em 1937, quando tentava reestabelecer-se dos problemas no pulmão em um hotel nos Alpes suíços, uma denúncia política o fez perder o posto em Colônia (assim como sucedera a muitos de seus colegas próximos). Daí em diante, escreveu pouco e nada mais publicou. Debitado, sequer reassumiu a função de

¹¹¹ M. I. Finley, “Classical Greece”, em *Second International Conference of Economic History I*, Paris, Mouton/La Haye, 1965, pp. 11-35 (citação pp. 11-13).

professor quando convidado a fazê-lo, em 1946, pela Universidade da qual fora expulso. Sua morte em 1957 não estimulou nenhum colega a redigir um obituário.¹¹²

O reconhecimento de Hasebrök como especialista eminente da história econômica grega deu-se no final da década de 1920. Seu “esquecimento” depois da década de 1930 coincidiu com o – e, em alguma medida, correspondeu ao – ocaso da polêmica sobre a economia grega antiga. A recepção imediata de sua obra não foi, contudo, tão inócua quanto sugere Finley. Em 1929, a primeira edição de *Staat und Handel im alten Griechenland* (1928) foi bem-vinda no *Journal of Hellenic Studies* como uma “distinta contribuição à história econômica grega” precisamente pelas razões advogadas por Finley décadas mais tarde: as teses de Hasebrök, dizia o resenhista, eram “menos equivocadas do que a menção habitual a ‘capitalismo grego’, ‘guerras comerciais’, ‘finanças internacionais’, etc.”. Em um registro semelhante, Jakob Larsen (o mesmo que presidiu uma das sessões de História Antiga do Congresso de 1962) observou na *Classical Philology* por ocasião da tradução de *Staat und Handel* para o inglês que o livro tinha como “um de seus méritos principais” a ênfase concedida ao “perigo de se interpretarem as instituições gregas em termos de instituições de outros períodos”.¹¹³

O título da sessão de História Antiga do congresso de Aix-en-Provence em 1962 fazia, portanto, alusão a um autor declarado (e autodeclarado) polêmico, dito responsável por mudanças mais ou menos significativas nas perspectivas de estudo da economia da Antiguidade grega e/ou criticado por numerosos erros factuais e generalizações.¹¹⁴ Ao lembrarem Hasebrök, os participantes do encontro de 62 não se alinhavam ao “pai” de uma determinada “escola”, mas reclamavam a realização de um ato de desagravo a um autor “esquecido”, que jamais fizera “escola”. A exemplo do que ocorre com frequência nos processos de inovação epistemológica nas Ciências

¹¹² Para os dados biográficos de Hasebroek, cf. E. Pack, “Hermann Johannes Hasebroek”, em W. W. Briggs e W. Calder III, *Classical Scholarship: A Biographical Encyclopedia*, Londres e Nova Iorque, Garland Publishing, Inc., 1990, pp. 142-151.

¹¹³ *Journal of Hellenic Studies*, vol. 49, pp. 108-109 (o autor da resenha no *JHS* é identificado apenas pelas iniciais “M.C.”); J. C. O. Larsen, em *Classical Philology*, vol. 29, n. 2, 1934, p. 175.

¹¹⁴ Os equívocos de Hasebrök foram observados mesmo nas “críticas amigáveis” publicadas em periódicos importantes dos Estudos Clássicos. Cf. as apreciações do primeiro e do segundo livro do autor nas edições de 1929 e 1932 do *Journal of Hellenic Studies* (pp. 108-109 e 146-148, respectivamente); e nas resenhas de *Trade and Politics* por W. W. Tarn na *Classical Review* (vol. 48, n.1, 1934, pp. 15-16) e por J. C. O. Larsen na *Classical Philology* (vol. 29, n. 2, 1934, p. 175).

Humanas, os estudos sobre a economia greco-romana antiga passavam assim a ser pensados a partir do rearranjo da genealogia de autores que os haviam freqüentado.¹¹⁵

Ao final de sua intervenção no Congresso de 1962, Finley identificou uma “crise” nos estudos sobre comércio e política na Grécia e elencou linhas de investigação a serem seguidas para superá-la. Eram nove pontos, definidos com graus variáveis de especificação: distinção entre tipos de mercadorias exportadas e importadas; estudo do comércio com povos não-gregos; relação entre estrutura social e economia; papel do estado nas atividades econômicas; importância da guerra; análise da função dos estrangeiros na economia grega pelo estudo dos acordos interestatais; exploração da documentação arqueológica; e análise dos preços. Esses tópicos seriam de um modo ou de outro, e não apenas em consequência da admoestação finleyniana, explorados pelos historiadores econômicos da década de 1970. Em um primeiro momento, contudo, foi a instauração de um novo panteão dos estudos de história econômica antiga, acompanhada de um diagnóstico do estado da arte, o aspecto do congresso de 62 que mereceu repercussão por parte de seus comentadores e do próprio autor.

Hasebrök havia sido esquecido, dizia Finley em 1962; “reduzido a pó e repudiado, desaparecendo quase sem deixar vestígios”, mesmo que, a despeito de seus “sérios lapsos”, não tivesse sido “nem corrigido nem contestado em seus temas centrais”, enfatizou em 1963. Com Hasebrök, Weber havia sido desconsiderado, e Polanyi, ignorado, segundo Finley em 1965.¹¹⁶

Nos primeiros passos da estabilização de uma nova constelação de questões a freqüentar e de autores nos quais se inspirar, os classicistas interessados na economia antiga e propensos, por razões não exclusivamente de ordem acadêmica, a uma forma própria de caracterizá-la procuravam, fosse em público ou em privado, assinalar os pontos de acordo entre si. A posição comum na estrutura social da *scholarship* poderia ser indicada pela alusão a certos temas de interesse, a amigos ou contatos em comum, a autores de predileção ou a propriedades e posições intelectuais em aparência pouco

¹¹⁵ Veja-se, por exemplo, a reafirmação por parte de certos cientistas políticos de uma “genealogia consagrada” de autores da Teoria das Elites, com a implicação que isto carrega em termos de adesão a um conjunto de questões e noções pré-construídas, no estudo de M. Grynspan, *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999, pp. 12-14.

¹¹⁶ M.I. Finley, “Generalizations in Ancient History”, in L. Gottschalk (org.), *Generalization in the Writing of History*, Chicago, University of Chicago Press, 1963 (que cito a partir de sua reimpressão em Finley, *Use and Abuse of History*, Londres, Chatto & Windus, 1975 [citação p. 71]); e Finley, em resenha de A. French, *The Growth of Athenian Economy*, em *The Economic Journal*, vol. 75, n. 300. p. 850).

tangíveis, como um certo “espírito de trabalho” e a oposição entre o “velho” e o “novo”. Assim, dois dos classicistas mais próximos a Finley, ambos personagens importantes da reformulação dos estudos de história econômica antiga nas décadas de 1960 e 1970, encetariam um diálogo intelectual pela ênfase em um consenso de fundo a uni-los a Finley. Primeiro, Geoffrey de Ste. Croix escreveria a Finley a respeito de Aix-en-Provence:

Caro Moses,

AA [Anthony Andrewes] me passou uma cópia do seu *paper* na conferência de Aix, embora eu não consiga tirar nada dele quanto ao que aconteceu (se é que aconteceu) na conferência. Peter B. [Brunt] me disse que o seu *paper* já está pronto para a publicação.

Como eu gostaria de fazer referência a ele em algo que estou por terminar, será que você poderia me deixar dar uma olhada? (...)

Acho que lhe contei que, antes de me voltar para os Cristãos, estou completando um livro de 6 ou 7 ensaios sobre história grega (...). Quase tudo está no penúltimo estágio (...). Mas um capítulo, o que trata de “comércio e política” (você sabe o que eu quero dizer!), ainda é uma série de esboços desconexos. Eu já tenho tanto material que devo tentar manter esse capítulo o menor possível, e já que (como eu mal preciso lhe dizer) eu concordo afetuosamente com toda sua atitude no texto de Aix, gostaria de fazer referência a ele onde eu puder. Da minha parte, quero seguir principalmente uma outra linha, mas uma linha que vai muito na mesma direção.

Tenho estado desanimado ultimamente por encontrar tanto pensamento pré-hasebrokiano ainda corrente na Velha Guarda daqui. (...) Em particular, AA [Anthony Andrewes] e RM [Russel Meiggs], seja lá o que eles venham a dizer, ainda pensam essencialmente ao velho modo. Estou muito cansado de deparar com observações como “Ah, mas e quanto a Égina?”, como se isso fizesse prescindir dos testemunhos que temos, sim, de Atenas. Minha linha principal no que já está escrito no meu capítulo em T & P é que sabemos, sim, um bocado, dentro de certos limites, sobre as formas de comércio e as relações entre comércio e política na Atenas dos séculos V/IV (...) e que precisamos começar por elas e construir nosso modelo a partir delas, e que quando a Velha Guarda nos diz que devemos descontar aquilo que eles gostam de pensar como “peculiaridades” atenienses, o que eles realmente estão fazendo é apelar para categorias modernas, ou ao menos medievais ou renascentistas. Você sabe disso tudo, já que evidentemente teve as mesmas dificuldades. Cansei de discutir com essa gente.

Um dos meus capítulos é uma reinterpretação fundamental dos decretos de Mégara. Eu agora acredito poder provar que o decreto principal não era de modo algum de caráter essencialmente “comercial”; (...) mas tenho certeza de que para você os argumentos já serão óbvios! Mas a Velha Guarda, imagino, embora não tenha argumentos contrários, simplesmente deixa isso de lado, com um “Como você pode ter

certeza?”, e até mesmo (de RM [Russel Meiggs]) “E quanto a Égina?”. De outras pessoas tenho colhido reações muito melhores, especialmente de alunos, dentre os quais tive alguns muito bons ultimamente (...). Ouso dizer que você acha mais fácil conversar com os jovens do que com alguns de seus colegas sobre hist. econ. gr.! Mas eu preciso encontrar alguma maneira de atrair a Velha Guarda. (...) ¹¹⁷

Depois, o helenista francês Pierre Vidal-Naquet inauguraria uma relação de amizade com Finley em 1963 apresentando-se a ele nos seguintes termos:

Senhor Professor,

Fui encarregado pela revista “Archives Européenes de Sociologie” de escrever um artigo sobre “a história e a sociedade grega através da obra de M. Finley”. Sinto-me, no mais das vezes, em concordância profunda com aquilo que o senhor escreve, e as duas separatas que acrescento a esta carta lhe mostrarão, acredito, em qual espírito eu trabalho. Meu nome lhe é certamente desconhecido, mas sou amigo de Jean Bollak. Tenho diversos trabalhos no prelo, dentre os quais um livro sobre Clístenes escrito com Pierre Levêque, um trabalho sobre a guerra no século V e um estudo crítico sobre a noção de “sociedade asiática” redigido por ocasião da tradução francesa de Oriental Despotism de Karl Wittfogel. Quando esses trabalhos saírem, farei com que eles cheguem a suas mãos. Também publiquei na Historia de 1960 e na Revue d’Histoire des Religions de 1960. Meu único trabalho publicado em inglês trata de um outro domínio: Torture: Cancer of Democracy, Penguin, 1963.

Permita-me escrever antes de tudo para solicitar-lhe um conselho: parece-me que no centro de seu pensamento encontra-se a idéia de que a sociedade grega (pós-micênica) é fundamentalmente aristocrática por seus valores e radicalmente oposta até o fim do século IV à “crematística”. Pode-se resumir assim o eixo central de seu trabalho? (...) Perdoe-me infinitamente por importuná-lo assim. Como pesquisador de história grega, havia muito tempo que eu desejava estabelecer contato com o senhor, e aproveitei a ocasião desse artigo que me foi solicitado. Creia, Senhor Professor, na expressão de meus sentimentos respeitosos, PVN. ¹¹⁸

O ensaio de Vidal-Naquet sobre a obra de Finley viria a ser publicado em 1965, e o estado da arte da história econômica grega e as perspectivas para o futuro foram assim resumidas pelo autor:

¹¹⁷ Carta datilografada, redigida em 17 de outubro de 1962. FP, Box 18, G34. As ênfases estão assinaladas no original.

¹¹⁸ Carta manuscrita em 8 de dezembro de 1963, em FP, Box 18, G36. O livro a que Vidal-Naquet faz referência é resultado de seu envolvimento em campanha contra abusos de poder do exército francês durante a Guerra da Argélia. Lembre-se ainda que Karl Wittfogel, objeto de seu “estudo crítico”, havia sido responsável direto pelo início do processo que levaria à demissão de Finley da Universidade de Rutgers. Na correspondência que se segue entre Finley e Vidal, o episódio volta a ser tratado.

Fujamos, portanto, dos anacronismos, mas sobretudo armemo-nos de um vocabulário, de um aparelho conceitual adaptado ao objeto de estudo. Faz agora dez anos, Édouard Will traçou um balanço – bastante negativo – de “três quartos de século de pesquisas sobre a economia grega” resumindo as querelas que, sobretudo na escola alemã, haviam oposto “primitivistas” e “modernistas”... (...) M.I. Finley, em seu relatório à 2ª Conferência internacional de história econômica, (...) mostrou que para a maior parte dos historiadores o problema de uma elaboração conceitual sequer se colocava. Havia, entretanto, sido feito um esforço, que podemos resumir pelo nome de J. Hasebroek, para criar ao mesmo tempo o vocabulário e os conceitos que nos faltavam.¹¹⁹

Publicaram-se também em 1965 as atas do congresso de 62, e Geoffrey de Ste Croix escreveu a seu respeito na edição de 1967 do *Journal of Hellenic Studies*:

“Sombras de Hasebroek”, exclamará o leitor... E já a primeira contribuição, de M. I. Finley, força-lo-á a refletir mais uma vez sobre os problemas fundamentais da história econômica grega, levantados há uma geração por Hasebroek. (...) Hasebroek deu o primeiro passo essencial para desfazer o quadro seriamente falso da vida econômica grega construído nos tempos modernos por historiadores que concebiam a economia grega em termos em larga medida anacrônicos. Infelizmente, cometeu alguns erros sérios tão patentes que historiadores incapazes (como ainda é a maioria) de se livrar de concepções ‘modernizantes’ puderam rir dele e prosseguir em seu velho caminho.¹²⁰

Em 1972, Michael Austin, um ex-orientando de Finley, escreveu na introdução de um livro que editou com Vidal-Naquet (e em cujo prefácio se fazia referência explícita aos trabalhos de Finley como fonte de inspiração):

[Weber e Hasebrök] elevaram o debate do nível dos fatos e das formas econômicas em abstrato àquele das relações entre a economia e as instituições da cidade grega. Seria possível pensar que a obra de Weber e Hasebroek teria feito o debate sair definitivamente da armadilha em que se aprisionara. Não foi infelizmente o que de fato aconteceu. Os trabalhos de Hasebroek provocaram escândalo e reativaram a controvérsia entre modernistas e primitivistas, controvérsia que era agora caduca (ou deveria sê-lo). Hasebroek abria o flanco à crítica por um esquematismo excessivo, por afirmações contestáveis e lacunas em seu conhecimento. Isto não significava que pudéssemos ignorar os termos

¹¹⁹ P. Vidal-Naquet, “Économie et société en Grèce ancienne: l’oeuvre de Moses I. Finley”, que aqui cito a partir de sua reedição em *La Démocratie Grecque vue d’ailleurs*, Paris, Flammarion, 1990, pp. 55-94 (citação pp. 76-77).

¹²⁰ *JHS* 1967, p. 179.

essenciais de sua análise, mas foi na verdade o que com frequência aconteceu.¹²¹

Austin ressaltou então que nessa discussão haveria que se reservar “um lugar à parte” à obra do “antropólogo e historiador” Karl Polanyi, um não-especialista em economia grega antiga cujas idéias constituíam “um progresso importante na maneira de abordar o estudo da economia em sociedades outras que não a moderna” e forneciam “um ponto de partida para um certo número de considerações gerais”. Por fim, temos novamente Finley, em sua constatação aparentemente derradeira do predomínio das concepções modernizantes da economia grega antiga:

...a inaplicabilidade para o mundo antigo de uma análise centrada no mercado foi poderosamente argumentada por Max Weber e por seu mais importante discípulo entre os historiadores, Johannes Hasebroek; em nossos dias, por Karl Polanyi. Tudo em vão. O padrão corrente de trabalhos em inglês sobre a economia grega não inclui nem casa [*household*], nem *oikos* em seu índice [H. Michell *The Economics of Ancient Greece*, 1957]. Sir John Hicks [*A Theory of Economic History*, 1969] oferece um modelo para a “Primeira Fase da Economia Mercantil” na cidade-estado que pressupõe que “o comércio (de azeite por cereais) *difficilmente será iniciado* a menos que haja, a princípio, um lucro considerável” (ênfase minha). Um *scholar* clássico [A. French, *The Growth of the Athenian Economy*, 1964] fala-nos a respeito do “investimento de capital governamental no desenvolvimento rural” competindo com “investimento de capital no comércio” em Atenas sob a tirania de Pisístrato no sexto século a. C. Suas suposições, explícitas ou implícitas, atingem “uma doutrina química de sociedade” que proclama que “todas as formas de sociedade podem ser objetivamente analisadas através de um número finito de elementos imutáveis” [Georgescu-Roegen, *Analytical Economics*]. (AE, 26-27 e 181; os títulos entre colchetes estão citados em notas).

O “esquecimento” de Hasebrök e a conseqüente desconsideração de Weber e Polanyi ganharam assim ares de um consenso. O “modernismo”, enfim, dava as cartas, e era preciso fazer algo a respeito. Já não mais se tratava de aventar uma solução “primitivista”, mas de reformular conceitualmente o problema, de “procurar diferentes conceitos e diferentes modelos, apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa” (AE, 27).

¹²¹ *Économies et Société en Grèce ancienne*, op. cit. (cf. nota 4), pp. 16-17.

As resenhas dos livros de Hasebrök nas décadas de 1920 e de 1930 e a acolhida de idéias suas ou marcadas por sua influência por Will e Pearson nos anos 50 mostram, no entanto, um quadro mais complexo do que dá a entender a representação daquele autor como marginal, como alguém que foi “repudiado e reduzido a pó” e “desapareceu quase sem deixar vestígios”. Hasebrök foi vez por outra elogiado, e tais elogios se fizeram sobretudo no plano conceitual, dito pelos comentadores da década de 1960 relegado pelos das décadas de 30 e 40 a uma posição secundária e reivindicado pelos primeiros como dimensão potencialmente renovadora de seus estudos da economia antiga.

Dizer-se contrário a esta ou àquela corrente e nomear os autores com os quais e contra os quais pensar não são gestos naturais. Ao contrário, no caso dos debates para a “economia antiga”, eles parecem ser uma das condições de sua existência institucionalizada. Finley, Vidal-Naquet, Ste Croix e Austin, como os demais autores que na década de 1960 manifestaram-se a respeito da “economia antiga”, simplificaram o estado das discussões e apuseram-lhe sinal negativo. Agindo dessa forma, procediam não de modo cínico, mas de acordo com as regras do jogo. Suas opiniões sobre o debate se desenvolvem em um registro prescritivo: a “constatação” da situação vigente no campo de estudos da economia antiga é sempre acompanhada de uma proposta quanto ao que descartar (“modernismo” e “primitivismo”), incorporar (Hasebrök, Weber e Polanyi) e formular (termos conceituais da abordagem). Constroem, portanto, seus juízos a partir de uma apreensão específica do estado do campo (em que o predomínio de concepções modernas da economia oblitera a especificidade da economia dos antigos) e, vinculada a ela, de uma percepção da necessidade de agir sobre a situação imaginada conservando-a ou modificando-a. Os mecanismos de eleição de interlocutores e de crítica a eles foram antes de Finley e dos demais autores de sua geração acionados por Meyer: seu combate às teorias do *oikos* de Rodbertus e Bücher se funda na constatação da ascendência dessas teorias sobre os espíritos de economistas e de – ora ditos “uns poucos”, ora “numerosos” – historiadores. A força dos adversários é igualmente evocada por Hasebrök e ampara o tom polêmico de suas formulações. Édouard Will e Harry Pearson, por sua vez, declaram vencidas, total ou parcialmente, idéias contrárias às suas, mas – como que denunciando ser a vitória anunciada mais de desejo do que de fato – dedicam a elas grande espaço e reiteram a necessidade de superá-las.

De modo a circunscrever um espaço específico de produção de discurso sobre a antigüidade greco-romana, avalia-se o estado da arte, constata-se suas insuficiências, propõem-se atitudes a seu respeito: três momentos de um ato reiterado, de gestos rituais reputados por quem lhe assiste e por quem o protagoniza como eficazes, não apenas em seu efeito à primeira vista sensível de situar os participantes do debate em um dos lados em disputa, mas também em produzir as circunstâncias coletivamente aceitas de existência do debate e de tomada de posição dentro dele. A reconstituição do debate “secular”, “sem solução”, “preso em uma armadilha” e o desagravo a Hasebrök em 1962 têm o valor de uma escolha, vale repetir; porém de uma escolha que institui não apenas – como querem aqueles que a empreendem ou em relação a ela se posicionam – adesão ou oposição a Hasebrök, diferenças entre “primitivistas” e “modernistas” ou distanciamento da dicotomia, mas também, e fundamentalmente, entre debatedores e não-debatedores, entre habilitados e não-habilitados a discutir a natureza da economia na Antigüidade Clássica e suas formas de caracterização.¹²²

Paradoxalmente, é por meio da *nomeação* de uma polêmica àquela altura – de acordo com todos os testemunhos explícitos e com alguns silêncios eloqüentes – já sem razão de ser que os renovadores da década de 1960 se fazem ouvir. Um repertório de autores, conceitos e textos combinados com pequenas variações por um mesmo grupo de pesquisadores – ingressos na carreira universitária após a 2ª Guerra, inicialmente autodeclarados profetas de uma opinião marginal, posteriormente divididos entre defensores e críticos da profecia cumprida, identificados entre si por um passado ou um presente de militância política de esquerda – contribui para criar as condições, numa configuração dos estudos clássicos na Europa movimentada pelo aumento do número absoluto de seus quadros universitários e pela diminuição concomitante de seu prestígio, de exercício legítimo de competências intelectuais outras que não a, ou além da, filológica, principal fundamento da profissão de classicista.

A referência comum a Hasebrök como autor a ser relido e reconsiderado para fins de uma apreciação adequada da economia grega antiga, se bem que feita com graus

¹²² Apóio-me nas considerações sobre os atos necessários à produção da crença nos rituais mágicos e religiosos tecidas por M. Mauss e H. Hubert, “Esquisse d’une théorie générale de la magie”, em Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1968, pp. 1-141; e na interpretação de Pierre Bourdieu dos ritos de passagem, renomeados pelo autor “ritos de instituição”, em *Ce que parler veut dire*. Paris, Fayard, 1982, pp. 121-134.

variáveis de aproximação e distanciamento conforme a ocasião e o autor que a profere, é um dos elementos da associação que os renovadores estabelecem entre eles. Todos esses autores cumprem atos de reconhecimento mútuo, quer circunscrevendo um espaço comum de questões e de influências ou não-influências intelectuais, quer fazendo de si próprios interlocutores privilegiados, por meio de resenhas, leituras prévias de trabalhos destinados a publicação, agradecimentos em prefácios etc. (Cf. tabela abaixo)

Victor Karady observou, em artigo a respeito das “estratégias de êxito” e dos “modos de se fazer valer” da Escola Sociológica Francesa, que “toda grande inovação epistemológica (...) deve sua fortuna pública boa ou má à conjunção dos quadros sociais de recepção mais ou menos favoráveis e de um esforço mais ou menos consciente de autopromoção”.¹²³ O que parece estar em jogo entre os autores que renovam a historiografia da economia antiga nas décadas de 1950 e 1970 é a construção coletiva de “quadros sociais” de recepção e um esforço “mais ou menos consciente” de promoção dessa inovação: associam-se, situam-se distantes das concepções “dominantes” sobre a economia antiga, constroem um patrimônio comum de heranças intelectuais, cerram fileiras em nome da inovação; arranjam e rearranjam relações sociais de maneira a dizer algo da economia antiga e serem ouvidos a respeito.

¹²³ “Stratégie de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens”, *Revue Française de Sociologie* XX, 1979, pp. 49-82 (citação p. 49).

ANO	AUTOR	TEXTO	SUPORTE DE PUBLICAÇÃO	EXPRESSÃO DE RECONHECIMENTO
1959	M. I. Finley	"A civilização grega era baseada no trabalho escravo?"	<i>Historia</i>	Agradecimentos: Ste. Croix, Brunt e Jones
1960	G. E. M. de Ste. Croix	Resenha de <i>Trade and Market</i>	<i>The Economic History Review</i>	Elogio à relativização das categorias econômicas; críticas aos erros factuais do livro, especialmente do capítulo de Polanyi sobre Aristóteles
1962	Peter Brunt	"The Roman Equites"	<i>Atas do II Congresso Internacional de História Econômica</i>	Crítica ao emprego de categorias econômicas modernas no estudo da economia romana.
1965 (62)	Claude Mossé	"Comentário"	<i>Atas do II Congresso Internacional de História Econômica</i>	Observações elogiosas sobre "Classical Greece" (Finley)
1965	Keith Hopkins	"Elite mobility in the Roman Empire"	<i>Past and Present</i>	Agradecimentos: M. I. Finley, A. H. M. Jones e A. N. Little; argumentos: mobilidade social como processo de "dissonância de status" e "produto de diferenciação estrutural das instituições"
1965	Jean-Pierre Vernant	"A luta de classes"	<i>Eirene</i>	"Não se pode utilizar sem precaução o aparelho conceitual elaborado no estudo da sociedade contemporânea para aplicá-lo sem mudanças no mundo antigo"
1965	Pierre Vidal-Naquet	"Economia e sociedade na Grécia antiga: a obra de Moses I. Finley"	<i>Archives de Sociologie Européene</i>	Primeiro texto laudatório sobre a obra de Finley

ANO	AUTOR	TEXTO	SUPORTE DE PUBLICAÇÃO	EXPRESSÃO DE RECONHECIMENTO
1966	Emilio Gabba	Resenha das Atas do II Congresso Internacional de História Econômica	<i>Rivista di Filologia</i>	Repercussão do texto de Finley, com menção à "obra não totalmente compreendida de J. Hasebrök" e à "inconsistência e anacronismo dos conceitos geralmente empregados na abordagem dos problemas de história econômico-política grega"
1967	Philippe Gauthier	Resenha das Atas do II Congresso Internacional de História Econômica	<i>Révue de Philologie</i>	"A infelicidade (...) é que os modernos analisam a realidade antiga através das lentes de homens do século XX"
1967	G. E. M. de Ste. Croix	Resenha das Atas do II Congresso Internacional de História Econômica	<i>Journal of Hellenic Studies</i>	Endossa proposta de Finley para fundação de um novo programa de pesquisas para a economia antiga
1968	Pierre Vidal-Naquet	"Os escravos gregos constituíam uma classe?"	<i>Raison Présente</i>	Crítica à aplicação do conceito de classe social para as sociedades antigas; diálogo com Finley e Ste Croix
1970	Ettore Lepore	"Economia antica e storiografia moderna (appunti per um bilancio di generazioni)"	<i>Ricerche storiche ed economiche in memoria di Conrado Barbagallo</i>	Balanço geracional da historiografia sobre economia antiga, com referências frequentes a Finley, Vidal-Naquet, Vernant, entre outros, como renovadores desse campo de estudos
1970	M. I. Finley	"Aristóteles e análise econômica"	<i>Past and Present</i>	Agradecimento a Ste. Croix; expressão de dívida intelectual para com Polanyi e diálogo crítico com este autor
1972	Pierre Vidal-Naquet / Michel Austin	<i>Economias e sociedades na Grécia antiga</i>	Armand Colin	Agradecimento a Finley, "que, mais do que qualquer outro historiador contemporâneo, renovou nossa percepção da história econômica e social do mundo grego"

ANO	AUTOR	TEXTO	SUPORTE DE PUBLICAÇÃO	EXPRESSÃO DE RECONHECIMENTO
1973	M. I. Finley	<i>AE</i>	Chatto & Windus	Agradecimentos: Ste. Croix, Brunt, Garlan, Garnsey e Hopkins
1974	Claude Mossé	Resenha de <i>AE</i>	<i>Journal of Hellenic Studies</i>	"é uma obra [<i>AE</i>] que se situa entre as mais importantes que o estudo da economia antiga já suscitou"
1975	G. E. M. de Ste. Croix	"Karl Marx e a história da antigüidade clássica"	<i>Arethusa</i>	Crítica ao uso por Finley e Vidal-Naquet da noção de "status" ao invés de classe

IV. O apelo da crítica ao mercado

Entre o final da década de 1960 e o começo da de 1970, ocorre uma mudança de tom nas apreciações do estado das pesquisas de história econômica greco-romana antiga. Progressivamente, o trunfo da marginalidade do início da década de 1960 dá lugar à constatação de triunfo de um novo vocabulário nos estudos sobre a “economia antiga”. Esse triunfo é acompanhado de uma expansão do campo, expressa na proliferação de coletâneas de textos sobre aspectos da “economia antiga”. Finley organizou três livros coletivos entre 1973 e 1976 – dois deles com participação de especialistas de diferentes instituições e de diferentes países –, que ele próprio apresentou como fundados em uma espécie de acordo entre os contribuidores:

O que é mais importante é a abordagem comum que informa todos os estudos: há pouco tempo eu a chamaria de “estrutural”, mas essa palavra adquiriu agora significados muito específicos para ser empregada sem ambigüidade. Chame-se como quiser, o fio central é simplesmente que *la terre*, o espaço da *polis*, está dialeticamente ligado a cada aspecto da sociedade grega, a seu comportamento institucional, a seus valores e crenças.¹²⁴

Cada um dos contribuidores (...) aceitaria, creio eu, o rótulo de “estruturalista”. Por este termo não me refiro às diferentes, e com frequência incompatíveis, escolas que adotaram tal identificação nas últimas décadas, mas algo mais simples e elementar, ou seja, a idéia de que nem as instituições nem suas transformações podem ser entendidas senão em sua função [*role*] na estrutura social de sua época, na rede de interrelações que constituem qualquer sociedade complexa... Poucos destes contribuidores utilizam de fato a palavra “estrutura”, mas aquilo que chamei de “estruturalismo” é essencial em suas análises, quer seja no âmbito da política e do direito, quer no estudo das classes sociais e da mobilidade social ou na história das idéias e dos valores.¹²⁵

¹²⁴ M. I. Finley (org.), *Problèmes de la Terre en Grèce ancienne*, Paris, Mouton / La Haye, 1973, p. 10. O livro reunia trabalhos apresentados em 1969 em colóquio no Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Ancienne da École Pratique des Hautes Études (Paris), dirigido por Jean-Pierre Vernant. Co-autores: Dino Adamesteanu (Soprintendente alle Antichità della Basilicata); Izabela Biezunska-Malwist (Professeur à l'Université de Varsovie); Jean Bingen (Professeur à la Faculté de Philosophie et Lettres, Université de Bruxelles); Dorothy Crawford (Fellow of Girton College, Cambridge); Marcel Detienne (Sous-Directeur d'Études à l'École Pratique des Hautes Études, VIe Section); Yvon Garlan (Professeur à l'Université de Haute-Bretagne [Rennes]); Philippe Gauthier (Maîtres de Conférence à l'Université de Nancy II); Ettore Lepore (Professeur ordinaro di Storia greca e romana nella Università di Napoli); David Lewis (Tutor in Ancient History, Christ Church, Oxford); Roland Martin (Professeur à l'Université de Paris I); Claude Mossé (Professeur à l'Université de Paris VIII); Jan Percika (Maître de Conférence [“docent”] à l'Université Charles, Prague); D. M. Pippidi (Professeur à l'Université, Directeur de l'Institut d'archéologie de Bucarest); Alain Schnapp (Assistant à l'Université de Paris I); Georges Vallet (Directeur de l'École Française de Rome); Pierre Vidal-Naquet (Directeur d'Études à l'École Pratique des Hautes Études, VIe Section).

¹²⁵ M. I. Finley (org.), *Studies in Ancient Society*, Londres e Boston, Routledge & Kegan Paul, 1974, p. ix. Trata-se do segundo volume da *Past and Present Series*, que reúne artigos sobre o mundo greco-

Este volume representa portanto um trabalho comum (...), mas não coletivo. Isto é, não se impuseram nem se procuraram doutrinas ou conclusões acordadas, embora haja um claro acordo geral quanto às perguntas a se fazer.

(...) temos formulado as questões corretas, rigorosamente, e isto levou a revisões de opiniões já recebidas e a novas e mais agudas concepções de certas instituições e certos desenvolvimentos centrais na sociedade romana.¹²⁶

Resta compreender por que esse modo particular de expressar certas concepções de história econômico-social da Antigüidade Clássica teve apelo junto a alguns helenistas e romanistas nas décadas de 1960 e 1970. Quais eram, afinal, as condições para o êxito das “perguntas a se fazer”, da abordagem “estrutural” – no sentido que lhe emprestava Finley – da “economia antiga”? É possível esboçar algumas respostas, ainda que à maneira de hipótese.

Já se observou em mais de uma ocasião a convergência dos trabalhos de Finley com as preocupações dos historiadores ligados à revista francesa *Annales*, especialmente no que diz respeito à crítica à *histoire événementielle* (*positivistic history*, na terminologia finleyniana) e à adesão a uma “história total” (da qual a “história estrutural” finleyniana é uma tradução não-literal), à qual se vinculava o imperativo de não se pensarem isoladamente as diferentes “esferas” de atividade humana (econômica, política, mental etc.).¹²⁷ A percepção da afinidade entre os historiadores franceses e Finley indica a existência, num plano geral, dos “quadros sociais de recepção” favoráveis a um tipo de história preocupada não exclusivamente com a evocação ou descoberta de “fatos”, mas também com o estabelecimento de relações entre eles.

romano publicados no periódico britânico homônimo fundado em 1950. Co-autores: John Briscoe (Universidade de Manchester), P. A. Brunt (Brasenose College, Oxford), Keith Hopkins (Universidade de Brunel), P. R. C. Weaver (Universidade da Tasmânia), Peter Garnsey (Universidade de Cambridge), E. L. Bowie (Corpus Christi College, Oxford), G. E. M. de Ste Croix (New College, Oxford), A. N. Sherwin-White (St John's College, Oxford), W. H. C. Frend (Universidade de Glasgow), A. H. M. Jones (Universidade de Cambridge), E. A. Thompson (Universidade de Nottingham).

¹²⁶ M. I. Finley (org.), *Studies in Roman Property*, Cambridge, 1976, pp. vii, 5-6. O livro resultou de um seminário de pesquisa, com duração de dois anos, sobre propriedade em Roma. Co-autores: R. P. Duncan-Jones, Dorothy J. Crawford, John Crook, Elizabeth Rawson, Peter Garnsey, C. R. Whittaker, todos da Universidade de Cambridge.

¹²⁷ Cf. C. R. Whittaker, “Qui êtes-vous, Sir Moses?”, *London Review of Books*, vol. 8, n. 4, 6 de março de 1986; e A. G. Carvalho, “Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga”, tese de doutorado em história. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007, pp. 182-87, 202-18. Os autores enfatizam a afinidade da noção de “história total” com a Escola Sociológica Francesa (Whittaker) e com o marxismo (Carvalho).

É possível também identificar outros elementos de uma conjunção favorável aos debates sobre “economia antiga” na recorrência de confrontos na década de 1960 entre duas “posições limites” sobre como proceder analiticamente em história econômica: uma afeita à aplicação dos instrumentos conceituais elaborados pela Ciência Econômica para o estudo de qualquer sistema econômico presente ou passado (opinião dos economistas da Escola de Chicago, dos adeptos da “econometria retrospectiva” e dos antropólogos econômicos “formalistas”); outra apegada à necessidade de se construírem tantas teorias econômicas quanto sistemas econômico-sociais existissem historicamente (postura do marxismo, dos seguidores do economista russo A. V. Chayanov, dos *Annales* e dos antropólogos “substantivistas”).¹²⁸

Aceito como válido esse quadro historiográfico geral, cabe observar que, na França, embora os historiadores da Antigüidade Clássica estivessem vinculados institucionalmente à disciplina histórica, muitos dos ocupantes da cadeira de História Antiga eram formados em Letras Clássicas; e que, na Inglaterra, a História Antiga estava integrada ao conjunto de disciplinas reunidas sob a rubrica de “Classics”.¹²⁹ Não obstante essa divisão não deixasse os historiadores da Antigüidade imunes ao que ocorria em outros domínios (temáticos ou cronológicos) da investigação histórica, é preciso referir as mudanças de paisagem no estudo da “economia antiga”, especialmente na Inglaterra, também ao que se passava nos Clássicos.

Talvez seja útil para a compreensão dos “quadros sociais de recepção” de que fala Karady restringir a questão: por que alguns classicistas atentos a transformações na produção do conhecimento *fora* do âmbito dos Clássicos se fizeram ouvir a propósito da “economia antiga” *dentro* dos Estudos Clássicos?

Alguns críticos já observaram que os trabalhos de Finley se ocupam antes de mostrar o que a economia antiga *não é* do que de dizer o que ela *efetivamente é*. O próprio historiador assumia que seus argumentos eram atravessados pela tese negativa de que a economia antiga é radicalmente diferente da economia moderna (uma diferença de natureza, não de grau). Essa negação, no entanto, andava par a par com a

¹²⁸ A divisão foi proposta por Frederic Mauro, mas aqui a cito pela referência que lhe fez C. F. Cardoso, “História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa”, em seu *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 45.

¹²⁹ P. Vidal-Naquet compara brevemente a História Antiga na França e na Inglaterra na introdução a seu *Les Grecs, les historiens, la démocratie: le grand écart*, Paris, La Découverte, 2000 (cf. p. 12). A força da idéia acadêmica de Clássicos na França pode ser medida pelo fato de ser francês o principal periódico de catalogação de publicações dos *clássicos*, o *Année Philologique*.

afirmação da historicidade, isto é, da transitoriedade do sistema econômico de mercado e de do tipo de das condutas sociais que ele favorece.

A premissa do caráter histórico do mercado e das diferenças profundas entre economias “antigas” e “modernas” foi um dos pontos fortes de acordo entre historiadores da economia antiga na década de 1960, assim como o foram algumas das teses dela derivadas, como a centralidade da escravidão nas sociedades clássicas e a importância da agricultura para a economia. Tal pressuposto encontrava eco junto a classicistas críticos ao credo liberal da auto-regulação e da presença ubíqua do mercado nas sociedades humanas. Não parece gratuito que os interlocutores preferenciais de Finley do início da década de 1960 tivessem, em comum com ele próprio, um passado ou presente de militância política de esquerda. Assim, o historiador estadunidense, sobre quem se sabia haver ido para Cambridge depois de ser demitido da Universidade onde lecionava nos EUA por razões políticas, esteve próximo a Jean-Pierre Vernant, um ex-membro da Resistência francesa e militante do partido Comunista Francês; a Geoffrey de Ste. Croix, que havia militado no Partido Trabalhista britânico na década de 1930 e ao longo da década de 1960 se identificaria mais e mais com o marxismo; a Pierre Vidal-Naquet, que antes de se notabilizar como classicista se fizera identificar como intelectual *dreyfusard*, engajado que era na campanha contra os abusos do Exército francês durante a guerra da Argélia.¹³⁰ Aceita a idéia de imersão da economia nas estruturas sociais, é como se todos esses autores se inclinassem *em um primeiro momento* a perceber a economia (grega) a partir da política, o que, no caso da história grega, traduzia-se em um entendimento das atividades econômicas a partir da pólis. Contra o postulado de que o mercado e a racionalidade econômica são dados naturais, apontavam para as sociedades tidas por berço da civilização ocidental para indicar um quadro – inteiramente distinto do capitalismo – que não tinha como arrimo ideológico a idéia da disposição inata e universal à maximização dos resultados de uma ação através da economia dos meios para realizá-la. Estabelecia-se um corte profundo entre antigos e modernos, cabendo

¹³⁰ Mais do que se engajarem politicamente, Vernant e Vidal-Naquet racionalizaram seus percursos intelectuais a partir do engajamento político: cf. J.-P. Vernant, *Entre Mito e Política*. São Paulo, Edusp, 2001 (trad. C. Murachco; orig. 1996); id., *La Traversée des frontières. Entre Mythe et Politique II*, Paris, Seuil, 2004; P. Vidal-Naquet, *Mémoires II: le trouble et la lumière*, Paris, Seuil / La Découverte, 1998. Para Geoffrey de Ste. Croix, ver a introdução dos organizadores P. Cartledge e F. D. Harvey a *Crux: Essays presented to G. E. M. de Ste. Croix on his 75th Birthday* (col. History of Political Thought), Londres, Duckworth, 1985, pp. xiii-xviii, e seu obituário escrito por R. Parker em *Proceedings of the British Academy* 111 (2001) pp. 447-78.

aos últimos um esforço empático de compreensão dos primeiros, cuja imagem em princípio se preservava da intrusão de elementos (mercado, comércio em escala significativa, indústria, racionalidade econômica etc.) que a poderiam aproximar de uma auto-imagem moderna e, no limite, dissolver a Grécia como objeto distinto de história econômica.

Pode-se aventar a hipótese de que nas concepções de estudo da “economia antiga” defendidas por esses autores, impregnadas de uma crítica ao anacronismo, houvesse uma idéia implícita da relação apropriada entre classicistas e a sociedade a seu redor.¹³¹ Ao inscrever gregos e romanos na categoria de “sociedades pré-capitalistas” (assim chamando ao debate profissionais outros que não helenistas e romanistas) e com isso freqüentar questões na ordem do dia em outras áreas do conhecimento (como a Antropologia, a Sociologia e as historiografias dos mundos medieval, moderno e contemporâneo), preservando, no entanto, a história greco-romana como uma unidade de conhecimento específica (distinta, por exemplo, das sociedades médio-orientais, cujos especialistas eram à época agitados pela discussão em torno da noção de “modo de produção asiático”), a história econômico-social antiga parecia esboçar resposta ao desafio que era posto à disciplina História Antiga percebida como declinante. Para que, afinal, servia conhecer os Clássicos? Debater conceitualmente noções como “economia”, “estado”, “império”, “classe”, “escravidão” etc. possibilitava que classicistas repercutissem *ativamente* (e não de maneira irrefletida) noções que impregnavam a atmosfera intelectual da época; ou, para ser mais preciso, tomassem parte na luta pela definição de noções-chave de um determinado modo acadêmico (nos exemplos mencionados, também político) de dar sentido ao mundo. É como se determinar a natureza da economia antiga houvesse sido crucial para a carreira acadêmica de certos classicistas (Finley, em especial, mas muitos outros na Itália, na França e na Grã-Bretanha a partir dos anos 70) porque, justamente, passava pela caracterização da economia não apenas um dos principais vetores de atribuição de sentido à experiência histórica de Grécia e Roma antigas, mas também, fundamentalmente, um dos principais vetores de atribuição de sentido à própria atividade profissional dos classicistas.

¹³¹ Como observa F. G. Bailey em relação as ortodoxias acadêmicas que constituem a Antropologia. Cf. F. G. Bailey, “Anthropology”, in Burton R. Clark e Guy Neave (orgs.). *The Encyclopedia of Higher Education*, Vol. 3 (“Analytical Perspectives”). Oxford, Pergamon, 1992, pp. 1777-1787.

Finley, Vernant, de Ste. Croix e Vidal-Naquet não foram os únicos classicistas que em algum momento se empenharam na renovação dos estudos sobre a economia antiga¹³². Esses autores parecem, contudo, emblemáticos por anteciparem a emergência de um perfil novo de classicistas que ocupariam o topo da escala de prestígio dos Estudos Clássicos. Simpáticos entre si politicamente e epistemologicamente, eles ocupavam ainda posições homólogas em partes distintas de seu universo profissional. Por razões diversas, todos eles ingressaram de fato na carreira universitária depois da Segunda Guerra Mundial, e na virada da década de 1950 para a de 1960 eram personalidades emergentes nos Estudos Clássicos na Inglaterra e na França. Foi então que, já filiados a instituições centrais de pesquisa em ambos os países (Oxford, Cambridge e École Pratique des Hautes Études), vieram a se tornar personagens dominantes da produção de conhecimento acadêmico sobre o mundo clássico.

Esses classicistas emergentes eram afins ainda por não terem no domínio das línguas antigas, fundamento tradicional da profissão de classicista, o traço que os distinguiu intelectualmente.

Finley e Ste. Croix atuaram respectivamente em Cambridge e Oxford em um momento de deslocamentos abruptos dos Clássicos como conjunto de disciplinas no seio do sistema de ensino britânico. Na expansão do ensino universitário na Grã-Bretanha do pós-guerra, o crescimento da população estudantil deu-se no caso dos Estudos Clássicos em números absolutos, mas houve uma diminuição relativa do total de estudantes que optavam pelas disciplinas clássicas. Havia ainda uma reorientação dos recursos das universidades para disciplinas científicas e tecnológicas, as quais, entendia-se, atendiam melhor às “necessidades do Estado britânico” (tanto mais importantes porque crescia o papel estatal no financiamento da educação).¹³³ Nas escolas, em relação ao período anterior à 2ª Guerra, um número menor de estudantes adquiria o conhecimento de Latim e de Grego além daquilo que se designava no

¹³² No caso de Vernant, a história econômico-social não constituiu um interesse principal ao longo dos anos 1960, mas ele publicou nessa década seu artigo sobre “luta de classes” (op. cit.) e convidou Finley a organizar *Problèmes de la terre*, op. cit. O empenho de Vidal-Naquet foi maior nesse campo, assim como sua contribuição: cf. Cl. Mossé, “Rencontre avec M. I. Finley: l’histoire économique et sociale dans l’oeuvre de Pierre Vidal-Naquet”, in F. Hartog, P. Schmitt e A. Schnapp (orgs.), *Pierre Vidal-Naquet, un historien dans la cité*. Paris, La Découverte, 1998, pp. 110-122.

¹³³ K. Murray, “The Development of the Universities in Great Britain”, *Journal of the Royal Statistical Society* 121, n. 4, 1958, pp. 391-409.

sistema educacional britânico como “nível ordinário”.¹³⁴ Como expressão emblemática desses deslocamentos dos Clássicos, foi abolida em 1960 a obrigatoriedade do domínio do Latim como pré-requisito de ingresso dos cursos universitários de Cambridge e Oxford (o mesmo já havia ocorrido com o Grego em 1920).¹³⁵

Vendo enfraquecido seu papel de formadores da elite intelectual de Oxford e Cambridge, os classicistas britânicos debateram intensamente ao longo dos anos 1960 como proceder diante daquilo que sentiam como um declínio institucional e simbólico do saber que professavam.¹³⁶ As discussões sobre o futuro da *classical scholarship* se davam em grande parte em fóruns não-acadêmicos. Os suplementos culturais de jornais de grande circulação abrigavam vez por outra textos a esse respeito, e programas de rádio transmitiram debates sobre o assunto.¹³⁷

Finley foi parte ativa na reação ao “declínio” dos Clássicos. Nos textos que publicou a respeito, batia forte no caráter técnico que havia assumido o trabalho dos historiadores de história antiga. Em 1966, ele ridicularizou no *The Times* o tipo de discussão que então se empreendia em torno do império ateniense: “atualmente, existe uma controvérsia impressionantemente ácida em periódicos especializados na qual os problemas e as questões do império foram reduzidos à data em que a letra sigma começou a ser gravada com quatro barras ao invés de três.”¹³⁸ A tais intervenções, Finley associou a militância no campo da educação. Em 1962, ajudou a fundar a *Joint Association of Classical Teachers*, uma organização que reunia professores de Clássicos das universidades e escolas britânicas com o objetivo de reformular o currículo e o método de ensino das línguas clássicas e da História Antiga na Grã-

¹³⁴ Ver, por exemplo, W. B. Thompson, “Relevant or Irrelevant? Classics in the Curriculum Today”, *Greece & Rome*, 2a sér., Vol. 5, n. 2, 1958, pp. 196-99.

¹³⁵ Isso se aplicava aos estudantes de cursos outros que não os ministrados pela Faculdade de Clássicos; para esses, o Latim e o Grego permaneciam obrigatórios (o Grego deixaria de sê-lo em 1970).

¹³⁶ A história dos Estudos Clássicos é toda ela marcada por “crises” sucessivas cuja enunciação é sempre dependente do jogo de forças acadêmico em que está inserido o enunciador. De modo a não reproduzir uma descrição que oculta intenções prescritivas, valho-me do termo *deslocamentos* para conferir especificidade à situação aqui tratada.

¹³⁷ Veja-se, por exemplo, J. Boardman, M. I. Finley e Hugh Lloyd-Jones, “The future of classical scholarship”, *The Listener*, 30 de março de 1961, pp. 562-64 (reprodução de um programa de rádio).

¹³⁸ M.I. Finley, “Unfreezing the Classics”, *The Times Literary Supplement*, 7 de abril de 1966, pp. 289-290.

Bretanha. A salvação dos Clássicos, para Finley, estava em ministrá-los aos iniciantes por meio de traduções qualificadas.¹³⁹

De certa maneira, os debates travados em torno da economia antiga nos anos 60 e 70 traduziam disputas por quem regularia a herança clássica em transformação. Historiadores como Finley, Vidal-Naquet, Vernant e Ste. Croix lograram falar para fora do círculo de especialistas e assim se tornaram como que porta-vozes da História Antiga para letrados não-especialistas da Europa e nos EUA. Mas o discurso que assumiam não seria validado independentemente de quem se mostrasse disposto a propagá-lo. A perda da importância das línguas antigas nos sistemas de ensino europeus favoreceu a emergência de classicistas que, como Finley, despontassem intelectualmente em função de competências outras que não a lingüística – em função, por exemplo, do manejo de conceitos da Antropologia, da Sociologia, da Economia etc. Com efeito, a consagração de um novo modelo explicativo da economia antiga se fazia acompanhar da consolidação de um certo modelo cognitivo de *prática* e de um modelo sociológico de *praticantes* de História Antiga, bem como da cristalização de novos critérios pelos quais os pares classicistas mediam-se uns contra os outros.

A trajetória por entre diferentes tradições disciplinares e espaços institucionais não era estranha aos jovens acadêmicos que eram próximos a Finley. No final da década de 1960, um deles seria recomendado por Finley para um posto acadêmico nos seguintes termos:

Desde sua formatura, [o candidato] tem recebido uma formação que vai muito além daquela de um potencial historiador da Antigüidade. Ele passou uma temporada de verão em Freigbrug, trabalhando sobre historiografia (...); cinco meses em Paris freqüentando os seminários de Louis Robert, Vernant, Vidal-Naquet e outros, e [freqüentou] durante o ano acadêmico um seminário semanal de sociologia da religião em Londres... Enfatizo tudo isso porque, como é sabido por muitos, eu mesmo acredito que o futuro da História Antiga está com esses jovens que estão preparados para olhar para fora da estrutura tradicional da disciplina.¹⁴⁰

Na circulação de certas idéias e de seus portadores, redesenhava-se o espaço social de produção do conhecimento sobre a economia dos antigos. Dos anos 1970 em diante, o classicista que pretendesse se fazer ouvir a respeito da economia antiga

¹³⁹ Id., “Classics in Crisis”, *The Sunday Times*, 24 de março de 1963. Sobre a Joint Association of Classical Teachers, ver B. Blanchet, *La toge et la tribune. Engagements publics des classicistes français au XXe siècle*. Paris, L’Harmattan, 2004, pp. 328-35.

¹⁴⁰ FP, Box 1, A15.

estava fadado a dominar um conjunto de referências não-clássicas ou, ao menos, a reagir contra elas.

Capítulo 3

Demissão e visibilidade

Finley viveu na Inglaterra de 1955 a 1986, ano de seu falecimento. Sua primeira passagem pelo país ocorreu entre setembro de 1954 e março de 1955. Meses depois, ele retornaria para se estabelecer em definitivo em Cambridge.

De início, assumiu o posto de *Lecturer in Classics*. Era oficialmente o primeiro nível da hierarquia acadêmica do professorado local, a qual ele galgaria em 1964, quando foi feito *Reader in Ancient Social and Economic History*, e em 1970, quando eleito *Professor of Ancient History*. Ao ministrar na Califórnia em 1971 as palestras que dariam origem à *Economia Antiga*, o historiador tinha, portanto, uma posição institucional destacada, e se via aos poucos elevado ao panteão dos grandes nomes da História Antiga.

A ida para os Estados Unidos no final de 1970 era a primeira desde que Finley havia se mudado para a Inglaterra em 1955. Como ele havia sido um dos professores universitários dos Estados Unidos a perder emprego nos anos 1950 por se recusar a colaborar com um comitê do Senado que investigava atividades “antiamericanas” no país, a viagem foi celebrada por colegas e jornalistas como a vitória final de uma vítima sobre seus algozes macarthistas.¹⁴¹ Pouco depois do anúncio oficial da série de conferências da Califórnia, o *Washington Post* fez um apanhado da vida do historiador em uma das reportagens de uma série sobre “americanos que deixaram seu país durante a Caça aos Vermelhos da Guerra Fria”.¹⁴² Começava a ser escrito o enredo do retorno triunfal. Isso ganharia uma expressão eloqüente na cerimônia que instaurou Finley na *Sather Professorship of Classical Literature*. O discurso inaugural alinhavava passagens da vida de Finley cuja evocação ainda não se estabelecera como “evidente”:

¹⁴¹ Já em solo estadunidense, Finley foi convidado a proferir outra série de conferências, desta vez pela Universidade de Rutgers, à qual fora vinculado entre 1948 e 1952. O tema das aulas foi “democracia”, e na ocasião a instituição formalizou um pedido público de desculpas pelo episódio da demissão.

¹⁴² A reportagem foi publicada em 7 de abril de 1971 (o recorte de jornal está conservado em *Finley Papers*, Box 16, G7). Seu autor, Alfred Friendly (1912-1983), era um dos principais jornalistas do *Washington Post*, vencedor do Prêmio Pulitzer de reportagem internacional em 1967 (veja-se <http://www.pressfellowships.org/alfredobit.html> [última consulta em 14 de junho de 2008], para uma mini-biografia de Friendly). Durante a estada de Finley nos EUA, também o *New York Times* publicou matérias a seu respeito.

Senhoras e Senhores,
(...)

Não fossem os absurdos da Era McCarthy, eu estaria apresentando o atual ocupante do posto, Professor Moses I. Finley, como um dos mais distintos historiadores da Antigüidade dos Estados Unidos. Nascido e criado no estado de Nova Iorque, ele ganhou seu B.A. na idade precoce de 15 anos, seu M.A. dois anos mais tarde; e em 1929, um jovem brilhante de 17 anos, um estudante de Psicologia e de Direito Constitucional americano, mas de modo algum um classicista, ele iniciou uma jornada complicada que o levaria da Depressão em Nova Iorque e dos anos da guerra à obtenção de um PhD em História Antiga de Colúmbia em 1950, a um processo junto ao Comitê de Segurança Interna do Senado em 1952 e à indesculpável demissão da Rutgers em 1952. Por dois anos ele tentou sobreviver à Lista Negra, sem conseguir, não obstante suas credenciais superlativas, encontrar um posto de ensino. Então finalmente a Inglaterra lhe ofereceu uma oportunidade. Ele se tornou *Lecturer in Classics* e *Reader in Ancient History* na Universidade de Cambridge, e muito rapidamente Cambridge começou a fazer uso de seus talentos diversificados que não haviam sido aplicados nos EUA. Ele ajudou a modernizar as exigências da Universidade; promoveu uma formação mais inteligente em História Antiga; e publicou numerosos livros e artigos que revelavam uma inteligência efervescente e incisiva que podia trazer para os problemas da história antiga muitas das novas técnicas desenvolvidas para serem utilizadas pelas ciências sociais de ponta. Era, portanto, natural que, quando o grande Hugo Jones morreu em 1970, Moses Finley fosse eleito para sucedê-lo como *University Professor of Ancient History* em Cambridge. De todos os americanos que se distinguiram no campo dos Estudos Clássicos, o Professor Finley é o único a ter sido nomeado para uma cadeira em Oxford ou Cambridge. Ele é um cidadão britânico há dez anos (...).¹⁴³

Assim como ocorre com frequência em relatos de êxito acadêmico, boa parte das apreciações, leigas ou eruditas, do percurso intelectual de Finley está subordinada a uma concepção desse historiador como alguém que fez a si mesmo ou, ainda, como alguém que já nasceu feito [*ver extratos abaixo, com ênfases minhas*]. É então que a ida para a Inglaterra de um virtual historiador estadunidense de ponta no campo da Antigüidade torna-se um mero acidente, um desvio de curso que altera o meio no qual age esse historiador, mas preserva inalterada a natureza de sua ação. No discurso de apresentação das conferências sobre a “economia antiga” e em quase todos os panegíricos de seu autor elaborados desde a década de 1970, dados de contexto fazem incursões incidentais, como se desnecessários – ou, na melhor das hipóteses, secundários, razão pela qual assumem um caráter demasiado vago ou simplesmente

¹⁴³ Documento sem indicação do nome do autor. Datilografado, FP, Caixa 12, E15.

anedótico – para elucidar as vicissitudes de uma carreira vista como fadada ao sucesso por uma espécie brilho criador infenso a coerções sociais de qualquer ordem.¹⁴⁴

Ao se examinarem neste capítulo as circunstâncias da mudança do historiador para a Inglaterra, submete-se a carreira de Finley a um procedimento – elementar, rezam as convenções historiográficas – de contextualização, o qual se vê freqüentemente interditado pelas narrativas mistificadoras do gênio criador. Ao invés, porém, de fazer um uso retórico do contexto, em que dados biográficos e marcos institucionais são invocados em conjunto para corroborar a fantasia da ascensão ininterrupta de um indivíduo na hierarquia universitária, pretende-se destilar das oscilações da trajetória de Finley o *contexto pertinente* de sua atuação como historiador da economia antiga, ou seja, aquelas relações que dão inteligibilidade a seu protagonismo nesse campo.¹⁴⁵

UM HISTORIADOR QUE NASCE FEITO

“Entre historiadores do mundo antigo, Moses Finley foi reconhecido em vida como, simplesmente, o melhor”; “Quando *The World of Odysseus* foi publicado, Finley tinha se tornado uma vítima do macarthismo”; “(...) [junto com Momigliano,] ele foi responsável por transformar o estudo de História Antiga. O que outrora havia sido uma especialidade acadêmica estreita e conservadora tornou-se o assunto vibrante e dinâmico que é hoje, um dos mais sofisticados campos do estudo da história e o que está mais preparado para dialogar com outros campos e disciplinas”; “Em 1972, Finley fez um retorno triunfante aos Estados Unidos...”.

Fonte: obituário sem indicação de autor publicado em *The Annual Obituary 1986*, organizado por Patricia Burgers. Chicago / Londres, St. James Press, 1989, pp. 357-360.

“Moses Finley foi um dos mais importantes historiadores da Antigüidade a emergir no mundo de língua inglesa nos últimos cinquenta anos. Embora natural dos Estados Unidos, Finley teve o efeito mais notável e dominante na Faculdade de Clássicos da

¹⁴⁴ Veja-se uma crítica recente a uma variante literária do trabalho de ocultamento das marcas sociais da criação (uma das operações centrais da construção do culto ao artista ou intelectual “puro”) em S. Miceli, “Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato”, *Novos Estudos*, n. 77, março de 2007, pp. 155-182 (esp. 156-157).

¹⁴⁵ A fórmula do *contexto pertinente*, acompanhada da crítica às reificações da noção de “contexto”, encontra-se em J. Revel, “Micro-análise e construção do social”, in J. Revel (org.). *Jogos de escalas*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998 (orig. 1996), pp. 15-38, trad. Dora Rocha; ver ainda, do mesmo autor, “A história ao rés-do-chão”, texto introdutório a G. Levi, *A Herança Imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 7-37 (originalmente redigido para a edição francesa de 1989).

Universidade de Cambridge, a qual, tanto à época como agora, era uma das mais importantes da Grã-Bretanha. Seu papel foi dar uma nova proeminência a questões sociais e econômicas na história antiga e ao uso de modelos na resolução de problemas e controvérsias históricos. A razão disso pode residir em sua formação em Direito e História ao invés de em Estudos Clássicos tradicionais. A Grã-Bretanha precisa agradecer ao macarthismo pela mudança de Finley da Rutgers para Cambridge no início da década de 1950.”

Fonte: Dominic Janes, in *Encyclopedia of Historians & Historical Writing*, Vol. 1., organizado por Kelly Boyd, London/Chicago, Fitzroy Dearborn Publishers, 1999, pp. 385-386.

“A vida de Moses Immanuel Finley [*sic*] se confunde com um fascinante itinerário intelectual. (...)”

“Feito cavaleiro em 1979 por seus méritos excepcionais, Sir Moses Finley foi sem dúvida o mais europeu dos historiadores americanos. (...) Ele nasceu, todavia, nos Estados Unidos, e foi aí que teve toda sua formação. Excepcionalmente precoce, obteve um primeiro diploma em Psicologia na Universidade de Siracusa aos 15 anos de idade, e, aos 17, um diploma de Direito na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque.”

“Mas o percurso de Finley foi também marcado por escolhas decisivas. (...) Aos 20 anos, depois de conhecer sua esposa Mary, que ensinava Latim e Grego, decidiu aprender as línguas antigas por conta própria. Essa aprendizagem relativamente tardia lhe deu uma distância em relação aos historiadores ou aos filólogos clássicos, os quais ele mais tarde reprovou por permanecerem encerrados em querelas que julgava sem interesse.”

“Já atípico para um especialista da Antigüidade Clássica, seu percurso conheceu uma nova inflexão devido ao macarthismo. Finley recusou curvar-se perante a caça às bruxas que então castigava os Estados Unidos, o que lhe valeu a perda de seu posto universitário. Ele decidiu se instalar na Inglaterra, onde permaneceu até o fim de seus dias.”

Fonte: Alain Bresson, “Moses Finley”, in Véronique Sales (org.), *Les Historiens*, Paris, Armand Colin, 2003, 178-192 (citação pp. 178-79).

I. Crônica de uma demissão anunciada

Entre o final da década de 1940 e o início da de 1950, quando os Estados nacionais buscavam posições no novo equilíbrio de forças da política internacional pós-guerra, uma seqüência de eventos – a conquista do poder por Mao-Tsé Tung na China, o primeiro teste bem-sucedido de um artefato atômico soviético, a entrada dos comunistas na Coreia do Sul – afigurou-se a políticos dos Estados Unidos como uma escalada do Comunismo a ser contida externa e internamente. Depois de o Leste Europeu ser posto sob domínio de Stalin, a Ásia também saía ao controle americano. Para este fato, a ala conservadora do Partido Republicano tinha uma explicação pronta: agentes soviéticos haviam se infiltrado no governo do democrata Henry Truman e subvertido a política externa do país. A reação dos democratas à imagem de lassidão do governo Truman no trato com os comunistas e a disputa política gerada pela necessidade de definir uma atitude para enfrentar o crescente “perigo” vermelho lograram aos poucos expandir uma ideologia anticomunista para além do círculo restrito de conservadores radicais que até então a sustentava naquele país.¹⁴⁶

Mesmo em seu auge, na década de 1930, o Partido Comunista Americano jamais constituiu uma força política significativa. Desde o início da década de 1940, a defecção de partidários diversos o enfraquecera ainda mais. No princípio da década de 1950, entretanto, o engajamento de republicanos e democratas no combate aos comunistas domésticos levou cada esquerdista, simpatizante ou filiado, atual ou passado, a ser percebido como um potencial, senão efetivo, agente de Stalin a ameaçar o estilo de vida americano. Para resguardá-lo, duas resoluções governamentais aprovadas em 1947 e 1948 tornaram indivíduos identificados como comunistas legalmente passíveis de demissão sumária do quadro da administração federal e de empregos privados quaisquer.¹⁴⁷

A visibilidade da cruzada anticomunista fez dela um sucesso entre congressistas estadunidenses. A imunidade parlamentar permitia que acusações de colaboração com Moscou fossem lançadas sobre cidadãos americanos sem receio de processos judiciais por calúnia e difamação. A participação em comitês para investigar atividades “antiamericanas”, outrora desprezada, tornou-se objeto de disputa acirrada no Congresso. Nos primeiros meses de 1950, Joseph McCarthy,

¹⁴⁶ E. Schrecker, *No Ivory Tower: McCarthyism and the Universities*, Nova York/Oxford, Oxford University Press, 1986, pp. 3-11.

¹⁴⁷ Ibid., pp. 3-11 e 24-62.

junior senator republicano do estado de Wisconsin, apresentou com alarde ao público americano sucessivas listas de agentes comunistas que infestavam o governo Truman abrigados no Departamento de Estado. Apoiado inicialmente por alguns dos principais líderes do Partido Republicano, McCarthy ganhou força com a eclosão da Guerra da Coréia em junho daquele ano e a derrota eleitoral, poucos meses depois, de críticos do senador. Daí por diante, a repressão americana à maior parte dos “comunistas” se fez sentir em duas etapas: primeiro, eram identificados por uma agência do governo indivíduos cujas credenciais políticas fossem reprováveis; em seguida, esses indivíduos eram demitidos pelo empregador privado. Ao final da década de 1950, quando terminado o furor das investigações, milhares de pessoas haviam sido punidas com a perda de seus empregos.¹⁴⁸

De todos os chamados a comparecer perante algum comitê investigativo do Congresso ou de algum estado, 20% eram membros da comunidade acadêmica. Um dos focos de investigação a incidir sobre ela foi o do Sub-Comitê de Segurança Interna do Senado, presidido pelo senador democrata Pat McCarran. Instaurado em 1951, o Sub-Comitê foi uma das investidas políticas americanas para encontrar alguma explicação pela “perda” da Ásia e seus responsáveis. De saída, o Sub-Comitê pôs-se a investigar as atividades do Institute of Pacific Relations, organismo de pesquisas sobre a Ásia oriental parcialmente financiado pelo Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Na década de 1930, o IPR fora animado por intelectuais antifascistas, alguns dos quais membros do Partido Comunista, e defendera publicamente a aproximação dos EUA com a União Soviética para contrapor-se à Alemanha nazista.¹⁴⁹ Em fevereiro de 1951, agentes do FBI foram enviados pelo Sub-Comitê a Massachussets para apreender os documentos do IPR. O arquivo obtido, esperavam McCarran e seus colegas, provaria que o Instituto, patrocinado pelo Departamento de Estado, havia conspirado pela vitória de Mao na China ao deliberadamente minimizar as chances de seu triunfo. Membros e ex-membros do IPR – acadêmicos, homens de negócios e diplomatas – foram chamados a depor e instados a responder sobre eventos ocorridos dez, quinze anos antes. Uma pergunta jamais deixava de ser feita nos interrogatórios: “você é ou já foi um comunista?”. Em geral, os interrogados recusavam-se a responder, amparados pela

¹⁴⁸ Ibid., pp. 3-11.

¹⁴⁹ P. Vidal-Naquet, “Karl Wittfogel et la notion de mode de production asiatique: note liminaire”, in *La Démocratie Grecque vue d’ailleurs*. Paris, Flammarion, 1990, pp. 267-276.

Quinta Emenda [*Fifth Amendment*] da Constituição dos Estados Unidos, que confere a depoentes o direito de não se auto-incriminar em depoimentos prestados sub júdice. Aos olhos dos congressistas que integravam o Sub-Comitê, contudo, invocar a Quinta Emenda equivalia a uma confissão de culpa.¹⁵⁰

Em função de seus desdobramentos àquela altura inéditos, um dos depoimentos prestados ao comitê de McCarran teria importância especial. O depoente era o sinólogo alemão Karl Augustus Wittfogel, professor da Universidade de Washington. Judeu, Wittfogel havia emigrado para os EUA na década de 1930 para escapar à perseguição nazista. Em seu testemunho, confessou ter sido filiado na década de 1930 ao Partido Comunista e mencionou sua participação em um suposto grupo de discussão sobre marxismo que se reunia regularmente na casa de um então estudante de Doutorado em Columbia, Moses I. Finkelstein. Essa informação seria ratificada dias depois por William Canning, um ex-professor do New York City College, instituição em que Finkelstein lecionou entre 1934 e 1942.¹⁵¹

Moses Finkelstein mudou seu sobrenome para Finley em 1946. À época da investigação, era professor assistente de História Antiga na Universidade de Rutgers havia três anos. Não era a primeira vez em que Finley era apontado como comunista e sofria os efeitos dessa identificação: em 1942, o New York City College, onde atuava como docente em tempo não-integral, não o renomeou para o cargo ao término de seu contrato, anualmente renovado desde 1934, porque Finley havia sido citado em uma investigação conduzida na Assembléia Legislativa de Nova York sobre a presença de professores e alunos subversivos nas instituições de ensino superior daquele estado.¹⁵² Inicialmente, porém, a citação de seu nome por Wittfogel não causou problemas junto aos administradores da universidade em que trabalhava. Em 16 de agosto de 1951, no mesmo dia em que Canning confirmava o testemunho de Wittfogel (prestado no dia 7 do mesmo mês), Finley e alguns dos administradores se reuniram. Na conversa com eles e em uma carta confidencial ao reitor, o historiador negou que fosse comunista

¹⁵⁰ E. Schrecker, op. cit., pp. 161-167; P. Novick, *That Noble Dream. The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 325-332.

¹⁵¹ E. Schrecker, op. cit., pp. 54-55, 165. Wittfogel, ex-membro do Partido Comunista alemão, trabalhou no IPR, e teve uma guinada radical em seu pensamento e em sua postura política no final de década de 1940. Seu depoimento tornou-o *persona non grata* para seus antigos colegas do Instituto de Pesquisa Social e para a intelectualidade de esquerda em geral, conforme relatou o próprio em tom queixoso a Martin Jay (*The Dialectical Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*, Boston, Little, Brown and Co., 1973, pp. 284-285). A respeito do rompimento de Wittfogel com o marxismo, ver P. Vidal-Naquet, op. cit..

¹⁵² Trata-se do Rapp-Coudert Committee: P. Novick, op. cit., p. 245, nota 65.

naquele momento presente ou que houvesse sido em qualquer outro.¹⁵³ O grupo de estudos a que seus acusadores faziam referência nada mais eram, dizia Finley, do que recepções oferecidas regularmente por ele e sua esposa aos amigos pós-graduandos de Columbia; e a “organização acadêmica de vanguarda” citada por Wittfogel da qual ele fizera parte era o Committee for Democracy and Intellectual Freedom, o qual, sob direção do antropólogo Franz Boas, clamava pela defesa da liberdade acadêmica contra a intrusão do Fascismo na vida universitária.¹⁵⁴ Finley advertiu aos administradores da Rutgers de que o Sub-Comitê de Segurança Interna provavelmente o convocaria e que, quando isto ocorresse, ele recusaria falar como informante. As explicações dadas aos administradores parecem ter sido convincentes: quando Finley foi convocado, o reitor da Rutgers recomendou-lhe não se preocupar. Embora apenas professor assistente na Rutgers, Finley gozava de prestígio elevado na instituição, considerado por seus superiores como “professor e *scholar* eminente... a se tornar provavelmente um dos mais distintos historiadores da Universidade”. A administração da Rutgers não apenas nada fez quanto à menção a Finley, como lhe emprestou dinheiro para contratar um advogado e publicou, em 1952, sua tese de doutorado pela editora universitária.¹⁵⁵

Em 28 de março de 1952, Finley testemunhou perante o Sub-Comitê. Referiu-se ao “grupo de estudos comunista”, citado por Wittfogel e Canning, como reuniões sociais nas noites de domingo; respondeu perguntas sobre sua rede de contatos, mas recusou-se a identificar qualquer suposto comunista; e, indagado se era naquele momento ou havia sido um comunista, disse não o ser mas invocou a Quinta Emenda para não responder se o fora. Como Finley não tinha qualquer contato com o *Institute of Pacific Relations*, seu depoimento não teve grande publicidade.¹⁵⁶

¹⁵³ Schrecker, op. cit.

¹⁵⁴ Finley foi secretário executivo dessa organização entre 1938 e 1941. E. Schrecker, op. cit. p. 172.

¹⁵⁵ Idem, ibidem, pp. 171-172.

¹⁵⁶ Era relativamente comum a estratégia dos depoentes de invocar a Quinta Emenda (“take the Fifth”, no jargão da época), pois não havia clareza quanto às consequências legais de se falar abertamente às comissões senatoriais (cf. P. Novick. op. cit., p. 327).

MR. MORRIS: Did a group meet at your house?

MR. FINLEY: Yes. We had open house for friends of mine on Sunday evenings.

MR. MORRIS: Were you a Communist at that time?

MR. FINLEY: I must decline to answer.

MR. MORRIS: Do you know if Thorner was a Communist?

MR. FINLEY: I have no reason to believe he was.

MR. MORRIS: Yet when we asked Mr. Thorner if he was at that time, he refused to answer.

SENATOR WATKINS: When you say you have no reason, just what do you mean, "no reason"?

MR. FINLEY: I have none whatsoever, Senator. I have studied just enough logic to know that for anyone but yourself you can never answer flatly and absolutely you know of something.

Extrato do depoimento de Finley, reproduzido a partir do arquivo digital da história de Nova Jérsei em http://www2.scc.rutgers.edu/njh/cold_war/academic_freedom/finley.php#assess_1 (último acesso em 25 de agosto de 2007).

A situação de Finley complicar-se-ia, no entanto, quando da menção de seu nome em outro depoimento prestado ao comitê de McCarran. A depoente era Bella Dodd, ex-líder sindical recém-saída do Partido Comunista, que, no início da década de 1940, coordenara a resistência dos professores à comissão da Assembléia Legislativa de Nova York que investigava atividades comunistas nas universidades do estado. Falando ao Sub-Comitê em 8 de setembro de 1952, ela identificou Finley como um dos comunistas com os quais tivera contato no sindicato dos professores. Como se não bastasse o depoimento de Dodd para fazer o caso de Finley voltar à baila, outro professor da Rutgers, o matemático Simon Heimlich, prestou depoimento no mesmo mês de setembro ao comitê de McCarran e também invocou a Quinta Emenda para negar-se a responder sobre uma filiação passada ao Partido Comunista.

A partir daí, recrudesceram as pressões externas para a universidade tomar alguma providência quanto aos que haviam feito uso da Quinta Emenda. Embora a Rutgers não fosse uma instituição pública, cerca de 60% de seu orçamento eram garantidos por recursos do estado de Nova Jérsei. Nessas circunstâncias, parecia difícil aos administradores permanecerem indiferentes à “opinião pública” tal como encarnada pelo governador do estado – o qual manifestou-se publicamente pela demissão de Finley e Heimlich¹⁵⁷ – e pelos mecenas privados da universidade.

¹⁵⁷ Na interpretação de Finley (expressa em entrevista a Richard Winkler: *A conversation with Sir Moses Finley*, inédita, ca. 1980, em *FP*, Box 16, G7), o fator-chave que teria levado Alfred Driscoll, governador de Nova Jérsei, a exercer pressão sobre a Rutgers foi a eleição presidencial de 1952: Driscoll ambicionava um posto no governo de Eisenhower. A mesma versão aparece na reportagem de Alfred Friendly no *Washington Post* de 7 de abril de 1971 (*FP*, Box 16, G7).

Mesmo entre profissionais do ensino superior, havia dúvidas quanto à compatibilidade entre a condição de comunista e a atividade docente. Não apenas faltaria a um professor comunista a sobriedade necessária ao bom exercício da profissão; mas a possibilidade de fazer da cátedra um artifício – tanto mais pernicioso porque nem sempre explícito – para praticar proselitismo junto a jovens estudantes punha em risco valores tidos por fundamentais da sociedade americana.¹⁵⁸ A recusa a colaborar com o comitê de McCarran lançava suspeita sobre a filiação ideológica e, por conseguinte, a capacidade profissional dos depoentes.

Com a farta documentação do IPR em mãos, o Sub-Comitê de Segurança Interna havia conquistado reputação de confiabilidade e, com isso, chamado atenção dos meios de comunicação. O caso Finley-Heimlich atraiu ainda atenção pública extra porque nele pareciam definir-se as novas condições de liberdade acadêmica nas instituições de ensino superior dos Estados Unidos. Uma comissão investigativa, composta por catedráticos, administradores e ex-alunos da universidade, foi nomeada pelo reitor da Rutgers para determinar qual atitude deveria tomar a instituição com relação a funcionários que se recusassem a colaborar com o Sub-Comitê invocando a Quinta Emenda. As conclusões da investigação (levada a cabo por uma comissão mais restrita do que aquela inicialmente constituída) foram apresentadas em um relatório de 3 de dezembro de 1952. Embora reconhecendo que um acadêmico tem “obrigações e responsabilidades especiais... a exigir do professor um padrão de conduta que está além e acima do que é simplesmente legal”, o documento dizia não existirem “indícios de que o Sr. Finley ou o Sr. Heimlich tenham jamais se valido de sua posição como professores para fazer propaganda junto aos estudantes”. Ao invocar a Quinta Emenda, ambos somente fizeram valer seus direitos constitucionais de modo a impedir seu indiciamento por perjúrio. Desaconselhava-se a demissão. A decisão final, porém, cabia ao Corpo de Administradores da universidade, a cujos membros preocupavam não a adequação de Finley e Heimlich a prerrogativas constitucionais, e sim a percepção pública da presença de comunistas no corpo docente da universidade e o que essa percepção poderia acarretar à imagem da Rutgers. Composto por executivos e políticos, o Corpo de Administradores votou unanimemente pela demissão de Finley e Heimlich caso um e outro não colaborassem com o comitê de McCarran até a meia-noite de 31 de dezembro de 1952. A resolução

¹⁵⁸ Ver a esse respeito P. Novick, *op. cit.*, p. 326.

não custou apenas aos dois professores envolvidos no caso seus respectivos empregos a partir de 1 de janeiro de 1953: ambos eram, dali em diante, virtualmente não-contratáveis por qualquer uma das universidades grandes ou médias dos Estados Unidos. O caráter público e emblemático que assumiu o processo da demissão tornava inviável que qualquer dessas instituições arcasse com o ônus de dar guarida a um professor por todos sabido suspeito de comunismo.¹⁵⁹

II. A visibilidade de um “debate americano”

Embora o macarthismo já se houvesse feito sentir em setores diversos da sociedade estadunidense e afetado intelectuais, o caso Finley-Heimlich era o primeiro a implicar a Universidade e a pôr em xeque os limites de sua autonomia institucional. O *New York Times* deu cobertura extensa à decisão dos administradores da Rutgers ao longo de janeiro de 1953.¹⁶⁰ O caso repercutiria também na imprensa inglesa pouco mais de 1 mês depois. O *Manchester Guardian*, um dos mais importantes diários britânicos, abriu espaço para um longo artigo anônimo sobre liberdade acadêmica nos Estados Unidos, publicado em duas partes, em 4 e 5 de março. Escrito por um acadêmico britânico a partir de Princeton, o texto descrevia a demissão dos dois professores da Rutgers – sem, entretanto, citar seus nomes – e as reações que ela havia suscitado; o tom era o de uma crítica amena ao que, afinal, era identificado como um “debate americano”.¹⁶¹

No início de 1953, ao mesmo tempo em que a história da demissão de Finley tornava-se conhecida, seu *Studies in Land and Credit in Ancient Athens*, publicado em meados do ano anterior, começava a ser objeto de resenhas em periódicos acadêmicos. Duas delas foram escritas por Geoffrey Ernst Maurice de Ste.Croix, um professor de História Antiga no University College de Londres que, apesar de seus 42

¹⁵⁹ Para cronologia da demissão de Finley, ver E. Schrecker, op. cit., pp. 174-178; e o site http://www2.scc.rutgers.edu/njh/cold_war/academic_freedom/additional.php (último acesso em 22 de novembro de 2007).

¹⁶⁰ Consulte-se a incidência do nome “Finley” no Index do jornal para o ano de 1953.

¹⁶¹ “An American Debate. I – Heresy in the Common Room”, *Manchester Guardian*, 4 de março de 1953; “An American Debate. II – Congress and the Colleges”, *Manchester Guardian*, 5 de março de 1953. Aos dois artigos somou-se a respeito das demissões uma carta crítica publicada em 4 de março. Nos dias que se seguiram, o noticiário do *Guardian* foi monopolizado pela morte de Josef Stalin.

anos, era um neófito nos Estudos Clássico.¹⁶² Poucas semanas depois da publicação da matéria no *Guardian*, ele escreveu a Finley uma carta que marcava o início de uma correspondência importante para o futuro da carreira acadêmica de ambos. “Sou muito grato por seu interesse em minhas dificuldades e em meu trabalho”, responderia Finley, para em seguida descrever-lhe sua situação profissional:

A história da Rutgers é longa. Ao invés de tentar contá-la em uma carta, enviei-lhe pelo correio normal dois documentos que devem lhe traçar um bom retrato. (...) Aliás, disseram-me que foi publicada uma notícia sobre o caso no Manchester Guardian, mas eu não li. (...)

Meus planos estão todos indefinidos. Ainda não consegui achar outro posto de professor ou uma bolsa de pesquisa. (...) A menos que algo surja em breve, possivelmente não terei alternativa senão ganhar a vida do jeito que puder. Isso significará uma considerável redução, senão o cessar completo, de meu trabalho em História Antiga.¹⁶³

A carta e material enviados por Finley chegariam a Ste. Croix na manhã de 16 de abril de 1953. Em sua resposta, escrita antes mesmo que pudesse dar “mais do que uma olhada em tudo”, Ste. Croix manifestou contentamento em certificar-se de que a postura de Finley houvesse sido “absolutamente impecável” e prometeu “circular suas coisas o máximo possível”.¹⁶⁴ Ste. Croix havia sido um militante de esquerda na década de 1930, quando chegou a coordenar a seção local do Partido Trabalhista na cidade onde residia. Compreendem-se assim os termos pelos os quais ele escreveria a Finley, alguns meses depois, a propósito de seu encontro com H. T. Wade-Gery, à época ocupante de uma das principais cadeiras da *classical scholarship* britânica, a *Wyckham Professorship* de História Antiga em Oxford:

W.-G. ficou muito preocupado com a sua situação. Isso é ainda mais satisfatório porque as opiniões dele parecem ser fortemente conservadoras e ninguém poderia acusá-lo de ‘esquerdista’. Eu sei que

¹⁶² Ste. Croix foi advogado até a eclosão da guerra, durante a qual serviu às forças aéreas britânicas em uma tarefa administrativa. Sua iniciação profissional nos Estudos Clássicos aconteceu em 1946, quando começou o curso de Graduação em História Antiga no University College. Para sua biografia, ver a introdução dos organizadores P. Cartledge e F. D. Harvey a *Crux: Essays presented to G. E. M. de Ste. Croix on his 75th Birthday* (col. History of Political Thought), Londres, Duckworth, 1985, pp. xiii-xviii, e seu obituário escrito por Robert Parker em *Proceedings of the British Academy*, vol. 111, 2001, pp. 447-78. Suas resenhas de *Land and Credit* foram publicadas em *Economica* (New Series, vol. 20, n. 77, Fev. 1953), p. 93 e *The English Historical Review* (vol. 68, n. 268, Jul. 1953, 450-451). A primeira foi publicada anonimamente, mas a correspondência de Finley com Ste. Croix revela ter sido este o autor do texto.

¹⁶³ Em 12 de abril de 1953. *FP*, Caixa 5, B23. A carta de Ste. Croix que motivou a resposta de Finley não foi preservada.

¹⁶⁴ 16 de abril de 1953. Id., *ibid.*, ms.

ele recentemente falou ou escreveu a seu respeito com Bloch, Pritchett e talvez outros.¹⁶⁵

Finley responderia mencionando a carta, “longa e muito gentil”, que recebera de Wade-Gery: “meu palpite é que ele está resenhando meu livro, embora nada me tenha dito que eu possa oferecer como prova”.¹⁶⁶ Antes, em junho de 1953, Finley já contara da correspondência travada com A. H. M. Jones, mentor intelectual de Ste. Croix no University College e recém-eleito *Professor* de História Antiga em Cambridge: “Recebi um bilhete muito simpático de Jones recentemente, sem dúvida em consequência de você ter falado com ele sobre mim. Como lhe respondi, é quase certo que eu não tenha um posto acadêmico no ano que vem. Hesito prever o que vai acontecer nos próximos anos”. Menos de um ano depois, diante do anúncio informal do convite para ministrar algumas *lectures* na Inglaterra, Finley diria a Anthony Andrewes, sucessor de Wade-Gery na *Wyckham Professorship*, haver se precipitado sobre ele tal avalanche de “gentileza e apoio de gente tanto de Oxford como de Cambridge”, que sequer conseguia expressar seu reconhecimento.¹⁶⁷

O nome de Finley começava assim a circular entre classicistas britânicos por vias tortuosas. Até aquele momento, a despeito da imagem favorável que começava a se formar de *Land and Credit* e do reconhecimento do brilho do autor por pessoas próximas, Moses Finley não era um nome que invocasse propriedades sociais típicas de um *scholar* de prestígio. A experiência na Rutgers (1948-1952) fora a primeira dele como docente estável de uma universidade. Até então, havia trabalhado sob contrato temporário em instituições pouco prestigiosas do ensino superior americano (City College, Long Island University, Yeshiva College); antes de *Land and Credit*, suas únicas publicações eram dois artigos escritos em 1933-34, saídos em periódicos especializados, e resenhas ou ensaios bibliográficos sobre livros de História Antiga que apareceram em revistas e jornais dirigidos a um público de não-especialistas – e a maioria desses textos foi assinado com seu nome de nascença, Moses I. Finkelstein, que ele mudaria em 1946; tendo obtido o grau de doutor havia apenas 4 anos, jamais

¹⁶⁵ 12 de julho de 1953. Id., *ibid.*, ms. Na mesma carta, Ste. Croix menciona a avaliação positiva feita por Wade-Gery de *Land and Credit* e de uma resenha por Finley de um livro sobre finanças no mundo antigo.

¹⁶⁶ Carta de Finley a Ste. Croix em 23 de julho de 1953.

¹⁶⁷ Carta a Andrewes em 2 de abril de 1954. *FP*, Box 16, G2.

orientara uma tese ou arregimentara discípulos¹⁶⁸. Quaisquer que fossem seus méritos como historiador, eles ainda não se haviam, portanto, cristalizado em sinais externos de excelência.

As qualidades que à época começavam a ser observadas em Finley não eram exatamente aquelas que o distinguiriam mais tarde como historiador eminente. À luz da direção tomada por sua carreira e das marcas característica de sua obra posterior, o primeiro livro de Finley pode ser considerado um trabalho atípico, não obstante em certa medida coerente com o que o autor havia feito até então. *Land and Credit* foi originalmente preparado como tese de doutorado na Universidade de Columbia sob orientação de W.L. Westermann, um dos nomes principais da história econômica da Antiguidade nos Estados Unidos. Finley levou alguns anos para definir seu objeto de investigação e mais de uma década para submetê-lo a uma banca examinadora. A tese por fim defendida em julho de 1950 era um estudo das relações de crédito em Atenas entre 500 e 200 a.C. A base desse trabalho eram os *horoi*, inscrições gravadas em pedras hipotecárias para indicar a obstrução jurídica de uma determinada parcela da propriedade de um devedor. Até 1951, quando foi concluída a redação do livro, eram conhecidas 182 dessas inscrições. A análise estatística de 144 delas (organizadas pelo autor em três grandes categorias: *hypotheke*, *prasis epi lysei* e *apotimema*), combinada com o exame de passagens de discursos de oradores atenienses relativas a disputas judiciais em torno da propriedade da terra, deram base aos argumentos diversos desenvolvidos por Finley sobre a função social dos *horoi*. Essa instituição, segundo o autor, dizia respeito às classes altas atenienses e ilustrava uma modalidade de crédito concebido e praticado com propósitos não-produtivos – ao contrário do que supunha a visão então predominante entre estudiosos do Direito na Antiguidade, que apostavam na existência de uma grande classe de homens pobres endividados na Atenas do século IV a.C.¹⁶⁹

Concebido a princípio como parte de uma série de estudos, nunca realizada, sobre negócios (*business practices*) na Grécia antiga, *Land and Credit* expressava a centralidade da história econômica no conjunto de interesses de Finley desde a década de 1930. A despeito de a economia permanecer mesmo depois de 1952 como tema

¹⁶⁸ A obtenção do PhD era um dado relevante para a vida universitária estadunidense, não para a britânica – a não ser, claro, na medida em que significava solidez da posição de um acadêmico estrangeiro em seu país de origem. Note-se ainda que o fato de não haver se constituído em Mestre cercado de acólitos não significa que a atuação de Finley como docente fosse irrelevante.

¹⁶⁹ Ver a esse respeito C. R. Whittaker, “Moses Finley, 1912-1986”, p. 462; e K. Polanyi, resenha de *LC* em *The Journal of Economic History*, vol. 13., n.2, 1953, 233-35.

central da obra do autor, alguns traços desse trabalho – justamente aqueles que, em *Land and Credit*, funcionavam como senhas para ingresso no universo da *classical scholarship* – não se reproduziriam em livros posteriores: a utilização de uma documentação primordialmente epigráfica, as longas notas de citações em Grego e Latim, as passagens em alemão, italiano e francês também não traduzidas (a figurar, por vezes, no corpo do texto), a publicação de anexos contendo a documentação estudada (na qual o autor propunha a sua própria tradução dos *horoi*) etc. – tal aparato técnico doravante apareceria, quando muito, nos artigos publicados em revistas especializadas (“Eu escrevo livros para o público; para *scholars*, escrevo artigos”, diria Finley em uma carta a um editor nova-iorquino em meados dos anos sessenta.). E, no entanto, aos olhos dos pares as “concessões” do autor de *Land and Credit* ao público leigo eram notáveis – para alguns, até mesmo excessivas. Quase simultaneamente a *LC*, um outro estudo sobre os *horoi* também era publicado nos Estados Unidos. *Horoi. Studies in Mortgage, Real Security, and Land Tenure in Ancient Athens* (1951), do filólogo John Fine, foi um ponto freqüente de comparação com *Land and Credit*. Na contraposição dos dois, o de Fine foi dito mais completo, detalhado (“um tratamento muito melhor planejado de quase a mesma série de assuntos” [Ste. Croix]; “[um] ponto de partida... puramente epigráfico”, “examina as teorias dos predecessores em detalhes minuciosos” [Kendrick Pritchett], “mais completo de um ponto de vista estritamente epigráfico e de certo modo mais detalhado na discussão das provas que os oradores áticos possibilitam” [Livio Stecchini]), enquanto no trabalho de Finley havia também a preocupação de falar para além do círculo restrito dos especialistas (“Finley fez um esforço notável de apresentar o material e o problema a uma audiência menos restrita. (...) Seu talento para a escrita da história é de grande ajuda na apresentação de um retrato claro e balanceado” [Stecchini]; “[*LC*] foi ousadamente concebido para atrair não apenas o especialista em história grega, mas também todos aqueles interessados no desenvolvimento das instituições legais e econômicas”; “[aos especialistas em epigrafia] o livro tem pouco a oferecer” [Rodewald]).¹⁷⁰ Com efeito, embora os

¹⁷⁰ Ver resenhas de *Land and Credit* em *The Journal of Political Economy*, vol. 61, n. 3 (Jun., 1953), 266-268, por Livio Stecchini (Princeton); *The English Historical Review*, vol. 68, n. 268 (Jul. 1953), 450-451, por G. E. M. de Ste Croix; *The Economic History Review*, New Series, vol. 6, n. 3 (1954), 316-317, por A. H. M. Jones (Cambridge); *The Journal of Economic History*, vol. 13, n. 2, (Spring, 1953), 233-235, por Karl Polanyi (Columbia); *The Classical Review* (New Ser., vol. 4, n. 1 (Mar. 1954), 39-41, por A. R. W. Harrison (Oxford). O livro foi resenhado juntamente com o de John V. A. Fine em *The American Historical Review*, vol. 58, n. 2 (Jan. 1953), 337-338, por W. Kendrick Pritchett

méritos do livro fossem “consideráveis” para Ste. Croix, Finley havia prejudicado a si próprio “seriamente” na maneira de apresentar suas visões:

Tendo decidido omitir todas as discussões detalhadas, mesmo dos assuntos centrais, do texto principal, ele equivocadamente dispersou essas discussões em pequenos fragmentos e as distribuiu em um sem-número de notas desconexas, tornando necessário para o leitor a consulta constante ao índice de fontes (que parece completo e é muito útil), ao não tão completo índice de termos gregos e ao índice geral, com sua profusão de referências paginais (...).

Land and Credit foi objeto de resenhas em geral mais favoráveis do que a de Ste. Croix. Duas delas, particularmente entusiásticas, foram publicadas em 1954 (quando a história da demissão já fora divulgada na imprensa inglesa) sob a rubrica de classicistas de Oxford e Cambridge: A. H. M. Jones (Jesus College, Cambridge) e A. R. W. Harrison (Merton College, Oxford). Se esses e outros comentadores naturalmente divergiam em suas apreciações, os três resenhistas britânicos convergiram ao assinalar o caráter incipiente do livro analisado: “É encorajador saber que o Dr. Finley propõe-se a publicar mais estudos sobre a vida econômica da Grécia antiga, uma tarefa para a qual ele está evidentemente qualificado” (Ste. Croix); “... este resenhista aguardará com prazer a leitura dos outros volumes sobre práticas de negócios das cidades gregas prometidos pelo autor” (Jones); “A qualidade deste livro deixará todos os leitores impacientes à espera dos futuros estudos prometidos pelo autor” (Harrison). Qualquer que fosse o grau de excelência percebido em *Land and Credit*, nele se enxergava o *começo* de uma trajetória, caráter que o próprio Finley emprestara a seu trabalho ao afirmar na página de abertura ter sido o livro “concebido como o primeiro de diversos volumes que terminarão por abarcar todo o mundo da cidade-estado e examinarão muitas questões excluídas ou apenas tangenciadas no presente volume” (LC, xxxix).¹⁷¹

Os resenhistas de *Land and Credit* viam-se, portanto, diante do autor de uma contribuição intelectual iniciada com o estudo dos *horoi*, mas ainda por se expandir e consolidar. Aqui, o enunciado de expectativas quanto ao futuro desse *scholar* equivale a uma indicação de que ele nada havia produzido de significativo até então. É

(Universidade da Califórnia); *The Journal of Hellenic Studies* (vol. 74 [1954], 211-213), por C. Rodewald. Em apenas três dessas resenhas, assinadas por Jones, Harrison e Polanyi, não há menção ao trabalho de Fine.

¹⁷¹ Compare-se este trecho com o tom mandarim do prefácio de *AE*, publicado vinte anos depois: “Faz aproximadamente quarenta anos desde que eu publiquei meu primeiro artigo sobre um assunto de economia antiga” (p. 9).

revelador do lugar de Finley na hierarquia de prestígio acadêmico de classicistas que, embora ele tivesse em 1952 mais ou menos vinte anos de carreira como historiador de História Antiga, em nenhuma das resenhas – espécie de publicação em que autor e obra têm valor semelhante como objeto do discurso – sua contribuição como *scholar* anterior a *Land and Credit* se fizesse notar; que seu nome tenha sido grafado com erros por dois resenhistas britânicos, ambos essenciais para a ida de Finley para a Inglaterra em 1954-55 (*LC* é o livro de “Moses J. Finley”, para Ste. Croix; de “Moses I. Finlay”, para A. H. M. Jones); que o mais crítico dos resenhistas (Ste. Croix) houvesse sido também uma peça-chave de sua ida para a Inglaterra e um porto seguro do casal Finley em seus primeiros anos naquele país.¹⁷²

Embora em alguma medida os méritos de Finley como *scholar* por certo importassem, o que o levou à Inglaterra em 1954 foi fundamentalmente uma *solidariedade de corporação*. O auxílio a acadêmicos perseguidos politicamente não era prática desconhecida de profissionais de universidades inglesas e americanas que estivessem em atividade por mais de uma década. A mobilização de uma cadeia de solidariedade – a composição de uma “internacional dos intelectuais”, na expressão de Gerard Leclerc¹⁷³ – tinha sido freqüente entre professores universitários nos Estados Unidos e na Inglaterra depois de 1933, quando as leis raciais de Hitler baniram das instituições de ensino superior alemãs professores de origem judaica. O êxodo dos classicistas alemães foi massivo – um movimento migratório que resultaria, no pós-guerra, em um rebaixamento duradouro da *Altertumwissenschaft* na geografia da excelência acadêmica européia. Na Inglaterra, Oxford foi o principal destino dos exilados nas décadas de 1930 e 1940. A chegada dos emigrados alemães marcou tanto uma geração de oxfordianos que é comum ver aqueles anos celebrados como era dourada dos Estudos Clássicos de Oxford.

A quase-simultaneidade dos episódios da demissão e da publicação de tese de doutorado de Finley permitiu que seu *nome* circulasse no *mainstream* classicista, do qual até então não fazia parte. Ste. Croix, então em vias de se incorporar ao *mainstream* (ele se tornaria membro do New College, Oxford, em meados de 1953), foi um dos intermediários de Finley; outro foi Louis Hacker, um amigo da Universidade de Columbia.

¹⁷² Geoffrey e Lucille de Ste. Croix contribuíram com os arranjos da chegada definitiva dos Finley à Inglaterra em 1955, conforme revela a vasta correspondência trocada por Moses e Geoffrey no período (*FP*, Box 5, B23).

¹⁷³ G. Leclerc, *Sociologia dos Intelectuais*, São Leopoldo, Unisinos, 2004.

Eu não conseguia arranjar emprego nos EUA. Procurei Louis Hacker, um historiador americano muito direitista e um velho amigo meu, que tinha sido Professor visitante tanto em Oxford como em Cambridge. Ele escreveu algumas cartas e em três semanas eu fui convidado a lecionar em ambas as universidades. Não havia dinheiro envolvido, mas eu tomei um empréstimo e vim. Ambas me convidaram para ficar. Eu escolhi Cambridge. É uma história meio Alice no País das Maravilhas.¹⁷⁴

¹⁷⁴ *A conversation with Sir Moses Finley*. A despeito da representação de sua saída dos EUA como uma “fatalidade” e de suas vacilações em 1955 quanto a deixar seu país, a possibilidade de ir para a Inglaterra já lhe havia ocorrido por ocasião de uma indicação do historiador alemão Franz Heichelheim, que havia trabalhado em Nottingham e chegou a indicar Finley para substituí-lo. Em janeiro de 1948, Finley escreveu a Heichelheim contando da bolsa que acabara de ganhar do American Council of Learned Societies: “Honestamente, se eu fosse alguns anos mais jovem e não estivesse tão pressionado para acabar meu doutorado e achar um posto de ensino enquanto o G. I. Program ainda estiver estufando os colleges (com estudantes e com dinheiro), acho que deveria ter recusado a ACLS e tentado Nottingham”. Citado e B. Shaw, “The Early Development of M. I. Finley’s Thought: the Heichelheim Dossier”, *Athenaeum*, Fasc. 1 (1993), pp. 177-199 (citação p. 184).

O convite para Oxford, em 1954, com menção às articulações para levar Finley também para Cambridge. Carta de Anthony Andrewes a Finley, 27 de março de 1954, FP, Box 16, G2.

March 27th 1954

Dear Professor Finley,

I am writing officially at the instruction of the Board of the Faculty of Literae Humaniores, to say that they would very much welcome a visit from you when and ~~as~~ ^{as} it is possible.

Unofficially, we are still working at the details of it, and as soon as they become clearer I will write you a solemn and official letter on the university's notepaper. But meanwhile, I thought you might be glad to know that both the Subfaculty of Ancient History and the Board of the Faculty have expressed their anxiety to have you here, in spite of the difficulty about the Fulbright invitation.

The Faculty itself disposes of no adequate funds, and we shall have to go further to find any money, but the university authorities are sympathetic, and I hope we may get something as to status. I don't think the constitution of the university provides for any specific title, but if the money is forthcoming, it will be by a decree of the university, providing money for you to lecture & give classes, and I hope this would be satisfactory.

I met A.H.M. Jones the other day, who is working to the same effect in Cambridge: as regards times, he suggested that he might try the autumn term there, and we try the spring and summer here. I hope this will be agreeable to you - we had to make some sort of provisional plan at once.

I can't of course promise any result from all this, but the effort is being made. Supposing we fail to get any money - the university has

spasms of extreme poverty - I gather from Hacker that you might perhaps be able to come nevertheless. Could you please confirm this, or tell me what the prospects are?

I should also be glad to have your ideas about any subjects you would wish to lecture on. The bulk of our students are studying a period ending in 404 B.C. and one lot of them would be coming to the end of that in the spring term, and another lot starting (nominally at 776, but anywhere in the neighbourhood of 561 or down to the end of the sixth century would be suitable) in April. We have a small sprinkling who study a later period, and a postgraduate class (it would mainly be the tutors themselves) would be welcome quite irrespective of period.

Yours sincerely

A. Andrewes

Professor M. I. Finley
216 Tryon Avenue
Englewood
New Jersey
U.S.A.

Sender's name and address: A. Andrewes
New College
Oxford

IF ANYTHING IS ENCLOSED THIS LETTER MAY BE SENT BY ORDINARY MAIL

Nas negociações que precederam a primeira ida de Finley para a Inglaterra, o que menos parecia importar às partes envolvidas eram as tarefas específicas que seriam exigidas ao historiador estadunidense. O convite lhe chegou por meio de dois *Oxford men*, Anthony Andrewes e A. H. M. Jones, este recém-convertido a Cambridge, onde se tornara *Professor* de História Antiga depois de cinco anos de atuação como docente no University College. Em março de 1954, quando Finley recebeu a carta na qual Andrewes lhe propunha a temporada em Oxford e falava da articulação entre acadêmicos de Cambridge que pretendiam fazer o mesmo, não lhe foi solicitado que nas aulas e palestras a serem ministradas falasse especificamente sobre sua tese ou qualquer trabalho seu em desenvolvimento. O conteúdo das falas de Finley aparece como um apêndice ao convite, já comunicado quando Andrewes diz no último parágrafo de sua carta: “... gostaria de saber suas idéias a respeito das matérias que lhe agradaria lecionar”.¹⁷⁵ Finley responderia em termos genéricos:

Quanto ao assunto das aulas, eu deveria mencionar de saída que, como meus estudos têm se concentrado principalmente na história econômica e legal da Grécia (e em particular nos séculos V e IV), a mim seria especialmente conveniente uma oportunidade de fazer alguma coisa dentro dessa área. Minha concepção das instituições econômicas e legais da Grécia, e de seu desenvolvimento, são em alguns aspectos um tanto quanto diferentes daquela que prevalece na literatura atual, e pode vir a ser interessante tratar dessas idéias de forma minimamente detalhada.¹⁷⁶

Andrewes não respondeu de imediato. Passaram-se um mês e meio até ele escrever a Finley: “(...) sobre a questão do assunto das aulas, sua carta foi muito clara, e eu creio que possamos deixar os detalhes para quando nos encontrarmos”.¹⁷⁷ Convites acadêmicos imprecisos em todos os sentidos possíveis não deixaram de ser feitos a Finley ao longo de sua carreira; mas eles se tornariam ordinários, numa evolução característica não apenas da carreira desse historiador, quando seu nome estivesse instituído como o de um estudioso eminente em seu campo e com isso fosse capaz de emprestar prestígio a suas palavras, quaisquer que fossem elas. Em 1952, contudo, Finley ainda dependia mais de suas palavras para construir uma reputação do que as palavras dependiam de seu nome. Como é próprio do vínculo típico entre uma

¹⁷⁵ Carta manuscrita de Andrewes a Finley em 27 de março de 1954. *FP*, Box 16, G2.

¹⁷⁶ Carta de Finley a Andrewes em 2 de abril de 1954. *FP*, Box 16, G2.

¹⁷⁷ Carta manuscrita em 17 de maio de 1954. *FP*, Box 16, G2.

obra e um autor principiante, era de se esperar naquele caso que a profecia fizesse o profeta, e não o contrário.

Em razão da experiência de militância política na década de 1930, Finley era familiarizado com certos mecanismos da “internacional dos intelectuais”, e sabia não estar em posição de fazer exigências para fazer as engrenagens da solidariedade de corporação funcionarem. No intervalo da correspondência com Andrewes entre março e maio de 1954, outro detalhe de sua ida era negociado. “A Faculdade [de *Literae Humaniores*, à qual estavam subordinados os Estudos Clássicos] em si não tem recursos apropriados”, escreveu Andrewes, já em sua primeira carta, a respeito do possível pagamento pelos serviços a serem prestados, ao que acrescentou em seguida: “devemos procurar dinheiro fora dela, mas as autoridades universitárias têm boa vontade, e espero que consigamos alguma coisa.”¹⁷⁸ A soma por fim oferecida pela Universidade de Oxford seria irrisória, na avaliação do próprio Andrewes¹⁷⁹, mas mesmo isto foi já a princípio considerado por Finley um mal menor naquela situação:

Eu não tenho dinheiro, mas não sugiro que este fato se torne decisivo, pois tudo isso significa muito pra mim. Se Oxford nada puder fazer, devo achar o dinheiro por aqui. Tenho bastante confiança de que há muitas fontes às quais eu posso recorrer, se necessário.¹⁸⁰

O convite das duas mais tradicionais universidades britânicas era a um só tempo precário e generoso. Conquanto não oferecessem a Finley uma soma elevada para quase um ano de trabalho, Cambridge e Oxford davam provas de indulgência em relação a um acadêmico na melhor das hipóteses promissor, oriundo de um país cuja contribuição para o estudo da Antigüidade greco-romana era insignificante quando comparada à genealogia secular de eruditos europeus dedicados aos clássicos; um autor aqui e ali percebido como claudicante no domínio do aparato erudito que distingue social e profissionalmente os classicistas; um historiador que não apenas publicara pouco, como jamais investira no domínio nobre dos *classical scholars* britânicos, a edição e tradução de autores antigos. Finley chegaria à Inglaterra em uma situação peculiar em relação a outros classicistas ilustres que se estabeleceram naquele país em caráter temporário ou permanente em razão de um exílio forçado.

¹⁷⁸ Carta manuscrita de Andrewes a Finley em 27 de março de 1954.

¹⁷⁹ Eram cerca de 200 libras pelo semestre, ao passo que o rendimento mensal de um professor de Oxford ultrapassava 1000 libras. “Tenho vergonha do valor quando penso na generosidade das universidades americanas para com visitantes britânicos”: carta de Andrewes em 17 de maio de 1954 (Box 16, G2).

¹⁸⁰ 2 de abril de 1954. *FP*, idem, *ibidem*.

Quando, nas décadas anteriores, outros emigrados classicistas chegaram à Inglaterra exilados, seus trabalhos eram conhecidos e reconhecidos dentro e fora de seus países de origem. O russo Michail Rostovtzeff era já um historiador influente quando aportou na Inglaterra vindo da Rússia em 1918, e o mesmo se pode dizer, no campo da crítica textual, de Eduard Fraenkel quando se mudou da Alemanha para Oxford na década de 1930; mesmo um ainda jovem Arnaldo Momigliano tinha alguma projeção fora da Itália quando saiu deste país rumo à Inglaterra em 1938.¹⁸¹ Quanto a Finley, quem ele era? A pergunta ainda estava no ar a menos de um ano do convite para ir à Inglaterra, como revela a dúvida de Ste. Croix expressa em 12 de julho de 1953:

Aliás, W.-G. [*Wade-Gery*] e eu estávamos na dúvida se você começou como advogado e depois se tornou um historiador econômico ou se foi o contrário. W.-G. achou que era a primeira opção, eu, a segunda. Diga-me da próxima vez em que escrever!¹⁸²

¹⁸¹ C. F. G. Williams, “Eduard Fraenkel, 1888-1970”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 56, 1970. Sobre Rostovtzeff, ver A. D. Momigliano, *Problème d'historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard, 1983, trad. Alain Tachet, pp. 424-440.

¹⁸² Carta manuscrita de 12 de julho de 1953 em *FP*, Box 5, B23.

Capítulo 4

A trajetória de um prodígio errante

Finley controlou o quanto pôde tudo aquilo que sobre ele se escreveu. Pode-se dizer, sem exageros, que as informações que se colhem nas contracapas e orelhas de livros seus foram aquelas que ele escolheu fornecer. Outrossim, as interpretações sobre a vida e a obra de Finley que arriscaram Pierre Vidal-Naquet, Mirella de Sanctis, Brent Shaw e Richard Saller, autores dos mais conhecidos textos sobre o historiador publicados até 1986 (e ainda hoje citados como fontes de autoridade), passaram pelo crivo do biografado. Houve ocasiões em que as tentativas de exercer tal controle falharam e nacos de biografias não-autorizadas vieram à luz, mas Finley então agiu para desautorizar essas versões, fosse em público ou reservadamente.¹⁸³ Para além da “ilusão biográfica” que acomete a todos que empreendem o esforço de ordenar racionalmente um relato de vida (própria ou alheia), há em seu caso uma *imposição biográfica*: com ela Finley legou aos biógrafos os dados supostamente fundamentais de sua história pessoal e instituiu silêncios paradoxalmente eloquentes (como sua vida de estudante nos Estados Unidos e a demissão da Rutgers, dois dos fatos sobre os quais ele relutava em falar e que no entanto viraram pontos de referência obrigatórios para os biógrafos), alguns silêncios efetivos (sua atividade profissional durante a guerra e sua militância política, por exemplo) e um modo específico de articular dados biográficos.

As investigações recentes de Daniel Tompkins, da Temple University, sobre a formação intelectual de Moses Finkelstein têm contribuído para alterar este quadro.¹⁸⁴ Tompkins realizou entrevistas com familiares e antigos colegas de Finley nos Estados

¹⁸³ Foi o caso, por exemplo, de sua reação velada ao trabalho de E. Schrecker acima referido: Finley escreveu ao editor do livro solicitando que ele impedisse a autora de publicar informações não amparadas por fontes documentais. Como fizera com Schrecker, Finley recusou-se a dar entrevista a um estudante da Rutgers que escrevia a respeito de sua demissão. “Minha razão [para a negativa] é dupla. A primeira é que o episódio da Rutgers foi uma passagem menor de toda a história ‘McCarthy’ que as pessoas agora estão tentando inflar por causa da minha carreira subsequente”; a segunda razão era que suas visões do que havia se passado em nada contribuíam para uma apreciação histórica do assunto (carta de Finley a Thomas F. Richards em *FP*, Box 14, F1).

¹⁸⁴ D. Tompkins, “The World of Moses Finkelstein. The Year 1939 in M. I. Finley’s Development as a Historian”, in M. Meckler (org.). *Classical Antiquity and the Politics of America. From George Washington to George Bush*. Waco, Baylor University Press, 2006, pp. 95-125. O professor Tompkins gentilmente cedeu dois textos seus ainda não publicados, além da fotografia de Moses Finkelstein que se encontra neste capítulo.

Unidos e consultou arquivos da Universidade de Columbia e do FBI, além da documentação pessoal de acadêmicos ativos no meio intelectual novaiorquino na década de 1930. As informações que emergem desse trabalho são novas ou mais precisas do que aquelas até então conhecidas. A elas é preciso acrescentar novas questões.

A história da historiografia, sobretudo quando aplicada a períodos recentes, é pródiga em fazer um uso acrítico dos testemunhos documentais: sacralizados, os historiadores tornam-se porta-vozes das explicações acabadas das próprias obras.¹⁸⁵ Assim como no estudo de outras situações sociais, a apropriação dos dados disponíveis ganha força se referida a um problema de pesquisa claro. Ao submeter nesta tese os dados da biografia de Finley ao problema da construção e difusão de suas concepções de “economia antiga”, procura-se escapar às armadilhas das explicações prontas criadas pelas auto-reflexões do historiador e reproduzidas por comentadores incautos.

FINLEY, E SUA FORMAÇÃO, POR ELE MESMO

Três funções que ocupei merecem uma menção especial (...). Três anos na equipe da Encyclopaedia of the Social Sciences significaram uma educação ampla nas Ciências Sociais comparável a muitos anos de curso em nível de pós-graduação. Ao ano de trabalho como assistente em Direito Romano já se fez referência acima. Finalmente, três anos como editor e tradutor no Institute for Social Research me deram não apenas uma total fluência no idioma alemão mas também uma considerável educação avançada em Sociologia, Jurisprudência e Filosofia Social.

Devo ainda observar que a minha experiência administrativa com a American Society for Russian Relief durante os anos da guerra é relevante em um aspecto importante, qual seja, uma experiência minuciosa considerável, numa função de comando, em procedimentos de livro de contas [bookkeeping] e contabilidade.

Fonte: Item “Projetos” do dossiê de candidatura a uma bolsa de pesquisa apresentado ao Social Science Research Council em 1947 reproduzido em Brent Shaw, “The Early Development of M.I. Finley’s Thought: the Heichelheim Dossier”, *Athenaeum*, Fasc. 1, 1993, 177-199 (citação pp. 196-197).

Eu cheguei ao campo da História Antiga depois de um aprendizado bastante considerável nas Ciências Sociais. Como estudante de Graduação na Universidade de Syracuse, eu recebi um major em Psicologia e

¹⁸⁵ W. Palmer, *Engagement with the Past. The Lives and Works of World War Generation of Historians*, The University of Kentucky Press, 2001, é um exemplo acabado desse procedimento. De modo geral, também as contribuições reunidas em V. Sales (org.), *Les Historiens*, Paris, Armand Colin, 2003, revelam-se igualmente presas ao que dizem os historiadores a respeito de si mesmos, especialmente quando estão em foco as obras mais recentes.

um minor em Inglês e Francês. Obtive o grau de Mestre na Universidade de Columbia em Direito Público, com a dissertação “Mr. Justice Harlan and due process of law”.

Meu primeiro emprego foi uma espécie de estágio [clerkship] no departamento legal de uma grande empresa. Isto durou seis meses, quando por fim eu me enchi. O emprego seguinte – três anos – foi o de “factótum” [“fact-checker”] da equipe editorial da Enciclopédia de Ciências Sociais. Alguns anos mais tarde (parto aqui de uma cronologia rígida) fui um dos editores e tradutores do Instituto de Pesquisa Social (antigo Institut für Sozialforschung da Universidade de Frankfurt). Nessa função trabalhei com livros e artigos de Filosofia Social, Criminologia, Sociologia da Literatura e Direito. Nos últimos quatro anos fiz trabalhos em Columbia como especialista e consultor de pesquisa em pesquisa social, principalmente em história e teoria da opinião pública.

Foi apenas depois de receber meu grau de Mestre e começar a me preparar para o Doutorado que entrei para o campo da História Antiga. Praticamente desde o início meu principal interesse tem sido o Direito e a Economia antigos.

Na Rutgers, ensinei História Antiga, o curso introdutório de Civilização Ocidental para calouros [the freshmen survey course in Western civilization], História Econômica, Historiografia, Filosofia da História e Jurisprudência Histórica (um dos muito poucos cursos desse tipo oferecidos em uma instituição de Graduação nos Estados Unidos).

Fonte: Material publicitário enviado à imprensa para divulgação de Studies in Land and Credit em abril de 1952 (Finley Papers, Box 2, A24).

Prezada Signorina,

(...) Quanto a meus dados biográficos anteriores, há apenas dois pontos que poderiam ser de interesse. Em 1937-39, trabalhei como tradutor e assistente do Instituto de Pesquisa Social (o Frankfurt Institut für Sozialforschung) então exilado em Nova Iorque. Em 1952-54, fui um dos membros do projeto de pesquisa coordenado por Karl Polanyi na Universidade de Columbia.

Respeitosamente,

M. Finley

Fonte: Carta a Mirella de Sanctis em 12 de maio de 1976, reproduzida como anexo em sua dissertação “La Grecia antica negli studi di Moses Finley. Economia e antropologia tra idee e istituzione”, sem local de publicação, datilografada, 1976 (Finley Collection [Darwin College, Cambridge]: 000 FIN).

A opção de Finley pela carreira de historiador, e de historiador de História Antiga em particular, feita por volta dos 20 anos, foi tardia para os padrões de uma história de vida marcada pelo êxito escolar precoce. Moses nasceu em Nova Iorque no dia 20 de maio de 1912. Era o mais velho dos quatro (três meninos e uma menina) que

tiveram o engenheiro mecânico Nathan Finkelstein e Anna Katzenellenbogen. Os pais eram judeus do Leste Europeu, ele da Lituânia, ela de São Petersburgo. Casaram-se pouco antes de se mudarem para os Estados Unidos, onde Nathan já havia estudado engenharia alguns anos antes. Depois do nascimento de Moses, o casal mudou-se de Nova Iorque para Siracusa, onde Nathan Finkelstein empregou-se em uma fábrica de peças de automóveis.

Anna descendia de uma linhagem de famílias rabínicas tradicionais da Europa Central e da Itália (seu pai era rabino-chefe em São Petersburgo), mas era Nathan, cuja família tinha um perfil religioso ortodoxo, quem insistia em que se observassem tradições e costumes judaicos. Moses aprendeu hebraico com a mãe – diferentemente de seus irmãos mais novos, como que a atestar a assimilação da família à vida americana – e frequentou, ainda jovem, a Central High School de Siracusa, instituição de onde saíam muitos dos futuros rabinos da região – “uma educação judaica”, diria Momigliano décadas depois, “suficiente para tornar admissível seu ingresso no Seminário Teológico Judeu de Nova York”.¹⁸⁶ Tenha ou não sido tal possibilidade cogitada de fato,¹⁸⁷ é certo que a relação com a religião na juventude teve conseqüências importantes nos primeiros anos da trajetória acadêmica de Moses Finkelstein.

Em uma experiência religiosa em larga medida marcada pelo aprendizado da erudição, Moses parece ter adquirido disposições psicológicas favoráveis ao trabalho intelectual. Uma historieta de família sobre Finkelstein adolescente é ilustrativa a esse respeito. Ao submeter-se ao *bar mitzvah*, rito pelo qual a religião judaica reconhece a passagem dos jovens à idade adulta, Moses, ao invés de simplesmente ler a Torá e manifestar gratidão à família, apresentou um estudo sobre origens históricas da

¹⁸⁶ Arnaldo Momigliano, “Moses Finley on Slavery: A Personal Note”, em Finley (org.), *Classical Slavery*, Londres, Frank Grass, 1987, pp. 1-6 (citação p. 2), nisto seguido por C. R. Whittaker, “Moses Finley, 1912-1986”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 94, 1997, p. 459. Note-se que o livro onde apareceu o texto de Momigliano foi publicado após a morte de Finley, em 1986.

¹⁸⁷ Tompkins (“The World of Moses Finkelstein”, pp. 96 e 198 [nota 10]), observa que a idéia de que Finkelstein preparou-se para o rabinato contradiz o testemunho familiar. Há indícios, no entanto, de que a possibilidade de ingresso no seminário teológico judaico foi considerada na troca de cartas de Finley com Louis Ginzberg, seu antigo colega em Columbia, cujo pai era rabino e foi procurado por Finley quando este chegou a Nova Iorque em 1927 (FP, Caixa 13, E21: Eli Ginzberg a Finley, 23.ix.80; Finley a Eli Ginzberg, 1.x.80).

cerimônia. Seu discurso de *bar mitzvah* foi tão bem-recebido que Finkelstein voltaria a ser chamado a falar novamente à congregação durante as férias do rabino.¹⁸⁸

FRESHMAN AT 11

Eleven-year-old boy is making a strong bid this fall for the title of youngest freshman in any American college. He has entered Syracuse University with the distinction of being the youngest student ever registered. According to his present plans he will complete the four-year course in two years, duplicating his feat of going through high school in two years and graduating with honors.

The Washington Post (1877-1954); Sep 24, 1923; ProQuest Historical Newspapers The Washington Post (1877 - 1988), pg. 5.

Seja qual for o grau de acuidade do relato, ele expressa a memória de um forte investimento familiar na educação de Moses, que por sua vez justificou a aposta com feitos de um menino-prodígio. Aos nove anos, obteve a mais alta nota no Stanford Binet Test, um teste nacional de Q.I. nos Estados Unidos. Sua inteligência, diria um professor da Universidade de Siracusa ao analisar os resultados, correspondia “à de um rapaz de 19 anos”.¹⁸⁹ Dois anos mais tarde, ingressou na mesma Universidade de Syracuse. À época com 11 anos, tornou-se então o mais jovem estudante universitário da história dos Estados Unidos. Aos 15 anos, graduou-se Bachelor of Arts *magna cum laude* em Psicologia (*major*), Francês e Inglês (*minor*). No mesmo ano, ingressou no curso de Mestrado em Direito da Universidade de Columbia, que concluiria em 1929, sob orientação de Arthur Schiller (a quem Finley destacava como uma de suas principais influências intelectuais). A dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre versava sobre as concepções a respeito de um dispositivo legal (*due process of law*) sustentadas por um juiz da Suprema Corte dos

¹⁸⁸ A relação entre Judaísmo e erudição não se restringe evidentemente ao caso aqui tratado – trata-se antes de um traço característico dessa religião: para certas autoridades rabínicas, o mandamento de estudar a Torá diariamente precede o de amar e honrar a divindade, pois a prova maior do amor e da honra devotada está representado no estudo do texto sagrado (a observação é de George Steiner, *Lições dos Mestres*, Rio de Janeiro, Record, 2005, pp. 184-186, onde se encontra uma apreciação da importância da pedagogia na religião judaica). A história do discurso de “confirmação” proferido por Finkelstein foi primeiro contada por Whittaker, “Moses Finley, 1912-1986”, pp. 459-460, e depois precisada por Tompkins, “The World of Moses Finkelstein”, nota 10, p. 198.

¹⁸⁹ A informação é de Daniel Tompkins, em texto inédito gentilmente cedido pelo autor. Segundo Tompkins, um jornal local deu destaque ao fato, exibindo um retrato de Moses e seus três irmãos mais novos ao redor de um tabuleiro de xadrez, observados pelo pai, Nathan.

Estados Unidos por Finkelstein caracterizado como um “grande dissidente”.¹⁹⁰ Já Mestre, Moses chegou a empregar-se no escritório jurídico da General Motors, assim atendendo ao desejo do pai de que fosse advogado, mas não permaneceu por muito tempo na função – enfasiado, demitiu-se após seis meses.¹⁹¹

A transição do Direito para a História começaria em 1930, quando passou a integrar a equipe de editores da *Encyclopaedia for Social Sciences*, em elaboração desde o final da década de 1920. Durante três anos foi o factótum [*fact checker*] dos artigos da enciclopédia, cujo único verbete redigido por Finkelstein tratava de Julius Wellhause, um erudito alemão estudioso da Bíblia. Mesmo depois de ter concluído o Mestrado, Finkelstein continuou a freqüentar a Universidade de Columbia, aparentemente sem nenhum vínculo formal até empregar-se em 1933 como assistente de pesquisa do ex-orientador Arthur Schiller. A pesquisa com Schiller sobre Direito Romano durou até 1934, quando Moses iniciou o curso de doutorado também em Columbia, com uma bolsa da Universidade, mas agora no Departamento de História e sob orientação de William Linn Westermann (1873-1954), um papirologista interessado em história econômica da Antigüidade Clássica (do Egito greco-romano, em particular).¹⁹²

Quando começou a assistir informalmente aos seminários de História em Columbia, Finkelsein pensava em estudar o Renascimento. Finley, ao recordar seus tempos de estudante, costumava atribuir sua mudança de rumo à performance de Westermann como professor e às aulas enfadonhas dadas pelo especialista em renascentismo da Universidade. Sua opção pelos Clássicos não era incomum entre os filhos de famílias judaicas imigrantes do Leste Europeu: o conhecimento da Antigüidade greco-romana era percebido por muitos de sua geração como uma chave para a incorporação definitiva à vida cultural estadunidense.¹⁹³ Em um ponto

¹⁹⁰ Sua dissertação (Moses I. Finkelstein, *Justice Harlan on Personal Rights With Special Attention To Due Process of Law*, Columbia University, MA Dissertation, 1929) pode ser consultada na seção de manuscritos da biblioteca da Universidade de Cambridge.

¹⁹¹ A curta carreira como advogado foi mencionada em duas entrevistas inéditas de Finley: a Richard Winkler em 1980 e a Keith Hopkins em 1985.

¹⁹² O essencial das informações sobre as atividades profissionais de Finley no período encontra-se em duas versões de *curriculum vitae* preparadas por ele próprio: a primeira em 1948, por ocasião de um pedido de bolsa ao American Council of Learned Societies (reproduzida por B. Shaw, “The Early Development of M. I. Finley’s Thought: the Heichelheim Dossier”, *Athenaeum*, Fasc. 1, 1993, pp. 195-96) e a segunda em 1952, como parte de um memorando com dados biográficos enviado à imprensa para a divulgação de *Land and Credit* (FP, Box 2, A24).

¹⁹³ A inscrição em cursos de Latim nas escolas americanas nunca foi tão alta como em meados da década de 1930, pouco mais de doze anos depois de a Lei de Imigração promulgada em 1921 restringir a imigração judaica nos Estados Unidos. Ver Tompkins, op. cit., pp. 100-101.

importante, contudo, Finkelstein diferia de grande parte dos filhos de imigrantes que devotavam a vida acadêmica ao estudo de um ou outro aspecto da vida de gregos e romanos antigos: ao contrário deles – e provavelmente de outros dois jovens orientandos judeus de Westermann, Meyer Reinhold (1909-2002) e Naphtali Lewis (1911-2005), com quem Moses formaria uma trinca intelectual e afetiva em Columbia –, ele não tinha conhecimento das línguas clássicas:

O responsável por História Antiga era muito bom professor. Então fui a ele e disse que gostaria de fazer História Antiga. Ele perguntou: “O quanto você conhece Latim?”; resposta: “Nada”; “... Quanto de Grego?”; resposta: “Nada”; “... vai embora e volte quando souber um pouco”. (...)

[Levei] um ano, eu acho. Nunca tive aulas. Nunca tive uma aula de Latim ou de Grego na minha vida.¹⁹⁴

Meu pai era um homem muito prático. Ele não via uso nenhum nos Clássicos. Eu tinha aprendido francês e alemão. Tornei-me historiador da Antigüidade por puro acaso. Fui para Columbia como estudante de pós-graduação para trabalhar sobre Renascimento. Achei o professor intoleravelmente chato e o medievalista não muito mais interessante, mas o professor de História Antiga tinha um brilho nos olhos. Foi um salto absolutamente infantil, pois significava que eu tinha que me virar para aprender grego e latim, que eu não sabia.¹⁹⁵

Embora sem seguir nenhum curso, Finkelstein provavelmente contou com a ajuda de Mary Thiers (nascida Moscovitz), Mestre em Latim e Grego em 1929 e esposa de Moses a partir de 9 de agosto de 1932. Mary lecionava História em escolas. Com ela, Moses compartilhava interesses intelectuais, políticos e recreativos. Eram constantes as reuniões com colegas pós-graduandos de Columbia na residência do casal na década de 1930 – ocasiões que Wittfogel descreveria como o “grupo de estudos comunista” comandado por Finkelstein.

Em 1937, Moses concluiu os créditos disciplinares do curso de doutoramento (Francês, Alemão, Latim, Grego; e provas orais de História Antiga e Direito Romano). Naqueles anos como pós-graduando em Columbia, seus interesses acadêmicos começaram a se definir em torno de temáticas econômicas e legais do mundo antigo, mas as oscilações de Finkelstein quanto a um tema de tese – cogitou trabalhar sobre comércio ou democracia na Grécia, antes de decidir estudar as relações de crédito – e a variedade das posições e tarefas que ocupou e exerceu

¹⁹⁴ Episódio relatado por Finley a Keith Hopkins, em entrevista já citada.

¹⁹⁵ Entrevista a Richard Winkler, p. 4.

depõem contra tentativas de conferir coerência a um começo de vida acadêmica errante. Entre as décadas de 1930 e 1940, seus escritos foram basicamente resenhas publicadas em jornais de grande circulação e, sobretudo, em periódicos acadêmicos. Seus únicos dois artigos até 1953 foram publicados em 1934 e 1935, ambos ainda assinados por “Finkelstein” (e não Finley), no momento mesmo em que Moses ingressava na profissão de historiador.¹⁹⁶ O primeiro deles, “*Mandata Principum*”, um estudo sobre o expediente legal das ordens emitidas pelo Imperador romano aos governadores de províncias – inicialmente preparado para o seminário de Schiller em Columbia –, apareceu em uma revista holandesa de História do Direito.¹⁹⁷ Como tantos escritos de Finley, esse tinha a polêmica como ponto de partida: inicia constatando a percepção, supostamente comum entre estudiosos modernos, dos *mandata* como parte integrante das *constitutiones* imperiais; procede em seguida a um exercício filológico para negar esse argumento, primeiro discutindo os métodos de implementação dos *mandata* (destinatários das ordens, sua forma e sua publicação), depois seus conteúdos, para enfim concluir que tais dispositivos não podiam ser fontes de novas doutrinas legais. A polêmica estaria novamente no princípio de seu segundo artigo. Enviado inicialmente ao britânico *Journal of Hellenic Studies* em 1934, foi aí recusado, embora houvesse merecido um parecer favorável do editor do periódico, e publicado por fim na *Classical Philology* (sediada em Chicago), em 1935.¹⁹⁸ O artigo investigava o vocabulário empregado em Atenas nos séculos V e IV a.C. para designar os encarregados das atividades de comércio. Finkelstein ecoava questões lançadas à ordem do dia pela publicação, em 1928, e tradução para o inglês, em 1931, do livro de Johannes Hasebrök sobre o comércio ateniense pré-helenístico. Contra o que entendia serem simplificações operadas por Hasebrök e outros estudiosos do assunto, o autor fez um levantamento em fontes literárias e epigráficas

¹⁹⁶ Outras publicações do período, todas publicadas sob o nome Finkelstein: *A Syllabus for Ancient History* (Farrar & Rinehart, 1937) e “Julius Wellhausen”, verbete sobre um semitista e historiador alemão que viveu entre 1844 e 1918, em *Encyclopaedia for Social Sciences* XV, 1935, 400-01; pude consultar apenas a última.

¹⁹⁷ Em *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis*, XIII, 1934, 150-169 (em inglês).

¹⁹⁸ Moses I. Finkelstein, “Emporos, Naukleros and Kapelos: a prolegomena to the study of Athenian trade”, *Classical Philology*, vol. 30, 1935, pp. 320-336. A despeito da inscrição desse artigo em uma temática econômica (com referências abundantes a Hasebrök, Weber, Oertel e outros autores da linhagem alemã de história econômica da Antigüidade), o exercício filológico que, assim como no texto sobre os *mandata*, nele se realiza e o estudo proposto, mas jamais realizado, sobre os papiros egípcios indicam o caráter incipiente de uma visada sociológica da “economia antiga”. Ver B. Shaw e R. Saller, “Editor’s Introduction”, in M. I. Finley. *Economy and Society in Ancient Greece*. Londres, Chatto & Windus, 1981, p. xiii. A recusa inicial do artigo pelo *JHS* está documentado *FP*, Caixa 1, A13.

da incidência dos termos gregos *emporos*, *naukleros* e *kapelos*, designação de tipos diferentes de mercadores, para demonstrar a existência de ambigüidades e contradições em seu emprego pelos próprios atenienses. De modo a enfrentar o “caos” de referências com acepções variadas a tais termos, propunha, ao mesmo tempo em que procedia a um “exame crítico” das teorias disponíveis, subdividir as passagens encontradas em quatro grupos.¹⁹⁹ Em seguida, apontava os erros gerais e específicos em que haviam incorrido interpretações modernas das passagens, e arrolava suas conclusões em oito tópicos, nos quais procurava restituir significado aos três termos, determinando quem transportava mercadorias, quem ordenava o transporte, quem era dono de navio, quem comerciava no varejo e quem comerciava no atacado, como os comerciantes dispunham de seus bens, se eram produtores, intermediários e/ou consumidores, e, sobretudo, onde conduziam suas atividades de comércio (em pequenos mercados locais ou fora de sua cidade). Ao encerrar o texto, Finkelstein anunciava a intenção de realizar um estudo semelhante com base em papiros do Egito ptolomaico e romano, supostamente passíveis de render “resultados mais positivos do que pode ser extraído de fontes exclusivamente literárias e epigráficas dos séculos quinto e quarto”. (p. 336)

Finkelstein envolver-se-ia em outras atividades – científicas e políticas – e não daria seqüência ao projeto. A rigor, até 1948 não se podem identificar em sua carreira atributos típicos de estabilidade acadêmica, como o investimento intelectual em uma área específica do conhecimento ou vínculo duradouro com grupos ou instituições. Apesar das credenciais acadêmicas excepcionais (o mais jovem estudante da história das universidades americanas, o vencedor do Stanford Binet Test, Mestre em Direito aos 17 anos, etc.), sua posição no mundo universitário americano era precária. A dificuldade não lhe era exclusiva: às porções desse mundo que se arvoravam em guardiãs do “espírito americano” – os Departamentos de História e Língua Inglesa nas grandes universidades do país – o acesso de judeus era restrito.²⁰⁰ De 1934, ano de

¹⁹⁹ O primeiro grupo diz respeito ao termo geral para “comércio” (*emporía* e, às vezes, *kapeleia*); o segundo, as passagens relacionadas ao comércio marítimo (*emporoi*); o terceiro compõe-se de passagens que distinguem *naukleroi* (geralmente dono de uma embarcação) e *emporoi* (normalmente o dono da mercadoria transportada); o quarto grupo são as referências aos *kapeloi* (na maioria das vezes, lojistas ou pequenos negociantes).

²⁰⁰ Ver os dados reunidos por P. Novick, *That Noble Dream, The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988, cap. 7 (“Professionalism Stalled”), esp. pp. 172-74; ver também E. Schrecker, *No Ivory Tower: McCarthyism and the Universities*. Nova Iorque / Oxford, Oxford University Press, 1986, pp. 29-31. Nos Estudos Clássicos, o anti-semitismo começou a ser vencido com a chegada de eminentes helenistas alemães aos

sua inscrição no Doutorado (e de algum modo da formalização de seu ingresso na profissão histórica), a 1939, Finkelstein ocupou cargos em uma instituição judaica (Yeshiva College, 1935-36) e em outra administrada por judeus (Institute for Social Research, 1937-39).²⁰¹ A partir de 1934, trabalhou também no City College de Nova Iorque, mas sob um regime de contingência: seu contrato, pelo qual Finkelstein se encarregaria de cursos noturnos e de verão, era temporário, tendo sido renovado anualmente, sem garantias de estabilidade, até 1942. Em nenhuma dessas instituições atuava como profissional de História Antiga.

E, no entanto, como que a contrabalançar a precariedade de sua posição no mundo social, os primeiros textos de Finkelstein exalavam uma segurança quase caricatural nos diagnósticos que apresentavam da profissão que seu autor acabara de abraçar. Isto se fazia notar em seus artigos de estréia. O “exame completo das fontes disponíveis” que Finkelstein propunha em seu trabalho sobre os *mandata* era, por exemplo, justificado em tom autoral: “Tem sido minha opinião *já por algum tempo*” – Finkelstein tinha então entre 21 e 22 anos – “que tal estudo iluminaria consideravelmente os problemas ainda nebulosos das *constitutiones* imperiais e sua validade como fontes da lei”. O trabalho sobre os comerciantes na Grécia era iniciado com uma frase igualmente categórica: “É lamentável para o estudo da história econômica grega que tantos acadêmicos tenham sido até aqui incapazes de romper com os canais modernos de pensamento e, especialmente, com a terminologia moderna”, diz Finkelstein, numa frase não estranha às teses mais tarde desenvolvidas por Finley e pelas quais o historiador se tornaria célebre. Do equilíbrio tenso entre uma posição profissional frágil e uma história escolar perpassada por seguidas confirmações de excelência intelectual parecia advir, *na escrita* de Finkelstein, uma constante disposição para transgredir convicções epistemológicas dominantes e, por extensão, a ordem institucional acadêmica à qual era homóloga. O estilo podia ser ainda mais incisivo nas resenhas e notas breves publicadas naquele período. Já em

EUA, conforme observa William Calder III, “Classical Scholarship in the United States: An Introductory Essay”, in W. W. Briggs, Jr. (org.), *Biographical Dictionary of North American Classicists*. Westport (Connecticut), Greenwood Press, 1994.

²⁰¹ O Instituto de Pesquisa Social, criado em Frankfurt em 1923, era de modo geral composto por filhos de família judaica da classe média e alta classe média da Alemanha. A ascensão dos nazistas ao poder terminou por levá-los a se exilarem em Nova Iorque em 1934. Para a origem judaica comum dos membros do instituto (por eles minimizada em nome de um ideal universalista), ver Martin Jay, *The Dialectical Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Boston, Little, Brown and Co., 1973, pp. 31-37.

1935, via-se Finkelstein, 23 anos de idade e pouco mais de 1 de profissão, apresentar sua própria avaliação do estado da arte dos estudos sobre Antiguidade:

O estudo de História Antiga chegou a um impasse. A menos que se mudem os postulados básicos, não é mais possível um avanço verdadeiro. A maioria dos historiadores, aparentemente sem saber desse dilema, continua a tropeçar em análises positivistas e na eterna reiteração “da glória que foi a Grécia e da grandeza que foi Roma”.²⁰²

Na crítica ao modo “positivista” (ou “antiquarista”) de proceder dos historiadores de história antiga, delineava-se a concepção de Finkelstein quanto ao que fosse, ou devesse ser, produzir conhecimento sobre a Antiguidade. Guglielmo Ferrero, autor de *Nouvelle Histoire Romaine*, é dito incapaz de tratar das situações críticas da sociedade que estuda por sua “ênfase excessiva em grandes homens e grandes eventos”;²⁰³ o autor de *The Mind of the Ancient World*, H. B. Whetted, “em sua busca necessariamente mal-sucedida pela ‘mente do mundo antigo’... substitui crítica histórica por reverência exagerada, incapaz de enxergar que verdade não é o inimigo inevitável de apreço”;²⁰⁴ “...o propósito de *Plutarch’s Life of Aratus* [de W. H. Porter]” é, por sua vez, dito “difícil de entender”:

O texto grego (sem tradução) e as elaboradas notas filológicas e históricas sugerem uma edição à maneira da escola tradicional. (...) A história geral da Grécia helenística é dada por evidente, e o leitor é lançado de uma vez ao labirinto de guerras, lutas dinásticas e revoluções. Apenas um punhado de especialistas achariam essa discussão inteligível, e a eles Porter nada tem a acrescentar...²⁰⁵

Uma hierarquia de temas, objetos e abordagens revelava-se na recorrente cobrança de Finkelstein para que os autores observassem o engaste sócio-econômico do assunto estudado – qualquer que fosse ele – na sociedade antiga; que os diferentes domínios da vida social fossem tratados de maneira a se observarem relações existentes entre eles; que a escravidão e as contradições de classe deixassem de ser ignoradas. Em um livro sobre as “épocas da história romana”, repleto de “contradições” e de “categorias

²⁰² Resenha de V. Ehrenberg, *Ost und West*, e de F. Taeger, *Orient und Occident in der Antike*, publicada em *Zeitschrift für Sozialforschung* 5 (1935) 439-440 (citação p. 439). Em sua crítica ao “impasse” da História Antiga, Finkelstein seria mais tarde secundado por seu amigo Meyer Reinhold, com quem tinha em comum a origem judaica, a orientação de Westermann e a militância política de esquerda. Para Reinhold, no entanto, as consequências do enfrentamento direto da figura dominante nos Estudos Clássicos, o russo Michail Rostovtzeff, seriam desastrosas. Finkelstein, se bem que polemista em texto, era um hábil gestor de relações sociais no mundo acadêmico.

²⁰³ *The American Historical Review*, vol. 42, n. 3 (Apr., 1937), p. 581.

²⁰⁴ *The American Historical Review*, vol. 44, n. 2 (Jan., 1939), p. 427.

²⁰⁵ *The American Historical Review*, vol. 43, n. 4 (Jul., 1938), p. 920.

confusas”, “a eclosão de guerras de classe, as transformações econômicas, etc. ou bem são descartadas da argumentação ou bem sequer mencionadas (escravidão, por exemplo)”.²⁰⁶ Um dos volumes da *Cambridge Ancient History*, apresentava, a despeito dos méritos que nele se encontravam e da dispersão que o caracterizava, um “grande erro” a viciar toda a obra:

A máxima [de um dos autores] – ‘História é a política do passado’ – amarra todos os capítulos em um conjunto unificado. Embora o propósito confesso fosse criar uma síntese completa da história antiga em suas diversas fases, muito do trabalho é devotado a minúcias políticas e militares. Arte, literatura, filosofia e, sobretudo, história social e econômica são tratadas como detalhes separados, nunca como partes coordenadas de toda a história do mundo antigo.²⁰⁷

Quando – “pisando em ovos”, admitiria Finley quarenta anos mais tarde –, Finkelstein atribuiu os problemas de um trabalho de seu orientador a sua publicação na *Pauly-Wissowa*, uma enciclopédia cujos “caráter e organização essencialmente antiquários... impedem uma discussão e uma síntese efetivamente teóricas de muitas questões fundamentais”, os problemas fundamentais a se levar em conta em estudos sobre escravidão greco-romana foram enumerados:

as interrelações econômicas precisas entre trabalho livre e escravo, o papel de diferentes classes de homens livres nas revoltas escravas, a penetração da escravidão no pensamento greco-romano, a influência do sistema escravista na determinação da política estatal e, de tudo isso o mais importante, mas também o mais complexo, o problema do declínio da escravidão e a transição da sociedade antiga para a sociedade medieval.²⁰⁸

A renúncia à política tratada em minúcias relativas a guerras, reis e dinastias não significava ausência completa da política nas resenhas. Ao contrário, ela era central na concepção de conhecimento expressa por Finkelstein. O autor chamava incansavelmente a atenção para as consequências de se ignorar a raiz social – nesses escritos, quase equivalente a um viés de classe – da literatura antiga, a qual era “um monopólio dos membros e pupilos da aristocracia” e dirigia-se a uma audiência composta pelo “mesmo círculo restrito”. A leitura desses textos pelo historiador,

²⁰⁶ Finkelstein, a propósito de Franz Altheim, *Epochen der römischen Geschichte*, em *Zeitschrift für Sozialforschung* 5 (1935) 442-43.

²⁰⁷ *Zeitschrift für Sozialforschung* III/2, 1935, pp. 289-90.

²⁰⁸ *Zeitschrift für Sozialforschung* 5 (1935) 441-442. Em 1980 (*ASMI*, pp. 122-23), Finley confessaria não ser “nada ingênua transferência de responsabilidade para a enciclopédia”, dada a composição da resenha por “um jovem estudante obviamente pisando em ovos... [e] tentando desesperadamente emitir sinais”.

alertava Finkelstein em uma resenha de livros sobre religião e magia no mundo antigo, exigia “uma correção cuidadosa em tudo o que diga respeito a crença e ideologia”.²⁰⁹ Levar em conta a política antiga e a moderna, a primeira um elemento constitutivo das representações dos antigos sobre o seu mundo, a segunda das versões eruditas atuais do que era aquele mundo, figura, nesses pequenos textos, como uma pré-condição de controle epistemológico do produto do conhecimento por parte de seu produtor. Romper com o quadro de referências tradicional dos classicistas exigiria “coragem, imaginação e um conhecimento detalhado em todo o campo da experiência humana que poucos possuem”. Com efeito, não parecia a Finkelstein que as credenciais do estudioso italiano Ettore Ciccotti para realizar um estudo de fôlego sobre toda a estrutura do mundo antigo fossem oriundas unicamente de um aparato de erudição:

[Ciccotti] é admiravelmente qualificado para tanto porque sua participação ativa nos complexos problemas práticos da sociedade contemporânea, combinada com sua incessante pesquisa histórica, tornou-o sensível a diversas possibilidades e alternativas de desenvolvimento histórico. Ao mesmo tempo em que ensinava história antiga e escrevia muito nesse campo, (...) foi também um membro atuante do Partido Socialista Italiano e, durante certo tempo, deputado (...). Era um publicista prolífico, editor da tradução-padrão de Marx, Engels e Lassale para o Italiano; com Pareto, foi editor da *Biblioteca di Storia Economica*. Em 1922, foi nomeado senador e continuou a lutar – desta vez, contra Mussolini. Agora, com mais de setenta anos e vivendo em um ambiente adverso (...) [apresentou] uma análise bem integrada da complexa inter-relação de forças, material e moral, que é a sociedade humana em todos os níveis.²¹⁰

Da imersão na política viriam, segundo os mesmos critérios, virtude e vício das formas de apreender a Antigüidade. O resultado da equação entre engajamento e conhecimento se inverte quando Finkelstein analisa uma obra de homenagem póstuma a Andrès Andreades, quando publicada postumamente uma homenagem ao autor:

Este sumário desorganizado e mal digerido da inacabada *History of the Greek Public Finance*, de Andreades, nada acrescenta a nosso conhecimento ou a nossa apreciação do trabalho. Há uma boa razão, entretanto, para sua existência. No prefácio, o Professor Varvaressos, um diretor do Banco da Grécia, louva Andreades por seu rigor científico, que evitava “todas as atividades estranhas, inclusive

²⁰⁹ Resenha de B. Farrington, *Science and Politics in the Ancient World*, M. Nilsson, *Greek Popular Religion* e H. W. Parke, *A History of the Delfic Oracle*, em *Zeitschrift für Sozialforschung*, Jahrgang 9, 1941, pp. 502-510 (citação p. 6).

²¹⁰ *American Historical Review*, vol. 42, 1937, pp. 277-279.

política” (p. vii), embora o texto em si demonstre o contrário. A grande obra de Andreades tinha, sim, uma tese, e nesse ponto uma tese política, segundo a qual democracia saudável exige um sistema financeiro público ortodoxo (no sentido moderno do termo) e legislação social significa destruição. Sbarounis, um alto oficial do regime de Metaxas, saúda Andreades como “um pilar daquela escola neo-clássica... que se desenvolveu depois da guerra na Itália fascista, expandiu-se para a Alemanha nacional-socialista e está também atraindo partidários em outros lugares”(p. 260). Liberdade, diz ele, caminha de mãos dadas com taxaço nociva.²¹¹

A intrusão da política na pesquisa histórica não era, entretanto, questão de escolha para um pesquisador, a quem, na melhor das hipóteses, estaria dada a possibilidade de valer-se conscientemente dessa intrusão, isto é, da familiaridade com “todo o campo da experiência humana” facultada pela “participação ativa” nos “problemas práticos da vida contemporânea”. Finkelstein dedicou muitas de suas resenhas a identificar pressupostos políticos tácitos dos autores que analisava e apontar suas consequências políticas e científicas. Ao fazê-lo, devotou a poucos a mesma simpatia que lhe angariara a história de militância política socialista de Ciccotti. Resenhou, por exemplo, outro volume da *Cambridge Ancient History*, esse dedicado a uma discussão da “época de ouro” do Império Romano (70-192 d.C.) e organizado por alguns de seus futuros colegas de universidade na Grã-Bretanha, e expôs de forma mordaz os pontos de vista comuns a todos os autores:

- 1) Fenômenos como o Império Romano são tão transcendentais que não se pode realmente entendê-los ou explicá-los. Impérios simplesmente acontecem, com a natureza dando uma mãozinha;
- 2) De algum modo, tudo o que o Império Romano tocava dava certo. Há lei e ordem, estabilidade, liberdade (...). Opositores do sistema imperial são salafrários a quem os nobres governantes romanos tratam com uma paciência quase sobre-humana (...);
- 3) A ideologia oficial do império deve ser aceita como uma descrição completa e precisa das realidades da sociedade;
- 4) Instituições como o Senado ou o exército são entidades em larga medida autônomas, agindo independentemente de outras forças sociais. O exército é o vilão favorito do volume, mas nunca fica muito claro quem compunha o exército ou por que o exército fazia o que fazia ou o que ele supostamente fez. A religião é autônoma da mesma forma...;
- 5) Grandes indivíduos são responsáveis por todo progresso verdadeiro. Seu patrimônio hereditário é em parte responsável, e então temos “a mentalidade iraniana”, “a tendência ocidental que Augusto conferiu à

²¹¹ *The American Historical Review*, vol. 43, n. 3 (Apr., 1938), 677.

mente do Império” ou “os civilizados instintos políticos romanos”. Psicólogos e psiquiatras que necessitam de meses ou até anos para elucidar a estrutura do caráter de um indivíduo que eles podem examinar diariamente vão ficar maravilhados com as caracterizações precisas de pessoas que estão mortas há cerca de dois mil anos.

Não eram os atributos acadêmicos dos autores de *CAH* o que havia conduzido a esses equívocos, mas uma abordagem facilmente reconhecível por qualquer “leitor familiarizado com a literatura sobre o imperialismo moderno”:

Em uma breve nota de conclusão os organizadores dizem (pp.850-51): “o tom predominante do período coberto por este volume era lealdade a Roma, não meramente porque essa lealdade não tinha rival, mas porque Roma merecia recebê-la.” Não se pode evitar a suspeita de que embora a palavra escrita seja Roma, pensa-se na Grã-Bretanha.²¹²

A crítica ao “positivismo”, a afirmação da historicidade das sociedades antigas (contra o louvor à “glória” de Grécia e Roma, é preciso crer que a história muda e descrever que haja instituições eternas) e a insistência nas premissas e conseqüências sociais e epistemológicas da construção do conhecimento histórico eram temas recorrentes nos escritos de Finkelstein, lastreados pelo registro polêmico no qual se desenvolviam seus argumentos. Embora com outras nuances e enfoques, tais temas, bem como o artifício retórico da controvérsia, seriam constantes também nos textos de Finley. Já se observou que esses traços revelavam a importância de um certo marxismo para sua formação, expresso sobretudo na visão de sociedades como um todo de partes articuladas – uma “complexa inter-relação de forças, material e moral”, em suas palavras – e passíveis de transformação por meio do conflito entre as classes sociais que as compõem. Comentadores também anotaram que tal marxismo se consolidou e foi filtrado pelo contato de Finkelstein com os filósofos da Teoria Crítica, durante o período em que trabalhou como tradutor e editor da revista do Instituto de Pesquisa Social na década de 1930.²¹³ É fácil reconhecer na aversão do jovem historiador à obsessão dos classicistas pelos “fatos” algo da recomendação frankfurtiana de que os “fatos” fossem transcendidos pelas ciências sociais de maneira a trazer à luz as contradições presentes na ordem social. Nessa perspectiva, chamar a

²¹² Em *Political Science Quarterly*, vol. LIV, n. 4, dezembro de 1939, pp. 609-11.

²¹³ Mirella de Sanctis, “Moses I. Finley. Note per una biografia intellettuale”, *Quaderni di Storia*, 10, 1979, pp. 3-37 e B. Shaw e R. Saller, “Editor’s Introduction”, op. cit., inauguraram essa interpretação ainda hoje aceita.

atenção para as “forças negativas” em ação nas sociedades industriais teria por consequência demonstrar a possibilidade de o desenvolvimento histórico assumir um curso não previsto por aqueles que se limitavam a descrever essas sociedades. Todos os positivismos implicavam a abdicação da reflexão, e, por absolutizarem os fatos, encampavam uma defesa do *status quo*. Nos comentários de Finkelstein sobre a relação entre conhecimento e política, observa-se ainda outra das posições teóricas caras ao Instituto (a Horkheimer, em especial), corolário das premissas contrárias ao positivismo: era preciso abandonar a idéia de que os dados poderiam ser coletados e descritos desapassionadamente, pois “fatos” e “valores” não podiam ser dissociados em análises da cultura.²¹⁴

Como sói ocorrer nas tentativas de identificar origens intelectuais de uma obra consagrada – ou em consagração, como na introdução de Shaw e Saller a *ES* –, a associação de certas visões de mundo a uma fonte teórica primordial presta-se a armadilhas de imprecisão e anacronismo. Muitas das idéias que nas interpretações da obra de Finley se têm associado à Escola de Frankfurt – operação em parte devida à importância que, desde a segunda metade do século XX, conferiu-se nas Humanidades à obra de membros do Instituto – estavam dispersas na atmosfera intelectual americana dos anos 30.²¹⁵ Se frankfurtianos, ao se instalarem em Nova York, passaram a representar um ponto, acessível a Finkelstein, de condensação dessa atmosfera, papel semelhante deve ser atribuído a um grupo de historiadores, capitaneado por Charles Beard e Carl Becker, dito “progressista” ou mensageiro de uma “nova história”. Concepções de história caras aos “historiadores progressistas”, em especial a idéia de que os valores pelos quais se orienta o historiador informam e conformam a produção dos fatos com os quais ele lida, tiveram o auge de sua visibilidade entre os profissionais da História estadunidenses na década de 1930. Datam de 1932 e 1934, anos da conversão de Finkelstein à História, discursos

²¹⁴ Sobre os postulados dos frankfurtianos, ver Martin Jay, op. cit., pp. 41-85.

²¹⁵ M.-L. Pallares-Burke, *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, São Paulo, Ed. Unesp, 2005, pp. 39-40, anotou o problema do discurso sobre a influência em biografias intelectuais “como se o protagonista [isto é, o biografado] fosse completamente passivo”; a autora propõe então “trabalhar com a idéia de ‘diálogo’ ou de ‘interlocutores’... enfatizando assim o aspecto criativo desses encontros com livros e idéias ou o modo pelo qual o jovem GF já demonstrava uma notável habilidade de simultaneamente consumir e transformar os conhecimentos que adquiria.” Note-se ainda que minha opção aqui não é por traçar as origens intelectuais das idéias de Finkelstein, o que faria sentido se realizado um recorte de uma duração mais longa para análise, mas mostrar tais idéias em operação em seus textos. Os textos citados me parecem uma chave para situar Finkesltein politicamente e epistemologicamente – são maneiras de localizá-lo socialmente que, no caso dos intelectuais estadunidenses do período, estão intimamente relacionadas.

presidenciais dirigidos à Associação Americana de Historiadores por Beard e Becker contra a idéia de o discurso historiográfico pautar-se pela objetividade.²¹⁶ Havia de fato princípios epistemológicos afins entre os historiadores progressistas e os frankfurtianos, e é significativo que Charles Beard tenha sido um dos grandes nomes do mundo acadêmico estadunidense a ser contatado por Max Horkheimer antes da ida definitiva do Instituto para os EUA.²¹⁷

É difícil determinar o grau de influência teórica direta da Escola de Frankfurt e dos Historiadores Progressistas na obra de Finley, mesmo que se suponha existente tal influência (o mesmo vale para de Marx, Weber e a Escola dos Annales, para ficar nos autores por ele citados como influências importantes). No caso do Instituto, contudo, sua importância para a formação de Finkelstein pode também ter se exercido em outro plano. O trabalho como editor e tradutor ampliou e internacionalizou seu leque de leituras, obrigado que foi a lidar profissionalmente com livros de Sociologia, Jurisprudência e Filosofia, muitos dos quais publicados fora dos Estados Unidos e estranhos à formação de classicista. E embora Moses tenha seguido os seminários de Horkheimer em Columbia, parece ter sido principalmente pela experiência de trabalho coletivo e pela socialização com alguns nomes menos célebres que o Instituto legou a Finley traços distintivos em sua formação.

Richard Winkler: Como esse pessoal lhe afetou?

Moses Finley: Eles tiveram um papel muito importante na minha formação. Pense eu o que for deles hoje em dia, eles eram extraordinariamente interessantes e inteligentes, além de serem pessoas muito vívidas. Eles tinham algo que naquela época era totalmente incomum nos Estados Unidos em uma especialidade não-científica – uma espécie de operação coletiva na qual todas as suas publicações eram discutidas em conjunto. Era uma gente extremamente capacitada. Eu não sou filósofo, então neste ponto eles tiveram um impacto muito pequeno em mim, mas li muita coisa que nunca tinha lido antes.²¹⁸

A introdução é curta demais para o que você pretende. (...) essa brevidade o leva a enfatizar Horkheimer, com quem tive contato contínuo, e Adorno, com quem não tive praticamente nenhum contato e com quem não conseguia me dar nem um pouco bem; e a sequer

²¹⁶ Ver Carl Becker, “Everyman His Own Historian”, *American Historical Review*, vol. 37, n. 2, jan. 1932, pp. 221-236; Charles Beard, “Written History as an Act of Faith”, *American Historical Review*, vol. 39, n. 2, Jan. 1934, pp. 219-229.

²¹⁷ Martin Jay, op. cit., p. 39.

²¹⁸ *A conversation with Sir Moses Finley* (entrevista inédita com Richard Winkler), ca. 1980.

mentonar o nome daqueles a quem eu era pessoalmente mais próximo – Lowenthal, Neumann e Kirchhmeier.²¹⁹

Os anos como estudante de pós-graduação em Columbia foram também os de batismo político de Finkelstein. Sua principal atividade política do período foi a participação, sob a direção do já octagenário Franz Boas, um dos fundadores da Antropologia nos Estados Unidos, de uma liga de acadêmicos anti-fascistas. Boas e Moses haviam se conhecido em 1936, por ocasião do apoio comum que ambos manifestavam em relação aos legalistas na Guerra Civil espanhola. Em 1938, em seguida à publicação pela revista *Nature* de um artigo anti-semita assinado por um ganhador do Nobel de Física, Finkelstein, Boas – ele próprio judeu e de longa data um crítico da noção de “raça” – e alguns estudantes de Columbia criaram, com o apoio financeiro do American Jewish Committee uma “Federação Universitária pela Democracia e Liberdade Intelectual”. Finkelstein foi então incumbido por Boas de secretariar o grupo. Suas tarefas eram redigir declarações públicas, preparar listas de distribuição de correio (*mailing lists*) e buscar apoio junto a outras organizações profissionais. A Federação obteve sucesso em suas primeiras empreitadas – um Manifesto pela Liberdade na Ciência, publicado em 10 de dezembro de 1938 com a assinatura de 1284 membros da comunidade científica americana, e uma declaração em favor da pesquisa científica livre emitida por rádio para todo os Estados Unidos na simbólica data do aniversário de Abraham Lincoln (6 de fevereiro de 1939). Inicialmente concebida para atender a propósitos circunstanciais, a organização expandiu-se para além da academia, agora sob o nome de “Comitê Americano pela Democracia e Liberdade Intelectual” – presidido por Boas, com Finkelstein como Secretário-Executivo –, o qual manteve suas atividades até a entrada dos Estados Unidos na Guerra, em 1942.²²⁰

O trabalho com Boas foi em larga medida responsável pela circulação do nome de Finkelstein na intelectualidade estadunidense e por sua posterior fama de militante comunista. Tendo angariado a adesão de simpatizantes comunistas dos Estados Unidos, o comitê de Boas e Finkelstein centrava suas forças no combate ao totalitarismo nazi-fascista. Tal orientação inspirou a oposição ao comitê de parte da esquerda americana, que, capitaneada pelos filósofos John Dewey e Sidney Hook,

²¹⁹ Carta a Brent Shaw em 14 de agosto de 1980 (FP, Caixa 11, E7). Finley também era próximo ao sociólogo Benjamin Nelson, que, como ele, trabalhou como editor e tradutor no Instituto.

²²⁰ Entrevista a Winkler, p. 4; D. Tompkins, “The World of Moses Finkelstein”, pp. 109-120.

clamava pela denúncia das arbitrariedades cometidas por Stalin na União Soviética. A polêmica tomou as páginas do *New York Times*, onde se divulgaram manifestos coletivos de ambos os grupos. Em agosto de 1939, divulgou-se a assinatura por Hitler e Stalin do Pacto Germano-Soviético. O entusiasmo inicial pelo “Comitê Americano pela Democracia e Liberdade Intelectual” então arrefeceu (o American Jewish Committee parou de financiar o grupo pouco depois), e as acusações de ligação do grupo com o Partido Comunista Americano se viram agravadas. Em dezembro de 1939, um artigo no *Washington Post* descreveria Finkelstein como “um notório stalinista do Departamento de História do College da cidade de Nova Iorque”. O texto, assinado pelo repórter Benjamin Stolberg, parece ter representado o princípio da associação do nome de Finkelstein ao Partido Comunista. Em 1941, um memorando de J. Edgar Hoover, diretor do FBI, apontava o Comitê como um dos grupos comunistas manipulados por Moscou em atuação nos EUA e citava “o sr. Moe Finkelstein” como seu secretário-executivo. No mesmo ano, Moses seria mencionado em uma comissão da Assembléia Legislativa de Nova Iorque como um dos professores comunistas empregados no City College. Depois disso, seu contrato com a instituição não seria renovado.²²¹

Os Estados Unidos entraram na Guerra em 1942, e a nova condição de aliada da União Soviética fez o furor anti-comunista dos EUA amainar por algum tempo. Por razões médicas, Finkelstein não foi recrutado. Entre 1942 e 1946, trabalhou em uma agência de levantamento de fundos de guerra para a Rússia. Durante esse período, manteve-se afastado de quaisquer atividades acadêmicas, às quais só retornaria plenamente entre 1947 e 1948, quando iniciou a redação de sua tese de doutorado sobre os *horoi*. Em 1946, Moses, seguindo os passos de seus dois irmãos, mudou o sobrenome para Finley – reza a tradição familiar, para driblar o anti-semitismo estadunidense que os atrapalhava na procura por emprego. Isso não impediu que as associações intelectuais e políticas de Finkelstein na década de 1930 reverberassem na carreira de Finley no início da década de 1950. Todos da trilha de orientandos de esquerda de Westermann foram de alguma forma atingidos pelo macarthismo: Finley perdeu seu posto na Rutgers; Naphtali Lewis perdeu uma bolsa da Fundação Fullbright em 1953 e, com o terceiro aluno de Westermann, Meyer Reinhold, foi obrigado a demitir-se do Brooklyn College em 1955 (Lewis recuperou o

²²¹ Ver D. Tompkins, “The World of Moses Finkelstein”, para a história do comitê pela democracia; E. Schrecker, op. cit..

posto poucos anos depois, mas Reinhold levou uma década para conseguir entrar novamente em uma universidade). À diferença, porém, dos colegas com os quais estudara e militara quando estudante em Columbia, a demissão de Finley e as histórias que dela se contaram teriam o efeito inesperado de iniciar uma trajetória ascendente na carreira desse historiador.

Capítulo 5

Vícios e virtudes dos estigmas

Ao chegar à Inglaterra em 1955 para lecionar na Universidade de Cambridge, Moses Finley tinha 43 anos de idade. Depois de pouco mais de vinte anos de carreira, seu trabalho apenas começava a se fazer conhecido entre classicistas de fora dos Estados Unidos. Finley havia publicado dois livros nos três anos anteriores, e, após um hiato de mais de uma década e meia (1935-1951), voltara a publicar artigos em revistas especializadas. Desde a década de 1930, havia estabelecido vínculos com acadêmicos eminentes em atividade nos Estados Unidos, mas isto se dera de modo mais significativo – isto é, conseqüente para as atividades (intelectuais e políticas) em que Finley se havia empenhado – com não-classicistas, como os membros do Instituto de Pesquisa Social, o antropólogo Franz Boas e o grupo de cientistas sociais reunidos ao redor de Karl Polanyi.

Este capítulo examina a socialização de Finley em seus primeiros anos vividos na Inglaterra. Em meados da década de 1950, a presença em Cambridge daquele historiador de origem judaica, com um passado de militância política de esquerda, formado em Psicologia e Direito e afeito intelectualmente à Sociologia e à Antropologia, era incomum em um corpo profissional tendencialmente auto-reprodutivo como o dos Estudos Clássicos britânicos. A condição de *outsider*, com os trunfos e *handicaps* que ela implica, terminaria por ter efeitos decisivos na inserção de Finley no mundo acadêmico cambridgeano e em sua produção intelectual. A marginalização *a princípio* coincidente com a condição de *outsider* permitiu que se articulasse, a partir de Cambridge, uma rede acadêmica *sui generis*, crucial para a elaboração e a validação de “novas” concepções de história econômico-social do mundo antigo clássico.

I. A história do *Mundo de Ulisses*

Em 1954, ano em que o historiador pela primeira vez aportou na Grã-Bretanha, foi publicado seu segundo livro, *The World of Odysseus* (WO). O exame da gestação desse trabalho, do tipo de argumento que nele se desenvolvia e de sua recepção permite a reconstituição, ainda que parcial, do campo de condutas possíveis no mundo acadêmico inglês que então se apresentavam a alguém como Finley.

Desde o final da década de 1940, Finley alimentava projetos de publicações de caráter didático sobre a história grega destinada a estudantes e leigos. Inicialmente, concebia um livro-texto de fontes sobre “civilização grega” e outro sobre historiadores antigos. Ambos os livros seriam lançados pela Viking Press, então dirigida por Pascal Covici, um editor de grande prestígio no meio literário nova-iorquino que se tornaria próximo do casal Finley na década de 1950. Somente a publicação sobre os historiadores seria produzida tal qual planejada. Sob pressão da situação profissional precária (Finley havia sido demitido da Rutgers em 1 de janeiro de 1953), o manual sobre civilização grega deixaria de ser um livro editado por Finley para se tornar um texto escrito por ele. “Eis a história de *The World of Odysseus*”, escreveu o autor a Covici em outubro de 1953:

Comecei a escrever um capítulo de Os Gregos Antigos, e, sem nenhum plano consciente, vi-me a escrever um livro. Tendo avançado mais ou menos por dois terços do caminho, imaginei que fosse melhor parar para ouvir uma reação e um julgamento-decisão. (...) ... este deve ser o quarto ou quinto memorando de idéia para um livro que lhe envio nos últimos doze ou quinze meses. Mas desta vez é diferente. A maldita coisa já está no meu sangue. Até sonho com as brochuras.²²²

Sem “plano consciente”, Finley começou a elaborar o “retrato de uma sociedade” (WO, xix).²²³ Nele o autor primeiro demarcou um estilo próprio de argumentação, por vezes conduzida em um estilo romanceado e atravessada por referências à Antropologia e à Sociologia. A originalidade de WO devia muito a esse

²²² Carta a Covici em 24 de outubro de 1953. FP, Box 2, A29. Trechos da correspondência de Finley com Covici já foram publicados por R. Di Donato, “Tra Omero e Aristotele. Premesse ad una discussione tra Karl Polanyi e Moses Finley”, *Opus* VI-VIII, 1987-89, pp. 265-274.

²²³ Consultei três diferentes edições de WO: a da Viking Press (Nova Iorque) de 1954; a da Chatto & Windus (Londres) de 1956; e a da editora da New York Review of Books de 2002. Esta última baseia-se na última edição revista e corrigida pelo autor, em 1977. Há diferenças significativas entre as três, conforme procuro assinalar no que se segue. Os trechos citados entre aspas não sofreram, contudo, alterações; salvo indicação contrária, sua paginação será aquela da edição de 2002.

estilo, mas também à forma do livro. Afora seus cinco capítulos (“Homero e os Gregos”; “Bardos e Heróis”; “Riqueza e Trabalho”; “Casa, Parentesco e Comunidade”; “Costumes e Valores” + ensaio bibliográfico), *WO* não tinha divisões formais: não havia sub-capítulos, tampouco introdução e conclusão. O livro, sobretudo em sua edição original, não carregava marcas de um texto técnico. As inúmeras citações da *Ilíada* e da *Odisséia* eram feitas todas no corpo do texto, já traduzidas. As poucas referências e citações a livros e artigos feitas fora do ensaio bibliográfico eram anotadas por asteriscos, ao invés de notas numeradas. O livro tomava os poemas homéricos como fontes para a análise de algumas instituições centrais da sociedade “grega” dos séculos X e IX a.C. Fazia-o por meio de uma leitura cuidadosa da *Ilíada* e da *Odisséia*, sem enunciar a respeito dos poemas uma tese central (embora enunciasse muitas pequenas teses), sem prefaciar o livro para explicar sua estrutura, sem necessariamente dar crédito a argumentos alheios – em outras palavras, sem perfazer os atos rotinizados pelos quais nele se poderia reconhecer um “livro acadêmico em sentido estrito”, nas palavras de Finley. *WO* tinha um estatuto ambíguo, entre acadêmico e popular, em sua concepção inicial. “O produto final”, escreveu o autor a seu editor em outubro de 1953,

será – creio eu – um livro legível, no qual a literatura acadêmica recente (arqueologia inclusive) a respeito de campos diversos será levada em conta. Mas não será um livro acadêmico no sentido estrito de se argumentar pró e contra cada ponto, apresentar outros pontos de vista, acumular notas de pé-de-página, esse tipo de coisa.²²⁴

E, no entanto, Finley abria *WO* atacando pontos nevrálgicos dos estudos acadêmicos sobre Homero. O primeiro capítulo discutia a autoria dos poemas: como muitos de seus pares, o autor sustentava a idéia de que os poemas haviam provavelmente sido compostos não por um único poeta, mas cada qual por um diferente. O segundo capítulo tratava de outras questões clássicas: a data de composição dos poemas (Finley defendia a segunda metade do século VIII a.C. e a primeira do século VII a.C. como os momentos prováveis de fixação por escrito das versões hoje conhecidas); a possibilidade de eles retratarem uma determinada sociedade ou derivarem apenas de ficção poética (com Finley alinhado à primeira posição); o período e a sociedade, se é que existentes, a que se referia Homero (com

²²⁴ Carta a Pascal Covici em 24 de outubro de 1953. *FP*, Box 2, A29. Note-se que Finley se permitia ainda fazer uso de traduções alheias para textos importantes no seu livro, como dos hinos homéricos e dos escritos de Hesíodo.

reminiscências da Idade do Bronze e interpolações contemporâneas, o autor defendia que os poemas tratavam da “Idade das Trevas”, da sociedade iletrada que emergiu na Grécia nos séculos X e IX a.C. depois do colapso da civilização micênica por volta de 1200 a.C.; de um mundo organizado pelos costumes e valores de uma aristocracia guerreira).

A sociedade homérica era concebida como organizada em torno de *oikoi*, casas em uma acepção ampla, a compreender família, agregados, terras e bens em geral; daí derivavam a satisfação das necessidades materiais, as normas éticas e os valores, os deveres e as responsabilidades, as relações sociais e as relações com os deuses. À medida que se avançava em *WO* na caracterização desse mundo, os tópicos canônicos da literatura sobre Homero davam lugar a discussões menos usuais no estudo dos poemas, com uma vasta apropriação por Finley de noções e autores naquele momento estranhas ao horizonte de preocupações dos helenistas anglo-saxões. Neste particular, cumpria um papel particularmente significativo a referência ao fenômeno da troca de presentes observado (direta ou indiretamente) por antropólogos em populações indígenas da Polinésia, da Melanésia e do Noroeste americano. Assim como nessas sociedades, no mundo em que se movia Ulisses, personagem da *Ilíada* e protagonista da *Odisséia*, os bens eram eventualmente postos em circulação à maneira de dádivas – aparentemente gratuitas, mas em realidade interessadas – que geravam a obrigação social de retribuir (não necessariamente de imediato) o presente recebido. Dádiva e contra-dádiva eram mecanismos fundamentais das relações estabelecidas entre diferentes *oikoi*. Perceber sua importância no “mundo de Ulisses”, com analogias explícitas entre tal mundo e aquele de povos “primitivos”, implicava contradizer – aí então sem nomear adversários, isto é, nas entrelinhas de um livro não-acadêmico “em sentido estrito” – uma das vias de defesa do estatuto histórico da narrativa de Homero, na qual o ataque massivo a Tróia aparecia como uma busca de suprimentos essenciais por parte dos agressores:

... a solução violenta [*para a obtenção de recursos*] nem sempre era factível, ou sequer desejável; (...) Um mecanismo de troca era a única alternativa, e o mecanismo básico era a troca de presentes. Isso não foi uma invenção grega. Ao contrário, é o mecanismo organizador básico entre muitos povos primitivos, como nas Ilhas Trobriand, onde “se descobre que a maioria dos atos econômicos, se é que não todos eles, pertencem a alguma cadeia de dons [*gifts*] e contra-dons [*counter-gifts*] recíprocos”. (...)

Tudo o que chamamos relações internacionais e diplomacia, em suas manifestações pacíficas, era conduzido [na sociedade homérica] por troca de presentes.²²⁵

Questões derivadas da Antropologia atravessavam verticalmente *WO* a partir de seu terceiro capítulo, e o autor fez por onde realçar esse viés ao longo do processo de produção e de difusão do livro. “[*WO*] é fortemente baseado em alguns antropólogos modernos, principalmente Thurnwald e Malinowski”, explicaria Finley, antes mesmo da publicação, em carta ao editor nova-iorquino, referindo-se ao etnólogo austríaco Richard Thurnwald e ao polonês, radicado na Inglaterra, Bronislaw Malinowski, pioneiro da Antropologia social britânica. “Ou seja”, continua, “tomei as categorias deles, baseadas em suas pesquisas sobre sociedades mais primitivas, e as apliquei, com as mudanças que me pareceram necessárias, ao mundo homérico, que eles não analisaram.”²²⁶

Tanto Thurnwald quanto Malinowski haviam observado o mecanismo da dádiva e da contra-dádiva em seus respectivos estudos sobre as Ilhas Salomão e as Ilhas Trobriand realizados nas décadas de 1900 e 1910. O material coletado e produzido por esses pesquisadores seria revisitado nos anos 1920 pelo sociólogo francês Marcel Mauss, em um estudo que estabelecia relações entre os fenômenos observados por antropólogos em regiões distantes umas das outras e certas formas de contrato em sistemas jurídicos antigos – um estudo que, portanto, convertia a dádiva e as obrigações sociais por ela engendradas em um objeto próprio de investigação.²²⁷ O “Ensaio sobre a Dádiva” de Mauss foi publicado no *Année Sociologique* em 1925 e republicado na França à maneira de capítulo de uma coletânea póstuma de textos desse autor em 1950. Finley fez referência ao texto original no ensaio bibliográfico da primeira edição de *WO*, em 1954 – trata-se de um dos poucos títulos em língua estrangeira ali mencionado. No mesmo ano, foi publicada na Inglaterra uma edição inglesa do “Ensaio”. Quando iniciadas as negociações para uma edição britânica de *WO*, a atualização da referência a Mauss era uma prioridade dentre as modificações a

²²⁵ *WO*, 60, 63. O trecho citado entre aspas pelo autor é assinalado no original como uma referência a *Crime and Custom in Savage Society*, de B. Malinowski.

²²⁶ Carta a Pascal Covici em 24 de outubro de 1953 (*FP*, Box 2, A24).

²²⁷ M. Mauss, “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003, pp. 184-314 (trad. Paulo Neves; orig. 1925). As metamorfoses do Ensaio, de sua pré-história à fortuna crítica marcada pela leitura de Lévi-Strauss, foram examinadas por L. Sigaud, “As vicissitudes do ‘Ensaio sobre o Dom’”, *Mana* 5(2), 1999, pp. 89-124.

serem introduzidas na segunda edição do livro. Em janeiro de 1955, dizendo-se perdido em meio a “mistérios de protocolo”, Finley pediu a Pascal Covici conselhos sobre como proceder para sugerir à editora britânica modificações na reedição de *WO*:

Talvez ajude se eu der um exemplo. Eu digo na bibliografia que não existe nada em inglês sobre dons e que ainda se deve ler o trabalho francês de Marcel Mauss. Pouco depois de eu chegar à Inglaterra, uma tradução desse livro [*sic*] específico saiu aqui e foi resenhada no Litt. Supp. Seria um pouco burrice da minha parte conservar minha observação sob a data Londres 1955.²²⁸

O caráter antropológico de *WO* sublinhado por Finley repercutia traços muito próprios desse historiador em seu percurso de estudioso do mundo antigo. Ele havia afinal trabalhado de perto, se bem que não academicamente, com Franz Boas, cujo trabalho sobre os Kwakiutl contribuíra para Mauss construir seu “Ensaio”. E em *WO*, fazia valer ainda sua vivência, de 1952 a 1954, entre meio a cientistas sociais engajados em um projeto coletivo de pesquisas sobre “aspectos econômicos do crescimento institucional”. O coordenador desse grupo havia sido Karl Polanyi, um jurista de origem austríaca então vinculado à Universidade de Columbia. Valendo-se também ele em larga medida do material etnográfico reunido por antropólogos, entre os quais Malinowski e Thurnwald, Polanyi teorizava que os sistemas econômicos constituídos ao longo da história podiam ser caracterizados conceitualmente como organizados segundo três formas de integração econômica: reciprocidade, redistribuição e mercado.²²⁹ A última dessas formas, o mercado, estava ausente ou era por demais insignificante, para Finley, no “mundo de Ulisses”. As outras duas, contudo, plasmavam porções centrais da economia argumentativa de *WO*. Enquanto a reciprocidade surgia no livro como um tema afim ao circuito de dádivas que se estabelecia entre os *oikoi*, a redistribuição figurava no exame que Finley propunha da estratificação social interna a cada *oikos*. As grandes casas eram comandadas por nobres, os quais controlavam a repartição de bens entre os membros do *oikos*. Ali prevalecia um mecanismo redistributivo: os frutos do trabalho “eram reunidos e

²²⁸ Carta a Pascal Covici em 31 de janeiro de 1955 (FP, Box 2, A29). “Litt. Supp.” é uma referência ao suplemento literário do jornal britânico *Times* (*The Times Literary Supplement*).

²²⁹ Cf. K. Polanyi, “The Economy as an Instituted Process”, em seu *Primitive, Archaic, and Modern Economies*. Boston, Beacon Press, 1971 (texto originalmente publicado em 1957).

alocados centralmente, e do centro eram redistribuídos... pelo seu chefe, no momento e na medida em que ele estimasse apropriada.” (*WO*, 58-59)²³⁰

A princípio, *WO* sequer era destinado prioritariamente a classicistas profissionais. Concluída a redação no primeiro semestre de 1954, autor e editores articulavam uma ofensiva publicitária em três frentes: (1) classicistas e historiadores da Antigüidade; (2) antropólogos e sociólogos; (3) estudiosos de Literatura Inglesa e de Humanidades em geral.²³¹ Como que a reforçar a destinação do livro a um público de não-especialistas, acordou-se ainda que um crítico literário (Mark Van Doren) redigiria uma apresentação da primeira edição. *WO* foi lançado em setembro de 1954, durante a primeira viagem de Finley à Europa. Nenhum periódico importante de Estudos Clássicos nos Europa ou nos Estados Unidos registrou a publicação. Isto somente ocorreria a partir de 1956, quando o livro foi editado na Inglaterra. Seu autor, em certo sentido, já não era mais o mesmo, e *WO*, concomitantemente, iniciava também sua metamorfose.

Finley chegou a Cambridge no início de outubro de 1954. Até dezembro, ministraria ali um curso sobre a história econômica de Atenas nos séculos V e IV a.C., para a Faculdade de Clássicos, e outro de história econômica antiga “em geral”, para a Faculdade de História; em janeiro, seguiria para Oxford, onde também lecionaria sobre economia grega, além de oferecer um seminário sobre Direito grego.²³² Embora

²³⁰ Polanyi foi um dos leitores do manuscrito de *WO*, conforme reconhece Finley no prefácio. Nenhum dos autores ocultou do outro pontos de desacordo importantes entre seus trabalhos (comprova-o a aspereza de sua correspondência, editada por R. Di Donato, “Tra Omero e Aristotele”, op. cit.), e Finley chegaria mesmo a se afastar por completo das proposições polanyianas relativas às formas de integração (resguardando embora a identificação com certas premissas epistemológicas de Polanyi); mas me parece importante anotar que, mesmo então, comentadores de Polanyi, dentro e fora dos Estudos Clássicos, reconheceram em Finley o introdutor das idéias polanyianas na História Antiga. Cf., por exemplo, S. C. Humphreys, “The work of Karl Polanyi”, retomando um artigo de 1969 em seu *Anthropology and the Greeks*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978, pp. 31-75 (276-283, para as notas); e J.-M. Servet, J. Macourant e A. Tiran, “La réception de la pensée de Karl Polanyi”, em J.-M. Servet, J. Macourant e A. Tiran. (orgs.), *La Modernité de Karl Polanyi*, Paris, L’Harmattan, 1998, pp. 384-398.

²³¹ Cf. carta a Pascal Covici em 13 de junho de 1954 (reproduzida em anexo). Antes, Finley explicara a importância dos estudantes de Literatura observando que “não existe uma faculdade no país [*EUA*]... onde a *Ilíada* e/ou a *Odisséia* não sejam lidas em algum curso de Inglês [= *Literatura Anglo-saxã*], normalmente um curso exigido de todos os estudantes” (carta a Pascal Covici em 24/10/53). Mesmo quando, falando aos classicistas, interessava-lhe carregar nas tintas da contribuição para os Estudos Clássicos, Finley reconhecia os limites da forma que emprestara ao livro: “Também terminei um pequeno livro (175 páginas, mais ou menos) chamado *The World of Odysseus*. Embora ele seja concebido para o ‘leitor geral’, ubíquo, espero que seja bastante substancial, e em alguns aspectos até mesmo bastante novo, para merecer ser levado em conta nos círculos acadêmicos.” (Carta a G.E.M. de Ste Croix em 13 de junho de 1954 [*FP*, Box 5, B23]).

²³² Suas atividades foram enumeradas em carta a B. Welles, classicista estadunidense, em 8 de novembro de 1954 (*FP*, Box 2, A30). A estada em Oxford duraria aproximadamente um semestre, mas

WO não estivesse a princípio diretamente relacionado às atividades formais de Finley, Homero e os poemas se tornariam assuntos recorrentemente freqüentados pelo historiador durante os seis meses de sua viagem à Inglaterra.²³³

Isso não se dava, contudo, independentemente do conteúdo do livro e de um circuito sócio-intelectual específico que se lhe apresentava à época. Doar exemplares de *WO* foi uma obsessão de Finley em seus primeiros dias em solo inglês. Pouco depois de haver se instalado em Cambridge, ele escreveu a Pascal Covici sobre seu embaraço diante do fato de um exemplar não haver chegado à pessoa que o ciceroneava na cidade e era ademais responsável por sua ida para a Inglaterra:

Eu aliás fiquei com vergonha que Jones não tenha recebido a cópia dele. Ele estava na lista que Marjorie Grieser recebeu no primeiro dia, quando eu autografei o lote na sua biblioteca. A outra pessoa de Cambridge na lista recebeu a cópia dela uma semana atrás. Eu vou dar uma cópia a Jones tão logo meu baú de viagem chegue aqui (...), mas eu agradeceria se você checasse para ver se pode descobrir o que aconteceu com a cópia destinada a ele...²³⁴

Além da cópia para Jones, Finley solicitava à Viking Press o envio de cópias de *WO* a “diversos *scholars* europeus de ponta” com os quais entrara em contato na França, dispondo-se a arcar com todos os custos necessários. Algumas semanas depois, a queixa de extravio de exemplares tornaria a ser manifestada em nova carta a Pascal Covici enviada a partir da Inglaterra. Não somente Jones deixara de receber sua cópia: também Louis Hacker (autor das cartas de recomendação que lhe valeram os convites de Oxford e Cambridge) acusara o não-recebimento. Ambos faziam parte do primeiro lote de livros de cortesia autografados pelo autor para envio pela editora.

Infelizmente, há mais do que obrigações puramente sociais em jogo. Foi constrangedor Jones, que foi essencialmente responsável por minha vinda para cá, ter deixado de receber um exemplar, e Hacker é um homem-chave nas chances que eu possa vir a ter em Columbia.²³⁵

foi abreviada em março de 1955 para que Finley prosseguisse com a procura de um emprego estável nos Estados Unidos.

²³³ Em Nancy, França, sua primeira parada na Europa, Finley já havia, contudo, apresentado um trabalho sobre “dádiva e dote em Homero” no congresso da Société d’histoire des droits de l’antiquité (= *ES*, 233-45).

²³⁴ Em 5 de outubro de 1954. *FP*, Box 2, A29.

²³⁵ Carta a Pascal Covici em 1º de novembro de 1954 (*FP*, Box 2, A29). Finley também se desdobrou para saber se uma cópia havia chegado a Theodore Wade-Gery, autor de estudos sobre Homero que acabara de se aposentar de sua *Professorship* em Oxford. Em carta, Finley pediu a Anthony Andrewes que assuntasse em Oxford discretamente se tudo corra bem com a cópia em questão: “Eu gostaria de checar a lista inteira [dos destinatários do livro], mas com algumas pessoas uma pergunta direta da minha parte poderia soar como uma insinuação de que eu estou desapontado por sua falta em não acusar o recebimento. Por isso, queria saber se seria possível você perguntar, quando quer que haja

“Mais do que obrigações puramente sociais”: *WO* era naquelas circunstâncias o objeto pelo qual o historiador expressava sua gratidão aos *scholars* de Oxford e Cambridge e fazia circular na *classical scholarship* européia seu nome em um registro outro que não o daquele associado ao autor iniciante / perseguido pelo macarthismo. A circulação de um bem de prestígio como *WO* (no sentido em que qualquer livro de um *scholar* dado, recebido, retribuído, em uma palavra, circulado, converte-se em um bem de prestígio) tinha um efeito ambíguo do ponto de vista da inserção de Finley na estrutura social dos acadêmicos britânicos. Pois havia no livro, por um lado, uma tomada de posição, àquela altura crucial, quanto à “Questão Homérica”, designação pela qual os classicistas se referem ao conjunto de pontos mais recorrentes (e controvertidos) nos estudos sobre a *Iliada* e a *Odisséia*, pontos esses revisitados por Finley na abertura de *WO*. Por volta de 1954-55, Homero e os poemas atraíam a atenção de eruditos e leigos interessados na história grega sob o impacto de uma descoberta marcante. No começo da década de 1950, dois professores de Cambridge (Michael Ventris e John Chadwick) começavam a decifrar as inscrições gravadas em tabuinhas de argila do período micênico encontradas em sítios arqueológicos de Pylos e Knossos. O idioma que ali se revelava (Linear B) exibia traços aparentemente semelhantes ao grego homérico, assim favorecendo a idéia de que o mundo representado nos poemas era aquele da civilização micênica e que, por conseguinte, o cerco de uma liga aquéia contra a cidade de Tróia tematizado pela *Iliada* havia de fato ocorrido.²³⁶ No momento em que as primeiras descobertas de Chadwick e Ventris vinham à luz no *Journal of Hellenic Studies* (periódico da associação dos helenistas britânicos), Finley terminava de redigir *WO*. A data de composição dos poemas, sua autoria, o mundo neles refletidos etc. voltavam à tona na esteira do Linear B como questões fortes da *classical scholarship*. Na primeira edição de *WO*, o trabalho de Chadwick e Ventris era mencionado de passagem em um dos asteriscos que funcionavam à maneira de breves notas explicativas no livro. A segunda edição de *WO* foi publicada pela editora londrina Chatto & Windus. Incluiu-

oportunidade, se Wade-Gery recebeu seu exemplar. Eu ficaria grato.” (30 de outubro de 1954; *FP*, Box 16, G2).

²³⁶ Para a história da *homeric scholarship*, ver o texto introdutório de B. Knox a uma edição recente da *Iliada*, traduzida por Robert Fagles (Nova Iorque, Viking Penguin, pp. 3-54); e J. L. Myres, *Homer and His Critics*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1958. Para a contribuição específica de Finley sobre a discussão, ver B. Knox, “The Triumph of a Heretic”, op. cit., e sua introdução à mais recente edição americana de *WO* (op. cit., pp. vii-xviii).

se então Linear B no índice remissivo do livro. Ao final do volume, em um apêndice sobre Homero e os tabletes micênicos (pp.159-62), Finley expunha seu argumento de que a parte até então decifrada do texto dizia respeito não aos “gregos” (isto é, não às populações iletradas a que se referia Homero e cujo desenvolvimento histórico levaria à formação da cidade-estado), mas a uma espécie de sociedade organizada em torno de palácios, dotada de aparato burocrático, análoga a monarquias próximo-orientais.

Essa era apenas uma das modificações introduzidas por autor e editores. A bem da convenção acadêmica, os agradecimentos, situados ao final da edição de 1954, passavam na de 1956 ao início do livro, como parte do prefácio do próprio autor. Por iniciativa de Finley mesmo, ele era agora creditado com o posto de *lecturer in Classics* da Universidade de Cambridge: “[a não-menção ao posto em Cambridge] me é indiferente”, ele escreveu ao editor após haver recebido as provas da segunda edição, “mas eu me pergunto se uma identificação não serviria como um emblema útil de autoridade”.²³⁷ Como parte de um movimento de academicização do livro, o prefácio legitimador do livro já não cabia a um teórico literário, mas a um classicista eminente de Oxford, um *Sir*, Cecil Maurice Bowra, a quem Finley reputava como “sem dúvida nenhuma a principal autoridade britânica em Homero em particular, em poesia épica em geral, e em vários outros assuntos”.²³⁸ Bowra assinalou em 1956 a valência dupla de *WO*, mas uma duplicidade distinta daquela que havia inicialmente caracterizado o livro, isto é, dada não na oposição do par acadêmico-popular, mas na contraposição entre velho e novo, ortodoxia e heterodoxia (*ver texto abaixo para a reprodução integral*).

O VALOR DO “RETRATO DE UMA SOCIEDADE” MEDIDO POR QUEM RETRATA O RETRATANTE

Bowra observa a novidade do tratamento dispensado por Finley aos poemas homéricos por meio de incompreensões do que há de mais elementar no livro. Diferentemente do que sugere o prefaciador, o livro não se ocupa exclusivamente da Odisséia; e ao contrário do que afirma, Finley não diz que Homero expressasse sobretudo instituições de seu próprio tempo (o autor apresentava a segunda metade do século VIII como data provável composição dos poemas, os quais, por refundirem cantos transmitidos por uma longa cadeia de bardos, remetiam a uma sociedade dos séculos X e IX a.C. [veja-se WO, p. 44-45]).

²³⁷ Carta a Peter Calvocoressi, da Chatto & Windus, em 30 de novembro de 1955 (FP, Box 2, A29).

²³⁸ Carta a Pascal Covici em 1º de novembro de 1954 (FP, Box 2, A29).

É difícil imaginar que tais deslizes houvessem passado despercebidos ao autor, mas o importante parecia ser menos ver duplicado o argumento do livro do que submetê-lo à chancela de um leitor autorizado (Bowra, além de classicista de renome, dirigia à época o Wadham College, um dos mais antigos e tradicionais de Oxford). Compreende-se assim que na edição de 1977, com Finley a ocupar o cume da estrutura social universitária (Professor de História Antiga; Master do Darwin College) e WO alçado à condição de “clássico”, autor e editores tenham prescindido do prefácio de Bowra. Note-se que no trecho abaixo, atribuindo-se a Finley a virtude da “independência” necessária para formular novas questões, equilibram-se os méritos do autor entre seu propósito por si mesmo original (“recuperar um capítulo perdido de história social”; “por que não pensamos nisso antes”) e o tributo à tradição (“ele acrescenta enormemente ao nosso conhecimento da Odisséia”). O público leigo, a quem se dirigia o prefaciador da 1ª edição (Mark Van Doren) para destacar o livro como um elogio da herança clássica, já não desponta como leitor provável do livro.

“Por mais de cem anos tem sido o destino dos poemas homéricos que a maioria de livros a seu respeito discuta a questão de sua autoria, se foi única ou múltipla, como e quando os poemas adquiriam a forma atual. Esse problema tem seu próprio fascínio, mas sua predominância tende a obscurecer outras questões que os poemas levantam e a desviar nossa atenção a eles como o mais antigo monumento da poesia européia. É portanto deliciosamente revigorante encontrar um *scholar* como Mr M. I. Finley, que tem a independência para renunciar aos caminhos batidos do criticismo homérico e formular novas questões. Ele aplicou com grande êxito seu conhecimento de instituições em muitas sociedades ao estudo da sociedade grega tal como Homero a descreve, e as conclusões que traça são claras e convincentes. Embora Homero soubesse alguma coisa sobre o passado micênico por meio da arte poética que ele herdou de uma longa e antiga tradição, ele compôs para seus contemporâneos, e o retrato que fornece da vida em Ítaca teve de ser feito inteligível para os contemporâneos tornando-o familiar à vida deles. Examinada com base nessa suposição, a *Odisséia* é vista como um registro vivo das condições sociais do tempo em que foi composta, e dizendo mais a respeito dos primórdios da sociedade grega [*about early Greek society*] do que qualquer outro documento de que dispomos. A *Odisséia* vem do último estágio de um período em que a Grécia era governada por pequenos reis, e mostra o que isso significava na prática. O grande serviço de Mr Finley à *scholarship* é que ele explora detalhadamente as suposições e os costumes com base nos quais existia esse sistema e mostra o quão relevantes eles são para um entendimento completo [*full understanding*] da *Odisséia*.

Ao ler este livro não podemos senão nos perguntar por que não pensamos nesses assuntos antes, já que eles são obviamente fundamentais para a estrutura da história [story]. A análise de Mr Finley da casa [household] homérica e suas fontes de riqueza explica não apenas por que os heróis homéricos dão e recebem presentes, mas por que escravos, como Eumeu e Euricléia, que pertencem à casa, estão mais felizes e se encontram em melhores condições [better-off] do que os homens livres que têm de trabalhar em troca de pagamento. Sua discussão cuidadosa da posição de Penélope em Ítaca quando se acredita que seu marido esteja morto lança nova luz sobre o grau de respeito que ainda se devotava à realeza hereditária e do tipo de perigo que a ameaçava quando ela não estava sob controle de um governante forte. Se nos perguntamos por que o povo de Ítaca não faz quase nada para ajudar Telêmaco, devemos encontrar a resposta nessas páginas. Embora a tarefa primeira de Mr Finley seja a de recuperar um capítulo perdido de história social, ele acrescenta enormemente ao nosso conhecimento da *Odisséia* ao traçar em linhas firmes o mundo no qual sua ação tem lugar.

A recente decifração dos tabletas micênicos e sua revelação de uma sociedade rica e organizada nos forçam a olhar novamente para os poemas homéricos e a indagar sobre a conexão entre o mundo de Homero e o de Micena. Mr Finley demonstra que existe na verdade uma grande diferença entre eles e implicitamente nos adverte contra a tentativa de reconstruir o mundo micênico a partir do que Homero diz a seu respeito. A sociedade de Homero é certamente muito menos organizada, menos rica, menos unificada, menos letrada. Ela tem por certo seu próprio equilíbrio, baseado em seu sistema de reinos e casas, mas não há indícios [evidence] de que havia mais do que isso. À sua maneira, ela manteve um equilíbrio que permitiu aos proprietários de terra serem senhores de uma sociedade cujos membros dependiam inteiramente deles. Isso não foi muito antes de a expansão do comércio e a invenção da moeda quebrar esse equilíbrio pela criação de uma nova classe mercantil que disputava o monopólio de poder mantido pelos príncipes hereditários. Com essa luta a história da Grécia clássica começa. Mas antes disso não há trevas [darkness], ao contrário do que pensavam muitos de nós, e sim um sistema social que se assemelha a outros sistemas de outros lugares e é fidedignamente retratado na *Odisséia*.”

Prefácio de C. M. Bowra a Finley, *The World of Odysseus*, Londres, Chatto & Windus, 1956, pp. 9-11 (ênfases minhas).

Embora a percepção favorável de Bowra não equivalesse a uma aclamação unânime de *WO*, e embora houvesse mesmo entre os chegados a Finley a idéia de que aquele era um trabalho essencialmente de “popularização”²³⁹, os efeitos de academicização do livro em meio à querela do Linear B permitiram ao *scholar* recém-chegado à Inglaterra mover-se em um terreno nobre da *classical scholarship*. Nos anos 1950, Homero era uma das paradas importantes nos percursos acadêmicos de classicistas de Cambridge e Oxford. São exemplos significativos disso alguns dos classicistas à época atuantes nas duas universidades que viriam a ser laureados pela monarquia britânica com o título de *Sir*. Assim, por exemplo, *Sir* Maurice Bowra (Oxford), publicou um livro sobre o gênero “poesia heróica” em 1952; *Sir* Denys Page (Cambridge) publicou um livro sobre a *Odisséia*, em 1955, e outro sobre a *Ilíada*, em 1959; e *Sir* John Myres (Oxford) durante anos preparou um trabalho sobre o criticismo homérico, publicado postumamente em 1958. Com efeito, apesar do cumprimento dos desígnios iniciais da ida à Inglaterra em 1954-55, pelos quais Finley ministraria cursos e palestras nas especialidades que lhe eram caras (Direito e Economia na Grécia clássica), a “Questão Homérica” terminou por se impor como problema central das atividades do historiador durante aquela viagem.

Minha fala aos Herodoteans [*uma das muitas sociedades de estudantes que funcionavam à maneira de clubes em Cambridge*] sobre Homero na sexta-feira à noite foi só divertimento e excitação. Casa cheia, i.e., uma sala plena com quarenta ou cinquenta estudantes e três professores. Empreguei um tom sensacional deliberadamente, e eles compraram a história – me pressionaram contra a parede depois até eu ter de ir embora às 11.30. E lembre-se que esses estudantes conhecem Homero de cabo a rabo.²⁴⁰

Uma consequência do livro é que eu tenho me envolvido em algumas discussões informais sobre Homero, que eu mal poderia antecipar um ano atrás. Na verdade, meu último ato “oficial” na Inglaterra será uma fala sobre posse da terra em Homero no seminário que Turner e Webster têm conduzido em Londres sobre o Linear B. Tenho feito uma campanha ativa pela minha visão de que o Linear B reflete um mundo claramente diferente do homérico, e tenho tido muito apoio por aqui.

²³⁹ Vale mencionar a esse respeito as reações dos dois principais articuladores da ida de Finley para a Inglaterra. Segundo Finley (em *Sir Moses Finley interviewed by Keith Hopkins*), para Hugo Jones *WO* era essencialmente um livro de divulgação [*pretty popular stuff*]. A Anthony Andrewes o recebimento do livro inspirou de início uma reação semelhante, expressa em carta a Finley em novembro de 1954: “Devo agradecer também, muito afetuosamente, por seu *simpático* livro sobre a *Odisséia*” (em 10 de novembro de 1954, *FP*, Box 16, G2; ênfase minha).

²⁴⁰ Carta a Pascal Covici em 22 de fevereiro de 1955 (*FP*, Box 2, A29).

Londres, creio eu, é o centro da oposição, de modo que a tarde deverá ser interessante.²⁴¹

Cambridge, 1956: na retransmissão da “nossa herança grega”,
Finley posto a cargo de Homero (FP, Box 1, A9)

O posicionamento sócio-intelectual naquelas circunstâncias proporcionado por *WO* continuaria a funcionar nos anos seguintes, com Finley a empreender sua “campanha ativa” para provar que o mundo micênico não era grego no sentido que Homero emprestava a esse termo. A campanha prosseguiria justamente na Inglaterra. A primeira passagem de Finley pelo país terminou em março de 1955, três meses antes do previsto. O historiador antecipava o retorno a Nova Jérsei para cuidar de sua situação profissional ainda precária nos Estados Unidos.

Antes da partida, porém, recebeu da Faculdade de Clássicos de Cambridge e do Christ Church College de Oxford convites a princípio informais para voltar em caráter definitivo. A Faculdade formalizou primeiro o convite, a procura por emprego em solo americano fracassou, e o casal Finley firmou residência em Cambridge em setembro de 1955.

²⁴¹ Carta a Friderich Solmsen em 25 de fevereiro de 1955 (FP, Box 2, A30). Solmsen era um classicista alemão radicados nos Estados Unidos, e foi um dos leitores dos manuscritos de *WO*.

II. As consequências da migração

A ida para a Inglaterra representou uma dupla mudança no estatuto profissional de Finley. Em primeiro lugar, ele migrava de um campo de estudos periférico – a História Antiga nos Estados Unidos, em geral abrigada nos Departamentos de História das universidades daquele país – para um campo central – a História Antiga na Grã-Bretanha, não vinculada diretamente à História-disciplina, mas dominada nas instituições socialmente mais importantes (Oxford e Cambridge) por uma outra unidade institucional e simbólica, os *Classics*, reunião de filólogos, historiadores, arqueólogos, filósofos e críticos literários definidos por se ocuparem profissionalmente da Antigüidade greco-romana.

“[E]u nunca havia estado em uma instituição em que havia tanta gente”, diria Finley, meses antes de morrer, a respeito de sua “primeira impressão” como profissional de História Antiga na Inglaterra.²⁴² Sua memorização do deslocamento da periferia dos saberes universitários nos Estados Unidos para o centro da *scholarship* britânica não é fortuita. Desde a fundação da Universidade de Cambridge no século XIII, estudava-se nos *colleges* a literatura greco-romana antiga. Como disciplina universitária, no entanto, os Clássicos se institucionalizaram no século XIX. Foi a primeira área dos saberes humanísticos para a qual se formalizou o *Tripes*, exame universitário pelo qual ainda hoje se obtém o diploma de Graduação em Cambridge.²⁴³ Em meados dos anos 1950, os classicistas britânicos, que detinham o monopólio da produção e transmissão legítimas do conhecimento sobre as línguas clássicas, eram importantes mesmo para estudantes de outras disciplinas. Em Oxford e Cambridge, o domínio do Latim, se bem que em um nível mais modesto do que o exigido aos candidatos a classicistas, era pré-requisito obrigatório para o ingresso em

²⁴² *Sir Moses Finley interviewed by Keith Hopkins*, p. 5. Finley prossegue: “Sabe como é, o maior número [de historiadores da Antigüidade] que eu consigo conceber na equipe de professores de qualquer universidade americana são três. Vim para Cambridge num momento em que, eu acho, havia oito na casa, e mesmo então eles tinham uma outra dúzia de pesquisadores [*research fellows*] dando aula e tudo quanto é tipo de gente. De modo que subitamente se mudava de uma disciplina muito minoritária para o que era então uma disciplina muito central com uma tremenda – ainda em meados dos anos 1950 – uma tremenda marca de distinção social [*an enormous social cachet*]. Então imediatamente se estava em um tipo de ambiente totalmente diferente com, seiscentos estudantes, imagino, em Cambridge. Isto é uma estimativa, mas uma estimativa justa.”

²⁴³ O *Classical Tripes*, criado em 1822 e aplicado pela primeira vez em 1824, foi o segundo a ser formalizado pela Universidade. O primeiro foi o de Matemática, no final do século XVIII. Os *Tripes* de Direito e História somente passaram a ser concedidos em 1858 e 1875, respectivamente. Cf. N. L. Brooke, *A History of the University of Cambridge vol. 4 (1870-1990)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 210-239.

qualquer curso universitário. Essa norma cairia pouco depois, em 1960, assim como ocorrera à obrigatoriedade do Grego em 1920, mas a transformação das línguas clássicas em matérias de estudo eletivas era tardia em relação a um processo semelhante ocorrido nos Estados Unidos. Já na década de 1930, cursos de Latim para iniciantes eram oferecidos em *faculdades* norte-americanas àqueles que não haviam estudado o idioma na escola.²⁴⁴

Em segundo lugar, os diferentes pesos institucionais dos Estudos Clássicos nos Estados Unidos e na Inglaterra duplicavam-se na diferença de importância relativa dos classicistas de ambos os países em âmbito internacional. Ao longo do século XX, os classicistas estadunidenses viram-se frequentemente classificados no *métier* – fosse por eles próprios ou por colegas de outros países – como profissionais menores, desprovidos de tradição na disciplina e herdeiros apenas indiretos do patrimônio cultural greco-romano. Tal modo de perceber a distribuição geográfica da excelência acadêmica dos Clássicos é recorrente mesmo em discursos produzidos com propósitos díspares. Ao procurar explicar o que entendia como indigência histórica da *classical scholarship* nos Estados Unidos, um historiador da disciplina evoca a condição de “país colonial”: “[n]enhuma parte da América do Norte jamais fez parte do Império Romano”, e por isso os Clássicos produziram um “legado intelectual [que] reside em livros cada vez mais confinados a bibliotecas remotas para a cabeça das pessoas que estão formando a opinião pública.”²⁴⁵ O tema reaparece na defesa lamuriosa dos profissionais dos Estudos Clássicos nos Estados Unidos por uma classicista da Universidade de Maryland: “Meus professores de pós-graduação, tanto os de formação americana quanto os de formação européia”, diz ela ao evocar os anos 1960, “indicavam indiretamente que aqueles estudantes que haviam em algum momento freqüentado instituições fora do país eram em geral superiores àqueles dentre nós que não as haviam freqüentado”.²⁴⁶ O registro é de algum modo semelhante àquele em que opera o helenista Jean-Pierre Vernant (1914-2007) ao reconstituir seu percurso intelectual. O “fato novo” em seu campo profissional desde a década de 1930 teria sido o advento dos Estados Unidos, que “não possuíam uma

²⁴⁴ M. T. Honey, “The Classics in America”, *Greece & Rome*, vol. 9, n. 25, out. 1939, pp. 36-42.

²⁴⁵ W. Calder III, “Classical Scholarship in the United States: An Introductory Essay”, in W.W. Briggs, Jr. (org.). *Biographical Dictionary of North American Classicists*, Westport (Connecticut), Greenwood Press, 1994, pp. xix-xxxix (citação p. xx).

²⁴⁶ J.P. Hallett, “Writing as an American in classical scholarship”, in J. P. Hallett e Th. Van Nortwick (orgs.). *Compromising Traditions. The personal voice in classical scholarship*. Londres / Nova Iorque, Routledge, 1997, pp. 120-152 (citação p. 122).

tradição de Estudos Clássicos tão fortemente implantada quanto a Europa”.²⁴⁷ Face aos pares estadunidenses, os classicistas britânicos estiveram, desde a institucionalização dos Clássicos como disciplina universitária, em uma posição de autoridade, na qual ambas as partes (britânica e americana) reconheciam o poder efetivo de julgar os frutos da produção intelectual acadêmica sobre os antigos e, mais importante ainda, de eleger o virtuosismo lingüístico como critério fundamental dessa espécie de juízo. A atribuição da idéia de inferioridade da formação acadêmica americana à permissão tácita a que “classicistas britânicos estabelecessem as credencias necessárias para ser um classicista – a saber, um domínio perfeito da gramática e da lexicografia gregas e latinas”²⁴⁸ ajuda a entender a possibilidade sociológica da afirmação de um destacado helenista de Oxford sobre o assunto:

A *classical scholarship* nos Estados Unidos sofreu muito com o fracasso de muitas escolas no ensino de línguas: é difícil apreender Grego e Latim realmente bem quando se começa tarde, e embora a América preste uma vasta contribuição à *classical scholarship*, não há muitos americanos especialistas nessas línguas. Um resultado disso é que os inimigos da erudição exata [*exact scholarship*] podem facilmente encontrar uma audiência por lá, e retóricos talentosos vêm a possibilidade de se estabelecerem como gurus locais, ensinando um método que rapidamente produz resultados fáceis [*fashionable results*].²⁴⁹

Com a balança de prestígio a pender nesses termos em favor dos classicistas britânicos, a ida para a Universidade de Cambridge de um ex-professor de uma universidade média dos Estados Unidos, que apenas começava a se fazer conhecido em seu meio profissional, era um fato extraordinário – tanto mais porque seu percurso distanciava-se daquele retratável como típico dos historiadores de História Antiga nos Estados Unidos. Conforme se descreveu no capítulo 3, Finley teve uma iniciação incomum na História Antiga, a qual, efetuada embora a seus 20-22 anos, era tardia no que diz respeito às etapas habituais da carreira: sem haver estudado Latim ou Grego na escola, ele tampouco o fizera durante sua Graduação em Psicologia e seu Mestrado

²⁴⁷ J.-P. Vernant, “As etapas de um percurso”, em seu *Entre Mito e Política*, São Paulo, Edusp, 2001 (1996), trad. Cristina Murachco, pp. 39-46 (citação p. 46).

²⁴⁸ Resposta de um professor americano a um questionário apresentado por J.P.Hallett analisado em “Writing as an American in classical scholarship”, op. cit., p. 142.

²⁴⁹ H. Lloyd-Jones, “A Valedictory Lecture delivered in the Library of Christ Church, Oxford, 31 May 1989”, *apud* J. P. Hallett, op. cit., p. 136. Em outra ocasião, Lloyd-Jones observou que a consciência do hermetismo característico de disciplinas que exigem um apuro lingüístico em línguas antigas “assumiu a forma, especialmente nos Estados Unidos, de hostilidade à erudição exata [*exact scholarship*].” H. Lloyd-Jones, *Blood for the ghosts. Classical influences in the nineteenth and twentieth centuries*. Londres, Duckworth, 1982, p. 11.

em Direito; ocupou-se nos anos seguintes a seu ingresso na profissão de algumas atividades em princípio estranhas ao ofício (como a participação ativa no comitê editorial de uma revista de Filosofia / Sociologia e a secretaria executiva do “Comitê Americano pela Liberdade e Democracia Intelectual”); e interrompeu por completo suas atividades acadêmicas entre 1942 e 1946, quando envolvido em atividades administrativas relacionadas ao esforço de guerra. Nada disso impediu que o historiador lecionasse na área de História Antiga antes mesmo da defesa de sua tese de Doutorado, em 1950.

No universo dos Estudos Clássicos britânicos, especialmente em “Oxbridge”,²⁵⁰ a idéia de um autodidata como Finley / Finkelstein, que não estudara línguas clássicas formalmente (“nunca tive um curso de Latim ou Grego na vida”²⁵¹), atuar profissionalmente na área de História Antiga seria em princípio inconcebível. O estudante que chegasse a Cambridge para cursar a Graduação em *Classics* nos mesmos anos em que Finley era incorporado à *classical scholarship* local teria necessariamente de conhecer previamente Latim e Grego. Caso houvesse crescido na Inglaterra, seu contato com essas línguas haveria provavelmente começado por volta dos 11 anos, fosse em escolas privadas de elite (chamadas *public schools*, não obstante pagas) ou em escolas estatais especiais (*grammar schools*), destinadas aos alunos de melhor desempenho nos primeiros anos de educação formal. Por volta dos 16 anos, esse estudante teria optado pelo estudo aprofundado (*Advanced Level*) das línguas clássicas nos dois últimos anos de escola. Uma vez em Cambridge, disporia normalmente de três anos para se graduar. Isso se daria em duas etapas. Os dois primeiros anos o aluno passaria a estudar fundamentalmente a gramática e a literatura greco-latinas. Ao final desse período, seus conhecimentos lingüísticos, juntamente com os de todos os colegas, seriam avaliados em um exame, o *Classical Tripos Part I*, cuja forma de administrar (com jornadas diversas de provas cercadas de sigilo e corrigidas por uma equipe de professores locais) e cujo caráter propedêutico (a aprovação facultava a continuidade dos estudos na segunda parte do curso)

²⁵⁰ Emprega-se aqui a expressão que condensa em um único vocábulo os nomes das principais universidades da Inglaterra, a denotar a posição única de Oxford e Cambridge frente às “novas” universidades do país criadas desde a primeira metade do século XIX. Além de seu simbolismo, “Oxbridge” ganhou ares de uma “entidade real” do ponto de vista educacional depois de 1914, com políticas específicas do estado britânico formuladas conjuntamente para ambas as universidades (cf. A. Halsey, “Oxford and the British Universities”, in B. Harrison (org.). *The History of the University of Oxford Vol. III* (“The Twentieth Century”). Oxford, Clarendon Press, 1994, pp. 577-606).

²⁵¹ *Sir Moses Finley interviewed by Keith Hopkins*, p. 2.

assemelhavam-se aos de uma prova brasileira de vestibular, se bem que aplicada durante os anos de Graduação e por si só designativa de um *degree*. Os candidatos da Parte I teriam de redigir ensaios a partir de tópicos (“Os deuses e os romanos”) ou frases (“Tucídides, o mais moderno dos historiadores antigos”) que evocassem os antigos na prova de *English Essay*; produziriam comentários e fariam traduções de autores antigos; comporiam diferentes modalidades de versos gregos e latinos com base em passagens de algum poeta canônico de língua inglesa; traduziriam para o Inglês passagens de textos antigos em prosa; e responderiam a questões apresentadas separadamente a respeito de “História, Literatura e Pensamento” greco-romanos. No ano seguinte, se assim desejassem, os estudantes de Clássicos submeter-se-iam a novo exame, o *Classical Tripos Part II*, com estrutura semelhante, mas agora a incluir uma prova oral e a enfatizar a área de conhecimento dos Clássicos na qual o aluno houvesse optado por se aprofundar (Literatura, História, Filosofia, Arqueologia ou Filologia).²⁵²

O sucesso ou o fracasso na prova da Tripos, em especial na Parte I, em razão da carga lingüística, acompanharia o aluno ao longo de toda sua vida acadêmica. Até alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, os resultados do *Classical Tripos* eram tornados públicos em uma cerimônia ansiosamente aguardada, na qual se liam as notas em voz alta nas escadarias do *Senate House* (prédio-sede de um colegiado responsável por parte da administração da universidade); esses divulgados eram (e ainda são) posteriormente divulgados em uma publicação oficial da Universidade, o *Cambridge University Reporter*, que congrega boletins administrativos de todos os corpos constituintes da instituição. Os resultados eram hierarquizados em três categorias – os estudantes de “Primeira Classe”, “Segunda Classe” (divisão I e II) e “Terceira Classe” (sendo listados em ordem alfabética dentro de cada uma das “classes”). A partir daí, *to get a First*, conseguir o resultado de Primeira Classe, implicava *to be a first*, ser um *Primeiro*: sintomaticamente, o termo *first* designava,

²⁵² A cada ano acadêmico, a Universidade de Cambridge publica as questões das provas aplicadas aos alunos no ano anterior. Aqui, extraio exemplos de questões propostas em maio de 1954, poucos meses antes da chegada de Finley a Cambridge (*Cambridge Examination Papers 1953-54*, pp. 1260-1320). Sobre a história do *Classical Tripos*, veja-se Ch. Stray, “The First Century of the Classical Tripos (1822-1922): High Culture and the Politics of Curriculum”, em Ch. Stray (org.), *Classics in 19th and 20th Century Cambridge. Curriculum, Culture and Community*, The Cambridge Philological Society Supplementary Volume n. 24, 1999, pp. 1-14.

em Cambridge ou Oxford, tanto o resultado propriamente dito conquistado no exame quanto, à maneira de um título, aqueles que o obtêm.²⁵³

O arranjo acadêmico britânico do estudo de Grécia e Roma supunha que “a literatura deveria formar o núcleo da primeira metade, pelo menos, de qualquer curso de Clássicos que se desse ao respeito, com a especialização em história, filosofia ou arqueologia vindo depois”.²⁵⁴ O estudo da “Literatura” greco-romana, nesse contexto, equivalia ao aperfeiçoamento do conhecimento lingüístico. O sistema de divisão dos cursos de *Classics* em duas partes, estabelecido na segunda metade do século XIX em Oxford e em Cambridge, havia cristalizado a concepção da competência lingüística em Grego e Latim como fundamento da profissão de classicista. Assim, instado por um interlocutor estrangeiro a comparar a formação em Clássicos recebida no final da década de 1980 com aquela oferecida na Inglaterra na segunda metade da década de 1950 (quando Finley chegava ao país), um classicista de Oxford descreveu do seguinte modo as pressões a que estavam sujeitos os estudantes de “sua época” matriculados no curso de *Mods* – o equivalente oxfordiano da Parte I do *Classical Tripos* de Cambridge²⁵⁵:

No meu tempo, a educação era muito mais lingüística.. Nós só tínhamos de estudar Grego e Latim, e ficávamos com a consciência pesada se o fizéssemos mal. Acontece que eu fui membro praticamente da última geração que compunha versos. Era a coisa mais séria que fazíamos nos últimos anos de escola. Em Oxford, nos meus primeiros cinco *terms*, enquanto eu me preparava para os *Mods*, eu pouco escrevia ensaios. Passava a maior parte do meu tempo escrevendo versos e prosa em Grego e Latim, ou fazendo crítica textual de autores antigos – quer dizer, tratando de manuscritos corrompidos e emendados, e sugerindo maneiras alternativas de lê-los. Hoje em dia tudo é muito diferente. Atualmente os graduandos não têm

²⁵³ Cf. os verbetes “Class-List”, “First” e “Tripos” em F. Stubbins, *Bedders, Bulldogs & Bedells: A Cambridge Glossary*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 24, 48, 113-115. O equivalente oxfordiano do *Tripos* são as *Literae Humaniores*, igualmente divididas, segundo princípios semelhantes aos de Cambridge, em duas partes (*Honour Moderations* ou *Mods* é a primeira; *Greats*, a segunda).

²⁵⁴ G. Kirk, “The Future of Classics”, *The American Scholar*, n. 46, 1976, 536-547 (citação pp. 541-42). Kirk, um importante classicista de Cambridge, observava, no entanto, que tal suposição era coerente somente com um “currículo tradicional”, o qual na década de 1970 necessitava de reformas.

²⁵⁵ Trata-se de Jasper Griffins, cujos comentários foram reproduzidos no livro de reminiscências oxfordianas de um antigo colega, Ved Mehta: *Up at Oxford*, Nova Iorque, W.W. Norton & Co. / Londres, John Murray, 1993, pp. 331-32. Os *terms* a que se refere Griffins são os períodos de tempo com que se divide a vida acadêmica em Cambridge e Oxford. Cada *term* tem duração aproximada de 8 semanas. Há entre eles pequenas interrupções por ocasião de feriados religiosos (Natal e Páscoa) e a interrupção maior durante as férias do verão europeu. A maior parte das *lectures* – cursos oferecidos, à maneira de uma série de palestras, pelas faculdades de Humanidades – inscreve-se no período de duração de um *term*.

propriamente esse tipo de experiência lingüística [*linguistic background*]. Eles não conhecem formas literárias etc. e tal.

Assim concebida, a competência lingüística funcionava como um elemento essencial na definição das qualidades de um classicista. Na década de 1950, quando Finley se estabeleceu na Inglaterra, ela era um princípio fundamental de hierarquização dentro da *classical scholarship*. Em Oxford como em Cambridge, o virtuosismo lingüístico era premiado mesmo fora dos ritos formais da educação clássica: parte da Graduação dos melhores alunos era dedicada a concursos de composição de versos gregos e latinos, e nos obituários dos *classical scholars* os prêmios e distinções alcançados em tais competições costumam figurar ao lado de doutorados honorários e outras honrarias como traços pertinentes na caracterização do êxito de uma carreira.²⁵⁶

Bacharel em Psicologia, Mestre em Direito e feito Doutor em História Antiga em um Departamento de História, com a educação formal toda ela desenvolvida nos Estados Unidos, Finley estava longe de possuir algumas das qualidades que à época distinguiam os principais helenistas cambridgeanos, como Denys Page, *Professor of Greek* da Universidade: “grande familiaridade com os textos [gregos] e domínio da gramática, da sintaxe, da métrica, junto com todo o conhecimento relevante da matéria”.²⁵⁷ Page era um *Greek scholar*, ou seja, um estudioso da língua e da literatura, e não propriamente um historiador de História Antiga (um *ancient historian*). Na disposição simbólica e institucional dos Estudos Clássicos na Grã-Bretanha, contudo, as fronteiras entre uma e outra função, entre o *Greek scholar* e o *ancient historian*, eram mais fluidas do que, por exemplo, aquelas existentes entre classicistas e historiadores. O vínculo profissional de Finley com a Universidade dava-se inicialmente por intermédio da Faculdade de Clássicos, e não da Faculdade de História, à qual eram ligados estudantes de sociedades e períodos históricos outros que não a Antigüidade greco-romana. Por força de tal associação, Finley tornou-se

²⁵⁶ É o caso de Jasper Griffins, conforme relatado em Ved Mehta, op. cit. Veja-se ainda o exemplo de Denys Page, helenista formado em Oxford, que lecionou em Cambridge por mais de 3 décadas, cujo obituário é aberto com seu autor a anotar os prêmios conquistados por Page em concursos de poesia grega e latina (H. Lloyd-Jones, “Denys Lionel Page, 1908-1978”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 65, pp. 759-769).

²⁵⁷ H. Lloyd-Jones, “Denys Lionel Page...”, p. 768, seguido nesse juízo especificamente por Roger D. Dawe, “D. L. Page”, em Ward W. Briggs e William Calder III (orgs.), *Classical Scholarship. A Biographical Encyclopedia*, Londres / Nova York, Garland Publishing, 1990, pp. 353-360. O verbete de Robert Renehan (*Dictionary of British Classicists*, vol. 3, pp. 736-737) apenas corrobora dados e avaliações apresentadas nos estudos de Lloyd-Jones e Dawe.

para todos os efeitos um classicista, embora a seus próprios olhos o título lhe fosse, no mínimo, estranho (“Fui chamado de muitas coisas até hoje”, gracejou em carta a um classicista estadunidense que elogiara *WO*, “mas nunca de Helenista – pelo que lhe agradeço”²⁵⁸). No campo restrito das possibilidades que se lhe ofereciam nos primeiros anos vividos na Inglaterra, era mais provável que suas tomadas de posição como historiador de História Antiga fossem aferidas antes no âmbito dos Estudos Clássicos do que fora dele. Assim foi, por exemplo, que no início da década de 1960 algumas idéias defendidas em *The World of Odysseus* – livro originalmente concebido para consumo de estudantes de Literatura não-clássica, e elaborado com base em uma forte inspiração sociológica e antropológica – tornaram a repercutir, agora em discussões sobre a historicidade da Guerra de Tróia travadas com, entre outros acadêmicos, Denys Page, nas páginas do periódico da associação dos helenistas britânicos.²⁵⁹

Com seu virtuosismo lingüístico, Page encarnava uma das características prezadas em “Oxbridge” como importantes na constituição de um *classical scholar*. Tais características podem ser descritas em conjunto como um *tipo*, isto é, não necessariamente reunidas tal e qual em um indivíduo ou uma realidade social singular, mas sim de acordo com aquele artifício de método que Max Weber reconheceu nas Ciências Sociais como uma construção mental obtida mediante “a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista” e “o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo” ordenados segundo os “pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento”.²⁶⁰

Algumas propriedades do *tipo classicista* podem ser depreendidas dos obituários de estudiosos renomados do mundo clássico redigidos por seus colegas. Na

²⁵⁸ Carta a Moses Hadas, 13 de julho de 1954 (*FP*, Box 2, A30).

²⁵⁹ M. I. Finley, J. L. Beglen, G. S. Kirk e D. L. Page, “The Trojan War”, *Journal of Hellenic Studies*, vol. 84, 1964, pp.1-20.

²⁶⁰ M. Weber, “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”, em seu *Sociologia* (coletânea organizada por Gabriel Cohn), 2ª edição, São Paulo, Ática, 1982, pp. 79-127 (citação p. 106). O uso aqui proposto da noção weberiana de “tipo ideal” visa tão-somente produzir um instrumento de análise, sem abraçar a lógica exegética que tem informado com certa frequência as leituras de Weber. Vale, contudo, reforçar o estatuto *heurístico* que Weber conferia ao conceito, o qual deveria ser tomado por um meio de aferição da proximidade ou do afastamento entre realidade e quadro teórico. Cf. ainda a exposição das fundações conceituais da sociologia de Weber no seu *Economy and Society. An Outline of Interpretative Sociology*. Berkeley, University of California Press, 1978, vol. 1; e a reconstituição do método empregado na *Ética Protestante* em sua “Resposta final aos críticos” reeditada em *Sociologie des Religions*, Paris, Gallimard, 1996 (artigo originalmente publicado em 1910), pp. 133-163.

Grã-Bretanha, textos dessa espécie constituem um gênero próprio de *scholarship* – no qual Arnaldo Momigliano, por exemplo, investiu e ganhou destaque. Acadêmicos que alcançam distinção no domínio das Ciências Humanas são quase sem exceção objeto de necrológios alentados. Os estudos produzidos sobre sua “vida e obra” têm tamanho semelhante ao de um artigo quando publicados no periódico da Academia Britânica de Humanidades e Ciências Sociais (*British Academy*). Os textos longos que se dedicam aos *fellows* da *British Academy*, em especial, mas também aqueles menores, publicados como notícias necrológicas em periódicos especializados por ocasião do falecimento de classicistas, são pródigos no delineamento de um auto-retrato idealizado de universo social da *classical scholarship*; é aí que, a pretexto de homenagear individualmente os pares recém-falecidos, os classicistas celebram valores *coletivamente* caros a sua corporação.²⁶¹

Feito “classicista” por força das circunstâncias, o Finley de meados da década de 1950 era produto de uma trajetória que o situava *em certos aspectos* à distância do tipo social contra o qual agora se media sua atividade intelectual. A importância do controle das línguas antigas como indicador de excelência intelectual no universo da *classical scholarship* era um desses aspectos. Ela se fazia sentir com força no processo de incorporação às fileiras classicistas britânicas daqueles que gozavam, como Finley, da condição de imigrantes em “Oxbridge”. Os efeitos podiam, claro, ser positivos, em particular sobre quem tinha proveniência acadêmica nobre, como o alemão Eduard Fraenkel (1888-1970), cujo falecimento inspirou a louvação a um “olhar agudo... para elementos formais na literatura e na linguagem”, a um notável “instinto para penetrar a alma de uma língua”, a um “ouvido maravilhoso para nuances e idioma”.²⁶² Fraenkel, que migrou para Oxford na década de 1930, dedicou-se na maior parte da carreira a traduzir e comentar textos antigos (é de sua lavra uma das mais conhecidas edições do *Agamêmnon*, de Ésquilo, por exemplo), e para tanto era qualificado por sua formação no seio da *Altertumwissenschaft*, a Ciência da Antigüidade alemã, fundada, como a *classical scholarship*, em uma concepção

²⁶¹ P. Bourdieu e M. de Saint-Martin observaram tal mecanismo de auto-celebração erudita ao analisarem as notícias necrológicas de ex-alunos da École Normale Supérieure de Paris em “Les catégories de l’entendement professoral”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 3, maio de 1975, pp. 68-93.

²⁶² G. Williams, “Eduard Fraenkel, 1888-1970”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 56, 1970, pp. 415-442 (pp. 430-31, 436, para citações; cf. ainda as loas tecidas a Fraenkel por Lloyd-Jones em *Blood for the Ghosts*, op. cit., pp. 21-22).

filológica do conhecimento sobre a Antigüidade.²⁶³ Para um historiador de origem russa, porém, um critério semelhante de apreciação poderia render uma avaliação com o sinal oposto. Assim, em 1954, Arnaldo Momigliano, ele mesmo um classicista italiano exilado na Inglaterra desde os anos de 2ª Guerra, associou o malogro da passagem de Michail Rostovtzeff por Oxford a problemas decorrentes do domínio das línguas clássicas: “Rostovtzeff, que não tinha má opinião a respeito de si mesmo, tornou-se um caráter ainda mais agressivo sob o choque do exílio e parece não ter compreendido que os professores de Oxford em geral sabiam o Grego e o Latim muito melhor do que ele”.²⁶⁴

Ao discorrerem sobre os grandes ou pequenos heróis da profissão, os classicistas da Grã-Bretanha têm na relação com as línguas antigas um tópico quase obrigatório, que se desdobra em outros elementos recorrentes nos obituários. O problema das línguas antigas não encontra expressão apenas no apuro do conhecimento que se tem delas, mas também no *modo* reconhecido como legítimo pelo qual se chega a conhecê-las – daí a recorrência com que os obituários traçam genealogias, chamam atenção para os mestres, as origens escolares, etc.

III. Disposições heréticas

Em Cambridge, a defesa empreendida por Finley de sua posição de *scholar* passava pelo estabelecimento de uma oposição entre seu percurso intelectual e o caráter “estreito”, centrado no aprendizado das línguas que ele jamais aprendera na escola, da educação clássica britânica. Assim, entendia e fazia entender as experiências da década de 1930 como cruciais em sua formação “ampla”,

²⁶³ Cf. A. Grafton, “De *polyhistor* en philologue”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 135, n. 1, 2000, pp. 25-38, que observa que a transformação das universidades alemãs em centros de pesquisa na primeira metade do século XIX estimulou a produção de um conhecimento mais técnico sobre os antigos, com uma redução gradual da importância conferida aos méritos estéticos dos textos antigos e a sua imitação na prosa latina moderna. Adiante, mesmo as escolas alemãs abraçaram o zelo acadêmico por problemas filológicos (contrariando, por sinal, os desígnios iniciais dos eruditos que haviam trabalhado pela reforma).

²⁶⁴ A. Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, Gallimard, 1983, pp. 424-440 (citação p. 432). Evidentemente, importa menos aqui averiguar a justeza da opinião de Momigliano do que anotar sua plausibilidade aos olhos do autor e de seus virtuais leitores em 1954 (o texto foi originalmente publicado em um periódico da Universidade de Cambridge).

desenvolvida supostamente à margem dos cursos ministrados na Universidade de Columbia:

Como pós-graduando na Universidade de Columbia no início dos anos 1930, eduquei-me com Weber e Marx, com Gierke e Maitland em história do Direito, com Charles Beard, Pirenne e Marc Bloch. A explicação é simplesmente que eu fui formado na Faculdade de História, e esses eram alguns dos escritores cujas idéias e métodos estavam na atmosfera do estudo de História, em parte nas aulas, porém ainda mais nas intermináveis conversas com outros estudantes.²⁶⁵

Alguns estudantes, inclusive eu, pouco satisfeitos com o que considerávamos uma incompetência dos professores “mandarins”, embarcamos numa auto-formação, através de leituras e discussões. Líamos Henri Pirenne, Marc Bloch, Veblen e os freudianos, Mosca, Pareto, além, logicamente, de Marx e Weber.²⁶⁶

Quando penso nessa época, tenho a clara impressão de que as aulas e os seminários estavam a salvo trancados em uma torre de marfim. Não me refiro com isso às visões políticas dos professores de História, as quais variavam consideravelmente, mas à irrelevância de seu trabalho profissional como historiadores. As mesmas aulas e seminários poderiam ter sido dadas – e sem dúvida o eram – na geração anterior, de antes da 1ª Guerra. (...)

Havia a mesma impressão difundida de que o estudo de História era um fim em si mesmo. Ao passo que nós, que crescíamos em um mundo difícil cujos problemas (...) exigiam soluções, procurávamos explicação e entendimento do presente em nosso estudo do passado.²⁶⁷

Nos depoimentos do historiador sobre a formação nos EUA – todos eles, vale notar, dados quando ele já estava estabelecido na Inglaterra – revelam ainda a percepção do modo pelo qual ele veio a ser classicista como um elemento pertinente na definição do lugar que se ocupa naquele universo social dos Estudos Clássicos em Cambridge e Oxford. Quando da institucionalização dos Clássicos como disciplina universitária na Inglaterra vitoriana, além da capacidade de leitura do Latim e do Grego e do domínio da expressão escrita nesses idiomas, a pronúncia caracteristicamente britânica anunciava o falante como membro da comunidade dos

²⁶⁵ Finley em “New Look at Ancient History for Six Formers”, *The Times*, 22 de abril de 1966, p. 9.

²⁶⁶ Entrevista concedida a Didier Eribon, publicada originalmente no *Le Monde* em 14 de março de 1982 e aqui referida a partir do volume *Idéias Contemporâneas: entrevistas do Le Monde*, São Paulo, Ática, 1989, pp. 116-122, trad. Maria Lúcia Blumer.

²⁶⁷ Em “Class Struggles”, *The Listener* LXXVII, 201-2, citado em Shaw e Saller, op. cit., p. x.

homens educados.²⁶⁸ Finley, historiador tornado classicista por força da vinculação com a Faculdade de Clássicos, carregava as marcas de alguém não educado naquele e para aquele ambiente institucional: sua pronúncia grega “com sotaque do Bronx” gerava nos colegas o “sentimento” de que não dominava as línguas antigas, “base mesma da profissão”.²⁶⁹

Norte-americano (naturalizado inglês em 1962), judeu (embora não-religioso) em uma universidade de anglicanos, mau lingüista entre classicistas, esquerdista entre conservadores, vulgarizador entre especialistas: eis as marcas sociais de um *outsider*, condição que por certo impôs limites às ações de Finley após sua chegada a Cambridge. Nos primeiros anos, diz ele, não publicou muito, “em parte porque, bem, não foi fácil organizar minha vida aqui e desenvolver minha posição como professor”.²⁷⁰ Tampouco conquistou discípulos: não se sabe de nenhum nome importante da História Antiga que tenha sido seu pupilo nos primeiros anos de Cambridge; entre aqueles que mais tarde se puseram sob sua influência – Dick Whittaker, Keith Hopkins, Peter Garnsey, Paul Cartledge e Paul Millett, por exemplo – apenas o último teve-o, na década de 1970, como professor e orientador.

FINLEY: Então, comecei a fazer muitas resenhas para o grande público, do que não me arrependo. Fiz resenhas regularmente durante seis, sete anos, para o *The Spectator* e o *New Statement*. (...)

HOPKINS: Eu diria que as conseqüências disso eram duas: uma, torná-lo odiado e temido...

F: Isso mesmo.

H: ... por seus colegas...

F: Isso mesmo.

H: ... que se prendiam à escrita de monografias estreitas e agora as viam criticadas, por critérios em que nunca haviam pensado, na imprensa cultural [*popular intellectual press*], onde jamais imaginariam ser contemplados, ouvidos ou comentados.

²⁶⁸ C. Stray, *Classics Transformed. Schools, Universities and Society in England, 1830-1960*. Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 126-132.

²⁶⁹ O sotaque bizarro de Finley foi objeto de observações jocosas de um classicista de Cambridge em entrevista realizada em novembro de 2004; e das pitadas de humor de Simon Hornblower, ex-aluno de Finley, em seu prefácio a uma das últimas edições de *WO* (“Introduction” em M. I. Finley, *The World of Odysseus*, Londres, The Folio Society, 2002, pp. xi-xxii). O “sentimento” quanto a um conhecimento lingüístico (“base mesma da profissão”) supostamente precário me foi referido por um ex-aluno de Finley.

²⁷⁰ *Sir Moses Finley interviewed by Keith Hopkins*, p. 10.

F: Sim, mas isso não é tudo.

H: Em segundo lugar, isto provavelmente fez de você um dos principais porta-vozes sobre o mundo antigo para as classes intelectuais, grupos na Inglaterra e nos EUA.

F: Acho que é verdade. É verdade.²⁷¹

Sob o duplo efeito de uma estrutura social na qual a competência lingüística era princípio fundamental de hierarquização e de uma formação intelectual que – por imperfeita que fosse de acordo com os padrões locais – podia, porque desenvolvida em ambiente estrangeiro e dada por notável em certos círculos, não ser percebida sob o signo do fracasso escolar, foram abertas a Finley certas possibilidades intelectuais associadas à posição marginal. Sobre ele não pesavam as mesmas coerções que se faziam sentir na trajetória daqueles que, feitos *scholars* em Cambridge ou em Oxford, socializaram-se naquele universo acadêmico e nele ascenderam graças também ao relacionamento direto com seus professores/superiores, assim contraindo obrigações sociais engendradas por relações de dívida. Com efeito, ao me relatarem em entrevistas como se dera seu início de carreira, classicistas que trabalharam com Finley fizeram via de regra referência nominal àqueles professores que lhes haviam indicado o primeiro posto de ensino, empenhado o nome em uma carta de recomendação ou, simplesmente, aberto horizontes na qualidade de mestres. Aqui, desrespeitar as obrigações e não honrar as dívidas de gratidão é uma possibilidade sempre sujeita a consequências graves. Como que alertando haver certos limites a não transgredir, um historiador de Cambridge que, segundo ele próprio, devia a Finley seu emprego, disse-me haver escolhido seus temas de trabalho – “família”, “campesinato”, “história da alimentação” – em parte para fugir a um virtual confronto com Finley. Outro historiador, também professor de Cambridge, igualmente grato a Finley por haver lhe garantido esse posto, disse haver rompido relações (“até então boas”) com um professor de Oxford em razão de uma resenha desfavorável ao livro desse professor. O autor resenhado era adversário de Finley nos embates sobre a “economia antiga”. Lamentando o rompimento, o resenhista me confidenciou: “Se eu não fosse tão amigo de Moses [Finley], não a teria escrito”. Embora seja comum a referência episódios desse tipo, mesmo por aqueles que o relatam, como uma espécie

²⁷¹ Idem, pp. 10-11.

de curiosidade pitoresca, quando não como o lado clandestino da vida universitária, eles parecem, ao contrário, dizer respeito a relações sociais constitutivas do mundo acadêmico britânico; relações que funcionam de modo a vincular e dividir os agentes desse mundo e que nos aparecem sob forma de associações e divisões políticas e epistemológicas.

Finley sofreu uma marginalização (relativa) muito tardia para anular as ambições intelectuais cultivadas ao longo de uma trajetória caracterizada por alguns êxitos significativos (reconhecimento institucional precoce, contato com acadêmicos de peso, livros bem recebidos por públicos distintos):

Quando cheguei aqui, tinha quarenta e poucos anos. Bem, não era uma criança. Tinha uma experiência razoável como professor, sentia-me muito confiante quanto a isso e sabia o que pensava ou o que procurava descobrir. Ninguém me incomodou, então disse o que tinha a dizer. Àquela época eu havia me tornado bastante rebelde na escrita, embora não houvesse muito tempo. Isto de fato só começou poucos anos antes de eu vir, mas nunca de uma maneira muito autoconsciente.²⁷²

As resenhas publicadas por Finley em jornais de grande circulação versavam com frequência (embora não exclusivamente) sobre livros de colegas e o faziam no mais das vezes em tom ácido.²⁷³ E a polêmica como arma de construção dos textos por um professor de Cambridge, naquelas circunstâncias não comprometido com lealdades a quem lhe houvesse ensinado, orientado ou garantido o primeiro posto profissional, ajudou a produzir uma espécie de inserção acadêmica – internacional e interdisciplinar – até então incomum entre classicistas britânicos, membros de uma comunidade tradicionalmente fechada em si mesma. Um exame das dedicatórias manuscritas em livros da biblioteca de Finley sob guarda do Darwin College (Cambridge) sugere que o historiador criou seus laços afetivos mais fortes – transmutados em, ou geradores de, associações propriamente intelectuais – com classicistas franceses e italianos, bem como com historiadores e cientistas sociais britânicos.

²⁷² Idem, p. 6.

²⁷³ Alguns desses textos foram publicados com modificações em Finley, *Aspects of Antiquity*, Nova Iorque, The Viking Press, 1968.

Tomando por referência as formas endógenas de divisão do universo social analisado, é possível agrupar os autores das dedicatórias em categorias amplas de “classicistas” e de “não-classicistas” e distribuí-los por países em que se radicavam. Isto pareceu mais preciso do que fazer uma distribuição dos autores por nacionalidade: é antes de acordo com os espaços institucionais de atuação do que com o país de origem que se produzem e reproduzem tradições de conhecimento nos Clássicos. Segundo este critério, as dedicatórias dispõem-se nas seguintes proporções:

TOTAL DE LIVROS COM DEDICATÓRIAS: 182

CLASSICISTAS: 144

FRANÇA: 49

ITÁLIA: 35

ALEMANHA: 22

GRÃ-BRETANHA: 15

EUA: 13

OUTROS: 10

NÃO-CLASSICISTAS: 38

HISTORIADORES: 12

ANTROPÓLOGOS: 10

SOCIÓLOGOS: 3

CIENTISTAS POLÍTICOS: 6

ECONOMISTAS: 2

OUTROS: 5

NÃO-CLASSICISTAS POR PAÍS:

GB: 11

ALE: 9

EUA: 4

FRA: 3

ITA: 3

OUTROS: 8

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS DEDICATÓRIAS POR PAÍS:

FRA: 52

ITA: 38

ALE: 31

GB: 26

EUA: 17

OUTROS: 18

O modo de inscrição social de Finley a partir de Cambridge é comparável àquele a que foi submetido e do qual se valeu o antropólogo britânico Edmund Leach (1910-1989).²⁷⁴ Contemporâneo de Finley e próximo a ele pessoalmente, Leach cultivou disposições heréticas semelhantes quanto ao *establishment* acadêmico e tirou proveito, embora por meios diferentes, da possibilidade de agir em sentido contrário ao que sinalizavam as obrigações instituídas ao longo da formação de *scholar* na Inglaterra. Era membro de uma família extensa e abastada, filho caçula de um industrial e de uma ex-cantora, cuja carreira fora interrompida pelo casamento. Próximo à mãe, Leach investiu naquilo que ela prezava e do que a família sempre se mantivera distante, a carreira intelectual. Entre as opções de afronta às tradições dos Leaches, ingressou no Clare College da Universidade de Cambridge, com mérito suficiente para tornar-se bolsista, para estudar Matemática (transferir-se-ia um ano e meio depois para Engenharia) – ao invés de tomar parte nos negócios da família, como seus irmãos e primos. Durante o período cambridgeano, engajou-se em atividades políticas, tornando-se simpatizante do comunismo, e entrou em contato com autores da vanguarda intelectual da época (por exemplo, Sigmund Freud, Carl Jung e Bronislaw Malinowski, de quem viria ser orientando). Graduiu-se em 1932 com um *First Class Honours Degree*, distinção universitária conferida a poucos estudantes. Depois de formado, trabalhou durante quatro anos como executivo de uma empresa comercial na Ásia. De volta à Inglaterra, animado pelas notas etnográficas tomadas durante o período, iniciou seus estudos de Antropologia Social como estudante de Doutorado, primeiro sob orientação de Malinowski, e depois, quando este partiu para os EUA, orientado por Raymond Firth. Leach associava a Antropologia à contestação do *establishment* universitário do eixo Oxford-Cambridge: a primeira cátedra da disciplina na Inglaterra fora criada em 1927 na *London School of Economics*, instituição considerada vanguardista, e sob a égide de Malinowski, autor de estudos sobre a sexualidade primitiva aos quais a biblioteca da Universidade de Cambridge somente permitia acesso de estudantes de Graduação mediante autorização especial. Sua opção por fazer pesquisa na Birmânia contrariava a tendência dominante a exercer na África o ofício de antropólogo. A tese defendida e aprovada em 1947, no entanto, incorporava os pontos de vista do orientador, Firth,

²⁷⁴ Os dados e a análise da trajetória de Leach baseiam-se no estudo de L. Sigaud, “Apresentação”, em E. R. Leach, *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp, 1996, pp. 9-45.

sobre interações sócio-econômicas e ocultava críticas contundentes, já expressas em textos anteriores, a Radcliffe-Brown, membro da banca e principal expoente da Antropologia Social britânica àquela altura. A postura bem-comportada parecia derivar de uma atitude pragmática (o título de doutor passara então a ser pré-requisito para ingresso na carreira universitária de antropólogo), com a qual, a considerar o silêncio a que relegou a tese nos anos seguintes, Leach não parecia confortável.²⁷⁵ Somente quatro anos depois, já incorporado ao *staff* da *London School*, publicou um texto no qual retomava a crítica às idéias consagradas. Nos anos seguintes, seus trabalhos caracterizaram-se por um confronto constante com os cânones da teoria antropológica dominante em sua época. Como Finley, parecia compor sua escrita de modo a perseguir a polêmica. Seus trunfos, contudo, eram outros. Leach não estava sujeito às mesmas intempéries que se abateriam sobre alguém de origem social mais baixa que adotasse comportamento semelhante ao seu. Tornado *scholar* sob o signo do brilhantismo, alimentou sua ambição intelectual amparado pelas condições econômicas excepcionais em que vivia. Elas lhe permitiram, por exemplo, afastar-se e dispensar o salário da função de *Lecturer* na *London School* para escrever *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, seu mais célebre livro; e criar, mais tarde, um fundo (que levava o nome de um engenho dos Leaches na Argentina) que possibilitou o financiamento, durante a década de 1960, de pesquisas, publicações e seminários diversos. Disposto psicologicamente a assumir os riscos implicados pelo desvio da ortodoxia acadêmica e qualificado financeira e intelectualmente para tanto, Leach criticou o *establishment* adotando o comportamento dos estabelecidos, confiante que estava quanto a ser, isto é, dever ser melhor do que os outros.²⁷⁶

²⁷⁵ Mesmo que em grau mais moderado, parece ter sido esta a atitude de Finley em relação a seu primeiro livro, o mais tradicional (pelas razões acima expostas) de sua obra. *Land and Credit* foi o único trabalho em cuja reedição Finley não se empenhou. Publicado em 1952 pela editora da universidade em que Finley trabalhava (da qual seria demitido no ano seguinte), reapareceu em 1973 pela Arno Press, numa edição semi-clandestina, sem conhecimento do autor (que, como compensação, receberia mais tarde um assento no conselho editorial da empresa). Voltou a ser publicado somente em 1985, acrescido apenas de uma introdução de Paul Millett (que acabara de defender tese orientada por Finley), mas sem qualquer modificação no texto original. Em contraste, a reedição de todos os seus demais livros até 1985 foi por ele revista.

²⁷⁶ A liberdade para ousar advinda da segurança financeira foi elaborada como hipótese por Sigaud, *op. cit.*, nas páginas finais de seu texto (pp. 41-43). Cf. ainda P. Bourdieu, *Homo Academicus*, Paris, Minuit, 1992 (1984), pp. 143-44, referido pela autora, para uma formulação semelhante referida ao mundo universitário francês, que aqui cito na íntegra: “É sem dúvida por isso, ou seja, por meio da disposição de assumir os riscos (relativos) que todo desvio em relação ao curso canônico implica, e ao mesmo tempo pela relação com o modo de pensamento e estilo de vida associados, que se estabelece a relação inteligível entre uma origem social e geográfica claramente mais favorecidas, no geral, do que aquela dos professores ordinários: é conhecida, por já se ter observado com freqüência seus efeitos, a

Nas trajetórias de Finley e Leach, origens sociais distintas daquelas que caracterizavam e, até certo ponto, homogeneizavam culturalmente os companheiros de profissão estimularam e permitiram atitudes heréticas em relação a “tradições” firmemente estabelecidas nas respectivas áreas de conhecimento. Mas infringir as “tradições” não significa romper totalmente com elas – em alguma medida, equivale mesmo a prestar-lhes um tributo. O expediente da polêmica, que ao observador externo poderia soar como maneira desrespeitosa de tratar os colegas, é, nos textos de Finley, apenas uma versão-limite de um padrão de confronto acadêmico aceitável, segundo os padrões britânicos: a agressividade, embora geradora de tensões naquele universo, é tolerada como prática pela qual um *scholar* mede-se contra o outro. Nisto consistem, essencialmente, as resenhas publicadas em periódicos acadêmicos, em regra delegadas naquele universo a nomes de peso. A crítica é capaz de apartar e mesmo opor as partes envolvidas, tornando mais ou menos tensas as relações entre elas; mas não se a toma por recurso ilegítimo no confronto acadêmico, a estigmatizar o crítico pelo fato de haver empreendido a crítica. No caso dos debates sobre a “economia antiga”, porque ordenada pela evocação das origens intelectuais da problemática freqüentada, a crítica, sob a negação aparente, cria uma “tradição” e reconhece seus portadores. Ao reconhecer e nomear, para em seguida negar, as “tradições”, polemistas como Finley e Leach estabelecem vínculos com os portadores das tradições e são tanto mais bem-sucedidos quanto percebidos como engajados na polêmica, isto é, igualados na honra pelos “tradicionais”.²⁷⁷

É sintomático que, ao retomar em 1974 sua reflexão sobre o “mundo de Ulisses”, Finley tenha sido sensível à psicologia do descobridor de Tróia, Schliemann, nesses termos:

Minha preocupação imediata é com algo a mais a respeito do homem, a qual, estou certo, foi no mínimo tão essencial quanto para sua carreira. Ele manteve até o fim da vida um senso de inadequação por causa de sua falta de educação formal, e há uma patologia genuína em seus inúmeros apelos por assistência e conselho, e em suas expressões de gratidão.²⁷⁸

lei que prevê a propensão a assumir riscos – nos investimentos de todas as ordens – como função das garantias objetivas e da segurança que elas favorecem.”

²⁷⁷ Cf. L. Sigaud, op. cit., para a expressão “igualados na honra”.

²⁷⁸ “Schliemann’s Troy – one hundred years after”, apêndice em *The World of Odysseus*, Nova Iorque: The New York Review of Books, 2002 (orig. 1974), pp. 166-186 (p. 171 para a citação).

O “sentimento de inadequação” era, decerto, também dele, Finley. A inovação das perspectivas sobre a “economia antiga” não é resultado apenas de suas atitudes heréticas, mas estas parecem ter sido algumas das condições necessárias daquela.

Considerações finais

Esta tese parte da constatação de que, nas últimas décadas, classicistas de diferentes matizes identificaram na década de 1960 uma reorientação dos estudos sobre a história econômica greco-romana antiga e perceberam Moses Finley como um agente decisivo desse processo. Em seguida, procede a um exame das concepções de história econômico-social de Finley. Procura então demonstrar que os aspectos conseqüentes dessas concepções não foram necessariamente seus “ineditismos”, e sim sua confrontação sistemática de conceitos econômicos “antigos” e “modernos”, desenvolvida sob o signo da polêmica e geradora de uma aproximação entre História Antiga e Ciências Sociais.

A investigação encaminha-se em seguida para elucidar as condições que fizeram das concepções finleynianas um objeto de emulação – no sentido duplo que o termo carrega, de imitação e competição – por parte de classicistas. A consagração das idéias de Finley como modelo foi precedida por um trabalho coletivo de inculcação de modos de perceber a “economia antiga” e de modos de construir essas percepções. Isso foi possível, entre outras coisas, graças a transformações do lugar dos Estudos Clássicos no sistema de ensino europeu (particularmente britânico) e, concomitantemente, à emergência de novos padrões de avaliação da produção de conhecimento sobre os antigos.

A marginalidade relativa a que foi relegado Finley em seus primeiros anos na Inglaterra, com os constrangimentos e possibilidades que ela implicou, favoreceu tomadas de posição heréticas em matéria de história econômica antiga que reverteriam, anos depois, em uma “nova ortodoxia” desse campo de estudos.

A literatura sociológica já observou nas mudanças intelectuais a frequência com que se estabelece uma tensão entre “paradigmas” e “pesquisa normal”, entre “tradição” e “inovação”.²⁷⁹ Nas discussões sobre “economia antiga” da década de 1960, onde as disputas uniram *scholars* sem necessariamente conduzi-los à harmonia, não somente o domínio da tradição é pré-requisito da inovação, como também o são a constante recriação dessa “tradição” (ainda que por meio de sua negação aparente) e o rearranjo das relações entre seus portadores.

²⁷⁹ Cf. a esse respeito Th. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo: Perspectiva, 1978 (1962); e P. Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*. Paris, Raisons d’Agir, 2002.

ANEXOS

PAPERS OF SIR MOSES FINLEY

BOX 1

- A1 1929 Columbia Univ. M.A. Thesis
- A2 AHR
- A3 Aspects of Antiquity
- A4 Boak
- A5 Britannica: new Development
- A6 Britannica Lecture
- A7 [File restricted]
- A8 Burckhardt
- A9 Cambridge Univ. Societies (to 1967)
- A10 Columbia Univ. Mail
- A11 Diffusion
- A12 Diogenes
- A13 Emporos, Naukleros, Kapelos
- A14 Gibbon
- A15 Gordon
- A16 Greece
- A17 Greece 413-386 B.C.

BOX 2

- A18 Homeric
- A19 Hutcheson
- A20 Josephus
- A21 Jones
- A22 Knossos
- A23 Land and Credit Reviews
- A24 Land and Credit Correspondence
- A25 Land Tenure. Homer
- A26 Mandata Principum
- A27 Myth
- A28 Nationality Problem
- A29 Odysseus Correspondence (Publishers)
- A30 Odysseus Correspondence
- A31 Originality of the Greek City State
- A32 Portable Greek Historians
- A33 Pringsheim
- A34 Sather Notes [?]

BOX 3

- A35 Sicily notes
- A36 Sicily (old)
- A37 Utopia

A38 Knighthood
A39 Darwin master letters
A40 Letters re professorship
*A41 1982

BOX 4

B1 Arion
B2 BBC (1956-71)
B3 Greeks book Reviews
B4 BBC Greeks
B5 Early Greece
B6 Etruscans
B7 [File restricted]
B8 [File restricted]
B9 Fisher Correspondence
B10 Frankfort Review
B11 Harcourt Brace
B12 Horizon 1958-66
B13 Horoi
B14 JACT
B15 [File restricted]
B16 [File restricted]
B17 Journals
B18 Lexicography

BOX 5

B19 Land Tenure
B20 Marriage in Homer
B21 Mycenae
B22 Publishers
B23 Ste Croix
B24 Societies
*B25 [File restricted]
* Intellectuals – France
* Words [file empty]
* Notes and News Papers cuttings, 1950
* School notes
* Words at Work [printed matter]
* The right to knowledge
* '[Pupils teachers] exams'
* Creedoninan [schoolwork]

BOX 6

C1 Cw.Pipe-Line. Mosse, Olgivie, Warmington
C2 Chatto Anc. Hist. Rejects
C3 Daiches vol.
C4 Fiac
C5 Geography [?]
* Term Plans
* Language arts
* Latin
* Classroom procedure
* Loose papers related to teaching

BOX 7

- C6 Heffer Slavery volume
- C7 Heffer
- * Nancy Congress
- * Two Barnard College yearbooks
- * Barnard College register of alumnae
- * Shipping line menus
- * Loose papers

BOX 8

- D1-D3 see end of list
- D4 Bibliographical notebook
- D5 Bibliographical notebook
- D6 Bibliographical notebook
- D7 The Institution of Property in ancient Athens. Sources. Papyri and Inscriptions (notebook)
- D8 Homeric Age (notebook)
- D9 Pliny Letters (notebook)
- * Five examinations scriptbooks (Rutgers, Long Island and CNY), containing notes

BOX 9

- D10 Theophrastus (notebook)
- D11 Horoi and related matters (notebook)
- D12 Demosthenes 1-19 (XII) (notebook)
- D13 Demosthenes 20-26 (XIII) (notebook)
- D14 Demosthenes 27-31 (XIV) (notebook)
- D15 Demosthenes 32-35 (XV) (notebook)
- D16 Demosthenes 36-40 (XVI) (notebook)
- D17 Demosthenes 41-50 (XVIII) (notebook)
- D18 Demosthenes 51 (XIX) (notebook)
- D19 Isaeus 1-5 (XXI) (notebook)
- D20 Isaeus 6-12 (XXII) (notebook)
- D21 Miscellaneous. Lysias. Orators and Law (XXIII) (notebook)
- D22 Exile and confiscation (XXIX) (notebook)
- D23 Lysias 1-29 (XXVI) (notebook)

BOX 10

- D25 Inscript. Gortyn. (XXVII) (notebook)
- D26 Slavery misc. Notes (XXIX) (notebook)²⁸⁰
- D27 Property. Terminology classification. Trade. Market (XXVIII-XXXI)²⁸¹ (notebook)
- D28 Bookkeeping. Documents. Money. Credit (XXII-XXXVIII)²⁸²
- D29 Greek history (XXXIX-XL)
- D30 Greek history 413-386 (XLII)

BOX 11

- E1 Ancient History
- E2 Ancient History/ the city
- E3 Ancient Society publishers

²⁸⁰ [sic]

²⁸¹ [sic]

²⁸² [sic]

- E4 Crime
- E5 Early Greece
- E6 Early Greece. Reviews and correspondence
- E7 Economy and society
- E8 W. O. publishers
- E9 Odysseus revisited
- E10 Odysseus reviews

BOX 12

- E11 Politics in the ancient world
- E12 Rutgers 2
- E13 Rutgers
- E14 Rutgers. Reviews correspondence [Democracy ancient and Modern]
- E15 Sather 2 ed [The ancient economy]
- E16 Sather reviews correspondence [The ancient economy]
- E17 Sather [The ancient economy: correspondance re the book]

BOX 13

- E18 Sicily
- E19 Sicily reviews correspondence
- E20 Slavery Paris [passada de olhos: muito interessante]
- E21 Slavery Paris reviews correspondence
- E22 Slavery bibliography + notes
- E23 Slavery correspondence
- E24 Slavery decline
- E25 Slavery lecture material
- E26 Slavery (En SS)
- E27 Use and Abuse
- E28 Use and Abuse reviews + correspondence
- E29 Carnet des voyages [= journals of travels, 1955-1984, in a notebook]

BOX 14

- F1 Pending
- F2 Annales
- F3 [File restricted]
- F4 Bullock
- F5 Chatto + Windus
- F6 Chatto AC + S
- F7 Chatto AC + S
- F8 CW Reviews. Corrections
- F9 City
- F10 Communication
- F11 Elderly

BOX 15

- F12 Flammarion
- F13 Jounals
- F14 Lectures
- F15 Leiden censorship
- F16 Models
- F17 NY reviews etc. 1960 -
- F18 Publishers

F19 Revolution
 F20 Roman historians
 F21 Societies
 F22 Societies international
 F23 Societies membership
 F24 [File restricted]
 F25 Weber

BOX 16

G1 Ancient Greeks
 G2 Andrewes [11/11 - ATENÇÃO: COMPLETAR]
 G3 Aristotle
 G4 Aspects reviews correspondence
 G5 Atlas correspondence
 G6 BBC 1977
 G7 Clippings
 G8 Colonies empire
 G9 Daedalus
 G10 Debt bondage
 G11 DDR

BOX 17

G12 Dutch letters
 G13 Economic growth
 G14 Fitzwilliam
 G15 French correspondence
 G16 Garlan
 G17 German post
 G18 Granada theatre
 G19 Honorary degrees
 G20 Italian post
 G21 Jesus College
 G22 Land volume
 G23 Legacy OUP
 G24 Metals Lucretius

BOX 18

G25 Mexico
 G26 Momigliano
 G27 Olympic games
 G28 Olympic games reviews and correspondence
 G29 Olympic games BBC
 G30 [File restricted]
 G31 P + P
 G32 Roman property
 G33 Thucydides
 G34 Trade + politics
 G35 Sparta
 G36 Vidal Naquet²⁸³

BOX 19

²⁸³ sic

H1	Miscellaneous
H2	s.t. (Darwin)
H3	[File restricted]
H4	ALCS
H5	Cambridge Classics Faculty
H6	[File restricted]
H7	[File restricted]
H8	CUP – OUP
H9	Chatto royalties
H10	JACT
H11	London Classics
H12	Penguin
H13	Pension

BOX 20

- *D31 Timetable
- *D32 Not ordered
- *D33 Registration of Births in Roman Egypt
- *D34 Potter & Painter
- H14 Viking Press
- H15 Slavery Notes
- *Miscellaneous items: appointments diaries, pictures postcards, book bills

*

In addition to the 20 archives boxes there are three smaller boxes containing examination booklets, chiefly from Long Island University, Rutgers University and the College of the City of New York, used by Finley as notebooks.

BOX D1

Notebooks on various subjects. 60 items.

BOX D2

Notebooks on various subjects. 49 items. With a set of typescript notes in an envelope.

BOX D3

Notebooks on various subjects. 60 items.

John Wells
February 2005

Carta de Finley a Ste. Croix
Box 5, B23

216 Tryon Avenue
Englewood, N.J.
April 12, 1953

Dear Ste Croix:

I am most appreciative of your interest in my difficulties and in my work. The Rutgers story is a long one. Rather than try to tell it in a letter, I have mailed to you by regular mail two documents which should give you a pretty good picture. One is the unanimous report of the special faculty committee of five, set up for the president for the purpose of advising him in this situation. Their recommendation was promptly rejected by the president and trustees, without comment. The other document is a "brief" submitted to the board by a large ad hoc faculty committee, also rejected. Incidentally, I have been told that the report on the case appeared in the Manchester Guardian some weeks ago, although I have not seen it.

In still another envelope I have sent you the few reprints I have available, all reviews. I think they will be of interest to you. My own interests wander all over the ancient world, although my research is concentrated in Greek economics and law. I look forward to receiving your publications; if you can make some sense out of the sources on the fourth century timema, you should rate some sort of special award.

My plans are all up in the air. I have not yet succeeded in finding either another teaching post or a research grant. I must say that I have been getting magnificent support from faculty people. Unfortunately, they do not occupy the positions of power; administrators and boards of trustees seem to be in full retreat and, as you no doubt know, they alone make the decisions in the American educational system. Unless something turns up very soon, I shall have no alternative but to earn a living in whatever way I can. That will mean a very sharp reduction, if not a complete cessation, of my work in ancient history.

Should I be able to continue, I intend to abandon the field of security for a time in order to complete a major study of Greek property institutions, on which I have already done a considerable amount of work. I am well aware of the unfinished business in the book on land and credit, as I said very explicitly in the preface. The problem raised by Ps. Dem. 53.10 are only a few of the many, all grouped under the broad heading of creditor's rights in hypothecation, which I deliberately did not attempt to discuss. I was faced with a clearcut choice. Either I got the book out in its present form or I would have had to postpone it for years while trying to fight through all the other problems and difficulties. Now I feel that I should like the field fallow, as far as I am personally concerned. Perhaps others will become interested enough to tackle some of the difficulties. In time I intend to return to it and finish²⁸⁴ what I promised.

I must add one qualification. I plan to try to work out a few of the special topics indicated in my notes. As a matter of fact, the one you singled out – the contrast between the situation revealed by the fourth-century horos and²⁸⁵ the Solonic situation – is one on which I wrote a separate article over a year ago. It will eventually appear in the Political Science Quarterly, but, under present conditions of publication, I cannot predict when.

Although this letter is becoming very long, I should like to take a little time to comment on the various points you have raised.

(1) Frankly, I do not see that Ps. Dem. 53.10, however interpreted, upsets my view of successive mortgages. All I have argued is that as a rule hypothecation precluded further borrowing on

²⁸⁴ [Obs.: "finsih"].

²⁸⁵ [Obs.: "horosaand"].

a piece of property, but that exception could and did arise, either through the use of the apotimema or through special agreements between the parties. In my opinion it is impossible to determine the status of the property in this passage; one can only guess at several possibilities. Let us take one by way of example, that this was an instance of the division of inheritance whereby one brother took the property and then offered it as security to the other for his as yet unpaid share of the inheritance. (I do not argue that this is what happened, merely that it may have been the case.) When Nicomachus wished to borrow on the property, his brother refused to agree. Doesn't that suggest [*sic*] substitution, in the sense that, regardless of the value of the property and the amount of the debt, the entire holding was encumbered and the necessary special agreement permitting a subsequent charge as not forthcoming? Notice too that there is nothing in the passage which suggests that this was a difficulty created by statutory requirements; potential lenders were simply unwilling to proceed without the brother's approval. And they were unwilling not because of questions of value or appraisal but because, I assume, their claim would have been worthless in case of default against the brother's prior claim, irrespective of all value considerations.

(2) I concede that I should not have written as if statistics of the horoi constituted the decisive evidence in the relative²⁸⁶ frequency or infrequency of second mortgages. (In mitigation, I could note that I actually spoke of multiple creditors and argued that in some instances multiple creditors meant but a single loan or charge). It is in fact my belief that when a second party is lent on real property in a new transaction, he did not merely set up other stone but saw to it that all charges appeared on a single horos. I say this even though I know there is little proof. The best I can offer is the small number of stones with the clause.²⁸⁷ Unless one holds that these reflect complex transactions made all at once, the existence of this horoi can only argue my way. I am little impressed with arguments about the absence or presence of traces of latter additions on the extant stones. Too many of them simply do not lend themselves to fine epigraphical and paleographical analysis. Enough of them were changed in one respect or another after their original engraving. And some certainly seem to have later additions: 4/5, 22, 80/81, 107/8, 21 A/B, 51A. Ultimately the question of extent of second mortgages rests on one's judgment of the whole mortgage picture in Athens. None of the evidence I know is satisfactorily conclusive. Having conceded that, I remain satisfied with my conclusions – and dissatisfied with my ability to prove the point to anyone else's satisfaction.

(3) I do not want to engage in a lengthy discussion of modern mortgages. But I am a little startled to read that I have given the impression that I overestimate their frequency. I thought I was arguing against classicists like Robinson and Ferguson²⁸⁸ with their fourth and fifth mortgages. Actually I find the attempts to make any significant comparison almost hopeless. If I am right in believing that most of these loans in Athens were short-term, then the ground is really removed for almost any comparison, for how do you balance the modern picture of long-term first mortgages and short-term second mortgages against one-year loans? Then there is the difference in intent of the borrower's part: productive vs. consumer's loan. And so on. Finally, is it not true that there has been a change in modern times chiefly as a consequence of the depression of 1929 and the devastating effects of second-mortgages losses? I have the impression that if a thousand years from now, an archaeologist were to uncover a few pages of Berlin Grundbuch for the years 1900-1910, the number of second and subsequent charges would be relatively high.

(4) And then we come to the Demosthenes mess. Of course you are right that slaves are a wasting asset. But isn't the point Demosthenes argues throughout as if everything stood stock still? In every calculation, annual income, value of slaves, etc., his arithmetic consists of multiplying the alleged value at the time his father's death by the number of years that have been elapsed. Not once does he so much as question whether there could have been change. (Some day I propose to write this up as a sufficient answer to all the fancy accounting analyses that have been made of these orations, even by Oertel who ought to have known better.) The issue of the hypothecated slaves is therefore not one of the realities – you are quite right about the fishiness – but one of attitudes. If the slaves were collateral, and the debt were defaulted (and I must confess that I utterly fail to understand the whole situation, since ownership apparently remains with the debtor even at the time of the oration), presumably they would have to be sold. But Demosthenes talks about the slaves as his property, not about a 40-mina debt. The implication to me is that in case of default the estate would acquire title to

²⁸⁶ [Obs.: rasurado "ly"].

²⁸⁷ [Obs: com espaço no original para preenchimento da palavra em grego, não escrita nesta cópia]

²⁸⁸ [Obs.: no original, "Ferguson"].

the slaves and that would be the end of the obligation. In that case, granting that Demosthenes is ignoring depreciation, I do not see why he couldn't reasonably have valued those slaves at the same average as the others, the bought ones. I agree that the sword is two-edged; and again I am thrown back on the unsatisfactory position that my choice of edge seems right to me on the basis of my understanding of the whole picture, without adequate proof.

I realize that I am beginning to sound like someone who has to defend himself at inordinate length. The fact is that this is the first opportunity I have had to discuss my ideas on these matters with anybody. Literally, you are the first person who has raised significant questions of substance since I began to work on this project. I hope you will find the time to send me some of the other suggestions and objections at which you hinted. And, when you do, would let me know why you wrote in *Economica* that my presentation leaves much to be desired?

Sincerely yours,

Carta de Finley a Ste. Croix
Box 5, B23

216 Tryon Avenue
Englewood, N.J.
July 23, 1953

Dear Ste Croix,

I had intended to write only after reading Suffragium carefully (it came a few hours ago), but after the good news of the letter that arrived yesterday, it would be absolutely indecent of me not to send my congratulations and very best wishes right off. And anyway, a quick glance indicates that suffragium [sic] is not a matter on which I shall have anything useful or important to say.

Now that the paper is in the machine, I may as well continue and write the letter I intended for a few days later. First as to personal matters. The one thing of importance that has happened to me is that I have a contract with The Viking Press for a general Greek Civilization. They have been very generous with an advance, which, although hardly enough for me to live on for very long, permits me to spend all my time for the next two or three months on the book. As a matter of fact, I have one chapter and two half-chapters nearly ready. (The contract has a great deal of value right now apart from financial considerations, as you will easily appreciate.) All this is not research properly speaking, but it keeps me close to research, as I shall indicate in a moment after completing personalia. (And by the way, library is no problem for me at all. I am thirty-five minutes from Columbia, where I was bred.)

Your guess came closer than Wade-Gery's, though, properly speaking, I am no lawyer either first or second. I do have an M. A. degree (but an American one, please remember) in American constitutional law. I was only when I began to work for the Ph.D. that I turned to history. My sole contact with a law school has been in Roman Law: two courses and one-year research assistantship (back in 1933/34) to Arthur Schiller. From my very beginning of my ancient history study, I went into economic history, with law tagging right behind. And while still a student, nearly twenty years ago[,] it startles me to realize, I published two articles almost simultaneously: one on naukleros, emporos, and kapeiros in *Class. Phil.* (1935), and one on mandata principum in *Tijd. voor Rechtsgeschiedenis* (1934). All this makes it sound like a dead heat between economics and law. Actually, I like to think of myself as an economic historian first. (With which the lawyers seem to agree emphatically.)

One more personal note: the Colleges having closed the doors, at least for the present, I have turned to the publishers. I am hoping to pick up enough in the way of editorial and translating work to keep together.

I had a long and very kind letter from Wade-Gery quite a few weeks back. My guess is that he is reviewing my book though he said nothing that I could offer in evidence. Apparently, my Pringsheim review has impressed the non-jurists rather unanimously, but it has created a minor storm among the jurists. (In part, I fear, this is nothing but guild patriotism on both sides.) With few, but rather important, exceptions, the big-name lawyers have indicated their attitude by silence. Several have written rather strong letters of approval to me. The main public attack will come from Hans Julius Wolff, in his review of my book in *Savigny*. We have exchanged very long letters. His chief argument is that I am an economic historian who overemphasizes economic factors and has no appreciation for, or understanding of, "griechische Rechtsdenken." And he doesn't think I am polite enough about the work of the jurists. I propose to return to the attack in another review-article in *Seminar*, this one built on Wolf's (Erik, not Hans Julius) *Griechische Rechtsdenken*. Pringsheim, himself, has been a very great surprise for me. Have you seen his lengthy and very generous review of my book in the current *Gnomon*? He goes into the economic analysis in considerable detail and with repeated expressions of agreement. And he even speaks of my "beinahe Überall lesenswerte und oft scharf sinnige Besprechung" of his Greek Law of Sale.

As a result of sweating out an introductory chapter to a general book on Greece, I have developed an obsession on the question of Greek nationhood and national consciousness. If I can find the time, I shall write my ideas out in an article, jumping off from – but jumping very far – Walbank's

article in Phoenix. What I have in mind seem most paradoxical to me. On the one hand, what I propose to say seems so utterly obvious that I can scarcely imagine why anyone should want to publish it. On the other hand, if I do get it written and in print, I shall be thoroughly roasted from having abandoned all the great humanistic traditions of classical studies for the twin barbarisms of our time: semantics and empirical sociology. In a sentence, what I propose to say is that everyone, even Walbank, has confused nationality as a classificatory term defining a set of objective conditions and national consciousness, and that we will never get anywhere with the problem by the normal procedure of quoting scripture at each other, but must adopt the method of contempt analysis, quantitative if possible, and I think very possible in this instance. In a second sentence, what must be done is to list the main symbols of identification in the Greek world, namely, kinship, group, community, class, Hellas, and then to examine systematically which symbols appear where and when, and what happened when a man was faced by a conflict between two or more of these symbols. Your study of attitudes to the Athenian Empire fits perfectly in here. What has happened to it now that Historia is no more?

If I have still more time, and can summon up the courage, I may go even further and challenge the dictum that the polis was the Greek form or unit or what-have-you of government. But I shan't burden you with random jottings at that. All one need is to take Thuc. 1.10.2 absolutely literally and go on from there.

And finally about enktseis and the empire once again. I too have never seen a mention of the point. I hope you do take over the history of the empire; I should not be at all surprised if find [sic] other clues once you start looking for them. (The reference I had misplaced was Xen.Hell. 5.2.19.)

Please do not feel that you must squeeze time of a busy period to answer. I would appreciate it, however, if you could send me Evan's address, so that I might send him the PSQ article. When you write him, you might tell him that Pritchett is working on a study of the poletai inscriptions. I know no more about it than just that.

With kindest regards,

Carta de Finley a Pascal Covici
Box 2, A29

216 Tryon Avenue
Englewood, N.J.
October 24, 1953

Mr. Pascal Covici
The Viking Press
18 east 48 Street
New York 17, New York

Dear Pat:

Here is the story of *The World of Odysseus*. I began to write a chapter of the Ancient Greeks, and, really without conscious design, I found myself writing a book. Having taken it about two thirds of the way through, I thought I had better stop to get a reaction and a judgment-decision.

What I gave you yesterday includes the following: (1) the introduction to *The Ancient Greeks*, which needs cutting and some revision, though not much, to serve as the first chapter of an *Odysseus* book; (2) the whole of chapters II and III, and (3) the opening of chapter IV, enough to give you a notion of where it will go. I have most of IV done in an original draft, but I was unable to put it into shape in for delivery yesterday. That leaves undone a portion of IV, all of V, and the bibliographical essay (which I can dictate on a few hours notice), plus a general revision of the whole thing. In the end it should add up about 50,000 words.

The reason that brought about this performance are also the reasons why such a book is needed, and they are worth some elaboration. We start with a paradox. Year in and year out more scholarly books and articles appear about Homer than on any other Greek author, with the possible exception of Plato. It ought to follow from that, that anyone who knows his way around in the bibliography, should be able to write a 30-page chapter on the Homeric world with comparative ease. In fact, it turns out that the reverse is the case. (If I may be nasty for a moment, it's the easiest chapter to write if you don't know your way around. Take any current ancient history textbook and you will see what I mean. The evasions and holes are wonderful.)

The fact is that not a single book exists in any language known to me in which a reader can find, in 100 or 150 pages, a thorough, systematic, and consistent picture of Homeric society. There are literary studies galore, come quite good. There are some excellent recent books on the technique of heroic poetry and the value of such poetry as historical source material. There simply is no account of the society. (Another parenthesis: there are two books, one by Thomas Day Seymour and the other by Keller of Sumner and Keller, which examines this society in detail. Both are some fifty years old and out of print. More important, they are reference books, not meant to be read, -- Seymour is a mere 700 pages --; and their sociology is untenable today.)

I therefore found myself in the position of having to work out virtually every single point for myself. Even chapter II, where the best studies are now available and where I could therefore draw most heavily on others, ties the Homeric question, as it is generally called, into a package in a way that I have not seen elsewhere. In the other chapters, I am my own much more. There is a long section on economics in Glotz's *Ancient Greece at Work*, a first-rate book, but my approach differs radically from his because ["it" riscado] mine [à caneta] is based heavily on certain modern anthropologists, chiefly Thurnwald and Malinowski. That is to say, I have taken their categories, based on their researches into more primitive societies, and applied them, with whatever changes seemed necessary to me, to the Homeric world which they have not analyzed. As for social structure, the analysis in terms of four different, and often conflicting, groups claiming attachment and loyalty is strictly my own; this time with its base in modern sociological studies of reference group.

The final product -- I trust -- will be a readable book, in which recent scholarship (including archaeology) in several fields is taken into account. But it will not be a scholarly book in the narrow sense that I argue pro and con on every point, present other points of view, pile up the footnotes, and

the like. The bibliographical essay will tell the reader where to go, in English, if he wishes to pursue particular aspects of the subject more fully, study other viewpoints, or study some of the anthropological and sociological works that provide a background for my thinking. (I will also consider the available English translations of the Iliad and Odyssey in terms not of literary merit, but of precisions with respect to the kind of problems I am concerned with. But the book will be mine entirely in the sense that I try to present the best coherent picture that makes sense to me, no matter where I may have found particular pieces and no matter how much others may disagree on any point. The numerous quotations from the Iliad and the Odyssey will be my "evidence."

That covers the autobiographical side of the story. But who cares about Homeric society anyway? who [sic] would buy such book?

To answer that, we start with an elementary fact. There is not a college in the country, I vernture [sic] to say flatly, in which the Iliad and/or the Odyssey are not read in some English course, usually in a course required of all students. (Please underline English.) Much English teaching today is a kind of watered down, often very amateur sociology. Class discussions, especially in the required courses, pay little attention to prosody and other technical matters, as they did in my day, and concentrate heavily on the social aspects, the values, the "philosophy" of what they read.

Most teachers of these courses are satisfied that they can handle Shakespeare well enough, even Greek tragedy, but they readily admit defeat with Homer. Yet homer seems to exercise a considerable fascination for them, and for their students. This I now personally from my own limited experience. The last time I taught Greek history at Rutgers (fall of 1952), my approach to the historicity of the Trojan War created a minor sensation in the English classrooms, where it was quickly diffused through the talk in the halls. I have talked these past two weeks to two of the younger men at Columbia, one teaching in the classics department, the other, an ex-classicist, now teaching English and comparative literature at Barnard. They unhesitatingly confirmed my impression of interest and need.

I should hope that there would e something of a market among the general reader. But the chief market, it seems to me, would be in English departments and in classical civilization courses (by whatever name they go). However, I do not think that the anthropologists and sociologists should be overlooked altogether. There is a growing dissatisfaction among them with their past behavior, which was concentrated on primitive man at one end of the scale and the contemporary world in the other, with utter neglect of everybody and everything that was neither [em cima de palavra riscada] savage nor contemporary. More and more they want to know something about their kinds of problems, social structure, social mobility, power relations, and what not, in other kinds of societies. The Homeric world has special interest because, if I may be Spencerian for a minute, it is one step above the higher primitives. I know how to go about insuring reviews of such a book in all the sociological and anthropological journals, and I think something would come of that.

A final, more personal note: This must be the fourth or fifth memo on a book idea I have sent you in the past twelve or fifteen months. But this one is different. The damned thing is in my blood. I even dream of paperbacks.

Cordially,

P.S. The suggestion made to you of a Foreword by a literary figure is intended to tell the English departments very explicitly and pointedly: this book is aimed at you, not at the students of Greek.

P.P.S. You could have the manuscript in your hands, at a conservative estimate, by February 1st.

Carta de Finley a Andrewes
Ref: Box 16, G2

216 Tryon Avenue
Englewood, N. J.
April 2, 1954

Dear Professor Andrewes:

I really do not know how to begin this letter properly. I have been overwhelmed with the kindness and support of so many people at both Oxford and Cambridge, and I am at loss to express my appreciation. Perhaps it would be best simply to say thank you and to proceed to details, which I shall take up in the order of your letter.

Title is of no consequence to me at all, and any arrangement you prefer to make with regard to semesters would be entirely acceptable. Funds, unfortunately, are a more serious consideration. I have no money; nevertheless, I do not propose to permit that fact to become decisive, for this matter means too much to me. If Oxford is unable to do anything, I shall find the money here. I am fairly confident that there are several sources to which I can turn if necessary.

On the matter of lecture subjects, I should begin by noting that since my most concentrated study has been in Greek economic and legal history (and especially in the fifth and fourth centuries), I should particularly welcome an opportunity to do something in that general area. My conception of Greek economic and legal institutions, and of their development, is in certain respects rather different from what prevails in the current literature, and it might be interesting to have these ideas considered in some detail.

As for the more formal sequence of Greek history by periods, I do not have any great preference. I am just now putting the finishing touches to a small book on the world of Odysseus. In recent months, I have been working rather systematically on the seventh and sixth centuries, partly in conjunction with a research project at Columbia on comparative economic institutions, with which I am associated, and partly in the interest of a general history of Greek civilization which I have been writing.

If the preceding paragraphs give you enough information, I am quite willing to place the matter entirely on your hands.

Once again, with my thanks and deepest appreciation.

Sincerely Yours, [MIF]

**Carta de Andrewes a Finley, ms.
Box 16, G2**

May 17th 1954

Dear Finley,

May I risk this relative familiarity? I hope we shall be seeing a good deal of one another soon.

I was due to write to you this morning, when your letter of the 13th came in and pricked my conscience further. The enclosed explains itself: as you see, it is ten days old, but I had to wait till it came before our own board at the end of last week.

I am ashamed of the sum, when I consider the generosity of American universities to British visitors. But the funds available to us for (so to speak) miscellaneous visitors – I mean, apart from the few regular visiting professorships – are pretty meagre, and I am afraid £200 was the most we could get by this channel. I will try other directions, and meanwhile I hope this inadequate sum will help.

I enclose the letter, in case it is [of?] any immediate use for your application, and I have just rung up the Registry and told them to write you an official letter which I can sign for the Faculty Board. It should come through quite quickly.

The last I heard from Cambridge was about a fortnight ago, when the machinery was still moving – Jones, I am afraid, has been ill again, but I hope they will produce something soon.

On the question of your lecture subjects, your letter was very clear, and I think we can leave the details till we meet. The main point for the first term would be to have some sort of class on legal (or economic) subjects which the senior members could attend – you must be prepared for a fairly deep-seated ignorance among us – and then, if it suited your plans, we might beg a lecture of you for undergraduates in the summer term when they are involved with the seventh and sixth centuries. That sort of thing should fit in reasonably well with what you are doing, and, as I say, we can leave the details till later.

I hope that covers everything for the moment. My own mind is hopelessly clouded by the thought of having to deliver an inaugural lecture, but I shall be better when it is over, next week. Meanwhile I look forward very much to seeing you.

Yours sincerely

A. Andrewes.

Carta de Finley a Ste. Croix
Box 5, B23

216 Tryon Avenue
Englewood, N.J.
June 13, 1954

Dear Ste. Croix,

I've been meaning to write for months, but I seem incapable of ever doing anything without delay and rushing for final deadlines. In recent weeks my correspondence with England alone has been so voluminous that I must be the chief support of the local post office. I need hardly say that it has been a correspondence which has given me much satisfaction. I shan't pretend that I am anything but wildly excited about the forthcoming trip. And I may add that the kindness and interest of so many people at Oxford and Cambridge has overwhelmed me.

I received your suffragium piece the day after your letter, and I have read it again with real enjoyment. Is *Historia* going to publish your article on democracy and empire in the foreseeable future? You and Jones have taken on a very important assignment in this area of "the defense of Athenian democracy" and I'm sure many will be as grateful as I to see it done.

I have nothing to send in return at that moment. The *British Journal of Sociology* has taken an article called *The Greeks and Their Nation: The Sociological Problem*. I believe I wrote you about it last summer. It's very largely a negative presentation, aimed at what I think is an altogether false approach to the problem (and now treated in the literature), and also aimed at the unwillingness of many ancient historians to recognize that there is a valid discipline called sociology, from which we can learn much.

I have also finished a small book (175 pages or so) called *The World of Odysseus*. Although it is designed for the ubiquitous "general reader," I hope that it is substantial enough, and in some respects even new enough, to merit consideration in scholarly circles. I have already read galleys on it and I expect that it will be out in time for me to bring copies along with me in the fall.

As I look back over this page, I see that every paragraph begins with an "I." That's a certain sign that I ought to stop now, with just a final word that I look forward very much to the opportunity of meeting you personally and having much talk.

Sincerely,

Carta de Finley a Andrewes
Box 16, G2

15 Oxford Rd.
Cambridge
30 Oct 1954

Dear Andrewes,

I think I mentioned to you that I had been embarrassed to learn, shortly after my arrival, that Jones had not received a copy of *The World of Odysseus*. This morning, quite by chance, I learned of a second case, and again an embarrassing one, Dean Hacker.

I should like to check the whole list, but with some people a direct inquiry from me may sound like a hint that that²⁸⁹ I am disappointed at their failure to make acknowledgement. For that reason, I wonder if you could make inquiry, whenever the occasion arises, whether Wade-Gery received his copy. I'd be grateful.

Sincerely yours,

²⁸⁹ [Sic]

Carta de Finley a Pascal Covici
Box 2 , A29

15 Oxford Road
November 1, 1954

Dear Pat,

Thanks for your two letters and the clipping. In desperate effort to keep up with my correspondence, I've been writing "bulletins" in multiple copies, and I enclose one. I'll add one personal item to its contents before I get down to business. My lectures seem to be going quite well, judging from a variety of signs, including the fact that I have been asked to lecture to three student groups. I've had to work very hard at them, and now I have learned, from a two-day visit to Oxford that there I'm scheduled to give not only a lecture course but also a "class" (we'd call it a seminar) which will be made up of the professor of Greek history and several other dons, and no students.

One of my extracurricular speaking engagements is to the university ancient history society, called, of course, the Herodoteans. Last week they were addressed by Robt. Graves, which is currently the big attraction here (or was, since his lectures series has just ended). He gave 6 lectures on "Professional Standards in English Poetry" in one of the largest lecture rooms available and the audience was standing in the corridors as well as hanging from the chandeliers. Mary went once, and said it's a good performance. He obviously has a book, and was reading it. Among my classical colleagues, I may add, his reputation is precisely what I warned.

I am going to talk to the Herodoteans about Homer, and I can get away with it only because no one has seen my book except for the two copies I gave away. It's a little bit of a pity, because students really buy books here, not just textbooks the opening day. The book-stores are always crowded and though they do a rushing business in Penguins all the time, they sell [sell] hard covers too. As for second-hand books, this place is murder for someone like me. They're spinning all over this tiny flat already, and not more than four or five times I have paid over a shilling.

On Saturday I had a letter from Louis Hacker, in which he wrote the following, among other things: "I have just bought a copy of your book and have read the first two chapters. It is a fascinating job and you are to be complimented on this imaginative and interesting piece of work."

I would have been very pleased with it except for one thing, namely, that he was on the list I gave Miss Grieser the day I autographed a batch, and I had told him that morning that a copy would be sent to him. Jones here never received his copy either. I would like to check through the whole list, but I cannot remember it entirely. If Miss Grieser still has it, could you please have it sent to me?

I don't know that anything can be done about the two (and perhaps more) copies which went astray, and I do not want to seem like a fussbudget. Unfortunately there are more than purely social obligations at stake. It was embarrassing that Jones, who was primarily responsible for my coming here, failed to receive a copy, and Hacker is a key man in any chances I may have at Columbia. That is the kind of thing which leads me to do some checking, so that I may avoid still further embarrassment if any other copies went astray. And incidentally, today I received from Panazopoulos in Athens a carbon of a letter he mailed to you (i.e. to Viking) saying that in mid-September he received a letter that a copy was on its way, but that the book had not arrived. In that case it may mean no more than the normal delay in reaching Greece.

Finally, I must ask that two more copies be sent out for me:

President Harold Taylor, Sarah Lawrence College, Bronxville 8, N.Y.

William A. Parker, American Council of Learned Societies,
1219 Sixteenth Street N.W., Washington 6, D.C.

Enough of all this book business and complaint department stuff. We're really having a marvelous time, although the chances to travel are less than we hoped, and although the monastic quality indicated in the Bulletin sometimes make it a little hard for Mary. This weekend we're making a quick trip to London for some sightseeing and the new Christopher Fry play if we can get tickets. Then back for a sherry party late Saturday P.M. (now completely replacing cocktail parties here) by Dennis Brogan, which will be one of the rare coed events of the term.

How are Dorothy, the junior Covicis, and Viking generally? I saw a near-rave review of Malcom's book in the European ed. of the Times (the same you read in N.Y.) You may be interested that Toynbee has been uniformly and savagely plastered here -- blistered, hanged, drawn and quartered.

Our regards to all,

As ever,

PS. Must I take the 30-day due date literally on the bills for the books charged to my account, or can that wait a bit?

P.P.S. I was told in Oxford²⁹⁰ that Bowra likes the book very much, and that he had received it from the Sewanee review. You might mention that to Pat McManus, because she had talked of sending him a copy for moment. (Bowra is Sir Maurice Bowra, formerly Prof. of Poetry, now Master of Wadham College, Oxford, undoubtedly the leading British authority on Homer in particular, epic poetry in general, and lots of other subjects.)

²⁹⁰ [Sic]

Carta de Finley a B. Welles
Box 2, A30

15 Oxford Road
Cambridge
November 8, 1954

Dear Professor Welles:

Your letter of September 17 was forwarded to me here, after some delay, and I have delayed answering it under the pressure of work in a new environment and unfamiliar conditions. I am pleased that you think *The World of Odysseus* a useful book. Whether it will²⁹¹ prove popular or not remains to be seen. I left before the date of publication and I am therefore pretty much in the dark about the reaction, if any. I have seen a rather good review in *Newsweek*, and another in America which the reviewer, though speaking favorably of the book, threw Ventris at me. That, as I think I mentioned to you, was what I expected. I might add that I have had one long talk with Chadwick, who is here, and found that he, at least, was willing to listen to my view that what they have discovered -- if they can really read the tablets -- is a thoroughly un-Homeric world.

I am here in England, I should explain, for two or three terms, lecturing at Cambridge this term and at Oxford the next. Here I lecture on the economic history of Athens for the classics faculty, and on ancient economic history generally for the history faculty. At Oxford, under the auspices of the Lit.-Hum. Board, I shall also lecture on Greek economics, but, in addition, I shall be giving a sort of seminar, for faculty only, on Greek law (with property law the point of concentration).

Although quite a few people seem to have had a hand in making arrangements for me to come, primarily it was A.H.M. Jones here, and Andrewes in Oxford. Jones has been the perfect host in every respect, and, on the basis of one week-end in Oxford, I can safely predict that Andrewes will be the same. In fact, everyone from Adcock to the youngest don at Cambridge has been doing everything possible to make my visit as enjoyable as possible.

The Oxford invitation actually covers the second and third terms. Whether I remain that long, however, is an open question. If some sort of job does not develop within the next three or four months, I shall have to cut my stay here short and go home to look for work. I shall be sorry to miss the Xmas meetings for that reason (and also because I should have liked to hear the Homer symposium). I need hardly add that I should be grateful for any leads you might turn up, or for a kind word if the opportunity arises.

Sincerely yours,

²⁹¹ [Sic]

Carta de Finley a Pascal Covici
Box 2, A29

New College, Oxford
February 22, 1955

Dear Pat,

I visited Chatto and Windus yesterday and talked for an hour or so with Cavalcoressi²⁹² and Mrs. Smalwood. There will be no difficulty with the very minor changes I want to make. I shall prepare them before I leave and mail you a copy for future use, if any. But I was quite surprised to learn that the contract has not been signed and that production is therefore being held up. I don't understand the legal side of such matters, but it all sounded like international politics, face-saving and concern for precedent over irrelevant details, and the like. I hope that whatever is still sticking can be dislodged soon, for otherwise we won't even get fall publication.

I have booked passage on the United States for March 17, which will bring me home on the 32nd. I'm going to have a hell of a time getting readjusted to a normal, working existence, after all the excitement and social living of the past six months. But practical matters will be pressing, above all, money – and I hope you haven't changed your mind about Plutarch, as I should like – and must – go to work on it right away. I gather that no one has ever heard of the Viking Portable Library here, including the people at C & W.

Mary wrote to say that she had a cold the night she was supposed to visit you and called it off. Too bad for me, as I would have gotten all kinds of gossips, which I love.

I had a lovely delayed Xmas card from Patricia McManus. Please thank her for me and tell her I'll try to write, but won't promise because I simply cannot keep up with my correspondence, especially now that I have booked passage for the week after the end of Term. Tell her in particular that Oxford is everything one has always imagined, and then some; and that Zuleika Dobson not only moved to Cambridge, but, worse still, appeared on the stage in an American production.

Regards etc. to everybody,

As ever,

P.S. If you are interested in an Italian translation of the²⁹³ Qorl²⁹⁴ of Odysseus, you might try Comm. Dott. Vieri Paoletti, Casa Editrice Felice Le Monnier, Via San Gallo, 33, Firenze, and remind him that we met at dinner at the home of Professor Paoli. He will remember, though I did not mention the book to him.

²⁹² [Sic]

²⁹³ [Sic]

²⁹⁴ [Sic]

Carta de Finley a F. Solmsen
Box 2, A30

New College, Oxford
February 25, 1955

Dear Solmsen,

Your letter addressed c/o Syme reached me promptly, and my failure to reply sooner must be explained on other grounds, chiefly the pace at which I keep moving here, socially as much as otherwise. My wife left on January 23rd, and I then moved into New College. I have thus had the opportunity to see Oxford life from the inside more fully than was possible in Cambridge. There is hardly any point in my dwelling on how much I have enjoyed these six months, nor will I bore you with all tales of my experience here and on the continent.

I am certainly pleased to hear that people are finding *The World of Odysseus* useful. And once again I must protest against your disclaimer of having been helpful. The few people who have seen the book here so far, mostly people to whom I have given copies, seem to like it quite well. And since they include so diverse a group as Bowra, Page, and Palmer, I am well satisfied. Negotiations are virtually complete for Chatto & Windus to bring out an English edition in the fall, and I hope no technical snags crop up at the last moments.

One consequence of the book is that I have been involved in a number of informal Homer discussions, which I had scarcely anticipated a year ago. In fact, my last "official" act in England will be to talk on Homeric land tenure at the seminar Turner and Webster are holding in London on Linear B. I have been campaigning [sic] actively for my view that the Linear B reflects a world utterly unlike the Homeric, and I have very strong support here. London, I gather, is the center of the opposition, and so that afternoon should be interesting.

The London seminar is on March 16th, and the following day I sail for home. I had been invited for the whole year, but I dare not remain away longer because I have no position to go back to. I am sure that my experience here will prove helpful in the long run, but immediately nothing has come up. The one obvious positive factor is that any number of men both in Cambridge and in Oxford are willing to help.

I hope we shall have some opportunity to meet during this year. In the meantime, please give my best greetings to Mrs. Solmsen.

Cordially yours,

Carta de Finley a Peter Calvocoressi
Box 2, A29

Jesus College
30 November 1955

Dear Mr. Calvocoressi,

Under separate cover I have sent off the proofs of the front matter and indexes for *The World of Odysseus*.

I am still troubled by the difficulties and confusion that will arise from the two editions, and I do not think that what I have said in my preface is sufficient. Would it be possible to add, perhaps overleaf on the title page, something like this: "slightly revised edition of a book originally published in the United States in September, 1954." The date is least important and could be omitted if you prefer, and I hold no brief for my suggested wording. But I do think that something is needed, and I do not think such an addition will interfere with reviews, and there have been none in England and only one on the continent.

A much less important question is that of my position at Cambridge. Nothing appears on the title page, and it is a matter of indifference to me, but I wonder whether an identification wouldn't serve as a useful badge of authority.

There are one or two more things I would like to talk with you about briefly, chiefly regarding the review list. I shall be in London on 14 December for a seminar at University College (which assembles about 3:15). I expect to take the 11:10 train which arrives at King's Cross at 12:30. Could you find a few minutes for me between then and 3?

Yours sincerely,

Carta, incompleta, de Finley a Palmer Bovie
Box 1, A10

25 March '56

Dear Bov,

It was good of you to have rushed WD over so fast, and eventually I must see the whole somehow. But there is no tremendous hurry, as what I am heading toward (if anything) is year after next, when, conceivably, I am going to set up a course of lectures on WD. (Wrong tense: maybe I will, maybe I won't). But definitely I am writing an Ancient economy (awkward choice of words deliberate, to avoid Economic History), and for this I must be clear on georgics and attitude to work. As of now, you and I seem to be many miles apart conceptually as well as geographically, and yet the many miles may turn into a thin eyelash. That's why I must eventually read the whole MS – but eventually and not right away when I'm in the midst of other problems.

Besides reading, we'll have to argue – by mail if you won't come over. Here are one or two preliminaries:

1. The myth of the ages is crucial, and I think at that point you fell back on legerdemain to argue away. a) Norman Brown-Geo. Thomson analysis unsound in every respect: it's²⁹⁵ anthropology is hopeless, it's psychology almost as bad, and, insofar as the decipherment of Linear B shows anything (and I don't think it shows as much as the noisy bandwagon-climbers think), the history of cult in Brown-Thomson is also wrong. That for one of your reeds. b) The von Fritz quotation on p. 54 is typical of the man: the second time you read it, you begin to wonder what it means; the third time you realize it means nothing whatsoever. "... one may say that the belief in a better past as just as important for the mental and moral health of a community as the belief in a better future...."²⁹⁶ One may say that the moon is made of green cheese. One may say that von Fritz is a great philosopher. Etc. etc. All ipse dixits and nothing more. Hesiod's "memory of an actual historical period" my²⁹⁷ eye! Hesiod's knowledge of the Trojan war epic, that's all. Just look at how badly the heroic age is fitted into 4 metallic ages, a borrowed notion from the east. As von Fritz how much memory he has of the Thirty Year's War, which is fair in terms of time span.

2. P. 36: "bribe-devouring judges" is not a tactile image, but simple statement of fact: they ate the bribes, just as throughout Homer the suitors and everybody else eat other's people property and booty (the translators say "waste" or something like, but that's because they can't get it into their heads that mostly it's sheep and pigs and goats which are involved), and just as a whole number of early dialect inscriptions use the identical language, where²⁹⁸ imagery is certainly out of place.

3. Two queries: what do you make of the difference between Hesiod's winter, which you quote at such length²⁹⁹, and Georg. 1. 299ff?? and how in your tranl. Do you render: labor omnia vicit improbus et duris urgens in rebus egestas? Of course I want the whole sentence, and not the three-word tag which the school boys here throw at you as if that settled it.

Let me be clear. I agree altogether with the unity approach. All the nonsense that has been written by German professors with their self-serving rules about poetry. As for Works and Days, that's so simple: v. Cato of all people 2.2: reationem inire oportet operarum, dierum. That's how farm management was³⁰⁰

²⁹⁵ [Sic]

²⁹⁶ [Sic]

²⁹⁷ [Sic]

²⁹⁸ [Sic]

²⁹⁹ [Sic]

³⁰⁰ Carta se interrompe aqui, ao final da página original.

**Carta manuscrita de Pierre Vidal-Naquet a F.
Box 18, G36**

Pierre Vidal-Naquet
Attaché au CNRS
11 Rue du Cherche Midi

Paris 6

Le 8 décembre 1963

Monsieur le Professeur,

J'ai été chargé par la revue « Archive Européenne de Sociologie » d'écrire un article sur « l'histoire et la société grecque à travers l'œuvre de M. Finley ». Je me sens, le plus souvent, en profond accord avec ce que vous écrivez, et les deux titres à part que je jouie ci cette lettre vous montreront je croie, dans quel esprit je travaille. Mon nom vous est certainement inconnu, mais je suis un ami de Jean Bollack. J'ai plusieurs travaux en cours d'impression, notamment un livre sur Clithène écrit avec Pierre Levêque, un travail sur la guerre au Vème siècle, et une étude critique sur la notion de « société asiatique » rédigé à l'occasion de la traduction française d' Oriental Despotism de Karl Wittfogel. Je vous ferai parvenir ces travaux dès leurs parution. J'ai également publié dans Historia de 1960 et dans la Revue d'Histoire des Religions de 1960. Mon seul travail publiée en anglais porte sur un autre domaine: Torture Cancer of Democracy, Penguin, 1963.

Je me permets de vous écrire d'abord pour vous demander conseil : il me semble qu'au centre de votre pensée se trouve l'idée que la société grecque (post-mycénienne) est fondamentalement aristocratique, [sic] par ses valeurs et radicalement opposée jusque tard dans le IVème siècle à la « chrématistique ». Peut-on résumer ainsi l'axe de votre travail ?

Je possède personnellement « The World of Odysseus » et « The Ancient Greeks » ; vos autres ouvrages et en particulier Horoi que je n'ai lu qu'en bibliothèque, sont-ils disponible, chez Blackwell par exemple ?

J'aimerais infiniment, si cela vous était possible, d'avoir les tirées à part dont vous pouvez encore disposer, cela m'enterait des longues heures de bibliothèque, et également, si possible, une bibliographie de vos travaux, ou plus exactement de vos articles.

Je m'excuse infiniment de vous importuner ainsi. En tant que chercheur en histoire grecque, il y avait longtemps que j'avais envie d'entrer en relation avec vous, et j'ai profité de cet article que m'était demandé.

Agréez, Monsieur le Professeur, l'expression des mes sentiments respectueux.

PVN [assinado].

Discurso proferido antes da primeira das conferências ministradas por Finley na Universidade da Califórnia, em 1972. Sem indicação de autor. Datil., papel ofício, letra 12, espaço simples. Em Finley Papers, Caixa 12, E15.

Ladies and Gentlemen,

(...) The Sather Professorship of Classical Literature is offered annually to a distinguished visitor, from other parts of North America, who will give a series of lectures on a Classical area and teach one course for a single term. After revision, the lectures are generally published in book form by the University Press. (...)

If it was not for the absurdities of the McCarthy Era, I would be introducing the present holder of the post, Professor Moses I. Finley as one of the most distinguished ancient historians of the United States. Born and brought up in the state of New York, he earned his B.A. at the precocious age of 15, his M.A. two years later from Columbia; and in 1929, a brilliant young man of 17, a student of psychology and American constitutional law, but by no means a Classicist, he began the complicated journey that would lead him through the Depression in New York and the war years eventually to a Ph.D. in Ancient History from Columbia in 1950, a run-in with the Senate Committee on Internal Security in 1952, and his inexcusable firing from Rutgers in 1952. For two years he tried to survive against the Black List, unable, despite his superlative credentials, to find a teaching post. Then at last England offered him an opportunity. He became a Lecturer in Classics and Reader in Ancient History at Cambridge University, and very quickly Cambridge began to make use of his manifold talents that had not been employed in the U.S. He helped to modernize requirements at the University; he promoted a more intelligent training in ancient History; and he published numerous books and articles which revealed a sparkling, incisive intelligence that could bring to bear on problems of ancient history many of the new techniques developed for use in the more modern social sciences. It was only appropriate, then, that, when the great Hugo Jones died in 1970, Moses Finley was elected to succeed him as University Professor of Ancient History at Cambridge. Of all the Americans who have distinguished themselves in the field of Classics, Professor Finley is the only one to have been named to a chair at either Oxford or Cambridge. He has been a British citizen these past ten years.

Professor Finley is a fervent disbeliever in that rule of academic procedure which F.M. Cornford amusingly expressed in these words: "Nothing should ever be done for the first time." Much of what Finley and his students have accomplished, in fact, has been done, in the face of academic hesitation, for the first time. Without prejudging these lectures on the ancient Economy, I look forward to a good many "firsts" in an area which has been seriously neglected by classical scholars. Professor Finley has also tried to make historians ask themselves whether they are accomplishing much, for he believes that ancient history is a practical subject (p. 57). These lectures should demonstrate that commitment. It is, then, with genuine pleasure that I introduce you to the 59th Sather Professor of Classical Literature, who will lecture tonight on the Ancients and Their Economy. Ladies and Gentlemen, Professor Moses Finley.

Apresentação do AE redigida por Finley, a pedido de Jérôme Lindon, editor da Minuit. Em carta de 31 de janeiro de 75, Lindon solicitou a Finley, entre outras coisas, a redação de uma notícia de apresentação de caráter comercial a ser impressa na contracapa do livro e a indicação de “uma ou duas páginas particularmente significativas” a figurarem no prospecto de informações a ser enviado aos clientes da editora. L’Économie Antique foi publicado em 1975. Este item, segundo carta que o introduz, foi enviado ao editor em 5 de fevereiro daquele ano.
Box 12, E17

The Ancient Economy

In *The Ancient Economy* Professor Finley makes the first attempt at a systematic formulation of concepts through which the economy of ancient Greeks and Romans can be analysed and for which modern categories -- capital, labour, investment, market, credit -- cannot be automatically employed.

The account, while not being narrative or chronological in the conventional sense, is fully historical in its attention to change and variation, and is developed through concrete detail and ample documentation. Although based on a deep understanding of modern economic theory and sociology, The Ancient Economy requires no formal knowledge of the subjects on the part of the reader.

Topics discussed include class, order and status, masters and slaves, landlords and peasants, town and country, and the state and the economy.

Note: For a prospectus, I suggest that the opening pp. pf chap. 3 would be particularly suitable.

Bibliografia citada

I. Textos de Finley

1929

Moses I. Finkelstein, *Justice Harlan on Personal Rights With Special Attention To Due Process of Law*, Columbia University, MA Dissertation.

1934

“*Mandata Principum*”, *Tidschrift voor Rechtsgeschiedenis* XIII 150-169.

1935

“Emporos, Naukleros and Kapelos: Prolegomena to the Study of Athenian Trade”, *Classical Philology*, vol. 30, 320-36.

“Julius Wellhausen”, *Encyclopaedia for Social Sciences* XV, 1935, 400-01.

Res. de *The Cambridge Ancient History*, organizado por J. B. Bury, S. A. Cook, F. E. Adcock e M. R. Charlesworth. Vols. 1-10. *Zeitschrift für Sozialforschung* III/2.

Res. de Franz Altheim, *Epochen der römischen Geschichte*, em *Zeitschrift für Sozialforschung* 5 (1935) 442-43.

1937

Res. de Guglielmo Ferrero, *Nouvelle Histoire Romaine*, *The American Historical Review*, vol. 42, n. 3, abril.

1938

Res. de de W. H. Porter, *Plutarch's Life of Aratus*, *The American Historical Review*, vol. 43, n. 4, julho.

1939

Res. H. B. Whetted, *The Mind of the Ancient World*, *The American Historical Review*, vol. 44, n. 2 (Jan., 1939), p. 427.

Em *Political Science Quarterly*, vol. LIV, n. 4, Dezembro de 1939, pp. 609-11.

1941

Resenha de B. Farrington, *Science and Politics in the Ancient World*, M. Nilsson, *Greek Popular Religion* e H. W. Parke, *A History of the Delfic Oracle*, em *Zeitschrift für Sozialforschung*, Jahrgang 9, 1941, pp. 502-510.

1952

Studies in Land and Credit in Ancient Athens, 500-200 B.C. The Horos Inscriptions.

1954

The World of Odysseus. Nova Iorque: The Viking Press.

1955

“Marriage, Sale and Gift in Homeric World”, *Révue Internationale des droits de l’antiquité*, 3e sér., II 167-94.

1956

Nova ed. de *Odysseus*: Londres, Chatto & Windus.

1959

“Was Greek Civilisation based on Slave Labour?”, *Historia* VIII 145-64.

1961

(com J. Boardman e Hugh Lloyd-Jones), “The future of classical scholarship”, *The Listener*, 30 de março, pp. 562-64.

1963

“Crisis in the Classics”, *The Sunday Times*, 24 de março.

1964

“The Trojan War”, *Journal of Hellenic Studies* LXXXIV 1-9 (com respostas de J.L. Caskey, G.S. Kirk e D.L. Page, pp. 9-20).

1965

“Classical Greece”, in *Proceedings of the 2nd International Conference of Economic History*, Aix-en-Provence 1962, vol. I, *Trade and Politics in the Ancient World*, Paris/La Hague, 11-35.

“Technical Innovation and Economic Progress in Ancient World”, *Economic History Review*, 2nd ser., XVIII 29-45

Resenha de A. French, *The Growth of Athenian Economy*, em *The Economic Journal*, vol. 75, n. 300. p. 850).

1966

“Unfreezing the Classics”, *Times Literary Supplement*, 7 de abril.

“New Look at Ancient History for Six Formers”, *The Times*, 22 de abril.

1968

Aspects of Antiquity Discoveries and Controversies. Nova York, The Viking Press.

“The Historical Tradition: the *Contributi* of Arnaldo Momigliano”, *History and Theory* VII 355-67.

“Slavery”, *International Encyclopedia of the Social Sciences* XIV 307-313.

1970

“Aristotle and Economic Analysis”, *Past and Present* XLVII 3-25.

1973

The Ancient Economy. University of California Press; Londres: Chatto&Windus.

(org.) *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*, Paris e La Hague: Mouton.

1974

(org.) *Studies in Ancient Society*, Londres, RKP.

“Schilemann’s Troy – One Hundred Years After”, *Proceedings of the British Academy* LX 393-412.

1975

Use and Abuse of History, Londres, Chatto & Windus; nova York, The Viking Press.

1976

(org.) *Studies in Roman Property*, Cambridge University Press.

1979

“Slavery and Historians”, *Histoire Sociale/Social History*, vol. 12.24, novembro, 247-261.

1980

Ancient Slavery and Modern Ideology. Nova York: The Viking Press.

1981

Economy and Society in Ancient Greece. Londres: Chatto & Windus. [Edição e introdução por Brent Shaw e Richard Saller].

1982

Entrevista concedida a Didier Eribon, *Le Monde*, 14 de março de 1982.

1984

“The Study of the Ancient Economy. Further Thoughts”, em *Opus III* (1984), pp. 5-11.

1985

Ancient History. Evidence and Models. 1985. Londres: Chatto & Windus.

II. Textos sobre Finley e sobre economia antiga

ANDREAU, Jean. “M. I. Finley, la banque antique et l’économie moderne”, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, Serie 3, vol. 7, 3-4, 1977, pp. 1129-1152.

_____. “Vingt ans après *L’Économie Antique* de Moses I. Finley”, *Annales HSS*, n. 5, 1995, pp. 947-60.

ANNEQUIN, J., CLAVAL-LÉVÊQUE, M. e FAVORY, F. “Apresentação”, in Annequin et alli. *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antigüidade Clássica*. Lisboa, Ed. Estampapa, 1978.

ANÔNIMO. Verbete sobre Finley em *The Annual Obituary 1986*, organizado por Patricia Burgers. Chicago / Londres, St. James Press, 1989, pp. 357-360.

AUSTIN, Michel e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Économies et Sociétés en Grèce ancienne*. Paris, Armand Colin, 1996.

BRADLEY, K. R. Resenha de AE em *American Journal of Philology*, Vol. 96, n. 1 (Spring, 1975), pp. 96-99.

BOWRA, Cecil Maurice. “Foreword”, in M. I. Finley. *The World of Odysseus*. Londres, Chatto & Windus, 1956.

BRESSON, Alain. “Moses Finley”, in Véronique Sales (org.). *Les Historiens*. Paris, Armand Colin, 2003, pp. 178-192.

BRUNT, Peter. “The Roman Equites”, in *Second International Conference of Economic History*, vol. I, Paris, Mouton/La Haye, 1965.

BRUHNS, Hinnerk. “À propos de l’histoire ancienne et de l’économie politique chez Max Weber”, in M. Weber. *Économie et Société dans L’Antiquité*. Paris, La Découverte, 1998.

BÜCHER, Karl. *Études d’Histoire et d’Économie Politique*. Bruxelas/Paris, Henri Lamertin/Félic Alcan, 1901.

CARTLEDGE, Paul. “‘Trade and Politics’ revisited”, in P. Garnsey, K. Hopkins e C. R. Whittaker (orgs.). *Trade in the Ancient World*. Londres, Chatto & Windus / Hoggarth Press, 1983.

CARTLEDGE, Paul e HARVEY, F. D. (orgs.). *Crux: Essays presented to G. E. M de Ste. Croix on his 75th Birthday* (col. History of Political Thought), Londres, Duckworth, 1985.

CARVALHO, Alexandre Galvão. “Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga”, tese de doutorado em história. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

CHRIST, K. *Neue Profile der Alten Geschichte*, Darmstadt, Wiss. Buchges, 1990.

COHEN, E. E. “Introduction”, in P. Cartledge, E. E. Cohen e L. Foxhall (orgs.). *Money, labour and land: approaches to the economies of ancient Greece*. Londres, Routledge, 2002.

D’ARMS, J. H. e EDIE, John W. (orgs.). *Ancient and Modern: Essays in Honor of Gerald F. Else*. Ann Arbor, Center of Coordination of Ancient and Modern Studies, 1977.

DABDAB-TRABULSI, José Antonio. *La cité grecque positiviste. Anatomie d'un modèle historiographique*. Paris, L'Harmattan, 2001.

DERKS, H. "'The Ancient Economy': The Problem and the Fraud". *The European Legacy*, vol. 7, n. 5, 2002.

DI DONATO, Ricardo. "Tra Omero e Aristotele. Premesse ad una discussione tra Karl Polanyi e Moses Finley", *Opus VI-VIII*, 1987-89.

_____. "The Moses Finley's Papers: una introduzione", *Opus VI-VIII*, 1987-1989, pp. 261-64.

DOW, Sterling. "The Social and Economic History of the Roman Empire: Rostovtzeff's Classic After Thirty-Three Years", *The American Historical Review* 65, 3, 1960.

FREDERIKSEN, Martin. "Theory, Evidence and the Ancient Economy", *Journal of Roman Studies*, vol. 65 (1975), pp. 164-171.

GABBA, Emilio. Resenha de *Trade and Politics in the Ancient World* (Atas do 2o Congresso Internacional de História Econômica), *Rivista di Filologia*, vol. 94, 1966.

GAUTHIER, Philipe. Resenha de *Trade and Politics in the Ancient World* (Atas do 2o Congresso Internacional de História Econômica), *Révue de Philologie*, 41, 1967.

GERNET, Louis. "Comment caractériser l'économie de la Grèce antique?", in *Les Grecs sans miracle*. Paris, La Decouverte / Maspero, 1983.

GOMME, Arnold W. "Traders and Manufacturers in Greece", em *Essays in Greek and History & Literature*, Oxford, Basil Blackell, 1937.

GREENE, K. "Technological innovation and economic progress in the ancient world: M. I. Finley reconsidered", *Economic History Review*, vol. 53., n. 1, 2000, pp. 29-59.

HARRISON, A. R. W. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens*, em *The Classical Review*, New Ser., vol. 4, n. 1 (Mar. 1954), 39-41.

HASEBRÖK, Johannes. *Trade and Politics in Ancient Greece*. Nova Iorque, Biblo and Tannen, 1965 (1933).

HEICHELHEIM, Fritz. "Commerce, Greek and Roman", in *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Clarendon Press, 1949/1970.

HINDESS, Barry. Resenha de *AE* em *Sociological Review*, vol. 23, n. 3, 1975, pp. 678-697.

HOPKINS, Keith. "The Mediterranean as a market-place", *Times Literary Supplement*, 25 de janeiro de 1974, pp. 79-80.

_____. "Introduction", in P. Garnsey, K. Hopkins e C. R. Whittaker (orgs.). *Trade in the Ancient Economy*. Londres, Chatto & Windus / The Hogart Press, 1983.

HORNBLOWER, Simon. "Ancient Light", *Spectator*, 3 de novembro de 1974, pp. 581-82.

_____. "Introduction", in M. I. Finley, *The World of Odysseus*. Londres, The Folio Society, 2002.

HUMPHREYS, Sally C. *Anthropology and the Greeks*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978.

JAMES, Dominic. Verbete sobre Finley em *Encyclopedia of Historians & Historical Writing*. Vol. 1. Ed. by Kelly Boyd. London/Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 1999, pp. 385-386).

KNOX, Bernard. "Triumph of a Heretic", *The New York Review of Books*, 29 de junho de 1978.

LEPORE, Ettore. "Economia antica e storiografia moderna (appunti per un bilancio di generazione)", in L. Rosa (org.). *Ricerche storiche ed economiche in memoria di Conrado Barbagallo* (Vol. 1). Nápoles, 1970.

JOLY, Fábio. "Moses Finley e a escravidão antiga", in A. G. Galvão (org.). *Economia Antiga: história e historiografia*, Ed. Unesb, a ser publicado.

_____. "*Libertate opus est*. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)", tese de doutorado em história social. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

JONES, A. H. M. *Ancient Economic History*. Londres, 1948.

_____. "Michail Ivanovitch Rostovzeff, 1870-1952", *Proceedings of the British Academy*, vol. 38, 1952.

_____. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens*, em *The Economic History Review*, New Series, vol. 6, n. 3 (1954), 316-317.

MARCONE, Arnaldo. "Uma poco nota recensione di M. Rostovzev", *Athenaeum*, vol. 65, Fasc. III-IV, pp. 541-42

M.C. Res. de Hasebrök, *Staat und Handel*, *Journal of Hellenic Studies*, vol. 49, pp. 108-109.

MEYER, Eduard. *El historiador y la Historia antigua*. Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955.

MICKWITZ, G. "Economic Rationalism in Graeco-Roman Agriculture", *The English Historical Review*, vol. 52, n. 208, outubro de 1937, pp. 577-589.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "The Greeks and Us", *The New York Review of Books*, vol. 22, 16 de Outubro de 1975.

_____. "New Paths of Classicism in the Nineteenth Century", *History and Theory*, vol. 21, n. 4, Beiheft 21, 1982.

_____. "Moses Finley on Slavery: A Personal Note", in M. I. Finley (org.). *Classical Slavery*. Londres, Frank Grass, 1987.

MORLEY, Neville. "Political Economy and Classical Antiquity", *Journal of the History of Ideas*, vol. 59, n. 1, 1998.

MORRIS, Ian. 1999. "Foreword". In: M. I. Finley. *The Ancient Economy* (reedição). Berkeley e Los Angeles: University of California Press, pp.ix-xxxvi.

MOSSÉ, Claude. "Commentaire", in *Second International Conference of Economic History I*, Paris, Mouton/La Haye, 1965.

_____. Res. de AE em *Journal of Hellenic Studies*, Vol. 94, 1974, pp. 222-224.

_____. "Moses Finley ou l'histoire ancienne au présent", *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, ns. 5-6, setembro-outubro 1982, pp. 997-1003.

_____. “Rencontre avec M. I. Finley: l’histoire économique et sociale dans l’oeuvre de Pierre Vidal-Naquet”, in F. Hartog, P. Schmitt e A. Schnapp (orgs.), *Pierre Vidal-Naquet, un historien dans la cité*. Paris, La Découverte, 1998.

NAFISSI, Mohammad. “Class, embeddedness and the modernity of ancient Athens”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 46, n. 2, 2004, pp. 278-310.

_____. *Ancient Athens and Modern Ideology: Value, Theory and Evidence in Historical Sciences. Max Weber, Karl Polanyi and Moses Finley*. Londres, Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2005.

NICOLET, Claude. *Rendre à César. Économie et Société dans la Rome Antique*. Paris, Gallimard, 1988.

NIPPEL, W. “Finley and Weber. Some comments and theses”, *Opus*, VI-VIII, 1987-1989, pp. 43-50.

NORMANO, J. F. “Karl Bücher: An Isolated Economist”, *The Journal of Political Economy*, vol. 39, n. 5, 1931.

OATES, Jon. Res. de AE em *Europa*, vol. 5, n. 1, 1982.

PEARSON, Harry W. “Un siècle de débat sur le primitivisme économique”, in K. Polanyi & C. Arensberg (orgs.). *Les systèmes économiques dans l’histoire et dans la théorie*. Paris, Librairie Larousse, 1975.

POLANYI, Karl. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens* em *The Journal of Economic History*, vol. 13., n.2, 1953.

_____. *Primitive, Archaic, and Modern Economies*. Boston, Beacon Press, 1971.

PRITCHETT, W. Kendrick. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens* e J. V. A. Fine, *Horoi*, em *The American Historical Review*, vol. 58, n. 2 (Jan. 1953), 337-338.

RASKOLNIKOFF, Mouza. *Des Anciens et Des Modernes*. Paris: Publications de la Sorbonne (Série Histoire Ancienne et Médiévale -23), 1990.

RODEWALD, C. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens* e J. V. A. Fine, *Horoi*, em *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 74 (1954), 211-213.

ROSTOVTZEFF, Michail Ivanovich. *The Social and Economic History of Roman Empire* (2 vols.). Oxford, Clarendon Press, 1957.

SCHEIDEL, W. e REDEN, S. von (orgs.). *The Ancient Economy*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2002.

SILVA, Robson Viegas da. “Categorias de análise na construção de um conceito de ‘polis’: uma leitura de Moses I. Finley”, dissertação de mestrado em história. Assis, Universidade do Estado de São Paulo, 1999.

STE. CROIX, G. E. M. de. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens, Economica*, New Series, vol. 20, n. 77, Fev. 1953.

_____. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens*, *The English Historical Review*, vol. 68, n. 268, Jul. 1953.

_____. Resenha de *Trade and Politics in the Ancient World* (Atas do 2o Congresso Internacional de História Econômica), *Journal of Hellenic Studies*, vol. 87, 1967.

_____. “Karl Marx y la historia de la antigüedad clásica”, em AA.VV. *El marxismo e los estudios clásicos*. Madrid: Akal, 1981 (1975).

SANCTIS, Mirella de. “Moses I. Finley. Note per una biografia intellettuale”, *Quaderni di Storia*, n. 10, 1979.

SHAW, Brent. “The Early Development of M. I. Finley’s Thought: the Heichelheim Dossier”, *Athenaeum*, Fasc. 1, 1993.

_____. “‘A Wolf by the Ears’: M. I. Finley’s *Ancient Slavery and Modern Ideology* in Historical Context”, in M. I. Finley. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. Princeton, Marcus Wiener, 1998, pp. 3-74.

SHAW, Brent e SALLER, Richard. “Editors’ Introduction”, in M. I. Finley. *Economy and Society in Ancient Greece*. Londres, Chatto & Windus, 1981.

STECCHINI, Livio. Resenha de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens*, em *Journal of Political Economy*, vol. 61, n. 3 (Jun., 1953), pp. 266-268.

TARN, W. W. Resenha de J. Hasebrök, *Trade and Politics*, em *Classical Review* (vol. 48, n.1, 1934, pp. 15-16)

THOMPSON, Wesley E. “The Athenian Entrepreneur”, *L’Antiquité Classique* 51, 1982, pp. 53-85.

TOMPKINS, Daniel. “The World of Moses Finkelstein. The Year 1939 in M. I. Finley’s Development as a Historian”, in Michael Meckler (org.). *Classical Antiquity and the Politics of America*. Waco, Baylor University Press, 2006.

VEGETTI, Mario. “Introduzione”, in M. Vegetti (org.). *Marxismo e società antica*. Milão, Gianniacomo Feltrinelli Editore, 1977.

VERNANT, Jean-Pierre. “A luta de classes”, in J. -P. Vernant. *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. Brasília / Rio de Janeiro: UnB / José Olimpo, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre. “Os escravos gregos constituíam uma classe?”, in J.-P. Vernant e P. Vidal-Naquet. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas, Papirus, 1989.

_____. *La Démocratie Grecque vue d’ailleurs*. Paris, Flammarion, 1990.

_____. *Mémoires II: le trouble et la lumière*. Paris, Seuil / La Découverte, 1998.

_____. *Les Grecs, les historiens, la démocratie: le grand écart*. Paris, La Découverte, 2000.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

WHITTAKER, C. R. “Qui êtes-vous, Sir Moses?”. *London Review of Books*, vol. 8, n. 4, 6 de março de 1986.

_____. “Moses Finley, 1912-1986”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 94, 1997.

WILL, Edouard. “Trois quarts de siècle de recherches sur l’économie antique”, *Annales ESC*, n. 9, 1954.

YAVETZ, Zvi. *Slaves and Slavery in Ancient Rome*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1991.

III. Bibliografia geral

BAILEY, F. G. "Anthropology", in Burton R. Clark e Guy Neave (orgs.). *The Encyclopedia of Higher Education*, Vol. 3 ("Analytical Perspectives"). Oxford, Pergamon, 1992.

BEARD, Charles. "Written History as an Act of Faith", *American Historical Review*, vol. 39, n. 2, Jan. 1934.

BEARD, Mary e HENDERSON, John. *Classics: A Very Short Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 1995.

BECKER, Carl. "Everyman His Own Historian", *American Historical Review*, vol. 37, n. 2, Jan. 1932.

BLANCHET, Béatrice. *La toge et la tribune. Engagements publics des classicistes français et britannique au XXème siècle*. Paris, L'Harmattan, 2004.

BOURDIEU, Pierre. "Campo intelectual e projeto criador", in A. Bertelli, M. Palmeira e O. Velho (orgs.). *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1968.

_____. *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard, 1982.

_____. *Homo Academicus*. Paris, Minuit, 1992 (1984).

_____. "La representation de la position sociale", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 52, n. 1, 1984, pp. 14-15.

_____. "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 62, n. 1, 1986, pp. 69-72.

_____. *Science de la science et réflexivité*. Paris, Raisons d'Agir, 2002.

BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, Monique de. "Les catégories de l'entendement professoral", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 3, maio de 1975.

BROOKE, N. L. *A History of the University of Cambridge vol. 4 (1870-1990)*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

CALDER III, William. "Classical Scholarship in the United States: An Introductory Essay", in W. W. Briggs, Jr. (org.). *Biographical Dictionary of North American Classicists*. Westport (Connecticut), Greenwood Press, 1994.

CALDER III, William e KRAMMER, D. J. *An Introductory Bibliography to the History of Classical Scholarship in the XIXth and XXth Centuries*. Hildesheim, Zürich, Nova York, Georg Olms Verlag, 1992.

CALDER III, William e SMITH, R. Scott. *A Supplementary Bibliography to the History of Classical Scholarship. Chiefly in the XIXth and XXth Centuries*. Bari, Edizioni Dedalo, 2000.

CANFORA, L. "Antiquisants et marxisme". *Dialogues d'histoire ancienne*. vol. 7, n. 1, 1981, pp. 429-436.

CARDOSO, C. F. "Economias e sociedades antigas. Conceitos e debates". *Sete olhares sobre a antigüidade*. Brasília, Editora UnB, 1994 (1988), pp. 173-92.

_____. “História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa”. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CROOK, John. “Arnold Hugh Martin Jones, 1904-1970”, *Proceedings of the British Academy* 57, 1971.

DAWE, Roger D. “D. L. Page”, in Ward W. Briggs e William Calder III (orgs.). *Classical Scholarship. A Biographical Encyclopedia*. Londres / Nova York, Garland Publishing, 1990.

ELIAS, N. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

ELSTER, J. “Three challenges to class”, in J. Roemer (org.). *Analytical Marxism. Studies in Marxism and Social Theory*. Cambridge / Paris, Cambridge University Press / Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1986.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”, in C. F. Cardoso e R. Vainfas (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

GEBRAN, Ph. [org.]. *O Conceito de Modo de Produção*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. Nova Iorque, Penguin, 1968 (1963).

GRAFTON, Anthony. “De *polyhistor* en philologue”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 135, n. 1, 2000, pp. 25-38.

GRYNSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

GUARINELLO, N. L. “A Economia Antiga e a Arqueologia Rural”, *Clássica*, v. 7/8, 1995, p. 271-283.

HALLETT, Judith P. “Writing as an American in classical scholarship”, in J. P. Hallett e Th. Van Nortwick (orgs.). *Compromising Traditions. The personal voice in classical scholarship*. Londres / Nova Iorque, Routledge, 1997.

HALSEY, A. “Oxford and the British Universities”, in B. Harrison (org.). *The History of the University of Oxford Vol. III (“The Twentieth Century”)*. Oxford, Clarendon Press, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. S. Paulo, Cia. das Letras, 2002.

HONEY, M. T. “The Classics in America”, *Greece & Rome*, vol. 9, n. 25, out. 1939.

IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century*, Hanover e Londres, Wesleyan University Press, 1997.

JAY, Martin. *The Dialectical Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Boston, Little, Brown and Co., 1973.

KARADY, Victor. “Stratégie de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens”, *Révue Française de Sociologie*, XX, 1979.

KIRK, Geoffrey. “The Future of Classics”, *The American Scholar*, n. 46, 1976.

- KNOX, Bernard. "Introduction", in Homer, *Illiad*, Nova Iorque, Viking Penguin, 1990.
- KHUN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1978 (1962).
- LAST, Hugh. Oibtuário de M. I. Rostovtzeff, em *Journal of Roman Studies* 43, 1953, pp. 133-34.
- J. C. O. Larsen, Res. de Hasebrök, *Trade and Politics*, em *Classical Philology*, vol. 29, n. 2, 1934, p. 175.
- LECLERC, Gérard. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo, Unisinos, 2004.
- LEPETIT, Bernard. *Carnet de Croquis. Sur la connaissance historique*. Paris, Albin, Michel, 1999.
- LLOYD-JONES, Hugh. "Denys Lionel Page, 1908-1978", *Proceedings of the British Academy*, vol. 65, pp. 759-769.
- _____. *Blood for the ghosts. Classical influences in the nineteenth and twentieth centuries*. Londres, Duckworth, 1982.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", in M. Mauss. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. "Esboço de uma teoria geral da magia", in M. Mauss. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- MEHTA, Ved. *Up at Oxford*. Nova Iorque, W.W. Norton & Co. / Londres, John Murray, 1993.
- MICELI, Sergio. "Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato", *Novos Estudos*, n. 77, março de 2007, pp. 155-182.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problème d'historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard, 1983, trad. Alain Tachet.
- MURRAY, Oswin. "Arnaldo Momigliano in England", *History and Theory*, vol.30, n. 4, Beiheft 30, 1991.
- MURRAY, K. "The Development of the Universities in Great Britain", *Journal of the Royal Statistical Society* 121, n. 4, 1958, pp. 391-409.
- MYRES, John L. *Homer and Its Critics*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1958.
- NOVICK, Peter. *That Noble Dream. The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- PACK, Edgar. "Hermann Johannes Hasebroek", in W. W. Briggs e W. Calder III (orgs.). *Classical Scholarship: A Biographical Encyclopedia*. Londres e Nova Iorque, Garland Publishing, Inc., 1990.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*. São Paulo, Ed. Unesp, 2005.
- PALMER, William. *Engagement with the Past. The Lives and Works of World War Generation of Historians*. The University of Kentucky Press, 2001.
- PARKER, Robert. "Geoffrey Enst Maurice de Sainte-Croix, 1911-2000", *Proceedings of the British Academy*, vol. 111, 2001.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

REVEL, Jacques. “Micro-análise e construção do social”, in J. Revel (org.). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998 (1996), pp. 15-38, trad. Dora Rocha.

_____. “A história ao rés-do-chão”, in G. Levi. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 7-37.

RINGER, Fritz. *O Declínio dos Mandarins Alemães. A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1930*, São Paulo, Edusp, 2000.

SCHRECKER, Ellen. *No Ivory Tower: McCarthyism and the Universities*. Nova York / Oxford, Oxford University Press, 1986.

SERVET, J.-M., MACOURANT, J. e TIRAN, A. “La réception de la pensée de Karl Polanyi”, in J.-M. Servet, J. Macourant e A. Tiran. (orgs.), *La Modernité de Karl Polanyi*, Paris, L’Harmattan, 1998.

SIGAUD, Lygia. “Apresentação”, in E. R. Leach. *Sistemas Políticos da Alta Brimânia*. São Paulo, Edusp, 1996.

_____. “As vicissitudes do ‘Ensaio sobre o Dom’”, *Mana* 5 (2), 1999.

STEINER, George. *Lições dos Mestres*, Rio de Janeiro, Record, 2005.

STRAY, Christopher. *Classics Transformed. Schools, Universities and Society in England, 1830-1960*. Oxford, Oxford University Press, 1998.

_____. “The First Century of the Classical Tripos (1822-1922): High Culture and the Politics of Curriculum”, in Ch. Stray (org.). *Classics in the 19th and 20th Century Cambridge. Curriculum, Culture and Community*. The Cambridge Philological Society Supplementary Volume n. 24, 1999.

STUBBINS, Frank. *Bedders, Bulldogs & Bedells: A Cambridge Glossary*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

THOMPSON, W. B. “Relevant or Irrelevant? Classics in the Curriculum Today”, *Greece & Rome*, 2a sér., Vol. 5, n. 2, 1958, pp. 196-99.

TOMPKINS, Daniel. “The World of Moses Finkelstein. The Year 1939 in M. I. Finley’s Development as a Historian”, in Michael Meckler (org.). *Classical Antiquity and the Politics of America*. Waco, Baylor University Press, 2006.

TULLY, James (org.). *Quentin Skinner and his critics*. Cambridge, Polity Press, 1988.

VEGETTI, Mario. “Introduzione”, in M. Vegetti (org.). *Marxismo e società antica*, Milão, Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1977.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre Mito e Política*, São Paulo, Edusp, 2001.

_____. *La Traversée des frontières. Entre Mythe et Politique II*. Paris, Seuil, 2004.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mémoires II: le trouble et la lumière*. Paris, Seuil / La Découverte, 1998.

_____. *Les Grecs, les historiens, la démocratie: le grand écart*. Paris, La Découverte, 2000.

WEBER, Max. *Economy and Society. An Outline of Interpretative Sociology*. Berkeley, University of California Press, 1978 (2 vols.).

_____. “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”, in M. Weber. *Sociologia* (coletânea organizada por Gabriel Cohn). 2ª edição, São Paulo, Ática, 1982, pp. 79-127.

_____. *Sociologie des Religions* (org. e trad.por J.-P. Grossein). Paris, Gallimard, 1996.

WILLIAMS, Gordon. “Eduard Fraenkel, 1888-1970”, *Proceedings of the British Academy*, vol. 56, 1970.

ZARMATI, L. “A. W. Gomme”, in R. Todd (org.) *Dictionary of British Classicists*, vol. 1, Londres, Thoemmes Continuum, pp. 88-89.